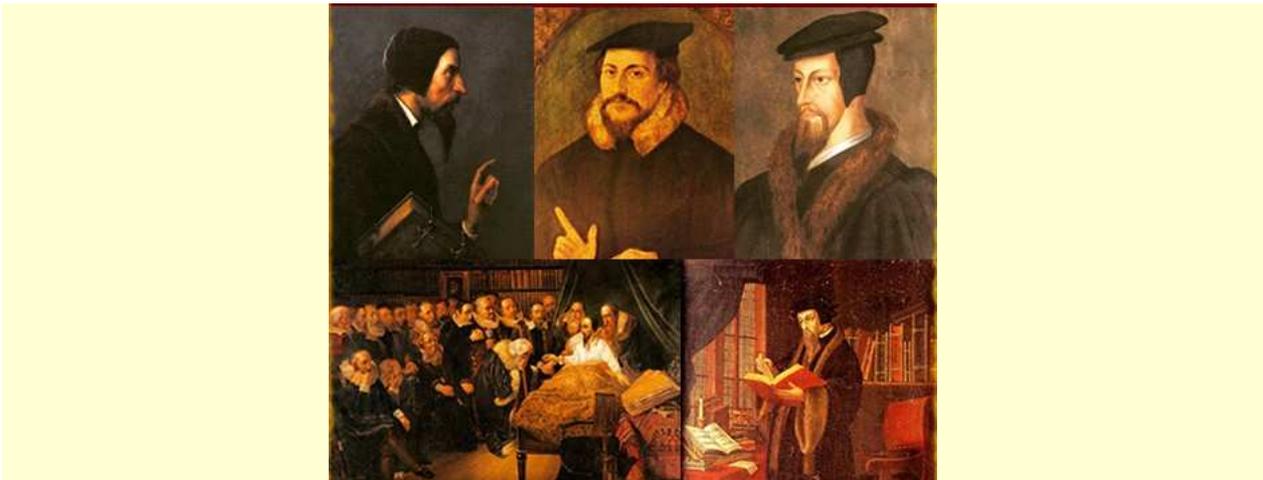


Apostila

Doutrinas Distintivas Da Teologia Reformada



Terceira Edição
1ª Semestre 2008

www.teologiacalvinista.com

A teologia Reformada [ou Calvinista] reconhece a centralidade real de Deus em todas as coisas, tendo como alvo principal não o tão decantado bem estar humano (que tem sua relevância), mas a glória de Deus, sabendo que as demais coisas serão acrescentadas (Mt 6.33; Ef 1.11-12). [...] Para a teologia reformada, entretanto, é a Palavra de Deus que deve dirigir toda a abordagem e interpretação teológica, bem como de toda a realidade: O Espírito através da palavra é quem deve nos guiar à correta interpretação da revelação. As Escrituras são o padrão e apelo final. Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa, Fundamentos da teologia reformada, pg. 33, Editora Mundo Cristão.

*O estudo de **James Montgomery Boice**,
é à base para esta apostila.
(ver Bibliografia)*

Índice

Introdução	03
1. A Doutrina das Escrituras	03
Sola Scriptura (Somente as Escrituras)	
A Centralidade de Palavra	
Autoridade e Suficiência das Escrituras – Origem, Testemunho e nossa prática.	
A Doutrina Reformada da Autoridade Suprema das Escrituras*	
A Palavra sob Ataque	
2. A Soberania de Deus	17
Deus Reina: A Soberania Divina	
A Soberania de Deus: Liberdade e Aspectos do Soberano Poder de Deus	
3. As Doutrinas da Graça	20
1 – (T) Total Depravity (Depravação total).....20	
2 – (U) Unconditional Election (Eleição incondicional).....30	
3 –(L) Limited Atonement (Expição limitada).....38	
4 – (I) Irresistible Grace - (Graça Irresistível)..... 41	
5 – (P) Perseverance of Saints (Perseverança dos Santos).....44	
4. Mandato Cultural	53
Os Filhos de Deus e a Cultura Popular	
Evangelização e Missões	
5. Cinco Solas da Reforma	59
Cinco Solas da Reforma - Sola Scriptura – Somente as Escrituras,	
Solus Christus – Somente Cristo, Sola Gratia – Somente a Graça,	
Sola Fide – Somente pela Fé, Soli Deo Gloria – Somente glória a Deus	
6. A Reforma e os Reformadores	70
A Igreja Antes da Reforma e a Reforma	
Da igreja primitiva aos pré-reformadores	
Homens antecessores aos Reformadores	
Os Reformadores	
Credos Reformados	
Puritanos	
7. Arminianismo - heresia combatente ao Calvinismo.	103
Breve Histórico das Origens do Arminianismo	
João Calvino e “Os Cinco Pontos do Calvinismo”	
Cinco Pontos do Arminianismo & Cinco Pontos do Calvinismo	
Bibliografia.....110	
Indicações.....111	
Notas	
Indicações	

Introdução

A Teologia Reformada recebe seu nome da Reforma Protestante do século XVI, com suas ênfases teológicas distintas, mas é teologia solidamente baseada na própria Bíblia. Os crentes na tradição reformada têm alta consideração às contribuições específicas como as de Martinho Lutero, Úlrico Zwinglio, Guillherme Farel, Jonh Knox e, particularmente, de João Calvino, mas eles também encontram suas fortes distinções nos gigantes da fé que os antecederam, tais como Anselmo e Agostinho e principalmente nas cartas de Paulo e nos ensinamentos de Jesus Cristo.

Os Cristãos Reformados sustentam as doutrinas características de todos os cristãos, incluindo a Trindade, a verdadeira divindade e humanidade de Jesus Cristo, a necessidade do sacrifício de Jesus pelo pecado, a Igreja como instituição divinamente estabelecida, a inspiração da Bíblia, a exigência para que os cristãos tenham uma vida reta, e a ressurreição do corpo. Eles sustentam outras doutrinas em comum com cristãos evangélicos, tais como justificação somente pela fé, a necessidade do novo nascimento, o retorno pessoal e visível de Jesus Cristo e a Grande Comissão.

O que, então, é distinto a respeito da Teologia Reformada?ⁱ

1. A Doutrina das Escrituras

O compromisso da reforma para com a Escritura enfatiza a inspiração, autoridade e suficiência da Bíblia. Uma vez que a Bíblia é a Palavra de Deus e, portanto, tem a autoridade do próprio Deus, os reformadores afirmam que essa autoridade é superior àquela de todos os governos e de todas as hierarquias da Igreja. Essa convicção deu aos crentes reformados a coragem para enfrentar a tirania e fez da teologia reformada uma força revolucionária na sociedade. A suficiência das Escrituras significa que ela não necessita ser suplementada por uma revelação nova ou especial. A Bíblia é o guia completamente suficiente para aquilo que nós devemos crer e para como nós devemos viver como cristãos.

Os Reformadores, em particular, João Calvino, enfatizaram o modo como a Palavra escrita, objetiva e o ministério interior, sobrenatural do Espírito Santo trabalham juntos, e o Espírito Santo iluminando a Palavra para o povo de Deus. A Palavra sem a iluminação do Espírito Santo mantém-se como um livro fechado. A suposta condução do Espírito sem a Palavra leva a erros excessos. Os Reformadores também insistiam sobre o direito de os crentes estudarem as Escrituras por si mesmos. Ainda que não negando o valor de mestres capacitados, eles compreenderam que a clareza das Escrituras em assuntos essenciais para a salvação torna a Bíblia propriedade de todo crente. Com esse direito de acesso, sempre vem a responsabilidade sobre a interpretação cuidadosa e precisa.ⁱⁱ

Sola Scriptura (Somente as Escrituras)

1. Princípios da Reforma: sola gratia, sola fides, solus Christus, sacerdócio universal dos fiéis, **sola Scriptura**.

2. Sola Scriptura: somente a Escritura é a suprema autoridade em matéria de vida e doutrina; só ela é o árbitro de todas as controvérsias (= a supremacia das Escrituras). Ela é a norma normanda ("norma determinante") e não a norma normata ("norma determinada") para todas as decisões de fé e vida.

3. A autoridade da Escritura é superior à da Igreja e da tradição. Contra a afirmação católica: "a igreja ensina" ou "a tradição ensina," os reformadores afirmavam: "a Escritura ensina."

4. A experiência pessoal dos reformadores com as Escrituras e com o Cristo revelado nas Escrituras. Lutero: "Quando eu estava com 20 anos de idade, eu ainda não havia visto uma Bíblia. Eu achava que não existiam evangelhos ou epístolas exceto as que estavam escritas nas liturgias dominicais. Finalmente, encontrei uma Bíblia na biblioteca e levei-a comigo para o mosteiro. Eu comecei a ler, reler e ler tudo novamente, para grande surpresa do Dr. Staupitz."

5. Para os reformadores, a Bíblia não era um livro de doutrinas e proposições a serem aceitas intelectualmente ou mediante a autoridade da igreja, mas uma revelação direta, viva e pessoal de Deus, acessível a qualquer pessoa.

6. Daí a preocupação de colocar as Escrituras nas línguas vernaculares. Lutero e sua tradução no castelo de Wartburgo. Calvino e sua introdução ao Novo Testamento francês de seu primo Robert Olivétan (1535).

7. A autoridade das Escrituras é intrínseca: a Igreja não confere autoridade às Escrituras, mas apenas a reconhece. Essa autoridade decorre da origem divina das Escrituras.

8. Existem evidências internas e externas da inspiração e divina autoridade das Escrituras, mas estes atributos não são passíveis de "prova." A única evidência que importa é o "testemunho interno do Espírito" no coração do leitor. Ênfase de Calvino: "A menos que haja essa certeza [pelo testemunho do Espírito], que é maior e mais forte que qualquer juízo humano, será fútil defender a autoridade da Escritura através de argumentos, ou apoiá-la com o consenso da Igreja, ou fortalecê-lo com outros auxílios. A menos que seja posto este fundamento, ela sempre permanecerá incerta" (8.1.71).

9. A Igreja não se coloca acima da Escritura pelo fato de ter definido o seu cânon (Novo Testamento). A Igreja apenas reconheceu o que já era aceito há muito tempo pelos cristãos. Paralelo: a observância do domingo e sua oficialização por Constantino. A afirmação de que a igreja estabeleceu o cânon é verdadeira; mas o evangelho estabeleceu a igreja, e a autoridade da Escritura não está no cânon, mas no evangelho.

10. Não foi a igreja que formou a Escritura, mas vice-versa. A Igreja está edificada "sobre o fundamento dos apóstolos e profetas" (Ef 2:20), ou seja, o evangelho, que está contido nas Escrituras e é a sua essência. Lutero: a igreja, longe de ter prioridade sobre a Escritura, é na realidade uma criação da Escritura, nascida do ventre da Escritura.

11. Por isso, Cristo é o centro e a chave das Escrituras (ênfase especial dos reformadores). A Escritura se interpreta a si mesma ("analogia da Escritura"), sempre à luz do princípio cristológico. A mensagem central da Bíblia, o evangelho, é a única chave para a interpretação bíblica.

12. Essa ênfase cristocêntrica, levou Lutero a estabelecer distinções entre os livros da Bíblia. Nem todos revelam a Cristo com igual clareza. Os evangelhos e Paulo o fazem de maneira profunda. Já a carta de Tiago tem uma limitada ênfase cristológica ("epístola de palha").

13. A interpretação alegórica e os múltiplos sentidos atribuídos à Escritura, obscurecem a sua mensagem. Os reformadores deram ênfase ao sentido comum, histórico-gramatical.

14. Os "entusiastas" estavam errados ao apelarem para revelações diretas fora das Escrituras. O Espírito Santo é o autor último das Escrituras, o inspirador dos profetas e apóstolos. Ele não pode contradizer-se.

15. Por outro lado, o "princípio do livre exame" não significa interpretar as Escrituras de modo subjetivo e exclusivista. É preciso levar em conta a história e o testemunho da Igreja. Os reformadores não sentiram a necessidade de abandonar os credos do cristianismo antigo e o testemunho dos Pais da Igreja. Todos estes, porém, devem ser julgados e avaliados pela Escritura.

16. Lutero nada sabia de um conhecimento puramente objetivo, desinteressado ou erudito da Bíblia. "A Palavra de Deus é viva. Isto significa que ela vivifica aqueles que nela crêem. Portanto, devemos correr para ela antes de pertermos e morrermos." A experiência é necessária para o entendimento da Palavra: esta não deve ser simplesmente repetida ou conhecida, mas vivida e sentida. Na Escritura o Deus vivo e verdadeiro sempre confronta o leitor em julgamento e graça.

17. Alguns textos relevantes: Sl 19:7-11; Sl 119; Jo 5:39; Rm 15:4; 2 Tm 3:16-17.

Autor: Alderi Souza de Matos

Fonte: http://www.monergismo.com/textos/cinco_solas/solascriptura_alderi.htm

A Centralidade de Palavra

Na visão reformada, a Bíblia ocupa o centro do culto, pois é através dela que Deus nos fala. Calvino afirmou: "... a função peculiar do Espírito Santo consiste em gravar a Lei de Deus em nossos corações" [1]. A Igreja é a "escola de Deus" [2]. O Espírito é o "Mestre" [3] (o "Mestre interior") [4]. Para progredir nessa escola, "...devemos antes renunciar nosso próprio entendimento e nossa própria vontade" [5].

A pregação não deve ser rejeitada (ITs 5:19-21); deve ser entendida como a Palavra de Deus para nós; recusá-la é o mesmo que rejeitar o Espírito (cf. ITs 4:8). Como há falsos pregadores e falsos mestres, é necessário "provar" o que está sendo proclamado para ver se o seu conteúdo se coaduna com a Palavra de Deus (At 17: 11-12/ I Jo. 4: 1-6). No entanto, os homens querem ouvir mais o reflexo de seus desejos e pensamentos, a homologação de suas práticas. Assim, a palavra, que deveria ser profética, tende com frequência a se tornar apenas apetecível ao "público-alvo", aos seus valores e devaneios, ou, então, nós,

pregadores, somos tentados a usar a "eloquência" para compartilhar generalidades da semana, sempre, é claro, com uma alusão bíblica aqui ou ali, para justificar a "pregação" [6].

O fato é que uma geração incrédula é sempre crítica para com a palavra profética. Marvin Vincent estava certo ao declarar: "A demanda gera o suprimento. Os ouvintes convidam e moldam seus pregadores. Se as pessoas desejam um bezerro para adorar, o ministro que fabrica bezerras logo é encontrado" [7]. É preciso atenção redobrada para não cair nessa armadilha, uma vez que não é difícil confundir os efeitos de uma mensagem com o conteúdo do que anunciamos: a pregação deve ser avaliada pelo seu conteúdo, não pelos resultados. Esse assunto está ligado à vertente relacionada ao crescimento de Igreja. Iain Murray está correto ao afirmar:

o crescimento espiritual na graça de Cristo vem em primeiro lugar. Onde esse crescimento é menosprezado em troca da busca de resultados, pode haver sucesso, mas será de pouca duração e, no final, diminuirá a eficácia genuína da Igreja. A dependência de número de membros ou a preocupação com números freqüentemente tem se confirmado como uma armadilha para a Igreja.[8]

A confusão entre conteúdo e resultado é fácil de ser feita porque, como acentua John MacArthur Jr.: "O pregador que traz a mensagem que mais necessitam ouvir é aquele que eles menos gostam de ouvir".[9] Portanto, a popularidade pode, em muitos casos, ser um atestado da infidelidade do pregador na transmissão da voz profética. Lembremo-nos: "Toda a tarefa do ministro fiel gira em torno da Palavra de Deus - guardá-la, estudá-la e proclamá-la".[10] E: "Ninguém pode pregar com poder sobrenatural, se não pregar a Palavra de Deus".[11] Quanto mais confiarmos no poder de Deus operante através da Palavra, menos estaremos dispostos a confiar em nossa suposta capacidade. A Palavra que pregamos jamais será ineficaz no seu propósito.[12]

O pregador não "compartilha" opiniões nem dá "opiniões" sobre o texto bíblico, nem faz paráfrase irreverente do texto. O objetivo é expressar o que Deus disse sob a iluminação do Espírito. Pregador é explicar e aplicar a Palavra aos ouvintes. O aval de Deus não é sobre nossas teorias e escolhas, nem sobre a "graça" de piadas, mas sobre sua Palavra. Portanto, o pregador prega o texto, de onde provém a verdade de Deus para o seu povo. "Quando nos propomos a expor um texto, precisamos declarar exatamente o que o texto afirma".[13]

Quando Cristo retomar, certamente ele não se interessará por nossa escola homilética ou se fomos "progressistas" ou "conservadores", mas sim se fomos fiéis à Palavra em nossa vida e pregação. Devemos estar sinceramente atentos ao que o Espírito diz à Igreja através da Palavra. Isto é válido para quem ouve e para quem prega.

Outra verdade que precisa ser ressaltada é que apesar de muitos de nós não sermos "grandes" pregadores ou existirem pregadores infiéis, Deus fala. Por isso, há a responsabilidade de ambos os lados: quem prega, prega a Palavra; quem ouve, ouça com discernimento a Palavra do Espírito de Deus.

A pregação foi o meio deliberadamente escolhido por Deus para transformar pessoas e edificar seu povo, preservando a sã doutrina através da Igreja, que é o baluarte da verdade.

Autor. Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa

Fonte: Fundamentos da teologia reformada, pg. 139-142, Editora Mundo Cristão. Compre este maravilhoso livro em www.mundocristão.com.br

Nota:

[1] O livro dos Salmos, vol.2, p228.

[2] As Pastorais, p. 136; O profeta Daniel:1- 6, vol. 1, p.190.

[3] Exposição de Romanos, p. 58.

[4] As institutas, III 1.4; III. 2. 34; IV. 14. 9.

[5] Exposição de I Coríntios. P. 100.

[6] Veja D Martyn Lloyd-Jones, As insondáveis riquezas de Cristo, p. 52

[7] Word studies in the New Testament, vol. 4, p. 321.

[8] "A igreja crescimento e sucesso", em fé para hoje, n°6, 2000

[9] Com vergonha do evangelho, p. 35. Packer faz uma pergunta inquietante: "Costumamos lamentar, hoje em dia, que os ministros não sabem pregar; mas não é igualmente verdadeiro que nossas congregações sabem ouvir?" (entre os gigantes de Deus: Uma visão puritana da vida cristã, p. 275).

[10] John F. MacArthur Jr., Com vergonha do evangelho, p. 29.

[11] Idem, p. 30.

[12] Veja Bryan Chapell, Pregação cristocêntrica, p. 22.

[13] Kenneth A. Macrae, "A pregação e o perigo do comprometimento", em: Fé para hoje, n° 7, p. 4.

Autoridade e Suficiência das Escrituras – Origem, Testemunho e nossa prática.

Um dos princípios sustentado pela Reforma Protestante do Século 16 foi a afirmação da suficiência das Escrituras (*Sola Scriptura* significa *Somente as Escrituras*, em latim). Com isso, os Reformadores enfatizaram que somente a Bíblia é a única autoridade infalível dentro da Igreja: Somente as Escrituras são incondicionalmente autoritativas.

Um dos problemas fundamentais entre os cristãos do século 20/21, está na não aceitação teórica (confessional) e prática (vivencial) da Bíblia como Palavra autoritativa, inerrante e infalível de Deus. Uma visão relapsa deste ponto determina o fracasso teológico e espiritual da Igreja.

Este desvio teológico, acerca destas doutrinas, tem contribuído de forma acentuada, para que os homens não mãos discirnam a palavra de Deus e, por isso, não possam gozar da sua operação eficaz levada a efeito pelo Espírito (Cf. 1Ts 2.13 compare com Jo17.17), caindo assim, na “rampa escorregadia” da negação de outras doutrinas. Vejamos, então, alguns aspectos concernentes à autoridade das Escrituras.

1. A Suficiência das Escrituras: Sua Origem

Deus é o Autor da Escrituras. Mesmo a Bíblia sendo registrada por homens, falando do pecado do homem, descrevendo a desobediência circunstancial de seus autores secundários, ela é prioritariamente um livro divino.

Paulo diz que “toda Escritura é inspirada por Deus” (2 Tm 3.16), indicando a sua procedência: toda a Escritura Sarada é soprada, exalada por Deus. Esta Palavra não foi apenas entregue aos homens, mas foi preservada por Deus; Deus preservou ao seu registro e quanto à sua conservação.

Warfield (1851-1921), comentando o texto de 2 Timóteo 3.16, diz: “Numa palavra, o que se declara nesta passagem fundamental é, simplesmente, que as Escrituras são um produto divino, sem qualquer indicação da maneira como Deus operou para as produzir. Não se poderia escolher nenhuma outra expressão que afirmasse, com maior saliência, a produção divina das Escrituras, como esta o faz. 9.(...) Paulo (...) afirma com toda a energia possível, que as Escrituras são o produto de uma operação especificamente divina.”¹

Com isto, estamos dizendo que o Deus que se revelou, esteve “expirando” os homens que ele mesmo separou para registrarem esta revelação. A inspiração bíblica garante que seja registrado de forma veraz aquilo que a inspiração profética fazia com respeito à palavra do profeta, para que ela correspondesse literalmente À mente de Deus; em outras palavras: a Palavra escrita é tão fidedigna quando a Palavra falada pelos profetas; ambas foram inspiradas por Deus.

2. A Suficiência do Testemunho das Escrituras

A Bíblia autentica-se a si mesma como o registro inspirado e inerrante da revelação de Deus. Deus ordenou que a sua palavra fosse escrita (Ex 17.14), sendo chamado este registro de “Livro do Senhor” (Is 34.16). Analisemos este ponto substanciando-o com alguns dos muitos textos bíblicos que fundamentam a nossa afirmação:

A. Os Profetas

1) Os profetas são descritos como aqueles dos quais Deus fala (Ex 7.1; Dt 18.15,18; Jr 1.9; 7.1). O Profeta não criava nem adaptava a mensagem; a ele competia transmiti-la como havia recebido (Ex 4.30; Dt 4.2,5). O que se exige do Profeta é fidelidade.

2) Os Profetas tinham consciência de que foram chamados por Deus (1 Sm 3; Is 6; Jr 1; Ez 1-3); receberam a mensagem da parte de Deus (Nm 23.5; Dt 18.18; Jr 1.9; 5.14), que era distinta dos seus próprios pensamentos (Nm 16.28; 24.13; 1 Rs 12.33; Ne 6.8). Os falsos profetas eram acusados justamente de proferirem as suas próprias palavras e não as de Deus (Jr 14.14; 23.16; 29.9; Ez 13.2,3,6).

3) Quando os profetas se dirigiam ao povo, diziam: “Assim diz o Senhor...”, “Ouvi a Palavra do Senhor...”. “Veio a Palavra do Senhor” (Cf. Ez 31.1; Os 1.1; Jl 1.1; Am 1.3; 2.1; Ob 1.1; Mq 1.1; Jr 27.1; 30.1,4, etc.); isto indicava a certeza que tinham de que Deus lhes dera a mensagem e os enviara (Cf. Jr 20.7-9; Ez 3.4ss, 17,22; 37.1; Am 3.8; Jn 1.2).

4) um fato importante a favor da sinceridade dos profetas de Deus, é que nem sempre eles entendiam a mensagem transmitida (Cf. Dn 12.8,9; Zc 1.9; 4.4; 1 Pe 1.10,11).

B. Os apóstolos

Os escritores do Novo Testamento reconheciam ser o Antigo Testamento a Palavra de Deus (Hb 1.1; 3.7), sendo a “Escritura” um registro fiel da história e da vontade de Deus (Rm 4.3; 9.17; Gl 3.8; 4.30).

Os Apóstolos falavam com a convicção de que estavam pregando e ensinado a Palavra inspirada de Deus, dirigidos pelo Espírito Santo (Vd. 1 Co 2.4-13; 7.10; 14.37; 2 Co 13.2,3; Gl 1.6-9; Cl 4.16; 1 Ts 2.13; 2 Ts 3.14)

Paulo e Pedro colocavam os Escritos do Novo Testamento no mesmo nível do Antigo Testamento (Cf. 1 Tm 5.18 compara com Dt 25.4; Lc 10.7; 2 Pe 3.16).

Paulo reconheceu os apóstolos e os profetas, no mesmo nível, como os fundamentos da Igreja, edificados sobre Jesus Cristo, a pedra angular (Ef 2.20)

C. Jesus Cristo

Jesus apela para o Antigo Testamento, considerando-o como a expressão fiel do Conselho de Deus, sendo a verdade final e decisória. Deus é o autor das Escrituras (Mt 4.4,7, 10; 11.10; 15.4; 19.4; 21.16,42; 22.29; Mt 105-9; 12.24; Lc 19.46; 24.25-27; 44-47; Jo 10.34).

D. Afirmações diretas das Escrituras

O Novo Testamento declara enfaticamente que toda a Escritura, como Palavra de Deus, é inspirada, inerrante e infalível (Vd. Mt 5.18; Lc 16.17, 29, 31; Jo 10.35; At 1.16; 4.24-26; 28.25; Rm 15.4; 2 Tm 3.16; Hb 1.1,2; 3.7-11; 10.15-17; 2 Pe 1.20).

A Bíblia fornece argumentos racionais que demonstram a sua inspiração e inerrância, todavia, os homens só poderão ter esta convicção mediante o testemunho interno do Espírito Santo (Sal 119.118).² Os discípulos de Cristo, só entenderam as Escrituras, quando o próprio Jesus lhes abriu o entendimento (Lc 24.45). A Escritura autentica-se a si mesma e nós a recebemos pelo Espírito.³

A Igreja sustenta a total rendição às reivindicações proféticas, apostólicas e do próprio Cristo. Diante de um testemunho tão evidente, como poderia eu descartá-lo e seguir as opiniões fantasiosas de homens? O cristão sincero deve aprender, pelo Espírito de Deus, a subordinar a sua inteligência à sabedoria de Deus revelada nas Escrituras e a guardar no coração a Palavra de Deus (Sl 119.11)

3. A Suficiência das Escrituras e a Evangelização

No ato evangelizador da Igreja, ela prega a palavra de Deus conforme a ordem divina expressa nas Escrituras; fala da salvação eterna oferecida por Cristo, conforme as Escrituras proclama as perfeições de Deus, conforme as Escrituras... Ora, se a Igreja não tem certeza da fidedignidade do que ensina, como então, poderá testemunhar de forma honesta?

Uma Igreja que não aceite a inspiração e a inerrância bíblica, não poderá ser uma igreja missionária. Como poderemos pregar a palavra se não estivermos confiantes do sentido exato do que está sendo dito? Como evangelizar se nós mesmos não temos certeza, se o que falamos procede da Palavra de Deus ou, está embasado numa falácia? Paulo dá testemunho de que a Escritura é fiel; por isso, ele a ensinava com autoridade (1 Tm 1.15; 4.9 compare com 2 Tm 4.6-8).

Satanás objetando esmorecer o ímpeto evangelístico da Igreja, tem usado deste artifício: minar a doutrina da inspiração e inerrância das Escrituras, a fim de que a Igreja perca a compreensão de sua própria natureza e, assim, substitua a pregação evangélica por discursos éticos, políticos e propaganda pessoal. Aliás, A Escritura sempre foi um dos alvos prediletos de Satanás (Vd. Gn 3.1-5; Mt 4.3,6,8,9; 2 Co 4.3,4). Entretanto, a Igreja é chamada a proclamar com firmeza o Evangelho, conforme registrado na Bíblia e preservado pelo Espírito através dos séculos (2 Tm 4.2).

A Igreja prega o Evangelho, consciente de que ele é o poder de Deus para salvação do pecador (Rm 1.16); por isso, recusar o Evangelho significa rejeitar o próprio Deus que nos fala (1 Ts 4.8). Calvino, comentado Romanos 1.16, diz que aqueles que “se retraem de ouvir a Palavra proclamada estão premeditadamente rejeitando o poder de Deus e repelindo de si a mão divina que pode libertá-los.” [4] A Igreja proclama a Palavra, não as suas opiniões a respeito da Palavra, consciente que Deus age através das Escrituras, produzindo frutos de vida eterna (Rm 10.8-17; 1 Co 1.21; 1 Co 15.11; Cl 1.3-6; 1 Ts 2.13,14). A Igreja por si só não produz vida, todavia ela recebeu a vida em Cristo (Jo 10.10), através da sua Palavra vivificadora; deste modo, ela ensina a Palavra, para que pelo Espírito de Cristo, que atua mediante as Escrituras, os homens creiam e recebam vida abundante e eterna.

Conclusão

Nós somos herdeiros dos princípios bíblicos da Reforma; para nós, como para os Reformadores, **a Palavra de Deus é a fonte autoritativa de Deus para o nosso pensar, crer sentir e agir: A Palavra de Deus é-nos suficiente.**

Quando Satanás tentou a Jesus durante os seus 40 dias de jejum e oração no deserto, dizendo: “Se és Filho de Deus, manda que estas pedras se transforme em pães” (Mt 4.3), Jesus Cristo, recorrendo ao Livro de Deuteronômio, capítulo 8, verso 3, respondeu: “ Não só de pão viverá o homem, mas de toda a palavra que procede de Deus” (Mt 4.4). Notemos que esta afirmação torna-se ainda mais dramática se consideramos o fato de que Jesus estava à beira da inanição, sendo induzido a pensar que caso não comesse imediatamente poderia morrer.

Nestas palavras, não temos um contraste entre o espiritual e o físico, antes; há uma demonstração categórica, feita por Cristo, de que devemos ter em mente que a nossa sustentação, em todos os sentidos, provém de Deus: Somos sustentados pela Palavra de Deus. O mesmo Espírito que nos regenerou através da Palavra (Tg 1.18; 1Pe 1.23), age mediante esta mesma Palavra, para que vivamos, de fato, como novas criaturas que somos. A Bíblia é o instrumento eficaz do Espírito, porque ela foi inspirada pelo Espírito Santo (2Pe 1.21).

Jesus orou ao Pai para que ele nos santificasse na Verdade, que é a sua Palavra. Meus irmãos, se quisermos crescer espiritualmente temos de recorrer à Palavra vivificada de Cristo; somente ela pode nos tornar sábios para a Salvação mediante a fé depositada unicamente em Jesus Cristo (2 Tm 3.15). Com este propósito ela foi-nos concedida (Rm 15.4).

Você aceita a autoridade das Escrituras? Quando sua opinião sobre determinado tema é uma e a posição da Bíblia é outra, com qual você fica?

Nota:

¹B.B.WARFIELD, *The Inspiration of the Bible: In: The Works of Benjamin B. Warfield*, Grande Rapids, Michigan, Baker Book House, 1981, Vol. I, p. 79.

²Vd. J. Calvino, **Exposição de Romanos**, São Paulo, Paracletos, 199 (Rm 8.16), p. 279.

³Vd. J. Calvino, **As Institutas** São Paulo, Casa Presbiteriana, 1985, I;7.4-5 e I.8.13

[4] J. Calvino, **Exposição de Romanos**, (Rm 1.16), p. 58.

Autor: Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa

Fonte: Revista Palavra Viva – Graça e Fé, lição 04 - *Sola Scriptura*, pg 13-16, Editora Cultura Cristã.

A Doutrina Reformada da Autoridade Suprema das Escrituras*

A doutrina que me proponho a considerar neste artigo foi de fundamental importância na Reforma Protestante do Século XVI. Em contraposição, por um lado, à doutrina católica romana de uma tradição oral apostólica e, por outro lado, ao misticismo dos assim chamados entusiastas ou reformadores radicais, os Reformadores defenderam a doutrina da autoridade suprema das Escrituras. Essa foi, portanto, a resposta deles à autoridade da tradição eclesiástica e do misticismo pessoal.

A autoridade suprema das Escrituras também é uma doutrina puritano-presbiteriana. A ela os puritanos tiveram que apelar frequentemente na luta que foram obrigados a travar contra as imposições litúrgicas da Igreja Anglicana.¹ A *Confissão de Fé de Westminster* professa a referida doutrina em três parágrafos do seu primeiro capítulo. No quarto parágrafo, ela trata da origem ou fundamento da autoridade das Escrituras:

A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu Autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a Palavra de Deus.

O parágrafo quinto aborda a questão da certeza ou convicção pessoal da autoridade das Escrituras:

Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço pela Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, a eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a Palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo que, pela Palavra e com a Palavra, testifica em nossos corações.

O décimo e último parágrafo desse capítulo confere às Escrituras (a voz do Espírito Santo) a palavra final para toda e qualquer questão religiosa, reconhecendo-a como supremo tribunal de recursos em matéria de fé e prática:

O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas, e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as

doutrinas de homens e opiniões particulares; o Juiz Supremo, em cuja sentença nos devemos firmar, não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.

Em dias como os que estamos vivendo, em que cresce a impressão de que o evangelicalismo moderno (particularmente o brasileiro) manifesta profunda crise teológica, eclesial e litúrgica,² convém considerar novamente essa importante doutrina reformado-puritana. Convém uma palavra de alerta contra antigas e novas tendências de *usurpar* ou *limitar* a autoridade da Palavra de Deus. Tal é o propósito deste artigo.

I. DEFINIÇÃO

O que queriam dizer os Reformadores ao professarem a doutrina da autoridade das Escrituras? Que, por serem divinamente inspiradas, elas são verídicas em todas as suas afirmativas. Segundo esta doutrina, as Escrituras são a fonte infalível de informação que estabelece definitivamente qualquer assunto nelas tratado: a única regra infalível de fé e de prática, o supremo tribunal de recursos ao qual a Igreja pode apelar para a resolução de qualquer controvérsia religiosa.

Isto não significa que as Escrituras sejam o único instrumento de revelação divina. Os atributos de Deus se revelam por meio da criação: a revelação natural (cf. Sl 19:1-4 e Rm 1:18-20). Uma versão da sua lei moral foi registrada em nosso coração: a consciência (cf. Rm 2:14-15), "uma espia de Deus em nosso peito," "uma embaixadora de Deus em nossa alma," como os puritanos costumavam chamá-la.³ A própria pessoa de Deus, o ser de Deus, revela-se de modo especialíssimo no Verbo encarnado, a segunda pessoa da Trindade (cf. Jo 14.19; Cl 1.15 e 3.9).

Mas, visto que Cristo nos fala agora pelo seu Espírito por meio das Escrituras, e que as revelações da criação e da consciência não são nem perfeitas e nem suficientes por causa da queda, que corrompeu tanto uma como outra, a palavra final, suficiente e autoritativa de Deus para esta dispensação são as Escrituras Sagradas.

II. BASE BÍBLICA

A base bíblica da doutrina reformada da autoridade suprema das Escrituras é tanto inferencial como direta.

A. Base Inferencial

É inferencial, porque decorre do ensino bíblico a respeito da inspiração divina das Escrituras. Visto que as Escrituras não são produto da mera inquirição espiritual dos seus autores (cf. 2 Pe 1.20), mas da ação sobrenatural do Espírito Santo (cf. 2 Tm 3.16 e 2 Pe 1.21), infere-se que são autoritativas. Na linguagem da *Confissão de Fé*, a autoridade das Escrituras procede da sua autoria divina: "porque é a Palavra de Deus."

Isto não significa que cada palavra foi ditada pelo Espírito Santo, de modo a anular a mente e a personalidade daqueles que a escreveram. Os autores bíblicos não escreveram mecanicamente. As Escrituras não foram psicografadas, ou melhor, "pneumografadas." Os diversos livros que compõem o cânon revelam claramente as características culturais, intelectuais, estilísticas e circunstanciais dos diversos autores. Paulo não escreve como João ou Pedro. Lucas fez uso de pesquisas para escrever o seu Evangelho e o livro de Atos. Cada autor escreveu na sua própria língua: hebraico, aramaico e grego. Os autores bíblicos, embora secundários, não foram instrumentos passivos nas mãos de Deus. A superintendência do Espírito não eliminou de modo algum as suas características e peculiaridades individuais. Por outro lado, a agência humana também em nada prejudicou a revelação divina. Seus autores humanos foram de tal modo dirigidos e supervisionados pelo Espírito Santo que tudo o que foi registrado por eles nas Escrituras constitui-se em revelação infalível, inerrante e autoritativa de Deus. Não somente as idéias gerais ou fatos revelados foram registrados, mas as próprias palavras empregadas foram escolhidas pelo Espírito Santo, pela livre instrumentalidade dos escritores.⁴

O fato é que, por procederem de Deus, as Escrituras reivindicam atributos divinos: são *perfeitas, fiéis, retas, puras, duram para sempre, verdadeiras, justas* (Sl 19.7-9) e *santas* (2 Tm 3.15).⁵

B. Base Direta

Mas a doutrina reformada da autoridade das Escrituras não se fundamenta apenas em inferências. Diversos textos bíblicos reivindicam autoridade suprema.

Os profetas do Antigo Testamento reivindicam falar palavras de Deus, introduzindo suas profecias com as assim chamadas fórmulas proféticas, dizendo: "assim diz o Senhor," "ouvi a palavra do Senhor," ou "palavra que veio da parte do Senhor."⁶ No Novo Testamento, vários textos do Antigo Testamento são citados, sendo atribuídos a Deus ou ao Espírito Santo. Por exemplo: "Assim diz o Espírito Santo..." (Hb 3:7ss).⁷

A autoridade apostólica também evidencia a autoridade suprema das Escrituras. O Apóstolo Paulo dava graças a Deus pelo fato de os tessalonicenses terem recebido as suas palavras "não como palavra de homens, e, sim, como em verdade é, a palavra de Deus, a qual, com efeito, está operando eficazmente em vós, os que credes" (1 Ts 2:13). Que autoridade teria Paulo para exortar aos gálatas no sentido de rejeitarem qualquer evangelho que fosse além do evangelho que ele lhes havia anunciado, ainda que viesse a ser pregado por anjos? Só há uma resposta razoável: ele sabia que o evangelho por ele anunciado não era segundo o homem; porque não o havia aprendido de homem algum, mas mediante revelação de Jesus Cristo (Gl 1:8-12).

Jesus também atesta a autoridade suprema das Escrituras: pelo modo como a usa, para estabelecer qualquer controvérsia: "está escrito"⁸ (exemplos: Mt 4:4,6,7,10; etc.), e ao afirmar explicitamente a autoridade das mesmas, dizendo em João 10:35 que "a Escritura não pode falhar."⁹

III. USURPAÇÕES DA AUTORIDADE DAS ESCRITURAS

Apesar da sólida base bíblico-teológica em favor da doutrina reformada da autoridade suprema das Escrituras, hoje, como no passado, deparamo-nos com a mesma tendência geral de diminuir a autoridade das Escrituras. E isso ocorre de duas maneiras: por um lado, há a propensão em admitir fontes adicionais ou suplementares de autoridade, que tendem a usurpar a autoridade da Palavra de Deus. Por outro lado, há a tendência de limitar a autoridade das Escrituras, negando-a, subjetivando-a ou reduzindo o seu escopo.

Com relação à primeira dessas tendências, pelo menos três fontes suplementares usurpadoras da autoridade das Escrituras podem ser identificadas: a *tradição* (degenerada em tradicionalismo), a *emoção* (degenerada em emocionalismo) e a *razão* (degenerada no racionalismo). Sempre que um desses elementos é indevidamente enfatizado, a autoridade das Escrituras é questionada, diminuída ou mesmo suplantada.

A. A Tradição Degenerada em Tradicionalismo

Este foi um dos grandes problemas enfrentados pelo Senhor Jesus. A religião judaica havia se tornado incrivelmente tradicionalista. Havendo cessado a revelação, os judeus, já no segundo século antes de Cristo, produziram uma infinidade de tradições ou interpretações da Lei, conhecidas como *Mishnah*. Essas tradições foram cuidadosamente guardadas pelos escribas e fariseus por séculos, até serem registradas nos séculos IV e V A.D., passando a ser conhecidas como o *Talmude*,¹⁰ a interpretação judaica oficial do Antigo Testamento até o dia de hoje. Muitas dessas tradições judaicas eram, entretanto, distorções do ensino do Antigo Testamento. Mas tornaram-se tão autoritativas, que suplantaram a autoridade do Antigo Testamento. Jesus acusou severamente os escribas e fariseus da sua época, dizendo:

Em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens. Negligenciando o mandamento de Deus, guardais a tradição dos homens. E disse-lhes ainda: Jeitosamente rejeitais o preceito de Deus para guardardes a vossa própria tradição... invalidando a palavra de Deus pela vossa própria tradição que vós mesmos transmitistes... (Mc 7:7-9,13).¹¹

O Apóstolo Paulo também denunciou essa tendência. Escrevendo aos colossenses, ele advertiu:

Cuidado que ninguém vos venha a enredar com sua filosofia e vãs sutilezas, conforme a tradição dos homens, conforme os rudimentos do mundo, e não segundo Cristo... Se morrestes com Cristo para os rudimentos do mundo, por que, como se vivêsseis no mundo, vos sujeitais a ordenanças: Não manuseieis isto, não proveis aquilo, não toques aquilo outro, segundo os preceitos e doutrinas dos homens? (Cl 2.8,20-22).

Quinze séculos depois, os Reformadores se depararam com o mesmo problema: as tradições contidas nos livros *apócrifos* e *pseudepígrafos*, nos escritos dos pais da igreja, nas decisões conciliares e nas bulas papais também degeneraram em tradicionalismo. As tradições eclesiásticas adquiriram autoridade que não possuíam, usurpando a autoridade bíblica. É neste contexto que se deve entender a doutrina reformada da autoridade das Escrituras. Trata-se, primordialmente, de uma reação à posição da Igreja Católica.

Isto não significa, entretanto, que a tradição eclesiástica seja necessariamente ruim. Se a tradição reflete, de fato, o ensino bíblico, ou está de acordo com ele, não sendo considerada normativa (autoritativa) a não ser que reflita realmente o ensino bíblico, então não é má. Os próprios Reformadores produziram, registraram e empregaram confissões de fé e catecismos (os quais também são tradições eclesiásticas). Para eles, contudo, esses símbolos de fé não têm autoridade própria, só sendo normativos na medida em que refletem fielmente a autoridade das Escrituras.

O problema, portanto, não está na tradição, mas na sua degeneração, no tradicionalismo, que atribui à tradição autoridade inerente. O tradicionalismo atribui autoridade às tradições, pelo simples fato de serem antigas ou geralmente observadas, e não por serem bíblicas. Essa tendência acaba sempre usurpando a autoridade das Escrituras.

B. A Emoção Degenerada em Emocionalismo

Outra fonte de autoridade que sempre ameaça a autoridade das Escrituras é a emoção, quando degenerada em emocionalismo. Isto quase inevitavelmente conduz ao misticismo. Na esfera religiosa, freqüentemente é dado um valor exagerado à intuição, ao sentimento, ao convencimento subjetivo. Quando tal ênfase ocorre, facilmente esse sentimento subjetivo de convicção, pessoal e interno, é explicado misticamente, em termos de iluminação espiritual e revelação divina direta, seja por meio do Espírito, seja pela instrumentalidade de anjos, sonhos, visões, arrebatamentos, etc.

Não é que Deus não tenha se revelado por esses meios. Ele de fato o fez. Foi, em parte, através desses meios que a revelação especial foi comunicada à Igreja e registrada no cânon pelo processo de inspiração. O que se está afirmando é que o misticismo copia, forja essas formas reais de revelação do passado, para reivindicar autoridade que na verdade não é divina, mas humana (quando não diabólica). Essa tendência não é de modo algum nova. Eis as palavras do Senhor através do profeta Jeremias:

Assim diz o Senhor dos Exércitos: Não deis ouvido às palavras dos profetas que entre vós profetizam, e vos encham de vãs esperanças; falam as visões do seu coração, não o que vem da boca do Senhor... Até quando sucederá isso no coração dos profetas que proclamam mentiras, que proclamam só o engano do próprio coração?... O profeta que tem sonho conte-o como apenas sonho; mas aquele em quem está a minha palavra, fale a minha palavra com verdade. Que tem a palha com o trigo? diz o Senhor (Jr 23.16,26,28).

Séculos depois o Apóstolo Paulo enfrentou o mesmo problema. Ele próprio foi instrumento de revelações espirituais verdadeiras, inspirado que foi para escrever suas cartas canônicas. Nessa condição, ele sabia muito bem o que eram sonhos, visões, revelações e arrebatamentos. Mas, ainda assim, advertiu aos colossenses, dizendo: "Ninguém se faça árbitro contra vós outros, pretextando humildade e culto dos anjos, baseando-se em visões, enfatuado sem motivo algum na sua mente carnal" (Cl 2:18). Tanto Jesus como os apóstolos advertem a Igreja repetidamente contra os falsos profetas, os quais ensinam como se fossem apóstolos de Cristo, mas que não passam de enganadores.

Pois bem, sempre que tal coisa ocorre, a autoridade das Escrituras é ameaçada. O misticismo, como degeneração das emoções (não se pode esquecer que também as emoções foram corrompidas pelo pecado) tende sempre a usurpar, a competir com a autoridade das Escrituras, chegando mesmo freqüentemente a suplantá-la. Na época dos Reformadores não foi diferente. Eles combateram grupos místicos por eles chamados de entusiastas¹² que reivindicavam autoridade espiritual interior, luz interior, revelações espirituais adicionais que suplantavam ou mesmo negavam a autoridade das Escrituras. Esta tem sido igualmente uma das características mais comuns das seitas modernas, tais como mormonismo, testemunhas de Jeová, adventismo do sétimo dia, etc. Entre os movimentos pentecostais e carismáticos também não é incomum a emoção degenerar em emocionalismo, produzindo um misticismo usurpador da autoridade das Escrituras.

C. A Razão Degenerada em Racionalismo

A ênfase exagerada na razão também tende a usurpar a autoridade das Escrituras. O homem, devido a sua natureza pecaminosa, sempre tem resistido a submeter sua razão à autoridade da Palavra de Deus. A tendência é sempre tê-la (a razão) como fonte suprema de autoridade. Isto foi consequência da queda. Na verdade, foi também a causa, tanto da queda de Satanás como de nossos primeiros pais. Ambos caíram por darem mais crédito às suas conclusões do que à palavra de Deus. Desde então, essa soberba mental, essa altivez intelectual tem tendido sempre a minar a autoridade da Palavra de Deus, oral (antes de ser registrada) ou escrita.

Por que o ser humano, tendo conhecimento de Deus, não o glorifica como Deus nem lhe é grato? O Apóstolo Paulo explica: porque, suprimindo a verdade de Deus (Rm 1:18), "...se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, obscurecendo-se-lhes o coração insensato. Inculcando-se por sábios, tornaram-se loucos... pois eles mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura, em lugar do Criador..." (Rm 1:21-22,25).

Esta tem sido, sem dúvida, a causa de uma infinidade de heresias e erros surgidos no curso da história da Igreja. A heresia de Marcião, o gnosticismo, o arianismo, o docetismo, o unitarianismo, e mesmo o arminianismo são todos erros provocados pela dificuldade do homem em submeter sua razão à revelação bíblica. Todos preferiram uma explicação racional, lógica, em lugar da explicação bíblica que lhes parecia inaceitável. Assim, Marcião concebeu dois deuses, um do Antigo e outro do Novo Testamento. Por isso, também o gnosticismo fez distinção moral entre matéria e espírito. Já o arianismo originou-se da dificuldade de Ario em aceitar a eternidade de Cristo. Do mesmo modo, o docetismo surgiu da dificuldade de alguns em admitir um Cristo verdadeiramente divino-humano. O unitarianismo, por sua vez, decorre da recusa em aceitar a doutrina bíblica da Trindade, enquanto que o arminianismo surgiu da dificuldade de Armínio em conciliar a doutrina da soberania de Deus com a doutrina da responsabilidade humana (rejeitando a primeira).

A tendência da razão em usurpar a autoridade das Escrituras tem sido especialmente forte nos últimos dois séculos. O desenvolvimento científico e tecnológico instigou a soberba intelectual do homem.

Assim, passou-se a acreditar apenas no que possa ser constatado, comprovado, pela razão e pela lógica. A ciência tornou-se a autoridade suprema, a única regra de fé e prática. E a Igreja passou a fazer concessões e mais concessões, na tentativa de harmonizar as Escrituras com a razão e com a ciência. O relato bíblico da criação foi desacreditado pela teoria da evolução; os milagres relatados nas Escrituras foram rejeitados como mitos; e muitos estudiosos das Escrituras passaram a assumir uma postura crítica, não mais submissa aos seus ensinamentos. Foi assim que surgiu o método de interpretação histórico-crítico em substituição ao método histórico-gramatical. Nele, é a suprema razão humana que determina o que é escriturístico ou mera tradição posterior, o que é milagre ou mito, o que é verdadeiro ou falso nas Escrituras.

Mas antes de se atribuir tanta autoridade à ciência, convém considerar a sua história. Quão falível e mutável é! A grande maioria dos "fatos" científicos de dois séculos atrás já foram rejeitados pela própria ciência. Além disso, com que frequência meras teorias e hipóteses científicas são tomadas como fatos científicos comprovados!¹³

IV. LIMITAÇÕES DA AUTORIDADE DAS ESCRITURAS

Além das tendências que acabei de considerar, propensas a usurpar a autoridade das Escrituras, existem outras, que tendem a limitar a autoridade bíblica, *negando-a*, *subjetivando-a* ou *reduzindo o seu escopo*. É o que têm feito a teologia liberal, a neo-ortodoxia e o neo-evangelicalismo, com relação a três dos principais aspectos da doutrina da autoridade das Escrituras. Estas três concepções de "autoridade" bíblica precisam ser entendidas. Elas estão sendo bastante divulgadas em nossos dias, e são, em certo sentido, até mais perigosas do que as tendências anteriormente mencionadas, por serem mais sutis. Este assunto pode ser melhor entendido considerando-se os três principais aspectos da doutrina da autoridade das Escrituras: sua *origem* (ou base), *certeza* (ou convicção) e *escopo* (ou abrangência).

A. Origem ou Base da Autoridade das Escrituras

A origem ou base da autoridade das Escrituras, como já foi mencionado, encontra-se na sua autoria divina. As Escrituras são autoritativas porque são de origem divina: o Espírito Santo é o seu autor primário. Para os Reformadores, as Escrituras são autoritativas porque são a Palavra de Deus inspirada. Por isso são infalíveis, inerrantes, claras, suficientes, etc.

A teologia liberal (racionalista) nega a própria base da autoridade da Escritura, negando a sua origem divina. Para ela, as Escrituras são mero produto do espírito humano, expressando verdades divinas conforme discernidas pelos seus autores, bem como erros e falhas características do homem. Sua autoridade, portanto, não é divina nem inerente, mas humana, devendo ser determinada pelo julgamento da razão crítica. Eis o que afirmam: "A verdade divina não é encontrada em um livro antigo, mas na obra contínua do Espírito na comunidade, conforme discernida pelo julgamento crítico racional."¹⁴ De acordo com a teologia liberal, "nós estamos em uma nova situação histórica, com uma nova consciência da nossa autonomia e responsabilidade para repensar as coisas por nós mesmos. Não podemos mais apelar à inquestionável autoridade de um livro inspirado."¹⁵

B. Certeza da Autoridade das Escrituras

A certeza ou convicção da autoridade das Escrituras¹⁶ provém do testemunho interno do Espírito Santo. A excelência do seu conteúdo, a eficácia da sua doutrina e a sua extraordinária unidade são algumas das características das Escrituras que demonstram a sua autoridade divina. Contudo, admitimos que "a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo, que pela Palavra e com a Palavra, testifica em nossos corações."¹⁷

O testemunho da Igreja com relação à excelência das Escrituras pode se constituir no *meio* pelo qual somos persuadidos da sua autoridade, mas não na *base* ou *fundamento* da nossa persuasão. A nossa persuasão da autoridade da Bíblia dá-se por meio do testemunho interno do Espírito Santo com relação à sua inspiração. Na concepção reformada, se alguém crê, de fato, na autoridade suprema das Escrituras como regra de fé e prática, o faz como resultado da ação do Espírito Santo. É ele, e só ele, quem pode persuadir alguém da autoridade da Bíblia.

Essa persuasão não significa de modo algum uma revelação adicional do Espírito. Significa, sim, que a ação do Espírito na alma de uma pessoa, iluminando seu coração e sua mente em trevas, regenerando-a, fazendo-a nova criatura, dissipa as trevas espirituais da sua mente, remove a obscuridade do seu coração, permitindo que reconheça a autoridade divina das Escrituras. O Apóstolo Paulo trata deste assunto escrevendo aos coríntios. Ele explica, na sua primeira carta, que, "o homem natural não aceita as cousas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las porque elas se discernem espiritualmente" (1 Co 2.14). O homem natural, em estado de pecado, perdeu a sua capacidade original de compreender as coisas espirituais. Ele não pode, portanto, reconhecer a autoridade das Escrituras; ele não tem capacidade para isso. Na sua segunda carta aos coríntios o Apóstolo é ainda mais explícito, ao observar que,

...se o nosso evangelho ainda está encoberto, é para os que se perdem que está encoberto, nos quais o deus deste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, o qual é a imagem de Deus... Porque Deus que disse: de trevas resplandecerá luz —, ele mesmo resplandeceu em nossos corações, para iluminação do conhecimento da glória de Deus na face de Cristo (2 Co 4.3-4,6).

O que Paulo afirma aqui é que o homem natural, o incrédulo, está cego como resultado da obra do diabo, que o fez cair. Nesse estado, ele está como um deficiente visual, que não consegue perceber nem mesmo a luz do sol. Pode-se compreender melhor o testemunho interno do Espírito com esta ilustração. O testemunho do Espírito não é uma nova luz no coração, mas a sua ação através da qual ele abre os olhos de um pecador, permitindo-lhe reconhecer a verdade que lá estava, mas não podia ser vista por causa da sua cegueira espiritual.

Deve-se ter em mente, entretanto — e esse é o ponto enfatizado aqui —, que esse testemunho interno do Espírito Santo diz respeito à *certeza* do crente com relação à plena autoridade das Escrituras, e não à própria autoridade inerente das Escrituras. A convicção de um crente de que as Escrituras têm autoridade é subjetiva, mas a autoridade das Escrituras é objetiva. Esteja-se ou não convencido da sua autoridade, a Bíblia é e continua objetivamente autoritativa. A neo-ortodoxia existencialista confunde estas coisas e defende a subjetividade da própria autoridade da Bíblia. Para eles, a revelação bíblica só é verdade divina quando fala ao nosso coração. Como dizem, "as Escrituras não são, mas se tornam a Palavra de Deus" quando existencializadas.¹⁸

C. Escopo da Autoridade das Escrituras

Essas posições da teologia liberal e da neo-ortodoxia com relação à origem e à certeza da autoridade das Escrituras são seríssimas. Contudo, talvez mais séria ainda (por ser mais sutil) é a questão relacionada ao escopo da autoridade das Escrituras.

Uma nova concepção da autoridade das Escrituras tem surgido entre os eruditos evangélicos (inclusive reformados de renome, tais como G. C. Berkouwer¹⁹), conhecida como neo-evangélica. O neo-evangelicalismo limita o escopo (a área) da autoridade das Escrituras ao seu propósito salvífico. Segundo essa concepção, a autoridade das Escrituras limita-se à revelação de assuntos diretamente relacionados à salvação, a assuntos religiosos.²⁰

A doutrina neo-evangélica faz diferença entre o *conteúdo salvífico* das Escrituras e o seu *contexto salvífico*, reivindicando autoridade e inerrância apenas para o primeiro. Mas tal posição não reflete nem se coaduna com a posição reformada e protestante histórica. Para esta, o escopo da autoridade das Escrituras é todo o seu cânon. É verdade que a Bíblia não se propõe a ser um compêndio científico ou um livro histórico. Mas, ainda assim, todas as afirmativas nelas contidas, sejam elas de caráter teológico, prático, histórico ou científico, são inerrantes e autoritativas.²¹

Os principais problemas relacionados com a posição neo-evangélica quanto à autoridade das Escrituras são os seguintes: Primeiro, como distinguir o *conteúdo salvífico* do seu *contexto salvífico*? É impossível. As Escrituras são a Palavra de Deus revelada na história. Segundo, como delimitar o que está ou não está diretamente relacionado ao propósito salvífico, se o propósito da obra da redenção não é meramente salvar o homem, mas restaurar o cosmo? Que porções das Escrituras ficariam de fora do escopo da salvação? Como Ridderbos admite, "a Bíblia não é apenas o livro da conversão, mas também o livro da história e o livro da Criação..."²² Que áreas da vida humana ficariam de fora da obra da redenção? A arte, a ciência, a história, a ética, a moral? Quem delimitaria as fronteiras entre o que está ou não incluído no propósito salvífico? Admitir, portanto, o conceito neo-evangélico de autoridade das Escrituras é cair na cilada liberal do cânon dentro do cânon, e colocar a razão humana como juiz supremo de fé e prática, pois neste caso competirá ao homem determinar o que é ou não propósito salvífico.

CONCLUSÃO

Em última instância, a questão da autoridade das Escrituras pode ser resumida na seguinte pergunta: quem tem a última palavra, Deus, falando através das Escrituras, ou o homem, por meio de suas tradições, sentimentos ou razão? A resposta dos Reformadores foi clara. Embora reconhecendo que o propósito especial das Escrituras não é histórico, moral ou científico, mas salvífico, eles não diminuíram a sua autoridade de forma alguma: nem por adições ou suplementos, nem por reduções ou limitações de qualquer natureza. A fé reformado-puritana reconhece a autoridade de todo o conteúdo das Escrituras, e sua plena suficiência e suprema autoridade em matéria de fé e práticas eclesiais.

Tão importante foi a redescoberta destas doutrinas pelos Reformadores, que pode-se afirmar que, da aplicação prática das mesmas, decorreu, em grande parte, a profunda reforma doutrinária, eclesial e litúrgica que deu origem às igrejas protestantes. Todas as doutrinas foram submetidas à autoridade das Escrituras. Todos os elementos de culto, cerimônias e práticas eclesiais foram submetidos ao escrutínio da Palavra de Deus. A própria vida (trabalho, lazer, educação, casamento, etc.) foi avaliada pelo ensino suficiente e autoritativo das Escrituras. Muito entulho doutrinário teve que ser rejeitado. Muitas

tradições e práticas religiosas acumuladas no curso dos séculos foram reprovadas quando submetidas ao teste da suficiência e da autoridade suprema das Escrituras. E a profunda reforma religiosa do século XVI foi assim empreendida.

Mas muito tempo já se passou desde então. O evangelicalismo moderno recebeu, especialmente do século passado, um legado teológico, eclesiástico e litúrgico que precisa ser urgentemente submetido ao teste da doutrina reformada da autoridade suprema das Escrituras. É tempo de reconsiderar as implicações desta doutrina. É tempo de reavaliar a nossa fé, nossas práticas eclesiásticas e nossas próprias vidas à luz desta doutrina. Afinal, admitimos que a Igreja reformada deve estar sempre se reformando — não pela conformação constante às últimas novidades, mas pelo retorno e conformação contínuos ao ensino das Escrituras.

Sabendo que a nossa natureza pecaminosa nos impulsiona em direção ao erro e ao pecado, conhecendo o engano e a corrupção do nosso próprio coração, reconhecendo os dias difíceis pelos quais passa o evangelicalismo moderno (particularmente no Brasil), e a ojeriza doutrinária, a exegese superficial e a ignorância histórica que em grande parte caracterizam o evangelicalismo moderno no nosso país, não temos o direito de assumir que nossa fé e práticas eclesiásticas sejam corretas, simplesmente por serem geralmente assim consideradas. É necessário submeter nossa fé e práticas eclesiásticas à autoridade suprema das Escrituras.

Assim fazendo, não é improvável que nós, à semelhança dos Reformadores, também tenhamos que rejeitar considerável entulho teológico, eclesiástico e litúrgico acumulados nos últimos séculos. Não é improvável que venhamos a nos surpreender, ao descobrir um evangelicalismo profundamente tradicionalista, subjetivo e racionalista. Mas não é improvável também que venhamos a presenciar uma nova e profunda reforma religiosa em nosso país. Que assim seja!

ENGLISH ABSTRACT

In this article on reformed theology Anglada deals with the reformed doctrine of the supreme authority of Scripture. Assuming a theological, ecclesiastical and liturgical crisis in modern evangelicalism, particularly in Brazil, he summarizes the biblical basis of the doctrine, and alerts against the old and new tendencies of usurping or limiting the authority of God's Word. Among the usurping tendencies against the authority of Scripture, he includes the ecclesiastical traditions degenerated into traditionalism, emotions degenerated into emotionalism, and reason degenerated into rationalism. Among the limiting tendencies he mentions the liberal negation of the very foundation of Biblical authority, the neo-orthodox confusion concerning the certainty of the authority of Scripture, and the neo-evangelical limitation of the scope of its authority. He concludes the article by calling attention to the importance of the doctrine in the sixteenth-century Reformation and by suggesting that if the modern evangelical faith and ecclesiastical practices were subjected to the scrutiny of this doctrine, a considerable number of doctrines and ecclesiastical practices would have to be rejected, and a new reformation would take place.

NOTAS

* Este artigo foi originalmente publicado na revista *Fides Reformata* 2:2 (1997).

1 Ver, por exemplo, William Ames, *A Fresh Suit against Human Ceremonies in God's Worship* (Rotterdam, 1633); David Calderwood, *Against Festival Days*, 1618 (Dallas: Naphtali Press, 1996); George Gillespie, *Dispute against the English Popish Ceremonies Obtruded on the Church of Scotland* (Edinburgh: Robert Ogle and Oliver & Boyd, 1844); e John Owen, "A Discourse concerning Liturgies and their Impositions," em *The Works of John Owen*, vol. 15 (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 1965).

2 Cf. John MacArthur Jr., *Com Vergonha do Evangelho: Quando a Igreja se torna como o Mundo* (São José dos Campos: Editora Fiel, 1997) e Paulo Romeiro, *Evangélicos em Crise: Decadência Doutrinária na Igreja Brasileira* (São Paulo: Mundo Cristão, 1995).

3 Ver capítulo sobre a "Consciência Puritana," em J. I. Packer, *Entre os Gigantes de Deus: Uma Visão Puritana da Vida Cristã* (São José dos Campos: Editora Fiel, 1991), 115-132.

4 Sobre o conceito reformado de inspiração e infalibilidade (inerrância) das Escrituras, ver L. Berkhof, *Introducción a la Teología Sistemática* (Grand Rapids: The Evangelical Literature League, [1973]), 159-190; A. A. Hodge, *Evangelical Theology: A Course of Popular Lectures* (Edinburgh and Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1976), 61-83; Loraine Boettner, *Studies in Theology* (Phillipsburg and New Jersey: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1978), 9-49; e J. C. Ryle, *Foundations of Faith: Selections From J. C. Ryle's Old Paths* (South Plainfield, New Jersey: Bridge Publishing, 1987), 1-39.

5 Cf. também Salmo 119.39, 43, 62, 75, 86, 89, 106, 137, 138, 142, 144, 160, 164, 172; Mateus 24.34; João 17.17; Tiago 1.18; Hebreus 4.12 e 1 Pedro 1.23,25.

6 Lloyd-Jones afirma que essas expressões são usadas 3.808 vezes no Antigo Testamento; e que os que assim se expressavam estavam deixando claro que não expunham suas próprias idéias ou imaginações. D. Martin Lloyd-Jones, *Authority* (Edinburgh and Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1984), 50.

7 Ver também Atos 28.25 e Hebreus 4.3, 5.6 e 10.15-16.

8 O termo empregado é *gegraptai*. O tempo perfeito indica uma ação realizada no passado, cujos resultados permanecem no presente: *foi escrito e permanece válido, falando com autoridade*.

9 Outras evidências da autoridade divina das Escrituras são apresentadas por Lloyd-Jones, *Authority*, 30-50; e por John A. Witmer, "The Authority of the Bible," *Bibliotheca Sacra* 118:471 (July 1961): 264-27.

10 O *Talmud* inclui também a *Gemara*, comentários rabínicos sobre o *Mishnah*, escritos entre 200 e 500 AD (C. L. Feinberg, "Talmude e Midrash," em J. D. Douglas, ed., *O Novo Dicionário da Bíblia*, vol. 3 (São Paulo: Edições Vida Nova, 1979), 1560-61.

11 Conferir também Mateus 15.3ss.

12 Berkhof, *Introducción a la Teología Sistemática*, 207.

13 Um exemplo bem atual: há poucos dias atrás, cientistas anunciaram que pesquisas feitas com o DNA dos fósseis do assim chamado homem de Neanderthal — até então "inquestionavelmente" considerado um dos antepassados mais recentes do homem na cadeia evolutiva —, revelam que esses ossos nada têm a ver com a raça humana. Exemplos como estes repetem-se continuamente, e deveriam tornar-nos cautelosos em atribuir à ciência autoridade maior do que a da revelação bíblica.

14 C. Pinnock, citado por Keun-Doo Jung, "A Study of the Authority with Reference to The Westminster Confession of Faith." (Tese de Mestrado, Potchefstroom [South Africa] University for Christian Higher Education, 1981), 45.

15 G. D. Kaufman, *ibid.*, 45.

16 Ensinada no parágrafo V do capítulo I da *Confissão de Fé de Westminster*.

17 *Ibid.*

18 Outros dados sobre a importância da doutrina reformada da autoridade das Escrituras em relação à teologia liberal e à neo-ortodoxia podem ser obtidos em Lloyd-Jones, *Authority*, 30-61; John A. Witmer, "Biblical Authority in Contemporary Theology," *Bibliotheca Sacra* 118:469 (January 1961), 59-67; e Kenneth S. Kantzer, "Neo-Orthodoxy and the Inspiration of Scripture," *Bibliotheca Sacra* 116:461 (January 1959), 15-29.

19 Ver G. C. Berkouwer, *Studies in Dogmatics: Holy Scripture* (Grand Rapids: Eerdmans, 1975) e Ronald Gleason, "In Memoriam: Dr. Gerrit Cornelius Berkouwer," *Modern Reformation* 5:3 (May/June 1996), 30-32.

20 Alguns eruditos têm considerado a doutrina reformada tradicional da autoridade das Escrituras conforme ensinada pelos teólogos de Princeton, tais como Charles Hodge (1797-1878), Alexander Hodge (1823-1886) e B. B. Warfield (1851-1921), como um desvio do ensino dos Reformadores e da Confissão de Fé de Westminster. Ver, por exemplo, Ernest Sandeen, *The Roots of Fundamentalism: British and American Millenarianism, 1800-1930* (Chicago: University of Chicago Press, 1970). Alguns, como Jack Rogers e Donald McKim, *The Authority and Interpretation of the Bible: A Historical Approach* (San Francisco: Harper & Row, 1979), chegam a defender que a doutrina reformada das Escrituras encontra seus legítimos representantes em Abraham Kuyper (1837-1920) e Herman Bavinck (1854-1921), os quais teriam se antecipado aos esforços de Karl Barth e G. C. Berkouwer no sentido de restaurar a verdadeira tradição reformada. Outros, entretanto, têm demonstrado que estas teses não procedem, visto que os teólogos de Princeton estão em substancial harmonia com outros que os antecederam, e com Kuyper e Bavinck. Ver Randall H. Balmer, "The Princetonians and Scripture: A Reconsideration," *Westminster Theological Journal* 44:2 (1982): 352-365; e Richard B. Gaffin, Jr., "Old Amsterdam and Inerrancy?," *Westminster Theological Journal* 44:2 (1982), 250-289; 45:2 (1983): 219-272.

21 Uma demonstração da posição reformada e protestante histórica da inerrância das Escrituras em português pode ser encontrada em John H. Gerstner, "A Doutrina da Igreja sobre a Inspiração Bíblica," em James Montgomery Boice, ed., *O Alicerce da Autoridade Bíblica*, 2ª ed. (São Paulo: Vida Nova, 1989), 25-68.

22 Herman Ridderbos, *Studies in Scripture and its Authority* (Grand Rapids: Eerdmans, 1978), 24.

Autor: **Rev. Paulo Anglada**, é ministro presbiteriano, professor de Grego e Hermenêutica no Seminário Teológico Batista Equatorial e presidente da Associação Reformada Palavra da Verdade, na cidade de Belém. É mestre em Teologia pela Potchefstroom University for Christian Higher Education (África do Sul) e doutorando em Ministério no Westminster Theological Seminary, na Califórnia.

Fonte: Biblioteca Reformada - <http://www.geocities.com/arpav/biblioteca/>

Conheça também a <http://www.knoxpublicacoes.net/loja/> - excelente materiais reformados.

A Palavra sob Ataque

Satanás foi historicamente o primeiro a lançar dúvidas quanto à Palavra de Deus. A partir daí, ainda que sem admitir, na prática todos somos conduzidos, de uma forma ou de outra, a duvidar do que Deus disse. Como? Quando, por exemplo, não consideramos os seus ensinamentos em nossa conduta e decisões. Chamo isso de negação existencial da Palavra ou ateísmo prática. Vejamos como Satanás agiu e ainda age no que se refere à Palavra de Deus:

A. Deturpando a Palavra

Há muitas pessoas que sabem citar de memória, com grande facilidade, trechos das Escrituras. Algumas dessas pessoas fazem isso fora de contexto. Foi precisamente assim que Satanás fez com Eva e agiu do mesmo modo com Cristo, no deserto.

No livro de Gênesis, encontramos o registro da ordem de Deus dada a Adão: "De toda árvore comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás" (Gn 2.16,17). Quando Satanás se depara com uma ocasião propícia para os seus intentos, diz a Eva: "É assim que Deus disse: Não comerás de toda árvore do jardim?... É certo que não morrereis. Porque Deus sabe que no dia em que dele [fruto] comerdes se vos abrirão os olhos e, como Deus, sereis conhecedores do bem e do mal" (Gn 3.1,4,5). Com Jesus, Satanás tenta fazer a mesma coisa (Mt 4.1-11), citando o Salmo 91.11,12, para que ele, cedendo à tentação, disse algo como: "Eu sou o filho de Deus e vou provar isso".

Ao longo da História, esta tem sido uma das estratégias preferidas de Satanás: deturpar a Palavra de Deus. Quantas heresias surgiram e continuam surgindo, supostamente baseadas em textos bíblicos? O

homem moderno, falando da possibilidade de “uma leitura deferente das Escrituras”, tem ensinado aberrações antibíblica.

A maior parte das heresias tem em sua esfera trechos isolados das Escrituras que parecem ensinar algo de novo e arrebatador, ainda não percebido antes. No entanto, quando vamos analisar o fundamento dessas “interpretações” percebemos o quão deferente é da verdade bíblica. Há pessoas que negam a divindade de Cristo pela Bíblia; outros que fundamentam o adultério, a poligamia, o espiritismo, a adoração de anjos, homossexualismo, etc. para todos esses erros a Bíblia é usada como fundamento.

Precisamos estar vigilantes para que não sejamos seduzidos pela astúcia do inimigo que sabe agir com sutileza.

B. Insinuando

Satanás não diz diretamente algo a nós, mas dá a entender, induz, sugere uma idéia. Ele nos faz pensar de uma forma equivocada, dando-nos a impressão de que agora, de fato, descobrimos a verdade.

A Eva, ele diz: “É assim que Deus disse: não comereis de toda árvore do jardim?” (Gn 3.1). Ora, Deus não tinha dito isso; ao contrário; de toda a árvore o homem poderia comer exceto uma: a árvore do conhecimento do bem e do mal. No entanto, usando palavras semelhantes, ele diz coisas bem diferentes. Em sua insinuação havia a tentativa de dizer que Deus era mentiroso e, portanto, não deveria ser obedecido. Eva cedeu; duvidou da Palavra de Deus.

A Jesus, com fome no deserto, ele usa da mesma estratégia, dizendo: “Se és Filho de Deus, manda que estas pedras se transformem em pão” (Mt 4.3). O seu desejo é fazer com que Jesus duvide da sua filiação divina, ou que tente prová-la, sucumbindo à tentação. Aliás, este foi um desafio comum a Jesus Cristo: usar do seu poder eterno para fazer o que desejava. Mas ele permaneceu fiel em tudo (Mt 26.29; Jo 8.28, 29, 42; 17.1-6).

Não satisfeito com a resposta de Jesus, Satanás continua: “Se és Filho de Deus, atira-te abaixo, porque está escrito: Aos seus anjos ordenará a teu respeito; que te guardem; e: Eles te susterrão nas suas mãos, para não tropeçares nalguma pedra” (Mt 4.6).

Mais tarde, na sua crucificação, o mesmo tipo de tentação é feito ao Senhor Jesus (Mt 27.38-43; 15.30-32).

Na insinuação diabólica há sempre uma tentativa de mostrar que o nosso caminho, a nossa opção é a melhor; a sua proposta sempre parecerá ser mais lógica e atraente. A desobediência a Deus é, com frequência, o caminho que nos parece mais objetivo e prático, além de encontrarmos uma inclinação natural para ele. No entanto, a vontade de Deus para nós é que resistamos a estas tentações e continuemos crendo em Deus e na sua Palavra, seguindo a rota proposta; o caminho de vida por ele traçando por nós.

C. Lançando dúvidas

Antes de prosseguirmos nesse estudo, é necessário dizer que a dúvida não é necessariamente má; é preciso que cultivemos uma boa dose de dúvida, ou critérios, para que não sejamos conduzidos a qualquer credence.

Satanás procura tirar a certeza que temos da Palavra de Deus, para vacilar-nos em nossa fé, abrindo uma brecha para a sua ação mais efetiva.

A recomendação bíblica é resistir ao maligno, porque o resto Satanás deixa por nossa conta, deixa que a nossa imaginação pecaminosa fermenta a sua insinuação, adicionando outros elementos no decorrer do tempo. O diabo conhece as fraquezas e os deslizos de cada um. Ele sabe onde afetar e onde sustentar desejos pecaminosos. Mas a grande verdade é que quando alguém cai, o pecado cometido não é cobrado de Satanás, mas da pessoa que se deixou seduzir, bem como Adão e Eva tiveram a merecida punição de sua desobediência.

Outra dúvida que ele lançou foi a Pedro. Jesus, quando declarou que sofreria muitas coisas, até que fosse morto e ressuscitasse, Pedro, que acabara de confessar ser Jesus Cristo, é usado por Satanás para lançar dúvidas na dolorosa, porém verdadeira certeza que Cristo tinha (Mt 16.22,23).

Percebam a astúcia de Satanás, como ele age: Jesus começou naquele momento a falar aos seus discípulos dos seus sofrimentos futuros, morte e ressurreição e Satanás, em ato contínuo, usa justamente a Pedro, aquele que confessara o seu senhorio, para tentá-lo.

A palavra de Pedro pareciam encorajadoras e consoladoras, mas Jesus detectou o mal que estava por trás delas e afastou de si a tentação de não seguir em frente com a missão salvadora, porém externamente dolorosa e devastadora.

A ousadia de Satanás nesse episódio é tremendamente eloqüente. Cristo o repreendeu, não se deixando conduzir por esta ação maligna.

"Desde então começou Jesus Cristo a mostrar aos seus discípulos que era necessário que ele fosse a Jerusalém, que padecesse muitas coisas dos anciãos, dos principais sacerdotes, e dos escribas, que fosse morto, e que ao terceiro dia ressuscitasse. E Pedro, tomando-o à parte, começou a repreendê-lo, dizendo: Tenha Deus compaixão de ti, Senhor; isso de modo nenhum te acontecerá. Ele, porém, voltando-se, disse

a Pedro: Para trás de mim, Satanás, que me serves de escândalo; porque não estás pensando nas coisas que são de Deus, mas sim nas que são dos homens." (Mt 16.21-23)

Autor: Herminsten Maia Pereira da Costa

Fonte: Revista Expressão, Século 21 – Atualidades, A igreja em seu contexto, Lição 6, pg. 26-28, Ed. Cep.

2. A Soberania de Deus

Para a maioria dos reformadores, o principal e o mais distinto artigo do credo é a soberania de Deus. Soberania significa governo, e a soberania de Deus significa que Deus governa sua criação com absoluto poder e autoridade. Ele determina o que vai acontecer, e acontece. Deus não fica alarmado, frustrado ou derrotado pelas circunstâncias, pelo pecado ou pela rebeldia de suas criaturas.ⁱⁱⁱ

Deus Reina: A Soberania Divina

“Mas ao fim daqueles dias, eu, Nabucodonosor, levantei os olhos ao céu, tornou-me a vir o entendimento, e eu bendisse o Altíssimo, e louvei, e glorifiquei ao que vive para sempre, cujo domínio é sempiterno, e cujo reino é de geração em geração. Todos os moradores da terra são por ele reputados em nada; e, segundo a sua vontade, ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes?” (Dn 4:34,35)

A afirmação de que Deus é absolutamente soberano na criação, na providência e na salvação é básica à crença bíblica e ao louvor bíblico. A visão de Deus reinando de seu trono é repetida muitas vezes (1Rs 22.19; Is 6.1; Ez 1.26; Dn 7.9; Ap 4.2; conforme Sl 11.4; 45.6; 47.8-9; Hb 12.2; Ap 3.21). Somos constantemente lembrados, em termos explícitos, que o SENHOR (Javé) reina como rei, exercendo o seu domínio sobre grandes e pequenos, igualmente (Ex 15.18; Sl 47; 93; 96.10; 97; 99.1-5; 146.10; Pv 16.33; 21.1; Is 23.23; 52.7; dn 4.34-35; 5.21-28; 6.26; Mt 10.29-31). O domínio de Deus é total: ele determina como ele mesmo escolhe e realiza tudo o que determina, e nada pode deter seu propósito ou frustrar os seus planos. Ele exerce o seu governo no curso normal da vida, bem como nas mais extraordinárias intervenções ou milagres.

As criaturas racionais de Deus, angélicas ou humanas, gozam de livre ação, isto é, têm o poder de tomar decisões pessoais quanto àquilo que desejam fazer. Não seríamos seres morais, responsáveis perante Deus, o Juiz, se não fosse assim. Nem seria possível distinguir – como as Escrituras fazem – entre os maus propósitos dos agentes humanos e os bons propósitos de Deus, que soberanamente, governa a ação humana como meio planejado para seus próprios fins (Gn 50.20; At 2.23; 13.26-39). Contudo, o fato da livre ação nos confronta com um mistério. O controle de Deus sobre os nossos atos livres – atos que praticamos por nossa própria escolha – é tão completo como o é sobre qualquer outra coisa. Mas não sabemos como isso pode ser feito. Apesar desse controle, Deus não é e não pode ser autor do pecado. Deus conferiu responsabilidade aos agentes morais, no que concerne aos seus pensamentos, palavras e obras, segundo a sua justiça. O Sl 93 ensina que o governo soberano de Deus (a) garante a estabilidade do mundo contra todas as forças do caos (vs. 1-4); (b) confirma a fidedignidade de todas as declarações e ensinamentos de Deus (v. 5) e (c) exige a adoração do seu povo (v. 5). O salmo inteiro expressa alegria, esperança e confiança no Todo-Poderoso.

Fonte: Bíblia de Estudo de Genebra, Nota Teológica, página 991 [Editor Geral: R. C. Sproul].

A Soberania de Deus: Liberdade e Aspectos do Soberano Poder de Deus

O HOMEM TENDE A NUTRIR posições diferentes sobre o mesmo assunto, dependendo das circunstâncias. Pode, por exemplo, defender a supremacia da lei, até que a tenha quebrado, ou pode sustentar determinados princípios liberais ou conservadores, desde que a família não esteja em jogo etc. À tendência à subjetividade é maior que se imagina ou se estaria dispostos a admitir.

A doutrina da soberania de Deus é facilmente objeto de posicionamentos contraditórios.¹ Abordar essa questão parece diminuir nossa autoconfiança e suposta autonomia. Gostamos de alardear nossa liberdade e capacidade de escolha e persuasão, crendo ser melhor deixar esse assunto engavetado. No entanto, quando nos vemos sem recursos e perspectivas favoráveis, sem saber o que fazer, podemos, sem talvez nos dar conta, contentar-nos com uma fé singela no cuidado de Deus, podendo então dizer: “Deus é soberano, ele sabe o que faz,” “Nada acontece por acaso” . Calvino captou bem isso: “Mesmo os santos precisam sentir-se ameaçados por um total colapso das forças humanas, a fim de aprenderem, de suas próprias fraquezas, a depender inteiramente e unicamente de Deus”.²

Afinal, Deus é ou não soberano? Essa doutrina parece ser uma das mais repudiadas pelo homem natural, e, ao mesmo tempo, é a mais consoladora para os que crêem em Jesus.

Uma das grandes dificuldades dos homens em todos os tempos é deixar Deus ser Deus. Estamos dispostos a fabricar deuses para que possam cobrir as brechas de nossa compreensão, mas quando não, Deus é invocado para justificar crenças, expectativas e, ao mesmo tempo, a falta de fé.

No Antigo Testamento, os judeus insensíveis aos próprios pecados tomaram o aparente silêncio de Deus como aprovação tácita de seus erros; pensavam que o Senhor fosse igual a eles. No entanto, o todo poderoso exporia diante deles seus delitos: “Tens feito estas coisas, e eu me calei; pensavas que eu era teu igual; mas eu te argüirei e porei tudo à vista” (SI 50:20). Aliás, os homens estão dispostos a reconhecer espontaneamente diversas virtudes em Deus, como o amor, graça, perdão, provisão etc. Soberania, jamais.³

A. W. Pink (1886-1952) entende que “negar a soberania de Deus é entrar em um caminho que, seguindo até a sua conclusão lógica, leva a manifesto de ateísmo”.⁴ A dificuldade está em reconhecer a Deus como o Senhor que reina. A Bíblia, por sua vez, desafia-nos a aprender com ela a respeito de Deus. O nosso Deus, entre tantas perfeições, é soberano. Sem esse atributo, ele não seria Deus.⁵ No entanto, Jó demonstra a dificuldade dessa compreensão ao indagar: “Eis que isto são apenas as orlas dos seus caminhos! Que leve sussurro temos ouvido dele! Mas o trovão do seu poder, quem o entenderá?” (Jó 26:14).

A Liberdade de Deus e do Seu Poder

Um dos aspectos fundamentais da soberania é a independência.

Quando nossa independência depende de algo alheio ao nosso controle, nossa suposta capacidade de decidir livremente está ameaçada ou sofre de limitações que podem ser bastante comprometedoras.

Na realidade, somente em Deus há a autonomia total e absoluta. Spurgeon (1834-1892) enfatiza corretamente: “Deus é independente de tudo e de todos. Ele age de acordo com Sua própria vontade. Quando Ele diz: ‘eu farei’, o que quer que diga será feito. Deus é soberano, e Sua vontade, não a vontade do homem, será feita”.⁶

Deus se apresenta nas escrituras como todo-poderoso (onipotente), com capacidade para fazer todas as coisas conforme sua vontade (SI 115:3; 135:6; Is 46:10; Dn 4:35; Ef 1:11). Entretanto, ele também se mostra coerente com as demais de suas perfeições, ou seja, exercita eu poder em harmonia com todas as perfeições de sua natureza (2Tm 2:13); sua vontade é eticamente determinada. A soberania de Deus se manifesta no fato de ele poder fazer tudo o que faz (poder absoluto). O poder absoluto de Deus envolve o poder ordenado. Ele exerce o poder no cumprimento do que decretou e nas obras da providência. Aliás, essas obras consistem a execução temporal dos decretos eternos de Deus. Contudo, o que ele realiza não serve de limites para seu poder. “Destas pedras Deus pode suscitar filhos a Abraão”, adverte João Batista aos arrogantes descendentes da carne, mas não da fé de Abraão (Mt 3:9). Contudo, Deus não fez isso. Por quê? Simples: porque não determinou.

Ele tem total domínio sobre seu poder, estando este sob seu controle; caso contrário, Deus deixaria de ser livre. “Ele tem poder sobre seu poder”.⁷ Assim, o poder de Deus é essencialmente harmônico e compatível com todo seu ser. Por isso, a Bíblia declara que Deus não pode mentir (Nm 23:19; 1Sm 15:29; Tt 1:2; Hb 6:18); negar-se (2Tm 2:13); mudar (Tg 1:17); pecar (Tg 1:13).

Aspectos do Soberano Poder de Deus

O poder de Deus é soberanamente livre. Deus não tem compromisso com terceiros. A onipotência faz parte da sua essência; por isso, para ele, não há impossíveis; apesar de qualquer oposição ele executa seu plano; tudo o que deseja, pode realizar (Mt 19:26; Jó 23:13). No entanto, Deus não precisa exercitar seu poder para ser o que é.⁸

Liberdade de existência: poder de existência

Quando a Bíblia menciona o poder soberano de Deus, refere-se à sua própria natureza, e não a um estado determinado por fatores externos, tais como dinheiro, fama, prestígio etc. Ele é o próprio Poder. Por isso, manifesta-se poderosamente (SI 62:11). Ele é tão eterno quanto seu poder e sempre foi e sempre será o que é existindo eternamente por si próprio. A Bíblia não tenta explicar a existência de Deus; ela parte do fato consumado de que Deus existe, manifestando seu poder em atos criativos (Gn 1:1).

Liberdade de decisão: poder de determinação

Pelo fato de Deus ser todo poderoso, pode determinar livremente suas ações, o que de fato faz, manifestando tal poder nos seus decretos.⁹

Deus tem eternamente diante de si uma infinidade de possibilidades de “decisões” sobre todas as coisas; entretanto, ele “decidiu”¹⁰ fazer do modo como fez sem influencia de ninguém, porque não necessita de conselhos (Is 40:13-14; Rm 11:33-36). O plano de Deus é sempre o melhor, porque ele sabia e livremente o escolheu!

Liberdade de execução: poder executivo

Deus executa se plano através do seu poder, conforme sua vontade (Mt 8:2; Jr 32:17). Não podemos marcar hora e lugar para ele agir. Deus opera como e quando quer, dentro de suas deliberações. Ele age sempre conforme seu decreto, não dependendo de nenhum meio externo para realizá-lo, a menos que ele assim o determine. Ontologicamente Deus não precisa de nada fora de si mesmo. Ele se basta a si. O Senhor não precisa de meios para executar o que quer.

Contudo, por sua graça, Deus se agencia também através das causas externas para concretizar seu propósito. Por exemplo: ele poderia se quisesse salvar a todos os homens independentemente da Bíblia e da fé em Cristo; essa não é a sua forma ordinária de agir, porque sábia e livremente estabeleceu o critério de salvação, que é sempre pela graça, que opera mediante a fé através da palavra (Rm 10:17; Ef 2:8).

Deus sempre age de forma compatível com sua perfeita justiça. Jesus Cristo se encarnou a fim de que Deus pudesse ser justo e ao mesmo tempo o justificador dos que confiam nele para salvação (Rm 3:26). Ele se tornou justiça, santificação e redenção para os crentes (1Co 1:30). Sem a graça de Deus, amparada no sacrifício de Cristo, ninguém será salvo!

Deus tem poder para executar toda sua deliberação. Ele é o Todo poderoso (Gn 17:1), e nenhum dos seus planos podem ser frustrados (Jó 42:2). Ele determinando, quem o impedirá? A Bíblia é poderosa no cumprimento do que Deus se propôs, por que provém do onipotente (leia Is 14:24-27).

Liberdade de limitação: poder autolimitante

Algumas pessoas raciocinam erroneamente: “Se Deus é Soberano, livre e todo-poderoso, pode, conforme sua vontade, mudar ‘as regras do jogo’, modificando as leis, seus princípios de ação, seus critérios; enfim, alterar o que ele mesmo revelou e fez registrar na sua palavra”. É assim que age o “Soberano” de Thomas Hobbes (1588-1679): “... o soberano de uma república, seja ele uma assembléia ou um homem, não está absolutamente sujeito às leis civis. Pois tendo o poder de fazer ou desfazer as leis, pode, quando lhe apraz, livrar-se desta sujeição revogando as leis que o incomodam e fazendo novas”¹¹ Apesar de não ser apreciável, esse raciocínio é freqüente.

Quem pensa dessa forma, em geral, tem em mente a ação do homem como modelo, tomando-o como parâmetro para uma comparação, como se o “homem fosse à medida de todas as coisas” (esse foi o mesmo equívoco de muitos gregos na antiguidade). A história tem demonstrado que o poder tende a corromper.

Diante disso, surgem algumas questões: Afinal, Deus poderia fazer tudo isso ou não? Ele estaria sujeito a corrupção resultante do mau uso do seu poder? Se esse poder pertencesse a um homem, deveríamos temer. Entretanto, com Deus é diferente. Os homens são tão fracos em sua condição de poderosos que não conseguem controlar seus ímpetos; por isso, agem por paixões as mais variadas, tais como: preconceito, vaidade, ódio, interesse etc. Deus, no entanto, é tão poderoso que estabelece limites para si mesmo! Por isso, quando afirmamos que Deus não mente, não se contradiz, não muda, não peca e não pode salvar fora de Jesus Cristo, não pretendemos estabelecer limites para Deus, mas reconhecer os próprios limites ou critérios que ele declarou a respeito de si em sua relação consigo e com o universo. Esses critérios são decorrentes das suas perfeições, pois se Deus é perfeitamente verdadeiro, justo, fiel, sábio, amoroso, bondoso e santo.

Deus é tão poderoso que trata conosco conforme as perfeições a fim de que pudéssemos confiar nele e proclamar suas virtudes (Mt 3:6; 1Pe 2:9-10). O poder de Deus está sob o controle de sua sábia e santa vontade: “Deus pode fazer tudo o que ele deseja, porém ele não deseja fazer tudo o que pode”¹² (Ex 3:14; Nm 23:19; 1Sm 15:29; At 4:12; 2Tm 2:13; Hb 6:18; Tg 1:13,17). A. W. Pink declarou: “Deus é lei para si próprio, de modo que tudo quanto ele faz é justo.”¹³

O poder absoluto de Deus não é incoerente com sua essência. A vontade de Deus é santa. Não há propósitos e atitudes contraditórios no Senhor. O soberano poder de Deus somente é limitado pelo absurdo ou pelo autocontraditório e por ações imorais. John M. Frame afirmou: “Deus é padrão para a moralidade humana, assim ele não pode ser menos que perfeito em sua santidade, bondade e retidão.”¹⁴ Ele não pode realizar coisas auto-excludentes, como deixar de ser Deus ou ser diferente de si mesmo. Seu poder é executado em completa harmonia com sua perfeita dignidade; enfim. Com seu caráter sábio e santo. A perfeição da natureza de Deus permeia suas obras. Deste modo, suas promessas sempre serão cumpridas.¹⁵ Bavink resumiu bem esse ponto:

A vontade de Deus é idêntica à sua existência, sua sabedoria, sua bondade e a todos seus atributos. [...] Sua soberania é uma soberania de ilimitado poder, porém é também uma soberania de sabedoria e graça. Ele é Rei e Pai ao mesmo tempo.

Nota:

[1] A. W. Pink lamenta: “Hoje, porém, mencionar a soberania de Deus em muitos ambientes é falar uma língua desconhecida” (Deus é soberano, p. 19).

[2] Exposição de 2 Coríntios, p. 22.

[3] James Kennedy afirma: “O motivo por que tantas pessoas se opõem a essa doutrina (presdetinação) é que elas querem um Deus que seja menos Deus. Talvez lhe permitam ser algum psiquiatra cósmico, um pastor prestativo, um líder, um mestre, qualquer coisa, talvez... contanto que Ele não seja Deus. É isso por uma razão muito simples [...] elas mesmas querem ser Deus. Essa sempre foi a essência do pecado – o fato que o homem pretende ser Deus” (Verdades que transformam, p. 31).

[4] Deus é soberano, p.21.

[5] Idem, p. 138.

[6] Sermões sobre salvação, p. 42-43.

[7] Augustus H. STRONG, Teologia sistemática, vol. 1, p. 428.

[8] C.H. SPURGEON, Sermões sobre a salvação, p. 42-43.

[9] Veja a Confissão de Westminster (1647), cap III.

[10] Reconheço que a palavra “decisão não é a melhor. Pois pressupõe a idéia de algo anterior a decisão, mas não disponho de outra melhor. A idéia é que eternamente Deus sempre teve diante de si as escolhas e eternamente as fez livre e soberanamente.

[11] Citado por G. LEBRUN, O que é poder? , p.28.

[12] A. H. STRONG, Systematic theology, 1993, p. 287.

[13] Os atributos de Deus, p. 34.

[14] The Doctrine of God, p. 519.

[15] João CALVINO, Éfesios, p. 106.

Autor: Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa

Fonte: Fundamentos da Teologia Reformada, Editora Mundo Cristão.

3. As Doutrinas da Graça

A Teologia Reformada enfatiza as doutrinas da Graça. Às vezes, estas doutrinas são resumidas em inglês pelo uso de acróstico T.U.L.I.P. [em Português seria D.E.E.G.P.]:

Total depravity = Depravação total

Unconditional election = Eleição incondicional

Limited atonement = Expição limitada

Irresistible grace = Graça irresistível

Perseverance of the saints = Perseverança dos santos

1 – (T) Total Depravity (Depravação total) - Todos os homens nascem totalmente depravados, incapazes de se salvar ou de escolher o bem em questões espirituais.

Isso não quer dizer que todas as pessoas são tão más quanto elas poderiam ser. Significa, antes, que todos os seres humanos são afetados pelo pecado em todo campo do pensamento e da conduta, de forma que nada do que vem de alguém, separado da graça regeneradora de Deus, pode agradá-lo. À medida que nosso relacionamento com Deus é afetado, nós somos tão destruídos pelo pecado, que ninguém consegue entender adequadamente Deus ou os caminhos de Deus. Tampouco somos nós que buscamos Deus, e, sim, é ele quem primeiramente age dentro de nós para levar-nos a agir assim.^{iv}

A Depravação Humana

Jeremias 17.9; Romanos 8.1-11; Efésios 2.1-3; Efésios 4.17-19; 1 João 1.8-10

Conforme dissemos no capítulo anterior [*O Pecado Original, veja adiante*], um ponto comum de debate entre os teólogos concentra-se na pergunta: os seres humanos são basicamente bons ou basicamente maus? A base sobre a qual o argumento se move é a palavra basicamente. É um consenso praticamente universal que ninguém é perfeito. Aceitamos a máxima, que diz que "errar é humano".

A Bíblia diz que "todos pecaram e carecem da glória de Deus" (Rm. 3.23). A despeito desse veredito da falência humana, em nossa cultura dominada pelo humanismo ainda persiste a idéia de que o pecado é algo periférico ou tangencial à nossa natureza. De fato, somos maculados pelo pecado. Nosso registro moral é repreensível. Mesmo assim, de alguma maneira pensamos que nossas obras más residem na extremidade ou na periferia do nosso caráter e nunca penetram o âmago. Basicamente, conforme se supõe, as pessoas são inerentemente boas.

Depois de ser resgatado do cativeiro no Iraque e de ter experimentado em primeira mão os métodos corruptos de Sadam Hussein, um refém americano declarou: "A despeito de tudo que suportei, nunca perdi a confiança na bondade básica das pessoas", Talvez esta visão se apóie em parte sobre a tênue escala da bondade e da maldade relativa das pessoas. Obviamente, algumas pessoas são muito mais perversas do que outras. Perto de Sadam Hussein ou de Adolf I Hitler, o pecador comum fica parecendo santo. Entretanto, se olharmos para o padrão supremo de bondade — o caráter santo de Deus —, perceberemos que aquilo que parece ser bondade básica no padrão terreno, é extrema corrupção.

A Bíblia ensina a depravação total da raça humana. Depravação total significa corrupção radical. Temos de ter cuidado para ver a diferença entre depravação total e depravação absoluta. Ser completamente depravado significa ser o mais depravado possível. Hitler era extremamente depravado, mas ainda poderia ter sido pior do que era. Eu sou pecador. Mas poderia pecar com mais freqüência e com mais gravidade do que faço. Não sou absolutamente depravado, mas sou totalmente depravado. Depravação total significa que eu e todas as demais pessoas somos depravados ou corrompidos na totalidade do nosso ser. Não existe nenhuma parte de nós que não tenha sido tocada pelo pecado. Nossa mente, nossa vontade e nosso corpo estão afetados pelo mal. Proferimos palavras pecaminosas, praticamos atos pecaminosos e temos pensamentos impuros. Nosso próprio corpo sofre a destruição do pecado.

Talvez depravação radical seja um termo melhor do que "depravação total" para descrever nossa condição caída. Estou usando a palavra radical não tanto no sentido de extremo, mas com um sentido mais próximo do seu significado original. Radical vem da palavra latina para "raiz" ou "âmago". Nosso problema com o pecado é que ele está enraizado no âmago do nosso ser. Permeia todo nosso coração. O Pecado está no nosso âmago e não simplesmente no exterior da nossa vida, e por isso a Bíblia diz:

Não há justo, nem um sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer. Romanos 3. 10-12

É por causa dessa condição que a Bíblia dá o seu veredito: estamos "mortos em nossos delitos e pecados" (Ef 2.1); estamos "vendidos à escravidão do pecado" (Rm 7.14); somos "prisioneiros da lei do pecado" (Rm 7.23) e somos "por natureza filhos da ira" (Ef 2.3). Somente por meio do poder transformador do Espírito Santo podemos ser tirados desse estado de morte espiritual. É Deus quem nos vivifica, quando nos tornamos feitura dele (Ef 2.1-10).

Autor: R. C. Sproul

Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

Acrescento aqui estudos necessários para compreensão deste ponto.

A Queda O primeiro Casal humano Pecou

"Vendo a mulher que a árvore era boa para se comer, agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento, tomou-lhe do fruto e comeu, e deu também ao marido, e ele comeu." (Gn 3.6)

Paulo, em Romanos, afirma que todo o gênero humano está naturalmente sob a culpa e o poder do pecado, do reino da morte, e sob a inevitável ira de Deus (Rm 3.9, 19; 5. 17,21; 1.18,19; cf. todo trecho, 1.18-3.20). Ele retrocede até ao pecado de um homem, a quem, falando em Atenas, descreve como nosso

ancestral comum (Rm 5.12-14; At 17.26; cf. 1 Co 15.22). Esta é a autorizada interpretação apostólica da história registrada em Gênesis 3, onde encontramos a narrativa da queda, a desobediência do homem original a Deus e à religiosidade resultando no pecado e na perdição. Os pontos principais nessa história, vistos através da lente da interpretação paulina, são os seguintes:

(a) Deus fez do primeiro homem representante de toda a posteridade, do mesmo modo que ia fazer de Jesus Cristo o representante de todos os eleitos de Deus (Rm 5.15-19 com 8.29,30; 9.22-26). Em cada caso o representante devia envolver todos os que ele representava nos frutos da sua ação pessoal, fosse para o bem ou para o mal, exatamente como um líder nacional envolve seu povo nas conseqüências de sua ação quando, por exemplo, declara guerra. O plano divinamente escolhido, por meio do qual Adão determinaria o destino de seus descendentes, foi chamado pacto de obras, embora esta não seja uma expressão bíblica.

(b) Deus colocou o primeiro homem em um estado de felicidade e prometeu continuar isso para ele e sua posteridade, se ele mostrasse fidelidade por meio de um comportamento de obediência positiva perfeita, e especificamente por não comer de uma árvore descrita como a árvore do conhecimento do bem e do mal. Parecia que a árvore trazia este nome porque a questão era saber se Adão deixaria que Deus lhe dissesse o que era bom e o que era mau, ou procuraria decidir isso por si mesmo, desconsiderando o que Deus havia dito. Comendo daquela árvore, Adão estaria, de fato, reivindicando que poderia conhecer e decidir o que era bem ou mal para ele, sem qualquer referência a Deus.

(c) Adão, guiado por Eva, que, por sua vez, foi guiada pela serpente (Satanás disfarçado: 2 Co 11.3 com v.14; Ap 12.9), desafiou Deus comendo o fruto proibido. Os resultados foram, primeiro, que o anti-Deus, auto-enaltecido e obstinado, expresso no pecado de Adão tornou-se parte dele e da natureza moral que ele transmitiu a seus descendentes (Gn 6.5; Rm 3.9.20). Segundo, Adão e Eva viram-se dominados por um senso de poluição e culpa que os fez envergonhados e atemorizados perante Deus _ com boa razão. Terceiro, foram amaldiçoados com expectativa de sofrimento e morte, e expulsos do Éden. Ao mesmo tempo, contudo, Deus começou a mostrar-lhes a misericórdia salvadora; Ele fez para eles vestes de pele para cobrir sua nudez, e prometeu-lhes que a semente da mulher esmagaria um dia a cabeça da serpente. Isto prenunciava Cristo.

Embora narrando a história em um estilo um tanto figurado, o Gênesis nos pede que a leiamos como história; no Gênesis, Adão liga-se aos patriarcas e com eles ao resto da raça humana pela genealogia (cap. 5,10,11), o que faz dele parte significativa da história no tempo e no espaço, tanto quanto Abraão, Isaque e Jacó. Todos os principais personagens do livro, exceto José, são apresentados como pecadores, de uma forma ou de outra, e a morte de José, como a de quase todos os demais na história, é cuidadosamente registrada (Gn 50.22-26); a afirmação de Paulo "em Adão todos morrem" (1 Co 15.22) apenas torna explícito o que Gênesis já claramente implica.

Pode-se argumentar razoavelmente que a narrativa da queda proporciona a única explanação convincente da perversidade da natureza humana que o mundo jamais viu. Pascal disse que a doutrina do pecado original parece uma ofensa à razão, mas, uma vez aceita, ela faz sentido total com toda a condição humana. Ele estava certo, e a mesma coisa pode e deve ser dita da própria narrativa da queda.

Autor: J. I. Packer

Fonte: Teologia Concisa, Ed. Cultura Crista.

Pecado Original e Depravação Total

"Eis que em iniquidade fui formado, e em pecado me concebeu minha mãe." Salmo 51.5

As Escrituras diagnosticam o pecado como uma deformidade universal da natureza humana, deformidade que se manifesta em cada pormenor da vida de cada pessoa (1 Rs 8.46; Rm 3.9-23; 7.18; 1 Jo 1.8-10). Ambos os Testamentos descrevem o pecado como rebelião contra as normas de Deus, como deixar de atingir o alvo que Deus estabeleceu para nós, transgredir a lei de Deus, ofender a pureza de Deus pela nossa corrupção e incorrer em culpa diante de Deus, o Juiz. É uma mentalidade que luta contra Deus para fazer o papel de Deus. A raiz do pecado é o orgulho e a inimizade contra Deus, o espírito visto na primeira transgressão de Adão. E os atos pecaminosos têm sempre, atrás de si, pensamentos e desejos que, de um modo ou de outro, expressam a deliberada oposição do coração às reivindicações de Deus sobre nossa vida.

O pecado pode ser definido como quebra da lei de Deus ou falta de conformidade com essa lei, em qualquer aspecto da vida, quer nos pensamentos, nas palavras ou nas ações. Entre as passagens das Escrituras que ilustram diferentes aspectos do pecado, encontram-se Jr 17.9; Mt 12.30-37; Mc 7.20-23;

Rm 1.18-3.20; 7.7-25; 8.5-8; 14.23 (Lutero afirmou que Paulo escreveu a Carta aos Romanos para "ampliar o pecado"); Gl 5.16-21; Ef 2.1-3; 4.17-19; Hb 13.2; Tg 2.10-11; 1 Jo 3.4; 5.17.

"Pecado Original", que quer dizer pecado derivado de nossa origem, não é uma expressão bíblica (a expressão é de Agostinho), mas coloca em foco a realidade do pecado no nosso sistema espiritual. A expressão "pecado original" não significa que o pecado faça parte da natureza humana como tal, pois "Deus fez o homem reto" (Ec 7.29). Nem significa que o processo de reprodução e nascimento seja pecaminoso; a impureza associada à sexualidade na Lei (Lv 12; 15) era típica e cerimonial e não moral. Mais exatamente, "pecado original" significa que a pecaminosidade marca a cada um desde o nascimento, na forma de um coração inclinado para o pecado, antes de quaisquer pecados de fato cometidos. Essa pecaminosidade íntima é a raiz e a fonte desses pecados atuais. Ela nos foi transmitida por Adão, nosso primeiro representante diante de Deus. A doutrina de pecado original nos diz que nós não somos pecadores porque pecamos, mas pecamos porque somos pecadores, nascidos com uma natureza escravizada ao pecado.

A expressão "depravação total" é comumente usada para tornar explícitas as implicações do pecado original. Significa a corrupção de nossa natureza moral e espiritual, que é total em princípio, ainda que não em grau (porque ninguém é tão mau quanto poderia ser). Nenhuma parte de nosso ser está isenta de pecado, e nenhuma de nossas ações é tão boa quanto devia ser. Em conseqüência, nada do que fazemos é meritório aos olhos de Deus. Não podemos ganhar o favor de Deus, pouco importando o que fazemos; se a graça não nos salvar, estamos perdidos.

Depravação total inclui incapacidade total, o que significa não Ter poder para crer em Deus ou na Sua Palavra (Jo 6.44; Rm 8.7-8). Paulo diz que essa incapacidade é uma forma de "morte", pois o coração decaído está "morto" (Ef 2.1,5; Cl 2.13). Como diz a Confissão de Westminster (IX.3): "O homem, ao cair no estado de pecado, perdeu inteiramente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação; de sorte que um homem natural, inteiramente avesso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso." Para essa escuridão só a Palavra de Deus traz a luz (Lc 18.27; 2 Co 4.6).

Fonte: Bíblia de Estudo de Genebra, Editora Cultura Cristã.

Incapacidade

Os Seres humanos Decaídos são Tanto Livres Como Escravizados

“Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas,
e desesperadamente corrupto; quem o conhecerá?” Jeremias 17.9

Uma idéia clara a respeito da condição degradada do homem requer uma distinção entre o que nos dois últimos séculos tem sido chamado livre agência e o que desde o começo do Cristianismo tem sido chamado livre arbítrio. Agostinho, Lutero, Calvino e outros falaram do livre arbítrio em dois sentidos, o primeiro trivial, o segundo importante; mas isso ra confuso, sendo melhor sempre usar livre agência para o seu primeiro sentido.

A livre agência é uma marca dos seres humanos como tais. Todos os seres humanos são agentes livres no sentido de que tomam suas próprias decisões a respeito do que fazer, escolhendo o que lhes agrada à luz de seu discernimento do que é certo e errado e das inclinações que sentem. Assim foi Adão, antes e depois de suas escolhas voluntárias. Assim foi Adão, antes e depois de pecar; assim somos nós agora, e assim são os santos glorificados que estão confirmados na graça em tal sentido que eles não mais tem em si esta inclinação para cometer pecado. A incapacidade para pecar será um dos deleites e glórias do céu, mas não extinguirá a humanidade de ninguém; os santos glorificados farão ainda escolhas de acordo com sua natureza, e essas escolhas não serão de forma alguma o produto da livre agência humana, exatamente porque elas serão sempre boas e retas.

O livre arbítrio, porém, tem sido definido por eruditos cristãos, a partir do segundo século, como a capacidade de escolher todas as opções morais que uma situação oferece, e Agostinho afirmou contra Pelágio e a maioria dos Pais gregos que o pecado original nos tirou o livre arbítrio neste sentido. Não temos capacidade natural de discernir e escolher os caminhos de Deus, porque não temos inclinação natural em direção a Deus; nossos corações são cativos do pecado, e somente a graça da regeneração pode libertar-nos desta escravidão. Isto, em substância, foi o que Paulo ensinou em Romanos 6.16-23; somente a vontade libertada (Paulo fala em homens libertados) livre e fervorosamente escolhe a retidão. Um amor permanente pela retidão _ isto é, uma inclinação do coração pelo modo de vida que agrada a Deus _ é um aspecto da liberdade que Cristo nos dá (Jô 8.34-36; Gl 5.1,13).

Vale a pena notar que vontade é uma abstração. Minha vontade não é parte de mim no sentido de que eu decida mover-me ou ficar parado, tal como minhas mãos ou meus pés; é precisamente a escolha de agir e, seguida, de entrar em ação. A verdade sobre a livre agência, e sobre Cristo libertando o escravo do pecado do domínio do pecado, pode ser mais claramente expresso se a palavra vontade for eliminada e cada pessoa diga: Eu sou agente livre moralmente responsável; eu sou escravo do pecado que Cristo deve libertar; eu sou o ser degradado que tenho unicamente em mim a escolha contra Deus até que Ele renove meu coração.

Autor: J. I. Packer

Fonte: Teologia Concisa, Ed. Cultura Crista.

A Confissão de Westminster (IX.3) descreve o estado de depravação total nos seguintes termos: "O homem, ao cair no estado de pecado, perdeu inteiramente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação; de sorte que um homem natural, inteiramente avesso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso."

A maior dificuldade nesta doutrina é que a frase "depravação total" é muitas vezes mal interpretada. Por isso R. C. Sproul sugere que "talvez depravação radical seja um termo melhor do que "depravação total" para descrever nossa condição caída. Estou usando a palavra radical não tanto no sentido de extremo, mas com um sentido mais próximo do seu significado original. Radical vem da palavra latina para "raiz" ou "âmago". Nosso problema com o pecado é que ele está enraizado no âmago do nosso ser. Permeia todo nosso coração. O Pecado está no nosso âmago e não simplesmente no exterior da nossa vida, e por isso a Bíblia diz: Não há justo, nem um sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer. Romanos 3. 10-12"

Entre os constantes mal entendidos do termo "Depravação Total", uns entendem que ele quer dizer que o homem é incapaz de fazer qualquer tipo de bem, que lhe é impossível fazer o bem em todo e qualquer sentido da Palavra. Mas não é isso que queremos dizer com o termo Depravação Total. Acreditamos que ainda o homem é capaz de realizar: (1) o bem natural; (2) o bem civil ou a justiça civil; e (3) externamente, o bem religioso. Até mesmos os incrédulos fazem algo de bom.

Vejamos abaixo explicação de Louis Berkhof.

"Em vista do seu caráter impregnante, a corrupção herdada toma o nome de depravação total. Muitas vezes esta frase é mal compreendida, e, portanto, requer cuidadosa discriminação. Negativamente, não implica: (1) que todo homem é tão completamente depravado com poder de chegar a ser; (2) que o pecador não tem nenhum conhecimento inato de Deus, nem tampouco tem uma consciência que discerne entre o bem e o mal; (3) que o homem pecador raramente admira o caráter e os atos virtuosos dos outros, ou que é incapaz de afetos e atos desinteressados em suas relações com os seus semelhantes; nem (4) que todos os homens não regenerados, em virtude da sua pecaminosidade inerente, se entregarão a todas as formas de pecado; muitas vezes acontece que uma forma de pecado exclui outra.

Positivamente, a expressão "depravação total" indica: (1) que a corrupção inerente abrange todas as partes da natureza do homem, todas as faculdades e poderes da alma e do corpo; e (2) que absolutamente não há no pecador bem espiritual algum, isto é, bem com relação a Deus, mas somente perversão. Esta depravação total é negada pelos pelagianos, pelos socianos e pelos arminianos do século dezessete, mas é ensinada claramente na Escrituras, Jo 5.42; Rm 7.18,23; 8.7; Ef 4.18; 2 Tm 3.2-4; Tt 1.15; Hb 3.12." (Teol. Sist. p. 248, ed Cep.)

Para reforçamos um pouco mais segue o que Thomas Paul Simmons, D.Th escreve sobre o assunto.

"As Escrituras ensinam que a extensão do pecado no ser humano é total. Isto é o significado de depravação total.

1. A DEPRAVAÇÃO TOTAL CONSIDERADA NEGATIVAMENTE.

A depravação é um assunto muito mal entendido. Por essa razão precisamos de entender que a depravação total não quer dizer:

(1) Que o homem por natureza está inteiramente privado de consciência.

Até mesmo o pagão tem consciência. Romanos 2:15.

(2) Que o homem por natureza está destituído de todas aquelas qualidades que são louváveis segundo os padrões humanos.

Jesus reconheceu a presença de tais qualidades num certo homem rico (Marcos 10:21).

(3) Que todo homem está disposto por natureza para toda forma de pecado.

Isto é impossível, porquanto algumas formas de pecado excluem outras. "O pecado de sumitância pode excluir o pecado de ostentação; o de orgulho pode excluir o de sensualidade" (Strong).

(4) Que os homens são por natureza incapazes de se comprometer em atos que são extremamente conformes com a Lei de Deus.

Romanos 2:14.

(5) Que os homens são tão corruptos como podiam ser.

Eles podem piorar e pioram. 2 Timóteo 3:13.

Esta depravação total não quer dizer que a depravação é total no seu grau. Ela tem que ver com a extensão somente.

2. A DEPRAVAÇÃO TOTAL CONSIDERADA POSITIVAMENTE.

A depravação total quer dizer que o pecado permeou cada faculdade do ser humano assim como uma gota de veneno permeia cada molécula de um corpo de água. O pecado urdiu cada faculdade no homem e assim ele polui todo ato seu.

(1) Prova de depravação total.

A. O homem está depravado na Mente. Gênesis 6:5.

B. No coração. Jeremias 17:9.

C. Nos afetos, de maneira que o homem é oposto a Deus. João 3:19; Romanos 8:7.

D. Na consciência. Tito 1:15; Hebreus 10:22.

E. Na palavra. Salmos 58:3; Jeremias 8:6; Romanos 3:13.

F. Depravado da cabeça aos pés. Salmos 1:5,6; Isaías 1:6.

G. Depravado ao nascer. Salmos 51:5; 58:3.

(2) O efeito da depravação total.

A. Nenhum resquício de Bem Fica no Homem por Natureza. Romanos 7:18.

B. Portanto, o Homem, por Natureza, não pode sujeitar-se à Lei de Deus ou Agradar a Deus. Romanos 8:7,8.

C. O homem, por Natureza, está Espiritualmente Morto. Romanos 5:12; Colossenses 2:16; 1 João 3:14.

D. Logo, Ele não pode Compreender as Coisas Espirituais. 1 Coríntios 2:14.

E. Daí, Ele não pode, até que se vivifique pelo Espírito de Deus, voltar do Pecado a Deus em Piedoso Arrependimento e Fé. Jeremias 13:23; João 6:44,65; 12:39,40.

A base da depravação e da inabilidade espiritual jaz no coração. Ele é enganoso e irremediavelmente perverso (Jeremias 17:9). Do coração vêm as saídas da vida (Provérbios 4:23). Ninguém pode tirar uma

coisa limpa de uma contaminada (Jó 14:4). Daí, nem a santidade nem a fé podem proceder do coração natural. As boas coisas procedem de um bom coração e as más de um coração mau (Mateus 7:17,18; Lucas 6:45).” (http://www.monergismo.com/textos/pecado_tentacao/doutrina_pecado.htm)

Este é o significado da doutrina da Depravação Total, todos os homens nascem totalmente depravados, incapazes de se salvar ou de escolher o bem em questões espirituais.

“A Depravação Total é um fator importantíssimo para que entendamos a graça de Deus. Deus é tão perfeito em seus planos que se por algum momento o homem tivesse algum lugar de seu ser que não fosse atingido pelo pecado, ele não precisaria de Deus, para buscar o crescimento espiritual. Em outras palavras o homem encontraria a resposta em si mesmo. Um famoso filósofo do passado, Protagoras, disse que: "o homem é a medida de todas as coisas". Esse conceito se infiltrou nas mentes dos homens da Renascença e Iluminismo. A consequência foi que Deus acabou sendo deixado de lado. Será que isto é uma realidade ainda hoje? Somos altamente dependentes de Deus. Isso é que deve estar permeando nossas mentes a todo segundo de nossas vidas. Agostinho, um dos pais da Igreja, disse que o mau é o "não ser", isto é, Deus nos fez perfeitos (livre arbítrio), só que nossas atitudes eram passíveis de mudança. E, de fato foi o que aconteceu. Adão e Eva acabaram escolhendo o que era mau. Por causa disso todos os seus descendentes herdaram este pecado original. Sendo assim, hoje todas o nosso ser está afetado pelo pecado, ou seja, corpo e alma. A Graça de Cristo é algo imerecido, a qual Deus nos concede pelo seu imenso amor. De que se queixa o homem se não for de seus próprios pecados? Será que há algo no homem que não esteja atinado pelo pecado? A palavra é clara, todos pecaram e destituídos estão da graça de Deus.” (Seminarista do JMC - Wesley B. Albuquerque)

Provas Bíblicas da Depravação total

A intenção neste estudo é disponibilizar vários textos que são usados como prova de que a doutrina da Depravação total é ensinada pelas Escrituras.

Podemos apresentar a seguinte definição de Depravação total: *Todos os homens nascem totalmente depravados, incapazes de se salvar ou de escolher o bem em questões espirituais.*

Quando Deus criou o homem, lhe concedeu o direito de livre escolha. Colocando-o no paraíso do Éden, exigiu obediência: Eles não deveriam comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. A pena, caso desobedecessem comendo o fruto seria a pena de imediata morte física e espiritual:

GEN2.16 Ordenou o Senhor Deus ao homem, dizendo: De toda árvore do jardim podes comer livremente;

GEN2.17 mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dessa não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás.

Mas Adão e Eva desobedeceram e comeram do fruto proibido (Gn 3:1-7); por conseguinte, trouxe morte física e espiritual sobre si mesmo. Deus decretou:

GEN3.19 Do suor do teu rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, porque dela foste tomado; porquanto és pó, e ao pó tornarás.

A partir desta desobediência o pecado infectou o ser de Adão e Eva e criou raízes profundas. Antes eram livres em suas escolhas, agora escravos do pecado.

Ali em Adão estava também a nossa condenação. Por quê? Porque Adão era o representante de todos os seus descendentes. O seu castigo caíra sobre ele e também sobre todos seus filhos.

É isto que o apóstolo Paulo ensina. Ele diz:

ROM5.12 Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porquanto todos pecaram.

Somos todos mortos. Mas como mortos se estamos vivos? O que Paulo ensina é que além da consequência da morte física, sobre nós decaiu a morte espiritual. Morto espiritual é a nossa insensibilidade, indisposição e falta de desejo pelas coisas espirituais, as coisas de Deus. Está expressão “morto” Paulo usa para denotar nossa debilidade em relação a coisas de Deus. Morto não fala, não ouve, não vê, não sente, não cheira e nem degusta. Este é nosso estado espiritual antes de Deus nos vivificar.

Veja outros textos que Paulo Escreve:

EFE2.1 Ele vos vivificou, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados,

EFE2.2 nos quais outrora andastes, segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe das potestades do ar, do espírito que agora opera nos filhos de desobediência,

EFE2.3 entre os quais todos nós também antes andávamos nos desejos da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como também os demais.

COL2.13 e a vós, quando estáveis mortos nos vossos delitos e na incircuncisão da vossa carne, vos vivificou juntamente com ele, perdoando-nos todos os delitos;

Por isso que Davi confessou que tanto ele, como os demais homens, foram nascidos em pecado quando escreveu Salmo 51 e 58. Ele lá escreveu:

SAL51.5 Eis que eu nasci em iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe.

SAL58.3 Alienam-se os ímpios desde a madre; andam errados desde que nasceram, proferindo mentiras.

E em Gêneses encontramos:

GEN6.5 Viu o Senhor que era grande a maldade do homem na terra, e que toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era má continuamente.

GEN8.21 Sentiu o Senhor o suave cheiro e disse em seu coração: Não tornarei mais a amaldiçoar a terra por causa do homem; porque a imaginação do coração do homem é má desde a sua meninice; nem tornarei mais a ferir todo vivente, como acabo de fazer.

Por isso, dizemos que é preciso nascer de novo. Porque os homens são nascidos em pecado e são, por natureza, espiritualmente mortos. Jesus ensinou que, para alguém entrar no reino de Deus, é preciso nascer de novo e João 3:

JOA3.5 Jesus respondeu: Em verdade, em verdade te digo que se alguém não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus.

JOA3.6 O que é nascido da carne é carne, e o que é nascido do Espírito é espírito.

JOA3.7 Não te admires de eu te haver dito: Necessário vos é nascer de novo.

Segue outros versículos que descrevem o quanto o homem natural está perdido e desgraçado.

GEN6.5 Viu o Senhor que era grande a maldade do homem na terra, e que toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era má continuamente.

GEN8.21 Sentiu o Senhor o suave cheiro e disse em seu coração: Não tornarei mais a amaldiçoar a terra por causa do homem; porque a imaginação do coração do homem é má desde a sua meninice; nem tornarei mais a ferir todo vivente, como acabo de fazer.

ECL9.3 Este é o mal que há em tudo quanto se faz debaixo do sol: que a todos sucede o mesmo. Também o coração dos filhos dos homens está cheio de maldade; há desvarios no seu coração durante a sua vida, e depois se vão aos mortos.

JER17.9 Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e perverso; quem o poderá conhecer?

MAR7.21 Pois é do interior, do coração dos homens, que procedem os maus pensamentos, as prostituições, os furtos, os homicídios, os adultérios,

MAR7.22 a cobiça, as maldades, o dolo, a libertinagem, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a insensatez;

MAR7.23 todas estas más coisas procedem de dentro e contaminam o homem.

JOA3.19 E o julgamento é este: A luz veio ao mundo, e os homens amaram antes as trevas que a luz, porque as suas obras eram más.

ROM8.7 Porquanto a inclinação da carne é inimizada contra Deus, pois não é sujeita à lei de Deus, nem em verdade o pode ser;

ROM8.8 e os que estão na carne não podem agradar a Deus.

ICOR2.14 Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque para ele são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente.

EFE4.17 Portanto digo isto, e testifico no Senhor, para que não mais andeis como andam os gentios, na vaidade da sua mente,

EFE4.18 entenebrecidos no entendimento, separados da vida de Deus pela ignorância que há neles, pela dureza do seu coração;

EFE4.19 os quais, tendo-se tornado insensíveis, entregaram-se à lascívia para cometerem com avidez toda sorte de impureza.

EFE5.8 pois outrora éreis trevas, mas agora sois luz no Senhor; andai como filhos da luz

TIT1.15 Tudo é puro para os que são puros, mas para os corrompidos e incrédulos nada é puro; antes tanto a sua mente como a sua consciência estão contaminadas.

Antes dos pecadores nascerem no reino de Deus pelo poder regenerador do Espírito, são filhos do diabo e estão debaixo de seu controle. São escravos do pecado:

JOA8.44 Vós tendes por pai o Diabo, e quereis satisfazer os desejos de vosso pai; ele é homicida desde o princípio, e nunca se firmou na verdade, porque nele não há verdade; quando ele profere mentira, fala do que lhe é próprio; porque é mentiroso, e pai da mentira.

EFE2.12 estáveis naquele tempo sem Cristo, separados da comunidade de Israel, e estranhos aos pactos da promessa, não tendo esperança, e sem Deus no mundo.

IITIM2.25 corrigindo com mansidão os que resistem, na esperança de que Deus lhes conceda o arrependimento para conhecerem plenamente a verdade,

IITIM2.26 e que se desprendam dos laços do Diabo (por quem haviam sido presos), para cumprirem a vontade de Deus.

IJOA3.10 Nisto são manifestos os filhos de Deus, e os filhos do Diabo: quem não pratica a justiça não é de Deus, nem o que não ama a seu irmão.

IJOA5.19 Sabemos que somos de Deus, e que o mundo inteiro jaz no Maligno.

JOA8.34 Replicou-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo que todo aquele que comete pecado é escravo do pecado.

ROM6.20 Porque, quando éreis servos do pecado, estáveis livres em relação à justiça.

TIT3.3 Porque também nós éramos outrora insensatos, desobedientes, extraviados, servindo a várias paixões e deleites, vivendo em malícia e inveja, odiosos e odiando-nos uns aos outros.

O domínio do pecado é universal: todos os homens estão debaixo do seu poder; por conseguinte, ninguém é justo, nem um só.

IICRO6.36 Se pecarem contra ti (pois não há homem que não peque), e tu te indignares contra eles, e os entregares ao inimigo, de modo que os levem em cativeiro para alguma terra, longínqua ou próxima;

JÓ15.14 Que é o homem, para que seja puro? E o que nasce da mulher, para que fique justo?

JÓ15.15 Eis que Deus não confia nos seus santos, e nem o céu é puro aos seus olhos;

JÓ15.16 quanto menos o homem abominável e corrupto, que bebe a iniquidade como a água?

SAL130.3 Se observares, Senhor, iniquidades, quem, Senhor, subsistirá?,

SAL143.2 e não entres em juízo com o teu servo, porque à tua vista não se achará justo nenhum vivente.

PRO20.9 Quem pode dizer: Purifiquei o meu coração, limpo estou de meu pecado?

ECL7.20 Pois não há homem justo sobre a terra, que faça o bem, e nunca peque.

ECL7.29 Eis que isto tão-somente achei: que Deus fez o homem reto, mas os homens buscaram muitos artifícios.

ISA53.6 Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas, cada um se desviava pelo seu caminho; mas o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós.

ISA64.6 Pois todos nós somos como o imundo, e todas as nossas justiças como trapo da imundícia; e todos nós murchamos como a folha, e as nossas iniquidades, como o vento, nos arrebatam.

ROM3.9 Pois quê? Somos melhores do que eles? De maneira nenhuma, pois já demonstramos que, tanto judeus como gregos, todos estão debaixo do pecado;

ROM3.10 como está escrito: Não há justo, nem sequer um.

ROM3.11 Não há quem entenda; não há quem busque a Deus.

ROM3.12 Todos se extraviaram; juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só.

TIA3.2 Pois todos tropeçamos em muitas coisas. Se alguém não tropeça em palavra, esse é homem perfeito, e capaz de refrear também todo o corpo.

TIA3.8 mas a língua, nenhum homem a pode domar. É um mal irrefreável; está cheia de peçonha mortal.

IJOA1.8 Se dissermos que não temos pecado nenhum, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós.

IJOA1.9 Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça.

IJOA1.10 Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso, e a sua palavra não está em nós.

Os homens, sendo deixados em seu estado de morte, são incapazes, por si mesmos, de se arrepender, de crer no evangelho ou de vir a Cristo. Não têm poder, em si mesmos, para mudar sua natureza ou preparar-se para a salvação:

JÓ14.4 Quem do imundo tirará o puro? Ninguém.

JER13.23 pode o etíope mudar a sua pele, ou o leopardo as suas malhas? então podereis também vós fazer o bem, habituados que estais a fazer o mal.

MAT7.16 Pelos seus frutos os conhecereis. Colhem-se, porventura, uvas dos espinheiros, ou figos dos abrolhos?

MAT7.18 Uma árvore boa não pode dar maus frutos; nem uma árvore má dar frutos bons.

MAT12.33 Ou fazei a árvore boa, e o seu fruto bom; ou fazei a árvore má, e o seu fruto mau; porque pelo fruto se conhece a árvore.

JOA6.44 Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou não o trouxer; e eu o ressuscitarei no último dia.

JOA6.65 E continuou: Por isso vos disse que ninguém pode vir a mim, se pelo Pai lhe não for concedido.

ROM11.35 Ou quem lhe deu primeiro a ele, para que lhe seja recompensado?

ICOR2.14 Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque para ele são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente.

ICOR4.7 Pois, quem te diferencia? E que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que te glorias, como se não o houveras recebido?

IICOR3.5 não que sejamos capazes, por nós, de pensar alguma coisa, como de nós mesmos; mas a nossa capacidade vem de Deus,

E por fim segue texto que Paulo escreveu de forma geral a situação lamentável do homem natural.

Romanos 3.10 a 18

10 Como está escrito: Não há um justo, nem um sequer.

11 Não há ninguém que entenda; Não há ninguém que busque a Deus.

12 Todos se extraviaram, e juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só.

13 A sua garganta é um sepulcro aberto; Com as suas línguas tratam enganosamente; Peçonha de áspides está debaixo de seus lábios;

14 Cujas bocas estão cheias de maldição e amargura.

15 Os seus pés são ligeiros para derramar sangue.

16 Em seus caminhos há destruição e miséria;

17 E não conheceram o caminho da paz.

18 Não há temor de Deus diante de seus olhos.

Aqui estão alguns versículos para demonstração desta doutrina bíblica para nosso proveito.

Nota:

¹ Estudo de referencia: David N. Steele e Curtis C. Thomas, Os cinco pontos do Calvinismo, <http://www.teuministerio.com.br/BRSPORNEDESAGSA/vsItemDisplay.dsp&objectID=A87BA59C-2C12-456F-BoA8092C629D1875&method=display>

Autor: Nilson Mascoll Filho do site www.teologiacalvinista.com

2 – (U) Unconditional Election (Eleição incondicional) - *Deus escolheu dentre todos os seres humanos decaídos um grande número de pecadores por graça pura, sem levar em conta qualquer mérito, obra ou fé prevista neles.*

Uma ênfase na eleição incomoda muitas pessoas, mas o problema que as preocupa não é realmente a eleição; diz respeito à depravação. Se os pecadores são tão desamparados em sua depravação, como a Bíblia diz que são, incapazes de conhecer a Deus e relutantes em buscá-LO, então, o único meio pelo qual eles podem ser salvos é quando Deus toma a iniciativa de mudá-los e salvá-los. É isso que significa eleição. É Deus escolhendo salvar aqueles que, sem sua soberana escolha e subsequente ação, certamente pereceriam.^v

Antes da criação do mundo, em sua simples e livre graça e amor, Deus elegeu a muitos pecadores para uma completa e final salvação, contudo, sem prever a fé ou as boas obras, ou qualquer outra coisa que lhes servisse de condição ou causa, que movesse Deus a escolhê-los. Que seja afirmado, a base da eleição não estava neles, mas em Si mesmo.^{vi}

A Predestinação

Provérbios 16.4

O SENHOR fez todas as coisas para determinados fins e até o perverso, para o dia da calamidade.

João 13.18

Não falo a respeito de todos vós, pois eu conheço aqueles que escolhi; é, antes, para que se cumpra a Escritura: Aquele que come do meu pão levantou contra mim seu calcanhar.

Romanos 8.30

E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou.

Efésios 1.4-5

assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade,

2 Tessalonicenses 2.13-14

Entretanto, devemos sempre dar graças a Deus por vós, irmãos amados pelo Senhor, porque Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade, para o que também vos chamou mediante o nosso evangelho, para alcançardes a glória de nosso Senhor Jesus Cristo.

Poucas doutrinas suscitam tanta polêmica ou provocam tanta consternação como a doutrina da predestinação. Trata-se de uma doutrina difícil, que precisa ser discutida com grande cuidado e precaução. Apesar disso, trata-se de uma doutrina bíblica, com a qual temos de lidar. Não devemos ousar ignorá-la.

Praticamente, todas as igrejas cristãs têm algum tipo de doutrina sobre a predestinação. Isso é inevitável, visto que o conceito claramente se encontra nas Escrituras. Muitas igrejas, entretanto, discordam—muitas vezes veementemente—quanto ao seu significado. O ponto de vista metodista é diferente do ponto de vista luterano, o qual discorda do ponto de vista presbiteriano. Embora seus pontos de vista difiram, cada um deles está tentando chegar a uma sólida compreensão desta difícil questão de maneira apropriada.

Em sua forma mais elementar, a predestinação significa que nosso destino final, seja o céu ou o inferno, é decidido por Deus não somente antes de irmos para lá, mas até mesmo antes que tivéssemos nascido. A predestinação ensina que nosso destino final está nas mãos de Deus. Outra maneira de expressar isso é: Desde toda a eternidade, antes mesmo que nós existíssemos, Deus decidiu salvar alguns membros da raça humana e permitir que o resto da raça humana perecesse. Deus fez uma escolha— escolheu alguns indivíduos para serem salvos na eterna bênção do céu e escolheu passar por sobre outros, permitindo que sofressem as conseqüências dos seus pecados no tormento eterno do inferno.

A aceitação desta definição é comum a muitas igrejas. Para chegar ao âmago da questão, alguém deve perguntar: como Deus fez tal escolha? O ponto de vista não-reformado, defendido pela grande maioria dos cristãos, é que Deus faz essa escolha com base em sua presciência. Deus escolhe para a vida eterna

aqueles que sabe que o escolherão. Esse conceito é chamado de visão presciente da predestinação, porque baseia-se na presciência de Deus quanto às decisões ou ações humanas.

A visão reformada difere no fato de que ela vê a decisão final para a salvação nas mãos de Deus, e não nas mãos do homem. Segundo este ponto de vista, a eleição de Deus é soberana. Não se baseia em decisões ou respostas previstas por parte dos seres humanos. Aliás, vê tais decisões fluindo da graça soberana de Deus.

O ponto de vista da Reforma afirma que nenhuma pessoa caída jamais escolheria a Deus por iniciativa própria. Pessoas caídas ainda têm livre-arbítrio e podem escolher o que desejam. O problema é que não nutrem nenhum desejo por Deus e não escolherão a Cristo a menos que sejam antes regeneradas. A fé é um dom que procede do novo nascimento. Somente aqueles que foram eleitos responderão com fé ao Evangelho.

Os eleitos escolhem a Cristo somente porque antes foram escolhidos por Deus. Como no caso de Esaú e Jacó, o eleito foi escolhido exclusivamente com base no beneplácito soberano de Deus e não com base em algo que tivessem feito ou desejado fazer. Paulo declara:

“E não ela somente, mas também Rebeca, ao conceber de um só, Isaque, nosso pai. E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), já fora dito a ela. O mais velho será servo do mais moço... Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia.” Romanos 9.10-12, 16

O problema mais incômodo envolvendo a predestinação é que Deus não escolhe ou elege salvar todas as pessoas. Ele reserva para si o direito de ter misericórdia de quem quer ter misericórdia. Alguns membros da humanidade caída recebem a graça e a misericórdia da eleição. Deus ignora o restante, deixando-os em seus pecados. Os não-eleitos recebem justiça. Os eleitos recebem misericórdia.

Ninguém é tratado com injustiça. Deus não é obrigado a ser misericordioso igualmente com todos. É decisão dele o quanto será misericordioso. Mesmo assim, nunca pode ser acusado de ser injusto com qualquer pessoa (ver Rm 9.14,15).

Sumário

1. A predestinação é uma doutrina difícil e deve ser tratada com cuidado.
2. A Bíblia ensina a doutrina da predestinação.
3. Muitos cristãos definem a predestinação em termos de presciência de Deus.
4. A visão da Reforma não considera a presciência como uma explicação para a predestinação bíblica.
5. A predestinação baseia-se na escolha de Deus e não na escolha dos seres humanos.
6. Pessoas não-regeneradas não nutrem nenhum desejo de escolher a Cristo.
7. Deus não elege todas as pessoas. Reserva para si o direito de ter misericórdia de quem quer.
8. Deus não trata nenhuma pessoa injustamente.

Autor: R.C. Sproul

Fonte: Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

Predestinação e Reprovação

Ex 7.1-5; Pv 16.4; Rm 9; Ef 1.3-6; Judas 1.4

Toda moeda tem dois lados. Existe também um outro lado da doutrina da eleição. A eleição refere-se a apenas a um aspecto da questão mais ampla da predestinação. Outro lado da moeda é a questão da reprovação. Deus declarou que amava Jacó mas odiava a Esaú. Como podemos entender essa referência ao ódio divino?

A predestinação é dupla. A única maneira de evitar a doutrina da predestinação dupla é afirmar que Deus destinou todos para a eleição ou que não destina ninguém seja para a eleição seja para a reprovação. Visto que a Bíblia ensina claramente a predestinação para a eleição e nega a salvação universal, temos de concluir que a predestinação é dupla: inclui tanto a eleição como a reprovação. A dupla predestinação é inevitável se tomarmos a Bíblia a sério. O ponto crucial, entretanto, é como entender a predestinação dupla.

Alguns cristãos têm encerado a predestinação dupla como uma questão de causação igual, onde Deus é igualmente responsável por fazer com que o réprobo não creia, assim como é responsável por fazer com que o eleito creia. Chamamos isso de visão positivo-positivo da predestinação.

A visão positivo-positivo da predestinação ensina que Deus intervém positiva e ativamente na vida dos eleitos para operar a graça em seus corações e levá-los à fé. Semelhantemente, no caso dos réprobos, ele opera o mal nos seus corações e impede ativamente que cheguem à fé. Esse ponto de vista tem sido freqüentemente chamado de "hipercalvinismo", porque vai além do ponto de vista de Calvino, Lutero e outros reformadores.

A visão reformada da predestinação dupla segue e um esquema positivo-negativo. No caso dos eleitos, Deus intervém de forma positiva e ativa operando a graça em seus corações e levando-os à fé salvadora. Deus regenera de maneira unilateral os eleitos e assegura sua salvação. No caso dos réprobos, ele não opera o mal em seus corações ou impedem que cheguem à fé. Pelo contrário, ele os ignora, deixando-os à mercê de seus próprios esquemas pecaminosos. Segundo este ponto de vista, não há simetria na ação divina. A atividade de Deus é assimétrica entre os eleitos e os réprobos. Existe, contudo, um tipo de igual supremacia. O réprobo, a quem Deus ignora, está definitivamente condenado, e sua condenação é tão certa e inevitável quanto a salvação final do eleito.

O problema está ligado a declarações bíblicas tais como aquela concernente ao endurecimento que Deus causa no coração do Faraó. É inquestionável que a Bíblia ensina que Deus endureceu Faraó. A questão que permanece é: como Deus endureceu o coração de Faraó: Lutero defendia um endurecimento passivo, ao invés de ativo; quer dizer. Deus não criou um novo nível de maldade no coração do rei. Já havia mal suficiente no coração dele para incliná-lo a resistir a cada estágio da vontade de Deus. Tudo o que Deus tem a fazer para endurecer uma pessoa é retirar sua graça dela e deixá-la completamente entregue aos seus próprios impulsos malignos. É precisamente isto que Deus faz com os condenados ao inferno. Abandona-os à sua impiedade.

Em que sentido Deus "odeia" a Esaú? Duas explicações diferentes são oferecidas para resolver este problema. A primeira define o ódio não como uma paixão negativa voltada contra Esaú, mas simplesmente como a ausência de amor redentor. O fato de Deus ter "amado" Jacó significa simplesmente que o fez recipiente de sua graça imerecida. Deus deu a Jacó um benefício que este não merecia. Esaú não recebeu o mesmo benefício, e nesse sentido Deus o odiou.

A primeira explicação soa um pouco como uma defesa especial para não permitir que Deus seja surpreendido odiando alguém. A segunda explicação dá mais força à palavra ódio. Diz simplesmente que Deus de fato odiou a Esaú. Esaú era odioso aos olhos de Deus. Não havia nada nele para Deus amar. Esaú era um vaso próprio para destruição e totalmente digno da ira e do ódio santo de Deus. vamos deixar que o leitor decida.

Sumário

1. A predestinação é dupla; tem dois lados.
2. Alguns cristãos ensinam que Deus é igualmente responsável pela eleição e pela reprovação. Esta é uma característica do hipercalvinismo.
3. A visão reformada da predestinação dupla reflete um esquema positivo-negativo.
4. Deus endureceu o coração de Faraó passiva e não ativamente.
5. Deus odiou a Esaú no sentido de não lhe dar a bênção da graça ou no sentido de excrá-lo como vaso próprio para a destruição.

Autor: R. C. Sproul

Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

Eleição

Deus escolheu os seus

“Pois Ele (Deus) diz Moisés: “Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão.” Assim, pois, não depende de quem quer, ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia.” Romanos 9.15,16

O verbo *eleger* significa “selecionar ou escolher”. A doutrina bíblica da eleição consiste em que, antes da Criação, Deus selecionou da raça humana, antevista como decaída, aqueles a quem Ele redimiria, traria à fé, justificaria e glorificaria em Jesus Cristo e por meio dele (Rm 8.28-39; Ef 1.3-14; 2 Ts 2.13,14; 2 Tm 1.9,10). Esta escolha divina é uma expressão da graça livre e soberana, porque ela é não constrangida e incondicional, não merecida por qualquer coisa naqueles que são seus objetos. Deus não deve aos pecadores nenhuma misericórdia de qualquer espécie, mas somente condenação; por isso, é surpreendente, e razão de sempiterno louvor, que Ele tenha decidido salvar alguns de nós; e louvor duplicado porque sua escolha incluiu o envio de seu próprio Filho para sofrer, como portador do pecado, pelos seus eleitos (Rm 8.32).

A doutrina da eleição, como toda verdade acerca de Deus, envolve mistério e, algumas vezes, incita à controvérsia. Mas na Escritura é uma doutrina pastoral, incluída ali para ajudar os cristãos a verem quão grande é a graça que os salva, conduzindo-os à humildade, confiança, alegria, louvor, fidelidade e santidade como resposta. É o segredo de família dos filhos de Deus. Não sabemos quem mais Ele escolheu entre aqueles que ainda não crêem, nem tampouco a razão por que nos escolheu em particular. O que de fato sabemos é que, primeiro, se não tivéssemos sido escolhidos para a vida, não seríamos crentes agora (pois somente o eleito é trazido à fé), e, em segundo lugar, como crentes eleitos podemos confiar que Deus completará em nós a boa obra que Ele começou (1 Co 1.8,9; Fp 1.6; 1 Ts 5.23,24; 2 Tm 1.12; 4.18). Assim, o conhecimento da eleição por parte de uma pessoa traz conforto e alegria.

Pedro nos diz que devemos “confirmar a (nossa) vocação e eleição” (2 Pe 1.10) – isto é, certifica-la. A eleição é conhecida por seus frutos. Paulo sabia da eleição dos tessalonicenses por sua fé, esperança e amor, a transformação interna e externa que o evangelho tinha operado em sua vida (virtude, conhecimento, domínio próprio, perseverança, piedade, fraternidade, amor: 2 Pe 1.5-7), mais seguros estaremos da própria eleição que nos foi concedida.

Os eleitos são, de um ponto de vista, a dádiva de Deus ao Filho (Jô 6.39; 10.29; 17.2,24). Jesus testifica que veio a este mundo especificamente para salva-los (Jô 6.37-40; 10.14-16,26-29; 15.16; 17.6-26; Ef 5.25-27), e qualquer relato de sua missão deve enfatizar isto.

Reprovação é o nome dado à eterna decisão de Deus a respeito dos pecadores que Ele não escolheu para a vida. Sua decisão é, em essência, não para muda-los, como os eleitos são destinados a ser mudados, mas deixa-os ao pecado, como em seus corações eles já desejam fazer, e finalmente para julga-los como merecem pelo que têm feito. Quando em casos particulares Deus os entrega a seus pecados (isto é, remove as restrições à prática de coisas desobedientes que desejam fazer), isto já é o começo do julgamento. Ele se chama endurecimento” (Rm 9.18; 11.25; cf. Sl 81.12; Rm 1.24,26,28), que leva inevitavelmente culpa maior.

A reprovação é uma realidade bíblica (Rm 9.14-24; 1 Pe 2.8), mas não a que se relaciona diretamente com a conduta cristã. Até onde os cristãos saibam, os reprovados não têm face, não nos cabendo tentar identifica-los. Devendo, antes, viver à luz da certeza de que qualquer um pode ser salvo, se ele ou ela arrepender-se e colocar sua fé em Cristo.

Devemos ver todas as pessoas que encontramos como possivelmente incluídas entre os eleitos.

Autor: J. I. Packer

Fonte: Teologia Concisa, Ed. Cultura Crista.

A doutrina da Predestinação

Consideramos agora o seguinte: tendo-se em vista o fato de que a Aliança da Vida não é pregada igualmente por todos, vê-se nessa diversidade um admirável mistério do juízo de Deus. Não há dúvida nenhuma de que essa variedade atende ao seu beneplácito, agrada ao se querer. Pois bem, como é evidente que isto é feito pela vontade de Deus – que a salvação é oferecida a uns e os outros são deixados de lado – daí decorrem grandes e altas questões, as quais só se resolvem ensinando aos crentes o que eles podem compreender da eleição e da predestinação de Deus. [...]

Denominamos predestinação o conselho eterno de Deus pelo qual ele determinou o que deveria fazer com cada ser humano. Porque ele não criou todos em igual condição, mas ordenou uns para vida eterna e os demais para a condenação eterna. Assim, conforme a finalidade para a qual o homem foi criado, dizemos que foi predestinado para a vida ou para a morte. [...]

Conforme o que a Escritura mostra claramente, dizendo que o Senhor constituiu uma vez por todas, em seu conselho eterno e imutável, aqueles que ele quis tornar para a salvação, e aqueles que ele quis deixar em abandono. Quando aos que ele chama para a salvação, dizemos: que ele os recebe por sua misericórdia gratuita, sem levar em conta a dignidade deles; que, ao contrário, o acesso à vida é vedado a todos aqueles que ele quis deixar entregues à condenação; e que isso é realizado por seu juízo oculto e incompreensível, conquanto justo e imparcial. Ensinamos, ademais, que a vocação dos eleitos é como uma demonstração e um testemunho da sua eleição. Semelhantemente dizemos que a justificação deles é outro símbolo e sinal dela, até quando eles chegarem à glória, na qual se dará o seu cumprimento e a sua consumação.

Pois bem, assim como o Senhor assinala aqueles que ele escolheu chamando-os e justificando-os, assim também, ao contrário, privando os réprobos do conhecimento da sua Palavra, ou da santidade realizada pelo seu Espírito, ele demonstra por tal sinal qual será o fim deles, e que julgamento está preparado para eles. Deixo de lado, nesta altura, muitas fantasias forjadas por números tolos, na tentativa de derrubar a predestinação. Vou restringir-me unicamente a considerar os argumentos deles que têm lugar entre pessoas dotadas de saber, ou que poderiam gerar escrúpulos entre os simples, ou, ainda, que têm alguma aparência de verdade, podendo fazer crer que Deus não é justo, se assim o considerarmos.

O que ensinamos sobre a eleição gratuita dos crentes não é dito sem dificuldade. Porque em geral se considera que o Senhor distingue entre os homens segundo prevê os méritos de cada um deles. Assim sendo, ele adota e introduz no número dos seus filhos aqueles cuja natureza ele prevê que deve ser tal que eles não são indignos da sua graça. Ao contrário, dizem os tais mestres, Deus deixa na perdição aqueles que ele sabe que devem ser inclinados à maldade ou à impiedade. Essa opinião, comumente aceita nesses termos, não pertence somente à gente comum do povo; em todos os tempos, ela tem tido a seu favor grande escritores. O que eu declaro francamente, a fim de que não se pense que isso prejudicará muito a nossa causa, se acontecer contra nós.

Porque a verdade de Deus é tão clara neste campo que não poderá ser obscurecida; e tão certa e firme que não poderá ser abalada por nenhuma autoridade dos homens. Certamente o apóstolo Paulo, ao nos ensinar que “fomos eleitos em Cristo antes da criação do mundo” [Ef 1.4], elimina toda e qualquer consideração por nossa dignidade ou merecimento. É como se disse: visto que na semente universal de Adão, o Pai celestial não encontrou nada que fosse digno da sua eleição, dirigiu o olhar para o seu Cristo, a fim de eleger, como membros do seu corpo, aqueles que ele quis admitir à vida. Fique pois definido e estabelecido este argumento entre os crentes: que Deus nos adotou em Cristo para sermos seus herdeiros, porque em nós mesmos não tínhamos capacidade para alcançar tão excelente posição. Isso o apóstolo registra igualmente bem noutro lugar, quando exorta os colossenses a darem graças a Deus por havê-los feito idôneos para participarem da herança dos santos [Cl 1.12]. Se a eleição de Deus precede a esta graça pela qual ele nos torna idôneos para obtermos a glória da vida futura, que encontrará ele em nós que o mova a eleger-nos?

O que pretendo mostrar ficará ainda mais bem expresso por esta outra sentença: Deus nos escolheu, diz ele, “antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos destinou para ele, para a adoção de filhos, por meios de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade” [Ef 1.4,5]. Paulo coloca o beneplácito de Deus em oposição a todos os méritos que se possa mencionar, porque, onde quer que reine o beneplácito de Deus, nenhuma obra entra em consideração. É certo que ele não trata disso nessa passagem, mas devemos entender essa comparação nos termos em que ele a explica noutro lugar, quando diz: Deus “nos salvou e nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras, mas conforme a sal própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus, antes dos tempos eternos” [2 Tm 1.9]. As palavras que na passagem de Efésios ele acrescenta (“para sermos santos e irrepreensíveis”) não nos livram totalmente de inquietação. Sim, pois, se dissermos que Deus nos escolhe porque previu que seríamos santos, estaremos invertendo a ordem seguida pelo apóstolo Paulo.

Podemos então afirmar com segurança: visto que ele nos escolheu a fim de que fôssemos santos, logo não foi porque previu que haveríamos de ser santos. Porque as duas coisas são contraditórias entre si: que os crentes obtenham a sua santidade graças a sua eleição; e que por essa santidade eles tenham sido eleitos. As astúcias sofisticadas a que os tais mestres recorrem não têm nenhum valor aqui. No presente caso, eles dizem que, embora Deus não recompense os méritos anteriores à graça da eleição, ele os recompensa pelos méritos futuros. Mas logo se vê que quando se diz que os crentes foram escolhidos para serem santos, significa que toda a santidade que eles haveriam de ter tem sua origem e seu início na escolha. E com que tipo de coerência se poderá dizer que o que é produto de eleição seja a causa desta? Além disso, o apóstolo confirma com ainda maior firmeza o que tinha dito, acrescentando que Deus nos escolheu conforme decreto da sua vontade, que ele determinou em si mesmo. Isso equivale a dizer que ele não considerou coisa alguma fora de si mesmo à qual desse atenção, quando procede a essa deliberação. Por isso Paulo acrescenta, logo a seguir, que tudo aquilo em que se resume a nossa eleição tem que ver com este objetivo: “para louvor da glória de sua graça”. Certamente a graça de Deus só merece ser exaltada em nossa eleição se for gratuita. Ora, não seria gratuita se Deus, ao escolher os seus, atribuísse algum valor às obras de cada pessoa eleita. Daí se vê que o que Cristo disse aos seus discípulos é verdade aplicável a todos os crentes. Disse ele: “Não fostes vós que me escolhestes a mim; pelo contrário, eu vos escolhi a vós outros” [Jo 15.16]. Com isso ele não somente exclui todos os méritos anteriores, mas também quer dizer que eles não tinham nada em si mesmos que desse motivo para serem escolhidos, pois ele se antecedeu a eles com a sua misericórdia. Nesse sentido devemos também tomara estes dizeres do apóstolo Paulo: “Quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído?” [Rm 11.35] Porque ele quer mostrar que a

bondade de Deus de tal maneira se antecipa aos homens que ela não encontra nada neles, nem quanto ao passado nem quanto ao futuro, que lhes possibilite cooperar com ela.

Acresce que, na Epístola aos Romanos, onde Paulo começa este argumento do ponto mais alto e depois lhe dá seqüência mais ampla, ele trata, sob o exemplo de Jacó e Esaú, da condição dos eleitos e dos reprovados, e o faz desta maneira [Rm 9.11-13]: “E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal) para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), já fora dito a ela: o mais velho será servo do mais moço. Como está escrito: Amei Jacó, porém me aborreci de Esaú”. Que é que pretende aqueles que, obscurecendo essas palavras, atribuem algum lugar às obras em nossa eleição (quer anteriores quer futuras)? Isso é inverter completamente o que o apóstolo diz, pois, segundo este, a diferença existente entre os dois irmãos não depende em nenhum aspecto das suas obras, mas da pura e simples vocação de Deus. Sim, porquanto Deus determinou o que iria fazer antes de eles terem nascido. A sutileza utilizada pelos sofistas não escaparia ao conhecimento de Paulo, se tivesse algum fundamento. Mas, como ele sabia que Deus não poderia prever nada de bom no homem, senão o que deliberou dar-lhe pela graça da sua eleição, deixou de lado essa opinião perversa, que consiste em preferir as boas obras às sua causa e origem. Das palavras do apóstolo, deduzimos que a salvação dos que crêem funda-se no beneplácito da eleição de Deus, e que esta graça não é adquirida por boas obras, mas lhes vem da sua bondade gratuita. Elas nos propiciam também como que um espelho ou um quadro que representa esta verdade. Esaú e Jacó são irmãos, gerados dos mesmos pais, de uma mesma gestação, estando juntos no ventre de sua mãe antes de nascerem. Todas as coisas são semelhantes num e no outro; todavia, o juízo de Deus distingue entre eles, pois escolhe um e rejeitou o outro. Só restava a questão da primogenitura, que fazia que um fosse preferido ao outro. Mas mesmo isso foi deixado para trás; foi dado ao que nasceu por último o que foi gerado ao que nasceu primeiro.

Em muitos outros casos se vê que Deus, com deliberado propósito, desprezou a primogenitura a fim de extirpar da carne todo elemento de glória. Rejeitando Ismael, ligou o seu coração a Isaque; rebaixando Manasses, preferiu Efraim [Gn 17 e 48 (ver Gn21.12)]. Se alguém replicar que não devemos julgar questões relacionadas com a vida eterna recorrendo a coisas inferiores e levianas, e que é uma zombaria inferior que aquele que exaltado pela honra da primogenitura é adotado como participante da herança celestial (havendo alguns que não poupam nem mesmo o apóstolo Paulo, dizendo que abusou dos testemunhos da Escritura, aplicando-os a este assunto), respondo que o apóstolo não falou disso inconsideradamente, e não quis torcer o sentido dos testemunhos da Escrituras; mas ele enxergava o que esse tipo de gente incapaz de considerar. É que Deus quis, por meio de um sinal corporal, representar a eleição espiritual de Jacó, a qual, noutro aspecto, estava oculta em seu conselho secreto. Porque, se não aplicássemos à vida futura a primogenitura que foi dada a Jacó, a Bênção que ele recebeu seria totalmente ridícula, porque não teria outra coisa senão total miséria e calamidade.

Vendo, pois, o apóstolo Paulo que Deus, por meio dessa bênção exterior testificou sua bênção eterna, que ele preparou em seu reino celestial para o seu servo, não teve dúvida nenhuma em tomar o argumento de que Jacó recebeu primogenitura para provar que ele foi escolhido por Deus. Portanto, Jacó foi eleito, Esaú tendo sido repudiando, e assim é feita distinção entre eles pela eleição de Deus – apesar de não haver diferença em seus méritos.

Se alguém pedir a razão disso, Paulo lhe dará; é o que Deus disse a Moisés: “Terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia e me compadecerei de quem em me compadecer” [Ex 33.19 (Rm 9.14-16)]. E que será que isso quer dizer? Claro está que o Senhor afirma explicitamente que não encontra em nós nenhuma razão pela qual deva fazer-nos bem, mas que se baseia totalmente em sua misericórdia, pelo que a salvação dos seus é sua obra, de mais ninguém.

[Aqui temos apenas uns trechos das Institutas onde Calvino desenvolve maravilhosamente e com muitas outras páginas este assunto].

Autor: **João Calvino**

Fonte: As Institutas da Religião Cristã, edição especial, ed. Cultura Cristã, Vol 3, pg 37, 41-46. Compre este maravilhoso livro em <http://www.cep.org.br>

Doze pontos de resumo da eleição nas epístolas de Paulo

- 1) A eleição é desde a eternidade. Ef 1.4,5
- 2) A Eleição se torna evidente na vida (1 Ts 1.4). Isso não significa que alguém tenha o direito de consignar seu próximo para o inferno ou chamá-lo de réprobo: Deus vê o coração; nós, não. Além disso, nós não

somos infalivelmente inspirados, como foi o ensino de Paulo. Pode haver uma conversão no leito de morte.

3) A Eleição é soberana e incondicional; isto é, não está condicionada em obras predeterminadas nem em fé prevista (1 Co 1.27,28; 4.7; Ef 1.4; 2.8). Ver também *Cânones de Dort, I,ix.x.* (a. [Leia aqui o Cânones de Dort](#), b. [Veja aqui a história Cânones de Dort](#)) -acesse seção de Confissões/Catecismos do site [www.teologiacalvinista.com](#)

4) A Eleição é justa. Rm 9.14,15

5) A Eleição não se limita aos gentios; em cada era um remanescente dos judeus também está incluído. Rm 11.5

6) A Eleição é imutável e eficaz; os eleitos realmente alcançam o céu afinal. Obtêm a salvação (Rm 11.7). A “corrente” de Deus não pode ser quebrada (Rm 8.28-30; cf., 11.29; 2 Tm 2.19).

7) A Eleição afeta a vida em todas as suas fases. Não é abstrata. Embora a eleição faça parte do decreto de Deus desde a eternidade, torna-se uma força dinâmica no coração e na vida dos filhos de Deus. Também está claro que esse é o sentido aqui em 1 Ts 1.4: [*Sabendo, amados irmãos, que a vossa eleição é de Deus*] ver versículo 1 Ts 1.5-10. Produz frutos tais como a adoção de filhos, a vocação ou chamamento, a fé, a justificação etc.(Rm 8.28-30,35; Ef 1.4,5; Tt 1.1). *Aceitar a proposição: Se um homem foi eleito, será salvo seja como for que viva (por exemplo, quer creia em Cristo quer não, quer dê provas de possuir os frutos do Espírito Santo quer não) é ímpio e absurdo. Nenhum crente verdadeiro e são de nenhuma denominação, quer seja metodista, batista, calvinista, luterano, quer pertença a qualquer outra denominação ou grupo religioso, há de aceitar isso. Todos devem ler e reler a linda descrição da pessoa realmente eleita que se encontra em Cl 3.12-17:*

Revesti-vos, pois, **como eleitos de Deus**, santos e amados, de entranhas de misericórdia, de benignidade, humildade, mansidão, longanimidade; Suportando-vos uns aos outros, e perdoando-vos uns aos outros, se alguém tiver queixa contra outro; assim como Cristo vos perdoou, assim fazei vós também. E, sobre tudo isto, revesti-vos de amor, que é o vínculo da perfeição. E a paz de Deus, para a qual também fostes chamados em um corpo, domine em vossos corações; e sede agradecidos. A palavra de Cristo habite em vós abundantemente, em toda a sabedoria, ensinando-vos e admoestando-vos uns aos outros, com salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando ao Senhor com graça em vosso coração. E, quanto fizerdes por palavras ou por obras, fazei tudo em nome do Senhor Jesus, dando por ele graças a Deus Pai.

8) A Eleição diz respeito a indivíduos. Rm 16.13; Fp 4.3; cf. At 9.15.

9) A Eleição compreende esses indivíduos “em Cristo”, de modo que são realmente considerados como um só corpo. Ef 1.4; 2 Tm 2.10

10) A Eleição não só é uma eleição para a salvação, como certamente também é (como um ele na corrente) para o serviço (Cl 3.12-17; cf. At 9.15,16).

11) A Eleição é ensinada não somente por Paulo, mas também pelo próprio Jesus. Ver Comentário do Novo Testamento do Autor sobre João 6.39; 10.11,14,28; 17.2,9,11,24:

Jo 6:39 E a vontade do Pai que me enviou é esta: Que nenhum de todos aqueles que me deu se perca, mas que o ressuscite no último dia.

Jo 10:11 Eu sou o bom Pastor; o bom Pastor dá a sua vida pelas ovelhas.

Jo 10:14 Eu sou o bom Pastor, e conheço as minhas ovelhas, e das minhas sou conhecido.

Jo 10:28 E dou-lhes a vida eterna, e nunca hão de perecer, e ninguém as arrebatará da minha mão.

Jo 17:2 Assim como lhe deste poder sobre toda a carne, para que dê a vida eterna a todos quantos lhe deste.

Jo 17:9 Eu rogo por eles; não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus.

Jo 17:11 E eu já não estou mais no mundo, mas eles estão no mundo, e eu vou para ti. Pai santo, guarda em teu nome aqueles que me deste, para que sejam um, assim como nós.

Jo 17:24 Pai, aqueles que me deste quero que, onde eu estiver, também eles estejam comigo, para que vejam a minha glória que me deste; porque tu me amaste antes da fundação do mundo.

12) A Eleição tem como alvo principal a glória de Deus, e é obra do seu beneplácito. Ef 1.4-6

Autor: William Hendriksen

Fonte: Comentário Novo Testamento, pg. 72-73, editora Cultura Cristão. Compre este excelente livro em [www.cep.org.br](#)

A Doutrina da Reprovação

Quando entendemos a eleição como ação soberana da parte de Deus de escolher algumas pessoas para serem salvas, há então necessariamente outro aspecto dessa escolha, a saber, a decisão soberana de Deus de não levar em conta outras e não salvá-las. Essa decisão de Deus na eternidade passada é chamada reprovação. *Reprovação é a decisão soberana de Deus, antes da criação, de não levar em conta algumas pessoas, decidindo em tristeza não salvá-las e puni-las por seus pecados, manifestando por meio disso ua justiça.*

De muitas maneiras, a doutrina da reprovação é o mais difícil de todos os ensinamentos das Escrituras; difícil de entender e difícil de aceitar, porque trata de conseqüências horríveis e eternas para seres humanos feitos à imagem de Deus. O amor que Deus nos dá pelos outros seres humanos e também o amor que Ele ordena que tenhamos pelo próximo nos fazem recuar diante dessa doutrina, e é compreensível que sintamos tão grande terror ao contemplá-la. [23] É algo em que não iríamos querer acreditar, e não acreditaríamos, se as Escrituras não o ensinassem claramente.

Mas há passagens nas Escrituras que falam de tal decisão da parte de Deus? Certamente há algumas. Judas fala de alguns indivíduos, “os quais, *desde muito, foram antecipadamente pronunciados para esta condenação*, homens ímpios, que transformam em libertinagem a graça de nosso Deus e negam o nosso único Soberano e Senhor, Jesus Cristo” (Jd 4).

Além disso, Paulo, na passagem referida acima, fala da mesma maneira do faraó e de outros: “Porque a Escritura diz a Faraó: Para isto mesmo te levantei, para mostrar em ti o meu poder e para que o meu nome seja anunciado por toda a terra. Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz.[...] Que diremos, pois, se Deus, querendo mostrar sua ira e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita longanimidade os vasos da ira, preparados para a perdição?” (Rm 9.17-22).

Com referência aos resultados do fato de que Deus deixou de escolher alguns para a salvação, Paulo diz: “A eleição o alcançou; e os mais foram endurecidos” (Rm 11.7). Também Pedro diz a respeito daqueles que rejeitaram o evangelho: “... tropeçam na palavra, sendo desobedientes, *para o que também foram postos*” (1Pe 2.8). [24]

Apesar do fato de recuarmos diante dessa doutrina, devemos ter uma atitude cuidadosa diante de Deus e dessas passagens das Escrituras. Nunca devemos começar a desejar que a Bíblia estivesse escrita de outra maneira, ou que ela não contivesse determinados versículos. Além disso, se estivermos convencidos de que esses versículos ensinam a reprovação, então somos obrigados tanto a acreditar nela *quanto* a aceitá-la como algo legítimo e justo da parte de Deus, mesmo que ela nos faça tremer de pavor quando pensamos sobre ela. Nesse contexto podemos nos surpreender ao ver que Jesus pode agradecer a Deus *tanto* por ocultar de alguns o conhecimento sobre a salvação *quanto* por revelá-lo a outros: “Exclamou Jesus: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas cousas aos sábios e instruídos e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado” (Mt 11.25-26).

Além disso, devemos reconhecer que de qualquer maneira, na sabedoria de Deus, a reprovação e a condenação eterna de alguns manifestarão a justiça de Deus e também resultarão em Sua glória. Paulo diz: “Que diremos, pois, se Deus, *querendo mostrar a sua ira e dar a conhecer o seu poder*, suportou com muita longanimidade os vasos de ira, preparados para a perdição [...]?” (Rm 9.22). Paulo também nota que tão grande punição sobre “os vasos de ira” serve para mostrar a grandeza da misericórdia de Deus para conosco: Deus fez isso “a fim de que também desse a conhecer as riquezas da sua glória em vasos de misericórdia” (Rm 9.23).

Devemos lembrar, também, que *há importantes diferenças entre a eleição e a reprovação apresentadas na Bíblia*. A eleição para a salvação é vista como uma causa para regozijo e louvor a Deus, que é digno de louvor e recebe todo o crédito pela nossa salvação (veja Ef 1.3-6; 1Pe 1.1-3). Deus é visto como quem nos escolhe ativamente para salvação, o que Ele faz com amor e prazer. Mas a reprovação é vista como algo que traz tristeza a Deus, não deleite (veja Ez 33.11), e a responsabilidade pela condenação dos pecadores é sempre lançada sobre as pessoas ou anjos que se rebelam, nunca sobre o próprio Deus (veja Jo 3.18-19; 5.40). Assim, pelo que as Escrituras apresentam, a causa da eleição está em Deus, e a causa da reprovação jaz no pecador. Outra diferença importante é que o fundamento da eleição é a graça de Deus, ao passo que o fundamento da reprovação é a justiça de Deus. Portanto “predestinação dupla” não é uma frase exata nem útil, porque negligencia essas diferenças entre a eleição e a reprovação.

A tristeza de Deus com a morte dos perversos (“não tenho prazer na morte do perverso, mas em que o perverso se converta do seu caminho e viva”, Ez 33.11) ajuda-nos a entender como era adequado que o próprio Paulo sentisse grande tristeza quando pensava sobre os judeus incrédulos que tinham rejeitado Cristo. Ele diz: “Digo a verdade em Cristo, não minto, testemunhando comigo, no Espírito Santo, a minha própria consciência; *tenho grande tristeza e incessante dor no coração*; porque eu mesmo desejaria ser anátema, separado de Cristo, por amor de meus irmãos , meus compatriotas, segundo a carne. São israelitas” [...] (Rm 9.1-4).

Nós igualmente devemos sentir essa grande tristeza, ainda mais quando pensamos a respeito do destino dos incrédulos.

Mas pode-se argumentar nesse ponto: se Deus genuinamente sente tristeza na punição dos perversos, então por que a permite ou até mesmo decreta que isso suceda? A resposta deve ser: Deus sabe que isso no final das contas resultará em maior glória para si mesmo. Assim mostrará seu poder, ira, justiça e misericórdia de um modo que de nenhuma outra forma poderia ser demonstrado. Certamente em nossa própria experiência humana, é possível fazer algo que nos cause grande tristeza, mas que sabemos resultará, a longo prazo, num bem maior. E assim, depois dessa fraca analogia humana, podemos entender até certo grau que Deus pode decretar algo que lhe cause tristeza, mas afinal promoverá sua glória.

NOTAS:

[23] - O próprio João Calvino disse com respeito à reprovação: “Decreto, certamente, horrível, confesso”. Calvino, *Institutas* , 3.23.7; mas deve ser notado que sua palavra latina *horribilis* não significa “detestável” mas, antes, “pavoroso, que inspira terror”.

[24] - Veja a discussão sobre esse versículo em Wayne Grudem, *1 Peter* , p. 107-10. O versículo não diz simplesmente que Deus determinou que aqueles que desobedecessem tropeçariam, mas, antes, fala sobre Deus destinar determinadas *peessoas* para desobedecer e tropeçar: “para o que também foram postos”. (O verbo grego *etethesan* , “foram postos”, requer um sujeito plural.)

Autor: Grudem, Wayne. *Teologia Sistemática Atual e Exaustiva* . 1ª edição. Ed. Vida Nova, São Paulo, SP, 2003. 573-576.

Fonte:

http://www.monergismo.com/textos/eleicao/doutrina_reprovacao_grudem.htm

3 –(L) Limited Atonement (Expição limitada) - Jesus Cristo morreu na cruz para pagar o preço do resgate somente dos eleitos;

O nome é, potencialmente, enganoso, pois ele parece sugerir que os reformadores desejam de alguma forma limitar o valor da morte de Cristo. Não é o caso. O valor da morte de Cristo é infinito. A questão é saber qual é o propósito da morte de Cristo e o que ele realizou com ela. Cristo pretendia fazer da salvação algo não mais que possível? Ou ele realmente salvou aqueles por quem morreu? A Teologia Reformada acentua que Jesus realmente fez a propiciação pelos pecados daqueles a quem o Pai escolhera. Ele realmente aplacou a ira de Deus para com seu povo, assumindo a culpa sobre si mesmo, redimindo-os verdadeiramente e reconciliando verdadeiramente aquelas pessoas específicas com Deus. Um nome melhor para expiação “limitada” seria redenção “particular” ou “específica”.^{vii}

A Expição

Rm 3.21-28; Rm 5.17-19; Ef 1.7; Fp 3.8,9; Tt 3.1-7

O apóstolo Paulo declarou que estava determinado a não saber nada, exceto Cristo, e este crucificado. Esta foi sua maneira de enfatizar a extrema importância da Cruz para o cristianismo. A doutrina da expiação é central em toda a teologia cristã. Lutero chamou o cristianismo de teologia da cruz. A figura de uma cruz é o símbolo universal do cristianismo. O conceito de expiação o retrocede ao Antigo Testamento, onde Deus estabeleceu um sistema pelo qual o povo de Israel pudesse fazer expiação por seus pecados. Expiar é fazer emendas, é acertar as coisas; Tanto o Antigo quanto o Novo Testamento deixam bem claro que todos os seres humanos são pecadores. Como nossos pecados são contra um Deus santo e infinito, que não pode nem mesmo olhar para o pecado, a expiação deve feita a fim de podermos ter comunhão com Deus. O pecado afeta até mesmo nossos melhores atos, e por isso somos incapazes de fazer sacrifício satisfatório. Mesmo nossos sacrifícios são corrompidos e exigiriam um outro sacrifício para conrir essa imperfeição, ad infinitum. Não temos nenhuma oferta suficientemente valiosa, nenhuma obra

suficientemente justa para fazer expiação por nossos próprios pecados. Somos devedores que não têm como pagar sua dívida.

Ao receber a ira de Deus na cruz, Cristo pôde fazer expiação por seu povo. Ele carregou, ou recebeu sobre si o castigo pelos pecados da humanidade. Jesus fez expiação por eles aceitando o justo castigo devido por seus pecados. A Aliança do Antigo Testamento pronunciou uma maldição sobre qualquer pessoas que quebrasse a Lei de Deus. Na cruz, Jesus não somente tomou essa maldição sobre si, mas tornou-se "ele próprio maldição em nosso lugar" (Gl 3.13). Foi abandonado pelo Pai e experimentou a plena medida do inferno na cruz.

O cristianismo ortodoxo tem insistido em que a expiação envolve substituição e satisfação. Tomando a maldição de Deus sobre si, Jesus satisfaz as exigências da santa justiça (1 Ts 1.10).

Uma frase-chave na Bíblia, concernente à expiação, é "em nosso favor". Jesus não morreu por si mesmo, mas por nós. Seu sofrimento foi vicário; ele foi o nosso substituto. Ele tomou nosso lugar assumindo o papel do Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo.

Embora a ira de Deus seja real, devemos notar que a expiação que Cristo fez não era uma questão do Filho operando contra a vontade do Pai. Não era como se Cristo estivesse arrebatando seu povo das mãos do Pai. O Filho não persuadiu o Pai a salvar aqueles a quem o Pai não estava disposto a salvar. Pelo contrário, ambos, Pai e Filho, queriam a salvação dos eleitos e trabalharam juntos para sua concretização. Conforme o apóstolo Paulo escreveu, " Isto é, Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não lhes imputando os seus pecados; e pôs em nós a palavra da reconciliação." (2 Co 5.19)

Sumário

1. Expiação envolve pagamento para quitar um débito.
2. Os seres humanos não podem fazer expiação por seus próprios pecados.
3. A perfeição de Jesus o qualificou para fazer a expiação.
4. Cristo cumpriu a maldição da Antiga Aliança.
5. A expiação de Cristo foi uma obra de substituição e de satisfação.
6. O Pai e o filho trabalharam juntos em harmonia para efetuar nossa reconciliação.

Autor: R. C. Sproul

Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

Expiação Limitada / Definida

Mt 1.21; Jo 3.16; Jo 10.27-30; Jo 17.9-12; At 20.28; Rm 8.30

Às vezes, as doutrinas distintivas da teologia reformada são resumidas em inglês pelo uso de acróstico T.U.L.I.P. [em Português seria D.E.E.G.P.]:

Total depravity = Depravação total

Unconditional election = Eleição incondicional

Limited atonement = Expiação limitada

Irresistible grace = Graça irresistível

Perseverance of the saints = Perseverança dos santos

Embora o acróstico seja útil para ajudar na memorização, também pode gerar confusão com respeito as doutrinas por causa da maneira como foi organizado para formar o acróstico "TULIP" [em inglês]. Isso é especialmente verdadeiro com referência ao terceiro ponto, ou seja, expiação limitada. Muitos, que se consideram calvinistas "de quatro pontos", estão dispostos a confirmar todos os pontos, menos a expiação limitada. Tiram o L do "TULIP".

Prefiro o termo expiação definida ao termo expiação limitada (embora tenha que converter tulip em tudip). A doutrina da expiação definida focaliza a questão no desígnio de Cristo. Isso tem a ver com o propósito de Deus em enviar Jesus à cruz.

Qualquer um que não seja universalista[aqueles que crêem que todos os homens do universo podem ser salvos] está disposto a concordar que o efeito da obra de Cristo na cruz é limitado aos que crêem. Isso é, a expiação de Cristo não tem validade para os não crentes. Nem todas as pessoas são salvas através de sua morte. Todos também concordam que o mérito de morte de Cristo é suficiente para pagar pelos pecados de toda a humanidade. Alguns colocam desta maneira: a expiação de Cristo é suficiente para todos, mas é eficiente somente para alguns.

Isso, entretanto, não é o âmago da questão da expiação definida. Os que negam a expiação definida insistem em que a obra expiatória de Cristo foi destinada por Deus para expiar os pecados de todo mundo. Tomou possível a salvação de todas as pessoas, mas não tomou certa a salvação de ninguém. Este desígnio, portanto, é ilimitado e indefinido.

A visão reformada sustenta que a expiação de Cristo foi destinada e tencionada só para eleitos. Cristo deu sua vida por suas ovelhas - é só por suas ovelhas. Além disso, a expiação garantiu a salvação para todos os eleitos. A expiação foi uma obra real de redenção e não simplesmente potencial. Nesta visão, não há possibilidade de que o desígnio e intenção de Deus para a expiação sejam frustrados. O propósito de Deus na salvação é infalível.

Os teólogos reformados diferem na questão da oferta da expiação para a raça humana. Alguns insistem em que a oferta do evangelho é universal. A Cruz e seus benefícios são oferecidos a todo aquele que crê. Outros insistem em que este conceito de uma oferta universal é equivocado e que envolve um tipo de jogo de palavras. Visto que só os eleitos de fato irão crer, na verdade a oferta é voltará só para eles. O benefício da expiação de Cristo nunca é oferecido por Deus ao impenitente ou incrédulo. Já que fé e arrependimento são condições satisfeitas só pelos eleitos, em última análise a expiação é oferecida só a eles.

O apóstolo João escreve "E ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo." (1 Jo 2.2). Este texto, mais que qualquer outro, é citado como a prova das Escrituras contra a expiação definida [ou também chamada expiação limitada]. À primeira vista, o texto parece argumentar que a morte de Cristo foi destinada a todas as pessoas (o mundo inteiro). Entretanto, se for tomado nesse sentido, o texto prova mais do que os cristãos não reformados querem que ele prove. Torna-se um texto prova para o universalismo. Se Cristo de fato propiciou ou satisfez as exigências de Deus para a punição dos pecados de todas as pessoas, logo fica claro que todas as pessoas seriam salvas. Se Deus punisse pecados que já foram propiciados, então ele seria injusto. Se o texto for interpretado como significado como significando que os pecados de todos foram condicionalmente expiados (dependentes de fé e arrependimento, então voltamos à questão original de que somente os eleitos satisfazem tais condições.

A outra maneira de interpretar este texto é vendo o contraste entre nossos pecados e os do mundo inteiro. Quem são as pessoas incluídas na palavra nossos? Se João está falando somente das pessoas crentes, então a interpretação anterior do texto se aplacaria. Mas esse é o único significado possível de nosso?

No Novo Testamento, com frequência se faz um contraste entre a salvação experimentada pelos judeus e a experimentada pelos não-judeus. Um ponto crucial do evangelho é que ele não se limita aos judeus, mas se estende às pessoas de todo o mundo, às pessoas de todas as tribos e nações. Deus ama o mundo todo, mas não salva o mundo todos; ele salva pessoas de todas as partes do mundo. Neste texto, não pode estar simplesmente dizendo que Cristo não é a propiciação só pelos nossos pecados (dos crentes judeus), mas pelos eleitos que se encontram também em todas as partes do mundo.

Em qualquer caso, o plano de Deus foi decidido antes de qualquer pessoas estivesse no mundo. A expiação de Cristo não foi um pensamento divino de última hora. O propósito de Deus na morte de Cristo foi determinado desde a fundação do mundo. O desígnio não foi estabelecido por acaso, mas de acordo com um plano e um propósito específicos, os quais Deus está cumprindo soberanamente. Todo aquele por quem Cristo morreu é redimido por seu ato sacrificial.

Sumário

1. Expiação definida substitui o termo expiação limitada.
2. Expiação definida refere-se ao alcance do designo de Deus na redenção e no propósito da cruz.
3. Todos os cristãos que não são universalistas concordam que a expiação de Cristo é suficiente para todos, mas eficaz somente para aqueles que crêem.
4. A expiação de Cristo foi uma propiciação real pelo pecado, e não uma propiciação potencial ou condicional.
5. A expiação, num sentido amplo, é oferecida a todos; num sentido mas restrito, é oferecida só aos eleitos.
6. O ensino de João de que Cristo morreu pelos pecados do mundo inteiro significa que os eleitos não estão confinados a Israel, mas se encontram em todas as partes do mundo.

Autor: R. C. Sproul

Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

4 – (I) Irresistible Grace - (Graça Irresistível) - A Graça de Deus é irresistível para os eleitos, isto é, o Espírito Santo acaba convencendo e infundindo a fé salvadora neles.

Abandonados em nós mesmos, nós resistimos à graça de Deus. Mas, quando Deus age em nosso coração, regenerando-nos e criando uma vontade renovada, então, o que antes era indesejável torna-se altamente desejável, e voltamo-nos para Jesus da mesma forma como antes fugíamos dele. Pecadores arruinados resistem à graça de Deus, mas a sua graça regeneradora é efetiva. Ela supera o pecado e realiza os desígnios de Deus.^{viii}

A Vocação Eficaz

Ez 36.26,27; Rm 8.30; Ef 1.7-12; 2 Ts 2.13,14; 2 Tm 1.8-12

Quando eu era menino, minha mãe costumava aparecer à janela e me chamar para jantar. Geralmente eu entrava ao primeiro chamado, mas nem sempre. Se eu demorava, ela chamava um segunda vez, geralmente num tom de voz mais alto. Seu primeiro chamado nem sempre surtia efeito; não surtia o efeito desejado. O segundo chamado geralmente surtia efeito; eu estava rapidamente em casa.

Há um chamado de Deus que surte efeito. Quando Deus chamou o mundo à existência, o universo não hesitou em atender a voz de comando. O efeito desejado por Deus na criação foi alcançado. Semelhantemente, quando Jesus chamou Lázaro para fora do túmulo, Lázaro respondeu voltando à vida.

Há também um chamado eficaz de Deus na vida do crente. É um chamado que alcança o efeito desejado. O chamado eficaz está relacionado com o poder de Deus ao regenerar o pecador da morte espiritual. Às vezes esse chamado é referido como "graça irresistível".

O chamado eficaz refere-se ao chamado de Deus que por seu soberano poder e autoridade produz seu designado e ordenado efeito. Quando Paulo ensina que aquele a quem Deus predestinou, a esse ele chama, e aqueles a quem chamou também justifica, (Rm 8.30) o chamado a que se refere é a vocação eficaz de Deus.

A vocação eficaz de Deus é uma vocação interior. É a obra secreta de vivificação ou regeneração realizada na alma dos eleitos pela operação imediata e sobrenatural do espírito Santo. Efetua ou opera a mudança da disposição, inclinação e desejo da alma. Antes da vocação eficaz e interior de Deus ser recebida, nenhuma pessoa tem inclinação para aproximar-se dele. Todo aquele que é efetivamente chamado tem uma nova disposição para com Deus e responde com fé. Vemos, então, que a própria Fé é um dom de Deus, tempos sido dada na vocação eficaz do Espírito Santo.

A pregação do evangelho representa a vocação exterior de Deus. Esta vocação é ouvida audivelmente tanto pelos eleitos como pelos não-eleitos. Os seres humanos têm a capacidade de resistir e recusar a vocação exterior. Ninguém responderá à vocação exterior com fé a menos que esta vocação seja acompanhada pela vocação eficaz do Espírito Santo no interior. A vocação eficaz é irresistível no sentido em que Deus soberanamente faz com que produza o resultado desejado. Esta obra soberana da graça é resistível no sentido em que podemos e realmente a resistimos em nossa natureza caída, mas é irresistível no sentido em que a graça de Deus prevalece sobre nossa resistência natural.

A vocação eficaz se refere ao poder criador de Deus pelo qual somos conduzidos à vida espiritual. O apóstolo Paulo escreve:

"E vos vivificou, estando vós mortos em ofensas e pecados, Em que noutro tempo andastes segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe das potestades do ar, do espírito que agora opera nos filhos da desobediência. Entre os quais todos nós também antes andávamos nos desejos da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como os outros também." Ef 2.1-3

Nós, que antes éramos filhos da ira e estávamos espiritualmente mortos, nos tornamos os "chamados" pela virtude do poder e da eficácia da vocação interior de Deus. Em sua graça, o Espírito nos dá olhos para ver o que não veríamos e ouvidos para ouvir o que de outra maneira não ouviríamos.

Sumário

1. Os chamados humanos podem ser eficazes ou não.
2. Deus tem o poder de chamar eficazmente os mundos à existência, chamar corpos para fora do túmulo e chamar as pessoas da morte para a vida espiritual.

3. As pessoas podem ouvir o chamado exterior de deus, por meio do evangelho e rejeitar. Seu chamado interior, entretanto, é sempre eficaz. Sempre produz os resultados desejados.

Autor: R. C. Sproul

Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

O Chamado do Evangelho

Qual é a mensagem do evangelho?
Como ele se torna eficaz?

1. EXPLICAÇÃO E BASE BÍBLICA

Quando Paulo fala a respeito do modo em que Deus traz salvação à nossa vida, ele diz: “E aos que predestinou, também chamou; aos que chamou, também justificou; aos que justificou, também glorificou” (Rm 8.30). Aqui Paulo ressalta uma ordem definida na qual as bênçãos da salvação vêm a nós. Embora muito tempo atrás, quando o mundo ainda não havia sido feito, Deus nos tenha predestinado para que fôssemos seus filhos e para que nos conformássemos à imagem de seu Filho, aqui Paulo salienta o fato de que, no desenvolvimento real do seu propósito em nossa vida, Deus nos “chamou”. Então Paulo imediatamente cita a justificação e a glorificação, mostrando que essas coisas vêm após o chamado eficaz. Paulo indica que há uma ordem definida no propósito salvador de Deus (embora não em todos aspectos de nossa salvação mencionados aqui). Assim, vamos começar a nossa discussão das diferentes partes de nossa experiência de salvação com o tópico do chamado.

A. O chamado eficaz

Quando Paulo diz: “aos que predestinou, também chamou; aos que chamou, também justificou” (Rm 8.30), ele assinala que o chamado é um ato divino. De fato, é especialmente um ato de Deus Pai, pois é ele quem predestina as pessoas “para serem conformes à imagem de seu Filho” (Rm 8.29). Outros versículos descrevem mais plenamente o que é esse chamado. Quando Deus chama as pessoas desse modo poderoso, ele as chama “das trevas para a sua maravilhosa luz” (1 Pe 2.9); ele as chama “à comunhão com seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor” (1Co 1.9; cf. At 2.39) e para o seu Reino e glória” (1Ts 2.12; cf. 1Pe 5.10; 2Pe 1.3). Os indivíduos que foram chamados por Deus pertencem “a Jesus Cristo” (Rm 1.6). Eles são chamados para “serem santos” (Rm 1.7; 1Co 1.2) e vieram para o Reino de paz (1Co 7.15; Cl 3.15), liberdade (Gl 5.13), esperança (Ef 1.18; 4.4), e santidade (1Ts 4.7) suportando com paciência o sofrimento (1Pe 2.20,21; 3.9) para desfrutar a vida eterna (1Tm 6.12).

Esses versículos indicam que esse não é um chamado sem poder ou meramente um chamado humano. Esse chamado é antes uma espécie de “convocação” vinda da parte do Rei do universo e tem tal poder que exige uma resposta dos corações humanos. É o ato divino que garante a resposta, porque Paulo especifica em Romanos 8.30 que todos os que foram chamados foram também justificados. Esse chamado tem a capacidade de retirar-nos do reino das trevas e de transportar-nos ao Reino de Deus, atraindo-nos para a plena harmonia com ele: “Fiel é Deus, o qual os chamou à comunhão com seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor” (1Co 1.9).

Esse poderoso ato de Deus é muitas vezes designado vocação eficaz, para distingui-lo do convite geral do evangelho que se dirige a todas as pessoas e que algumas rejeitam. Isso não significa que a proclamação humana do evangelho não esteja envolvida. De fato, o chamado eficaz de Deus vem por intermédio da pregação humana do evangelho, porque Paulo diz: “Ele os chamou para isso por meio de nosso evangelho, a fim de tomarem posse da glória de nosso Senhor Jesus Cristo” (2Ts 2.14). Naturalmente há muitos que ouvem o chamado geral da mensagem do evangelho e não respondem. Mas em alguns casos o chamado do evangelho torna-se eficaz pela ação do Espírito Santo no coração das pessoas, de forma que elas respondem; podemos dizer que elas receberam a “vocação eficaz”.

Podemos definir a vocação eficaz da seguinte maneira: Vocação eficaz é o ato de Deus Pai, falando por meio da proclamação humana do evangelho, pelo qual ele convoca as pessoas para si mesmo de tal modo que elas respondem com fé salvadora.

É importante não dar a impressão de que as pessoas serão salvas pelo poder dessa vocação independentemente da resposta deliberada delas ao evangelho (v. cap. 21 sobre a fé pessoal e o arrependimento que são necessários à salvação). Embora seja verdade que a vocação eficaz desperta e produz a resposta em nós, devemos sempre insistir em que essa resposta ainda tem de ser voluntária, uma resposta deliberada na qual o indivíduo coloca sua confiança em Cristo.

Essa é a razão por que a oração é tão importante para a evangelização eficaz. A menos que Deus opere no coração das pessoas para tornar a proclamação do evangelho eficaz, não haverá nenhuma resposta salvadora genuína. Jesus disse: “Ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, não o atrair” (Jo 6.44).

Um exemplo do chamado do evangelho operando eficazmente é visto na primeira visita de Paulo a Filipos. Quando Lídia ouviu a mensagem do evangelho, “o Senhor abriu seu coração para atender à mensagem de Paulo” (At 16.14).

Ao contrário da vocação eficaz, que é inteiramente ato de Deus, podemos falar a respeito do chamado do evangelho em geral, que vem por meio da linguagem humana. Esse chamado do evangelho é oferecido a todas as pessoas, mesmo às que não o aceitam. Às vezes esse chamado do evangelho refere-se ao chamado externo ou chamado geral. Em contrapartida, a vocação eficaz de Deus que realmente produz a resposta deliberada da pessoa que ouve é por vezes chamada vocação interna. O chamado do evangelho é geral e externo e muitas vezes é rejeitado, ao passo que a vocação eficaz é particular, interna e sempre é eficaz. Contudo, isso não significa diminuir a importância do chamado do evangelho — que é o meio pelo qual a vocação eficaz acontecerá. Sem o chamado do evangelho, ninguém poderá responder e ser salvo! “E como crerão naquele de quem não ouviram falar?” (Rm 10.14). Portanto, é importante entender exatamente o que significa o chamado do evangelho.

B. Os elementos do chamado do evangelho

Três elementos importantes devem ser incluídos na pregação do evangelho.

1. Explicação dos fatos concernentes à salvação. Qualquer pessoa que vem a Cristo para salvação deve ter ao menos o entendimento básico de quem Cristo é e como ele satisfaz a nossa necessidade de salvação. Portanto, a explicação dos fatos concernentes à salvação deve incluir ao menos três coisas:

- A. Todas as pessoas pecaram (Rm 3.23)
- B. A penalidade do pecado é a morte (Rm 6.23)
- C. Jesus Cristo morreu para pagar a penalidade de nossos pecados (Rm 5.8).

Mas o entendimento desses fatos e mesmo a concordância de que eles são verdadeiros não são suficientes para uma pessoa ser salva. Deve haver um convite para uma resposta pessoal da parte do indivíduo que vai se arrepender de seus pecados e confiar pessoalmente em Cristo.

2. Convite para responder a Cristo pessoalmente em arrependimento e fé.

Quando o NT fala a respeito de pessoas vindo à salvação, ele fala em termos da resposta pessoal ao convite do próprio Cristo. Esse convite é belamente expresso, por exemplo, nas palavras de Jesus: “Venham a mim, todos os que estão cansados e sobrecarregados, e eu lhes darei descanso. Tomem sobre vocês o meu jugo e aprendam de mim, pois sou manso e humilde de coração, e vocês encontrarão descanso para as suas almas. Pois o meu jugo é suave e o meu fardo é leve” (Mt 11.28-30).

É importante deixar claro que essas não são apenas palavras faladas muito tempo atrás por um líder religioso do passado. Cada não-cristão que ouve essas palavras deve ser encorajado a pensar nelas como palavras que Jesus Cristo está dizendo neste momento, falando individualmente ao que ouve. Jesus Cristo é o Salvador que está vivo agora no céu, e cada não-cristão deveria pensar em Jesus falando diretamente a ele, dizendo “Venham a mim [...] e eu lhes darei descanso” (Mt 11.28). Esse é um convite genuíno e pessoal que espera uma resposta pessoal de cada um que o ouve.

João também fala a respeito da necessidade da resposta pessoal quando diz: “Veio para o que era seu, mas os seus não o receberam. Contudo, aos que o receberam, aos que creram em seu nome, deu-lhes o direito de se tornarem filhos de Deus” (Jo 1.11,12). Enfatizando a necessidade de “receber” Cristo, João também destaca a necessidade da resposta individual. Àqueles dentro da igreja morna que não percebiam sua cegueira espiritual o Senhor Jesus novamente dirige um convite que exige resposta pessoal: “Eis que estou à porta e bato. Se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei e cearei com ele, e ele comigo” (Ap 3.20).

Porém o que está envolvido nesse ir a Cristo? Embora isso seja explicado mais plenamente no capítulo 23, é suficiente por ora observar aqui que, se formos a Cristo e confiarmos nele para que nos salve do pecado, não podemos mais nos agarrar ao pecado, mas devemos deliberadamente renunciar a ele com genuíno arrependimento. Em alguns casos na Escritura tanto o arrependimento como a fé são mencionados juntos quando se referem à conversão inicial de uma pessoa. (Paulo disse que gastou seu tempo testificando

“tanto a judeus como a gregos, que eles precisam converter-se a Deus com arrependimento e fé em nosso Senhor Jesus”, At 20.2 1.) Em outras ocasiões somente o arrependimento dos pecados é mencionado e a fé salvadora é suposta como fator de acompanhamento (“que em seu nome seria pregado o arrependimento para perdão de pecados a todas as nações, começando por Jerusalém”, Lc 24.47; cf. At 2.37,38; 3.19; 5.31; 17.30; Rm 2.4; 2Co 7.10; etc.). Portanto, qualquer proclamação genuína do evangelho deve incluir o convite para tomar a decisão consciente de abandonar os pecados e vir a Cristo com fé, pedindo-lhe o perdão dos pecados. Se tanto a necessidade de arrependimento de pecados como a necessidade de confiar em Cristo para o perdão forem negligenciados, não terá havido uma plena e verdadeira proclamação do evangelho.

Mas o que é prometido para os que vêm a Cristo? Esse é o terceiro elemento do chamado do evangelho.

3. A promessa de perdão e de vida eterna.

Embora as palavras de Cristo do convite pessoal contenham promessas de descanso, poder para se tornar filho de Deus e acesso à água da vida, é útil tornar explícito exatamente o que Cristo promete aos que vêm a ele em arrependimento e fé. A principal promessa na mensagem do evangelho é o perdão de pecados e a vida eterna com Deus. “Porque Deus tanto amou o mundo que deu o seu Filho Unigênito, para que todo o que nele crer não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3.16). Na pregação do evangelho, Pedro diz: “Arrependam-se, pois, e voltem-se para Deus, para que os seus pecados sejam cancelados” (At 3.19; cf. 2.38).

Juntamente com a promessa de perdão e de vida eterna deve estar a certeza de que Cristo aceitará todos os que vêm a ele em sincero arrependimento e fé na busca da salvação: “... e quem vier a mim eu jamais rejeitarei” (Jo 6.37).

C. A importância do chamado do evangelho

A doutrina do chamado do evangelho é importante porque, se não houvesse o chamado do evangelho, nós não poderíamos ser salvos.”E como crerão naquele de quem não ouviram falar?” (Rm 10.14).

O chamado do evangelho é importante também porque por meio dele Deus se dirige a nós na plenitude de nossa humanidade. Ele não nos salva simplesmente de forma “automática”, sem procurar uma resposta em nós como pessoas completas. Ao contrário, no chamado do evangelho ele se dirige ao nosso intelecto, às nossas emoções e à nossa vontade. Ele fala ao nosso intelecto ao nos explicar os fatos da salvação em sua Palavra. Ele fala às nossas emoções fazendo-nos um convite pessoal sincero que pede uma resposta. Ele fala à nossa vontade por pedir-nos para ouvir o seu convite e responder a ele deliberadamente em arrependimento e fé — para que decidamos abandonar nossos pecados e receber Cristo como Salvador, descansando nosso coração nele para a salvação.

Autor: Wayne Grudem

Fonte: Teologia Sistemática do Autor, Ed. Vida Nova

5 – (P) Perseverance of Saints (Perseverança dos Santos) - Todos os eleitos vão perseverar na fé até o fim e chegar ao céu. Nenhum perderá a salvação.

Um nome melhor seria “perseverança de Deus para com os santos”, mas ambas as idéias estão realmente juntas. Deus persevera conosco, protegendo-nos de deixar a fé, que certamente aconteceria se ele não estivesse conosco. Mas, porque ele persevera, nós também perseveramos. Na realidade, perseverança é a prova definitiva de eleição.^{ix}

O eleito está eternamente seguro em Cristo, que preserva para Si mesmo, capacitando-lhe a perseverar nele até o fim. Aqueles que professam ser cristãos, e se apostatam da fé (1 Tm 4:1), são como João disse: “eles saíram do nosso meio, mas na realidade não eram dos nossos, pois se fossem dos nossos, teriam permanecido conosco; o fato de terem saído mostra que nenhum deles era dos nossos” (1 Jo 2:19).^x

A Perseverança dos Santos

Jo 6.35-40; Rm 8.31-39; Fp 1.6; 2 Ts 2.14-19; Hb 9.11-15

A maioria de nós conhece pessoas que fizeram uma profissão de fé em Cristo e que provavelmente tiveram uma forte manifestação de fé, envolvendo-se ativamente na vida e no ministério da Igreja, e que mais tarde repudiaram a fé e se tornaram "afastados" espirituais. Tais evidências sempre suscitam a pergunta:

pode uma pessoa, uma vez salva, perder a salvação? A apostasia é um presente e claro perigo para o crente?

A igreja Católica Romana ensina que as pessoas podem perder e perdem a sua salvação. Se cometem um pecado mortal, tal pecado mata a graça da justificação que habita sua alma. Se a pessoa morre antes de ser restaurada ao estado de graça por meio do sacramento e penitência, irá para o inferno.

Muitos protestantes também crêem que é possível alguém perder a salvação. As advertências de Hebreus 6 e a preocupação de Paulo sobre tornar-se "desqualificado" (1 Co 9.27), bem como os exemplos do rei Saul e outros, tudo isso tem levado à conclusão de que as pessoas podem cair total e definitivamente da graça. A teologia reformada, por outro lado, ensina a doutrina da perseverança dos santos, a qual às vezes é chamada também a doutrina da "segurança eterna". Em essência, essa doutrina ensina que se você possui a fé salvadora, nunca irá perdê-la; se você a perde, é porque nunca teve. Conforme João escreve: "Saíram de nós, mas não eram de nós; porque, se fossem de nós, ficariam conosco; mas isto é para que se manifestasse que não são todos de nós." (1 Jo 2.19).

Sabemos que é possível as pessoas ficarem enamoradas de certos elementos do cristianismo sem jamais abraçar o próprio Jesus Cristo. Um jovem pode ser atraído a uma divertida e estimulante reunião de jovens na igreja, com uma atraente programação. Ele pode se "converter" à programação da igreja sem se converter a Jesus Cristo. Tal pessoa pode ser como aquelas ilustradas na parábola do semeador.

"Um semeador saiu a semear a sua semente e, quando semeava, caiu alguma junto do caminho, e foi pisada, e as aves do céu a comeram; E outra caiu sobre pedra e, nascida, secou-se, pois que não tinha umidade; E outra caiu entre espinhos e crescendo com ela os espinhos, a sufocaram; E outra caiu em boa terra, e, nascida, produziu fruto, a cento por um. Dizendo ele estas coisas, clamava: Quem tem ouvidos para ouvir, ouça." Lc 8.5-8

A parábola pode referir-se àquelas pessoas que a princípio crêem, mas depois fracassam, ou pode significar que os que "creram" tinham uma fé falsa ou espúria [não genuína], como a teologia reformada afirma. Só a semente que cai na terra boa pode produzir frutos de obediência. Jesus descreve tais pessoas como as que ouvem a palavra "de bom e reto coração" (Lc 8.15). Essa fé procede de uma coração verdadeiramente regenerado.

A doutrina da preservação não se baseia em nossa capacidade para perseverança, mesmo sendo regenerados. Pelo contrário, descansa na promessa de Deus de nos preservar. Paulo escreve aos Filipenses: "Tendo por certo isto mesmo, que aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará até ao dia de Jesus Cristo;" (Fp 1.6). É pela graça, e tão-somente pela graça, que o cristão persevera. Deus termina o que começa. Ele assegura que seus propósitos na eleição não serão frustrados.

O texto áureo de Romanos 8 fornece um testemunho adicional desta esperança: "E aos que predestinou a estes também chamou; e aos que chamou a estes também justificou; e aos que justificou a estes também glorificou." (Rm 8.30). Paulo prossegue e declara que nada "nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor." (Rm 8.39).

Temos segurança porque a salvação é do Senhor e somos feitura sua. Ela dá o Espírito Santo a todo crente como uma garantia de que completará o que começou. Semelhantemente, Deus selou todo crente com o Espírito Santo. Ele nos marcou de maneira indelével e nos deu um pagamento antecipado ou sinal que garante que concluirá a transação.

Uma base final de confiança se encontra na obra sacerdotal de Cristo, que intercede por nós. Assim como Jesus orou pela restauração de Pedro (e não pela da Judas), ele também ora pela nossa restauração quando tropeçamos e caímos. Podemos permanecer caídos por algum tempo, mas nunca total ou definitivamente. Jesus orou no Cenáculo: "Estando eu com eles no mundo, guardava-os em teu nome. Tenho guardado aqueles que tu me deste, e nenhum deles se perdeu, senão o filho da perdição, para que a Escritura se cumprisse." (Jo 17.12). Somente Judas Iscariotes, que era filho da perdição desde o princípio, cuja profissão de fé foi espúria, se perdeu. Aqueles que são verdadeiramente crentes não podem ser arrebatados das mãos de Deus.

"As minhas ovelhas ouvem a minha voz, e eu conheço-as, e elas me seguem; E dou-lhes a vida eterna, e nunca hão de perecer, e ninguém as arrebatará da minha mão. Meu Pai, que mas deu, é maior do que todos; e ninguém pode arrebatá-las da mão de meu Pai. Eu e o Pai somos um." (Jo 10.27-30).

Sumário

1. Muitas pessoas fazem uma profissão de fé em Jesus Cristo e depois o repudiam.

2. A perseverança dos santos nas promessas de Deus de preservar os santos.
3. Deus completará a salvação dos eleitos.
4. Aqueles que se desviam da fé nunca foram verdadeiramente crentes.
5. Podemos ter certeza de nossa salvação porque fomos selados com o Espírito Santo. Ele é a garantia de Deus de que nossa salvação será completada.
6. A intercessão de Cristo visa nossa preservação.

Autor: R. C. Sproul

Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

A Perseverança dos santos (permanecer cristão)

Nota: AT = Antigo Testamento; NT = Novo Testamento

Pode o verdadeiro cristão perder a salvação?

Como podemos saber se verdadeiramente nascemos de novo?

1. EXPLICAÇÃO E BASE BÍBLICA

Em nossa discussão anterior tratamos de muitos aspectos da salvação plena que Cristo obteve para nós e que o Espírito agora aplica à nossa vida. Mas como sabemos que continuaremos a ser cristãos por toda a vida? Há algo que nos impede de abandonar Cristo, algo que nos garante que sempre haveremos de permanecer cristãos até que morramos e que de fato viveremos com Deus no céu para sempre? Ou poderá acontecer de chegarmos a nos separar de Cristo e de perdermos as bênçãos de nossa salvação? O tópico da perseverança dos santos responde a essas perguntas. A perseverança dos santos significa que todos os que verdadeiramente nasceram de novo serão guardados pelo poder de Deus e perseverarão como cristãos até o fim da vida, e que somente os que perseverarem até o fim verdadeiramente nasceram de novo.

Essa definição tem duas partes. Ela indica primeiro que há uma certeza concedida aos que verdadeiramente nasceram de novo, pois ela lhes recorda que o poder de Deus os guardará como cristãos até o dia em que vierem a morrer e que eles certamente viverão com Cristo no céu para sempre. Por outro lado, a segunda metade da definição deixa claro que a permanência na vida cristã é uma das evidências de que a pessoa verdadeiramente nasceu de novo. É importante registrar também esse aspecto da doutrina na mente, para que evitemos passar falsa segurança às pessoas que nunca foram realmente crentes.

Devemos observar que esse é um assunto sobre o qual os cristãos evangélicos vêm discordando há longo tempo. Muitos dentro da tradição arminiana/wesleyana sustentam que é possível alguns que verdadeiramente nasceram de novo virem a perder a salvação, ao passo que os cristãos reformados defendem que isso não é possível. A maioria dos batistas segue a tradição reformada nesse ponto; contudo, muitas vezes usam o termo segurança eterna ou segurança eterna do crente em vez do termo perseverança dos santos.

“A doutrina da perseverança dos santos é representada pela letra “p” no acróstico TULIP, que muitas vezes é usado para sintetizar os chamados “cinco pontos do calvinismo”

A. Todos os que verdadeiramente nasceram de novo perseverarão até o fim

Muitas passagens ensinam que os que verdadeiramente nasceram de novo, os genuinamente cristãos, continuarão na vida cristã até a morte e, a seguir, ficarão com Cristo no céu. Jesus diz: “Pois desci dos céus, não para fazer a minha vontade, mas para fazer a vontade daquele que me enviou. E esta é a vontade daquele que me enviou: que eu não perca nenhum dos que ele me deu, mas os ressuscite no último dia. Porque a vontade de meu Pai é que todo aquele que olhar para o Filho e nele crer tenha a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia” (Jo 6.38-40). Aqui Jesus diz que todo o que crê nele terá vida eterna. Diz que ressuscitará essa pessoa no último dia — o que, nesse contexto de crer no Filho e ter vida eterna, claramente significa que Jesus ressuscitará a pessoa para a vida eterna com ele (não apenas a ressuscitará para ser julgada e condenada). Parece difícil evitar a conclusão de que quem verdadeiramente crê em Cristo permanecerá cristão até o dia da ressurreição final com bênçãos de vida na presença de Deus. Além disso, esse texto enfatiza que Jesus faz a vontade do Pai, que é não perder nenhum dos que o Pai lhe dera (Jo 6.39). Uma vez mais, os que foram dados ao Filho pelo Pai não se perderão.

Outra passagem que salienta essa verdade é João 10.27-29, na qual Jesus diz: “As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna, e elas jamais perecerão; ninguém as poderá arrancar da minha mão. Meu Pai, que as deu para mim, é maior do que todos; ninguém as pode arrancar da mão de meu Pai”.

Aqui Jesus diz que os que o seguem, que são suas ovelhas, recebem vida eterna. Além disso, ele diz que “ninguém as poderá arrancar da minha mão” (v. 28). Ora, alguns têm argumentado que, mesmo que ninguém possa ser arrebatado da mão de Cristo, nós podemos escapar por nós mesmos das mãos de Cristo. Mas essa parece apenas uma disputa de palavras — a expressão “ninguém” não inclui também a pessoa que está nas mãos de Cristo? Além disso, sabemos que nosso coração está longe de ser digno de confiança. Portanto, se a possibilidade de nós próprios abandonarmos Cristo permanecesse, a passagem dificilmente daria a segurança que Jesus pretende transmitir nela.

Mais importante ainda, a frase mais vigorosa na passagem é “e elas jamais perecerão” (v. 28). A construção grega (ou *mē* mais o aoristo subjuntivo) é especialmente enfática e poderia ser traduzida mais explicitamente por: “e eles com certeza não perecerão eternamente”. Isso enfatiza que os que são “ovelhas” de Jesus e o seguem, e a quem ele deu vida eterna, nunca perderão a salvação ou serão separados de Cristo — jamais “perecerão”.

Há muitas outras passagens que dizem que os que crêem têm “vida eterna”. Um exemplo é João 3.36: “Quem crê no Filho tem a vida eterna” (v. tb. Jo 5.24; 6.4-7; 10.28; 1Jo 5.13). Ora, se essa é verdadeiramente a vida eterna que os crentes possuem, então é a vida que dura para sempre com Deus. Ela é muitas vezes colocada em contraste com a condenação e com o juízo eterno (Jo 3.16,17,36; 10.28), e a ênfase nesse texto com o adjetivo eterna mostra adicionalmente que essa é a vida que dura para sempre na presença de Deus.

A evidência nos escritos de Paulo e em outras cartas do NT também indica que quem verdadeiramente nasceu de novo perseverará até o fim. Neles se ressalta igualmente que “agora já não há condenação para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8.1). Portanto, seria injusto Deus atribuir qualquer espécie de punição eterna aos que são cristãos — nenhuma condenação permanece para eles, pois a penalidade total de seus pecados já foi paga.

Então, em Romanos 8.30, Paulo enfatiza a conexão clara entre os propósitos eternos de Deus na predestinação e o desenvolvimento desses propósitos na vida, juntamente com a realização final desses propósitos em “glorificar” ou dar corpos ressuscitados a quem ele colocou em união com Cristo: “E aos que predestinou, também chamou; aos que chamou, também justificou; aos que justificou, também glorificou”. Aqui Paulo vê o evento futuro da glorificação como uma certeza nos propósitos que Deus estabeleceu, de forma que ele pode falar sobre ele como se já houvesse se realizado (“também glorificou”). Isso é verdade a respeito de todos os que são chamados e justificados — ou seja, todos os que verdadeiramente se tornaram cristãos.

Evidência adicional de que Deus guarda os que nasceram de novo de modo seguro por toda a eternidade é o “selo” que Deus coloca sobre eles. Esse “selo” é o Espírito Santo dentro deles, que também atua como “garantia” de Deus de que receberemos a herança que nos foi prometida:

“Quando vocês ouvirem e crerem na palavra da verdade, o evangelho que os salvou, vocês foram selados em Cristo com o Espírito Santo da promessa, que é a garantia da nossa herança até a redenção daqueles que pertencem a Deus, para o louvor da sua glória” (Ef 1.13,14). A palavra grega traduzida por “garantia” nessa passagem (*arrabōn*) é um termo legal e comercial que significa “primeiro pagamento, depósito, entrada, prestação inicial” e representa “um pagamento que obriga a parte contratante a fazer os pagamentos restantes”. Quando Deus enviou o Espírito Santo para habitar em nós, ele se comprometeu a dar todas as bênçãos restantes da vida eterna e uma grande recompensa no céu com ele. Essa é a razão por que Paulo pode dizer que o Espírito Santo é a “garantia da nossa herança até a redenção daqueles que pertencem a Deus” (Ef 1.14). Todos os que têm o Espírito Santo dentro de si, todos os que verdadeiramente nasceram de novo, têm a promessa imutável e a garantia de que a herança da vida eterna no céu certamente será deles. A própria fidelidade de Deus o obriga a fazer isso.

Pedro diz a seus leitores que eles estão “protegidos pelo poder de Deus até chegar a salvação prestes a ser revelada no último tempo” (1Pe 1.5). A palavra “protegidos” (*gr., phroureō*) pode significar tanto “guardados de escapar” quanto “protegidos de ataque”, e talvez esses dois significados estejam presentes aqui: Deus preserva os crentes de escaparem do seu Reino como os protege dos ataques externos. “Salvação” é usada aqui não em relação à justificação passada ou à santificação presente (falando em categorias teológicas), mas em referência à plena posse futura de todas as bênçãos de nossa redenção — ao cumprimento completo e final da salvação (cf. Rm 13.11; 1 Pe 2.2). Embora a salvação já esteja preparada ou pronta, ela não será “revelada” por Deus à raça humana em geral até o “último tempo”, o tempo do juízo final. Se essa proteção de Deus tem como propósito a preservação dos crentes até que recebam a plena salvação celestial, então é certo concluir que Deus cumprirá esse propósito e que eles, de fato, alcançarão a salvação final. Essa obtenção da salvação final em última instância depende do poder de Deus.

B. Somente os que perseverarem até o fim é que verdadeiramente nasceram de novo

Ao mesmo tempo em que a Escritura repetidamente enfatiza que quem verdadeiramente nasceu de novo perseverará até o fim e certamente terá a vida eterna no céu com Deus, há também outras passagens que

falam sobre a necessidade de permanecer na fé no decorrer da vida. Elas nos fazem compreender que o que Pedro disse em I Pedro 1.5 (“mediante a fé, são protegidos pelo poder de Deus”) é verdadeiro, a saber, que Deus não nos guarda independentemente de nossa fé nele. Desse modo, quem continua a confiar em Cristo recebe a segurança de que Deus opera nele e o guarda.

Um exemplo dessa espécie de passagem é João 8.31,32: “Disse Jesus aos judeus que haviam crido nele: ‘Se vocês permanecerem firmes na minha palavra, verdadeiramente serão meus discípulos. E conhecerão a verdade, e a verdade os libertará’”. Jesus está aqui advertindo que uma evidência da fé genuína é a permanência na sua Palavra, isto é, a contínua confiança no que ele diz e uma vida de obediência aos seus mandamentos. Semelhantemente, Jesus diz: “aquele que perseverar até o fim será salvo” (Mt 10.22), como um meio de advertir as pessoas a não desistir nos tempos de perseguição.

Paulo diz aos cristãos de Colossos que Cristo os havia reconciliado com Deus “para apresentá-los diante dele santos, inculpáveis e livres de qualquer acusação, desde que continuem alicerçados e firmes na fé, sem se afastarem da esperança do evangelho, que vocês ouviram e que tem sido proclamado a todos os que estão debaixo do céu” (Cl 1.22,23). É natural que Paulo e outros escritores do NT falem desse modo, pois embora estejam se dirigindo a grupos de pessoas que professam ser cristãs, não estão aptos a saber o real estado do coração das pessoas. Pode ser que houvesse pessoas em Colossos que se uniram na comunhão da igreja, professaram que tinham fé em Cristo e foram batizados na igreja, mas que nunca tiveram a verdadeira fé salvadora. Como Paulo distinguiria tais pessoas dos verdadeiros crentes? Como ele pode evitar dar-lhes a falsa segurança, a segurança de que eles serão salvos eternamente, quando na verdade eles não o serão, a menos que venham ao arrependimento e à fé? Paulo sabe que aqueles cuja fé não é real finalmente acabarão por abandonar a participação na comunhão da igreja. Portanto, ele diz a seus leitores que, em última análise, eles serão salvos se continuarem “alicerçados e firmes na fé” (Cl 1.23). Quem persevera mostra, desse modo, que é crente genuíno. Mas quem não persevera na fé demonstra que não houve nenhuma fé genuína em seu coração.

Ênfase similar é vista em Hebreus 3.14: “pois passamos a ser participantes de Cristo, desde que, de fato, nos apeguemos até o fim à confiança que tivemos no princípio”. Esse versículo proporciona uma perspectiva excelente da doutrina da perseverança. Como sabemos se passamos a ser participantes de Cristo? Como sabemos se essa união com Cristo realmente aconteceu em algum momento do passado? Um meio de sabermos que possuímos tal fé genuína em Cristo é se perseveramos com fé até o fim da vida.

Devemos nos lembrar de que há outras evidências em outras partes da Escritura que dão aos cristãos a segurança da salvação. Dessa forma, não devemos pensar que a segurança de que pertencemos a Cristo é impossível até que morramos. Contudo, a perseverança na fé é um meio de segurança que é mencionado aqui pelo autor de Hebreus. Além disso, nessa e em todas as outras passagens a respeito da necessidade de continuar na fé, o propósito nunca é deixar os que estão presentemente confiando em Cristo preocupados com o fato de que, em algum tempo, no futuro, possam cair. Nunca devemos usar essas passagens com tal intenção, pois seria criar uma causa injusta para preocupação de uma forma que a Escritura não pretende. Ao contrário, o propósito é sempre advertir os que estão pensando em abandonar a fé ou que já a abandonaram de que, se eles se portam assim, essa é uma forte indicação de que nunca foram salvos. Portanto, a necessidade de perseverar na fé deveria ser usada apenas como advertência contra abandonar a fé, advertência de que quem a abandona não dá evidência de que sua fé nunca foi real.

C. Os que finalmente se afastam podem dar muitos sinais externos de conversão.

Sempre fica claro quais pessoas na igreja possuem a genuína fé salvadora e quais as possuem somente uma persuasão intelectual da verdade do evangelho, mas sem a genuína fé em seu coração? Nem sempre é fácil dizer isso, e a Escritura menciona em diversos lugares que descrentes em comunhão com a igreja visível podem apresentar alguns sinais externos ou indicações que os fazem parecer crentes genuínos. Por exemplo, Judas, que traiu Cristo, deve ter se comportado quase exatamente como os outros discípulos durante os três anos que esteve com Jesus. Tão convincente era a sua conformidade com a conduta padrão dos outros discípulos que, no fim dos três anos de ministério de Jesus, quando ele disse que um dos seus discípulos o haveria de trair, eles não suspeitaram de Judas, antes “começaram a dizer-lhe, um após outro: ‘Com certeza não sou eu, Senhor!’” (Mt 26.22; cf. Mc 14.19; Lc 22.23; Jo 13.22). Contudo, Jesus sabia que não havia fé genuína no coração de Judas, porque ele disse a determinada altura: “Não fui eu que os escolhi, os Doze? Todavia, um de vocês é um diabo!” (Jo 6.70). João registrara anteriormente que “Jesus sabia desde o princípio quais deles não criam e quem o iria trair” (Jo 6.64), mas os discípulos não sabiam disso.

Paulo também fala que “falsos irmãos infiltraram-se em nosso meio” (Gl 2.4) e diz que em suas jornadas estivera em “perigos dos falsos irmãos” (2Co 11.26). Também diz dos servos de Satanás: “não é surpresa que os seus servos finjam que são servos da justiça” (2Co 11.15). Isso não significa que todos os descrentes na igreja que dão alguns sinais de verdadeira conversão são servos de Satanás que estão secretamente minando a obra da igreja, porque alguns realmente podem estar no processo de considerar as afirmações do evangelho e se dirigir à fé real, outros podem ter ouvido a explicação do evangelho de modo

inadequado, e outros podem não ter vindo ainda à genuína convicção do Espírito Santo. Mas as afirmações de Paulo realmente significam que alguns descrentes na igreja serão falsos irmãos enviados para romper a comunhão, enquanto outros simplesmente serão descrentes que finalmente poderão vir à fé salvífica. Em ambos os casos, contudo, eles apresentam diversos sinais externos que os fazem parecer crentes genuínos.

Podemos ver isso também na afirmação de Jesus a respeito do que vai acontecer no julgamento final: “Nem todo aquele que me diz: ‘Senhor, Senhor’, entrará no Reino dos céus, mas apenas aquele que faz a vontade de meu Pai que está nos céus. Muitos me dirão naquele dia: ‘Senhor, Senhor, não profetizamos em teu nome? Em teu nome não expulsamos demônios e não realizamos muitos milagres?’ Então eu lhes direi claramente: Nunca os conheci. Afastem-se de mim vocês, que praticam o mal!” (Mt 7.21-23).

Embora essas pessoas tenham profetizado, expelido demônios e feito muitos milagres no nome de Jesus, a capacidade de fazer tais obras não era garantia de que fossem cristãos. Jesus diz: “Nunca os conheci”. Ele não diz: “Eu conheci vocês por um tempo, mas agora não os conheço mais”, ou “Eu conheci vocês por um tempo, mas vocês se extraviaram de mim”. Antes, ele diz: “Eu nunca conheci vocês”. Eles nunca haviam sido crentes genuínos.

Ensino semelhante é encontrado na parábola do semeador em Marcos 4. Jesus diz: “Parte dela caiu em terreno pedregoso, onde não havia muita terra; e logo brotou, porque a terra não era profunda. Mas quando saiu o sol, as plantas se queimaram e secaram, porque não tinham raiz” (Mc 4.5,6). Jesus explica que a semente semeada no solo pedregoso representa as pessoas que “ouvem a palavra e logo a recebem com alegria. Todavia, visto que não têm raiz em si mesmas, permanecem por pouco tempo. Quando surge alguma tribulação ou perseguição por causa da palavra, logo a abandonam” (Mc 4.16,17). O fato de que elas “não têm raiz em si mesmas” indica que não há nenhuma fonte de vida dentro dessas plantas; semelhantemente, as pessoas representadas por elas não possuem vida genuína em seu interior. Elas possuem uma aparência de conversão e aparentemente se tornaram cristãs, porque recebem a palavra “com alegria”, mas, quando a dificuldade vem, elas não são encontradas — a conversão delas não era genuína e não havia sinal nenhum de fé salvadora em seu coração.

A importância de perseverar na fé é afirmada também na parábola de Jesus sobre a vinha, na qual os cristãos são retratados como ramos (Jo 15.1-7). Jesus diz: “Eu sou a videira verdadeira, e meu Pai é o agricultor. Todo ramo que, estando em mim, não dá fruto, ele corta; e todo que dá fruto ele poda, para que dê mais fruto ainda. Se alguém não permanecer em mim, será como o ramo que é jogado fora e seca. Tais ramos são apanhados, lançados ao fogo e queimados” (Jo 15. 1,2,6).

Os arminianos argumentam que os ramos que não dão fruto são ainda verdadeiros ramos da videira — Jesus se refere a “todo ramo que, estando em mim, não dá fruto” (v. 2). Portanto, os ramos que são juntados, lançados no fogo e queimados devem se referir a verdadeiros crentes que em determinado tempo foram parte da videira, mas caíram e se tornaram sujeitos ao juízo eterno. Mas essa não é a implicação necessária do ensino de Jesus nesse ponto. A figura da videira usada nessa parábola é limitada na quantidade de detalhes que ensina. De fato, se Jesus tivesse querido ensinar que havia verdadeiros e falsos crentes associados com ele, então o único modo pelo qual ele poderia referir-se às pessoas que não possuíam vida genuína em si mesmas seria falar dos ramos que não davam fruto (logo após a analogia das sementes que caíram em solo pedregoso e não tinham “raiz em si mesmas”, em Mc 4.17). Aqui em João 15 os ramos que não dão fruto, embora estejam de algum modo relacionados com Jesus e tenham a aparência exterior de serem ramos genuínos, indicam seu verdadeiro estado pelo fato de que não produzem fruto. Isso é demonstrado de forma semelhante pelo fato de que, se uma pessoa “não permanecer” em Cristo (Jo 15.6), é cortada como um ramo e se seca. Se tentarmos pressionar a analogia para além disso, dizendo, por exemplo, que todos os ramos da videira são realmente vivos ou não estariam lá, então estamos simplesmente tentando forçar a figura a ir além do que ela é capaz de ensinar — e nesse caso não haveria nada na analogia que pudesse representar os falsos crentes. O ponto afirmado pela figura é simplesmente que os que produzem fruto desse modo dão evidência de que permanecem em Cristo; os que não produzem fruto, não estão permanecendo nele.

Finalmente, há duas passagens em Hebreus que também afirmam que os que acabam caindo podem dar muitos sinais externos de conversão e podem parecer de muitas maneiras iguais aos cristãos. O primeiro deles, Hebreus 6.4-6, é muito usado pelos arminianos como prova de que crentes podem perder a salvação. Mas a análise mais criteriosa mostra que tal interpretação não é convincente. O autor escreve: “Ora, para aqueles que uma vez foram iluminados, provaram o dom celestial, tornaram-se participantes do Espírito Santo, experimentaram a bondade da palavra de Deus e os poderes da era que há de vir, e caíram, é impossível que sejam reconduzidos ao arrependimento; pois para si mesmos estão crucificando de novo o Filho de Deus, sujeitando-o à desonra pública” (Hb 6.4-6).

Neste momento podemos perguntar que espécie de pessoa é descrita por todos esses termos. Esse texto descreve alguém que genuinamente nasceu de novo? Tratavam-se sem dúvida de pessoas que estavam associadas intimamente com a comunhão da igreja. Haviām tido alguma espécie de tristeza pelo pecado (arrependimento). Haviām entendido claramente o evangelho (haviām sido iluminadas). Chegaram a apreciar o encanto da vida cristã e a mudança que acontece na vida das pessoas pelo fato de se tornarem

cristãs, provavelmente obtiveram respostas de oração e sentiram o poder do Espírito Santo em operação, talvez até usando alguns dons espirituais do mesmo modo que os descrentes em Mateus 7.22 (haviam se associado à obra do Espírito Santo ou tinham se tornado “participantes” do Espírito, e tinham provado o dom celestial e os poderes vindouros). Elas haviam sido expostas à verdadeira pregação da Palavra e tinham aprovado muito dos seus ensinamentos (elas provaram a boa Palavra de Deus).

Mas, a despeito de tudo isso, se elas “caíram” em apostasia, “crucificando de novo o Filho de Deus” para si mesmas (Hb 6.6), então elas estão deliberadamente rejeitando todas essas bênçãos e se voltando decididamente contra elas. O autor nos diz que, se isso ocorre, será impossível restaurar essas pessoas novamente a qualquer espécie de arrependimento ou tristeza pelo pecado. O seu coração será endurecido e sua consciência, amortecida. A familiaridade repetida que elas tiveram com as coisas de Deus e sua experiência da influência do Espírito Santo em diversas ocasiões simplesmente serviram para endurecê-las para a verdadeira conversão.

É claro que houve alguns na comunidade aos quais essa carta foi escrita que estavam em perigo de cair da mesma maneira (v. Hb 2.3; 3.8,12,14,15; 4.1,7,11; 10.26,29,35,36,38,39; 12.3,15-17). O autor quer adverti-los de que, embora tenham participado da comunhão da igreja e experimentado muitas das bênçãos de Deus em sua vida, se caírem após tudo isso, não há salvação para eles. Ele quer usar a linguagem mais forte possível para dizer: “Neste caso, não importa o quanto uma pessoa experimente bênçãos temporárias, ela ainda não foi realmente salva”. Ele os está advertindo a serem cuidadosos, porque depender das bênçãos e experiências temporárias não é suficiente. Isso não quer dizer que ele pensa que os verdadeiros cristãos poderiam cair — [Para a discussão muito mais abrangente dessa passagem, v. *Perseverance of the saints: a case study from Hebrews 6.4-6 and the other warning passages in Hebrews*, de Wayne Grudem. In: Thomas Schreiner & Bruce Ware, orgs. *The grace of God and the bondage of the will* (Grand Rapids: Baker, 1995), 1:133-82.]

Hebreus 3.14 sugere exatamente o oposto. Antes ele quer dar-lhes a certeza da salvação por meio da perseverança na fé e dessa forma subentende que, se eles caírem, isso demonstrará que eles nunca foram realmente povo de Deus.

Por essa razão, imediatamente ele passa dessa descrição dos que cometem apostasia para uma analogia posterior que mostra que essas pessoas que caem nunca tiveram qualquer fruto genuíno em suas vidas. Os versículos 7 e 8 falam dessas mesmas pessoas em termos de “espinhos” e “ervas daninhas”, uma espécie de colheita que é produzida na terra que não tem vida que valha a pena em si mesma, muito embora receba repetidamente bênçãos de Deus (em termos da analogia, embora chova frequentemente sobre ela). Devemos observar aqui que as pessoas que cometem apostasia não são comparadas a um campo que uma vez produziu bom fruto e que agora não produz, mas que são iguais à terra que nunca produziu bom fruto, mas somente espinhos e ervas daninhas. A terra pode parecer boa antes da colheita começar a aparecer, mas o fruto dá a evidência genuína, e ele é mau.

Forte apoio para essa interpretação de Hebreus 6.4-8 é encontrado no versículo imediatamente seguinte. Embora o autor tenha falado muito a respeito da possibilidade de cair, ele a seguir volta a falar sobre a situação da grande maioria de ouvintes que ele pensa que são cristãos genuínos. Ele diz: “Quanto a vós outros, todavia, ó amados, estamos persuadidos das coisas que são melhores e pertencentes à salvação, ainda que falamos desta maneira” (Hb 6.9, RA). Mas a questão é: Essas “coisas que são melhores” são melhores do que quais outras? As “coisas melhores” no plural formam um contraste apropriado às “coisas boas” que haviam sido mencionadas nos versículos 4-6; o autor está convencido de que a maioria de seus leitores experimentou as coisas que são melhores do que simplesmente as influências parciais e temporárias do Espírito Santo e da igreja mencionadas nos versículos 4-6.

De fato, o autor fala a respeito dessas coisas por dizer (literalmente) que elas são “coisas que são melhores e pertencentes à salvação” (gr., *kai echomena sōtērias*): Essas não são somente as bênçãos temporárias mencionadas nos versículos 4-6, mas são coisas melhores, que não têm apenas influência temporária, mas são “pertencentes à salvação”. Desse modo, a palavra grega *kai*, “e”, mostra que a salvação é algo que não fazia parte dos itens mencionados nos versículos 4-6. Portanto, a palavra *kai* — que é traduzida explicitamente na RA, na ECA e na ARC

— proporciona uma chave crucial para o entendimento da passagem. Se o autor quisesse dizer que as pessoas mencionadas nos versículos 4-6 eram verdadeiramente salvas, seria muito difícil entender por que ele diria no versículo 9 que está convencido de que há coisas melhores para eles e pertencentes à salvação. Essas coisas incluem a “salvação” como um item adicional às coisas mencionadas anteriormente. Ele mostra, portanto, que pode dizer em uma frase breve que as pessoas “têm salvação”, caso queira (ele não precisa utilizar muitas frases), e, além disso, que as pessoas de quem ele fala nos versículos 4-6 não são salvas.

Quais são exatamente essas “coisas melhores?”. Em acréscimo à salvação mencionada no versículo 9, tratam-se de coisas que dão evidência real da salvação — um fruto genuíno na vida deles (v. 10), plena certeza de esperança (v. 11) e fé salvadora, do tipo mostrado por quem herda as promessas (v. 12). Desse modo, ele fortalece a certeza dos que são crentes genuínos — os que demonstram fruto em sua vida e amor por outros cristãos, que revelam esperança e fé genuína que persevera no tempo presente, que não

abandonam o caminho. Ele quer dar segurança a esses leitores (que certamente são a grande maioria daqueles a quem escreve) ao mesmo tempo que lança uma forte advertência contra os que podem estar em perigo de apostasia.

Um ensino semelhante é encontrado em Hebreus 10.26-31. Ali o autor diz: “Se continuarmos a pecar deliberadamente depois que recebemos o conhecimento da verdade, já não resta sacrifício pelos pecados” (v. 26). Alguém que rejeita a salvação de Cristo e “profanou o sangue da aliança pelo qual ele foi santificado” (v. 29) merece a punição eterna. Essa é novamente uma forte advertência contra a apostasia, mas não deveria ser tomada como prova de que alguém que verdadeiramente nasceu de novo possa perder a salvação. Quando o autor fala a respeito do sangue do pacto “pelo qual ele foi santificado”, a palavra santificado é usada simplesmente para referir-se à “santificação externa, igual à dos antigos israelitas, pela ligação exterior com o povo de Deus”. A passagem não fala a respeito de alguém que é genuinamente salvo, mas de alguém que recebeu certa influência moral benéfica por meio do contato com a igreja.

D. O que pode dar ao crente segurança genuína?

Se é verdade, como foi explicado na seção anterior, que os descrentes que finalmente deixarão a fé podem apresentar muitos sinais externos de conversão, então o que poderá servir de evidência da conversão genuína? O que pode dar segurança real ao verdadeiro crente? Podemos citar três categorias de perguntas que uma pessoa pode fazer a respeito de si mesma.

1. Posso ter no presente confiança em Cristo para ser salvo?

Paulo diz aos colossenses que eles seriam salvos no último dia, se continuassem “alicerçados e firmes na fé, sem se afastarem da esperança do evangelho, que [...] ouviram e que tem sido proclamado a todos os que estão debaixo do céu” (Cl 1.23). Além de dizer que “passamos a ser participantes de Cristo, desde que, de fato, nos apeguemos até o fim à confiança que tivemos no princípio” (Hb 3.14), o autor de Hebreus encoraja seus leitores a serem imitadores dos que “por meio da fé e da paciência, recebem a herança prometida” (Hb 6.12). De fato, o versículo mais famoso da Bíblia inteira usa o verbo no tempo presente, que pode ser traduzido por “para que todo aquele que continua crendo nele possa ter vida eterna” (Jo 3.16).

Portanto, cada um deveria perguntar a si mesmo: “Tenho hoje confiança em Cristo de que ele perdoou os meus pecados e que vai me levar inculpável para o céu para sempre? Tenho confiança em meu coração de que ele me salvou? Se eu morresse hoje à noite e comparecesse diante de Deus e ele me perguntasse a razão pela qual deveria me deixar entrar no céu, será que eu começaria a pensar a respeito de minhas boas ações e depender delas, ou sem hesitação diria que sou dependente dos méritos de Cristo e confio que ele é o Salvador suficiente?”.

Essa ênfase sobre a fé em Cristo no presente permanece em contraste com a prática de alguns “testemunhos” de igreja nos quais as pessoas repetidamente recitam detalhes de uma experiência de conversão acontecida mais de vinte ou trinta anos atrás. Se um testemunho de fé salvadora é genuíno, ele deve ser um testemunho de fé que é ativo no dia de hoje.

2. Há evidência da obra regeneradora do Espírito Santo em meu coração?

A evidência da obra do Espírito Santo em nosso coração vem de muitas formas diferentes. Embora não devamos colocar nossa confiança na demonstração de obras miraculosas (Mt 7.22) ou de longas horas e anos de trabalho em alguma igreja local (que pode simplesmente ser uma construção como madeira, feno ou palha “nos termos de ICo 3.12 para promover o poder ou o próprio ego ou tentar ganhar mérito com Deus), há muitas outras evidências de obra real do Espírito Santo no coração de uma pessoa.

Primeiro, há o testemunho subjetivo do Espírito Santo no nosso coração testificando que somos filhos de Deus (Rm 8.15,16; lJo 4.13). Esse testemunho regularmente será acompanhado pela percepção de ser conduzido pelo Espírito Santo nos caminhos da obediência à vontade de Deus (Rm 8.14).

Além disso, se o Espírito Santo está trabalhando genuinamente em nossa vida, ele haverá de produzir uma espécie de características de caráter que Paulo chama “fruto do Espírito” (Gl 5.22). Ele menciona diversas atitudes ou características do caráter que são produzidas pelo Espírito Santo: “amor, alegria, paz, paciência, amabilidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio” (Gl 5.22,23). Obviamente, a questão não é: “Exemplifico perfeitamente todas essas características em minha vida?”, e sim: “Essas coisas são características gerais de minha vida? Sinto essas atitudes em meu coração? Outras pessoas (especialmente as que estão mais próximas de mim) vêem essas características em minha vida? Elas têm se desenvolvido em minha vida nos últimos anos?”. Não há qualquer indício no NT de que qualquer

pessoa não-regenerada ou não-cristã possa convincentemente fingir essas características de caráter, especialmente para os que a conhecem bem de perto.

Relacionada a essa espécie de fruto, há ainda outra: os resultados da vida e do ministério de uma pessoa segundo sua influência sobre outros e sobre a igreja. Há pessoas que professam ser cristãs, mas cuja influência sobre outros é para desencorajá-los, deprimi-los, trazer dano à sua fé e provocar controvérsias e divisões. O resultado da vida e do ministério dessas pessoas não é edificar os outros e a igreja, mas derrubar ou destruir. Em contraposição, há os que parecem edificar outras pessoas em cada conversa, em cada oração e em cada obra de ministério na qual colocam as mãos. Jesus disse, em relação aos falsos profetas: “Vocês os reconhecerão por seus frutos. [...] Semelhantemente, toda árvore boa dá frutos bons, mas a árvore ruim dá frutos ruins. [...] Assim, pelos seus frutos vocês os reconhecerão!” (Mt 7.16,17,20).

Outra evidência da obra do Espírito Santo é a perseverança na fé e a aceitação do ensino sadio na igreja. Os que começam a negar as principais doutrinas da fé dão sérias indicações negativas a respeito de sua salvação: “Todo o que nega o Filho também não tem o Pai [...] Quanto a vocês, cuidem para que aquilo que ouviram desde o princípio permaneça em vocês. Se o que ouviram desde o princípio permanecer em vocês, vocês também permanecerão no Filho e no Pai” (1 Jo 2.23,24). João também diz: “Nós viemos de Deus, e todo aquele que conhece a Deus nos ouviu” (1Jo 4.6). Já que os escritos do NT são a autoridade que substitui a presença de apóstolos como João, podemos também dizer que quem quer que conheça a Deus continuará a ler e a se deleitar na Palavra de Deus, e continuará a crer nela plenamente. Os que não crêm e não têm prazer na Palavra de Deus dão evidência de que não são “de Deus”.

Outra evidência da salvação genuína é um relacionamento contínuo no presente com Jesus Cristo. Jesus diz: “Permaneçam em mim, e eu permanecerei em vocês”, e “Se vocês permanecerem em mim, e as minhas palavras permanecerem em vocês, pedirão o que quiserem, e lhes será concedido” (Jo 15.4,7). Essa permanência em Cristo incluirá não somente a confiança diária nele em várias situações, mas com certeza também a comunhão regular com ele na oração e na adoração. Essa permanência também incluirá obediência aos mandamentos de Deus. João diz:

“Aquele que diz: ‘Eu o conheço’, mas não obedece aos seus mandamentos, é mentiroso, e a verdade não está nele. Mas, se alguém obedece à sua palavra, nele verdadeiramente o amor de Deus está aperfeiçoado. Desta forma sabemos que estamos nele: aquele que afirma que permanece nele, deve andar como ele andou” (1Jo 2.4-6). Uma vida perfeita não é necessária, naturalmente. João antes está dizendo que em geral nossa vida deve ser de imitação de Cristo e de semelhança a ele naquilo que fazemos e dizemos. Se temos a genuína fé salvadora, haverá resultados claros de obediência em nossa vida (v.tb. 1Jo 3.9,10,24; 5.18).

3. Consigo ver o padrão de crescimento constante em minha vida cristã?

As primeiras duas áreas de certeza lidam com a fé atual e a evidência atual da obra do Espírito Santo em nossa vida. Mas Pedro nos dá mais uma espécie de teste que podemos usar para perguntar se somos genuinamente crentes. Ele nos diz que há algumas características de caráter que, se continuamos a crescer nelas, garantirão que nós “jamais” tropeçaremos (2Pe 1.10). Ele diz aos seus leitores para se empenharem “para acrescentar à sua fé a virtude [...] o conhecimento [...] o domínio próprio [...] a perseverança [...] a piedade [...] a fraternidade [...] o amor” (2Pe 1.5-7). A seguir ele diz que essas coisas devem pertencer aos seus leitores e estar continuamente crescendo na vidas deles (2Pe 1.8). Acrescenta que eles devem se empenhar “em consolidar o chamado e a eleição”, e então continua: “pois se agirem dessa forma [referindo-se à prática das características mencionadas nos versículos 5-7], jamais tropeçarão” (2Pe 1.10).

O modo pelo qual confirmamos nossa vocação e eleição, então, é continuar a crescer nesse processo. Isso sugere que a certeza de salvação pode ser algo que aumenta com o tempo em nossa vida. Cada ano que acrescentamos essas características em nossa vida, ganhamos segurança cada vez maior de nossa salvação. Assim, embora crentes novos na fé possam ter uma confiança muito firme em sua salvação, essa segurança pode aumentar em certeza ainda mais profunda com o passar dos anos, à medida que eles caminham para a maturidade cristã. Se continuam a acrescentar essas coisas, confirmarão a sua vocação e eleição, e “jamais tropeçarão”.

O resultado dessas três perguntas que podemos fazer a nós próprios deveria dar uma forte certeza para os que são genuinamente crentes. Desse modo, a doutrina da perseverança dos santos será uma doutrina tremendamente confortadora. Ninguém que tenha tal certeza deveria perguntar: “Serei capaz de perseverar até o fim da minha vida e, portanto, ser salvo?”. Cada pessoa que ganha segurança por meio desse auto-exame deveria antes pensar: “Eu verdadeiramente nasci de novo, portanto certamente perseverarei até o fim, porque estou sendo guardado ‘pelo poder de Deus’ operando por meio de minha fé (cf. 1Pe 1.5) e, portanto, eu nunca me perderei. Jesus vai me ressuscitar no último dia e eu vou entrar no seu Reino para sempre” (cfJo 6.40).

Por outro lado, a doutrina da perseverança dos santos, se corretamente entendida, deve causar preocupação genuína, e até mesmo temor, no coração de qualquer um que esteja “apostatando” ou se desviando de Cristo. Tais pessoas devem ser claramente advertidas de que somente quem persevera até o fim é que verdadeiramente nasceu de novo. Se elas se afastam de sua profissão de fé em Cristo e de uma vida de obediência a ele, elas podem realmente não ser salvas — de fato, a evidência que elas estão dando é de que não são salvas e nunca realmente foram salvas. Uma vez que parem de confiar em Cristo e de obedecer-lhe, elas não têm nenhuma certeza genuína de salvação, e devem considerar-se não-salvas, voltando-se para Cristo em arrependimento e pedindo-lhe perdão pelos pecados.

Neste momento, em termos de cuidado pastoral com os que se afastaram de sua profissão de fé em Cristo, devemos perceber que calvinistas e arminianos (os que crêem na perseverança dos santos e os que pensam que os cristãos podem perder a salvação) iriam aconselhar um “apóstata” do mesmo modo. Conforme o arminiano, esse indivíduo foi cristão durante certo tempo, mas agora não é mais. Conforme o calvinista, tal pessoa nunca foi realmente cristã e ainda não é. Mas em ambos os casos o conselho bíblico dado seria o mesmo: “Você não parece ser cristão agora — você deve se arrepender de seus pecados e confiar em Cristo para ser salvo”. Embora o calvinista e o arminiano discordem sobre a interpretação da história anterior dessa pessoa, hão de concordar sobre o que deve ser feito no presente.

Porém vemos aqui por que o termo segurança eterna, quando usado impropriamente, pode ser muito enganoso. Em algumas igrejas evangélicas, em vez de ensinarem a apresentação equilibrada e total da doutrina da perseverança dos santos, alguns pastores freqüentemente ensinam uma versão diluída dela, que de fato diz às pessoas que todos os que fizeram uma profissão de fé e foram batizados estão “eternamente seguros”. O resultado é que algumas que realmente não são genuinamente convertidas podem “ir à frente” no final de uma reunião evangelística para professar a fé em Cristo e serem batizadas pouco tempo depois, mas acabam deixando a comunhão da igreja e vivendo de modo que não é diferente da que tiveram antes de ganhar essa “segurança eterna”. Desse modo, uma falsa segurança é dada a essas pessoas, e elas estão sendo cruelmente enganadas por pensarem que estão indo para o céu quando, de fato, não estão.

Autor: Wayne Grudem

Fonte: Teologia Sistemática do Autor; Ed. Vida Nova

4. Mandato Cultural

A Teologia Reformada também enfatiza o mandato cultural ou a obrigação de os cristãos viverem ativamente em sociedade e de trabalharem para a transformação do mundo e suas culturas. Os reformadores tiveram várias perspectivas nessa área, dependendo da extensão como acreditam que a transformação seja possível. Mas, no geral, concordam com duas coisas. Primeira, nós somos chamados para estar no mundo e não para nos afastarmos dele. Isso separa os reformadores crentes do monasticismo. Segunda, nós devemos alimentar os famintos, vestir os despidos e visitar os prisioneiros. Mas as principais necessidades das pessoas são espirituais, e a obra social não é substituto adequado para a evangelização. Na verdade, o empenho em ajudar as pessoas só será verdadeiramente eficiente se seu coração e mente forem transformados pelo Evangelho. Isso separa os crentes reformados do simples humanitarismo.

Tem-se alegado que, para a Teologia Reformada, qualquer pessoa que crê e faça parte da linha reformada perderá toda a motivação para a evangelização. “Se Deus vai agir, por que devo me preocupar?” Mas não é assim que funciona. É porque Deus executa a obra que nós podemos ter coragem de nos unirmos a ele, da forma como ele nos ordena a agir. Nós agimos assim alegremente, sabendo que nossos esforços jamais serão em vão.

Cultura: A Fé Cristã é Contra ou A Favor?

Gênesis 1:24-31 e Gênesis 2:8-20

1. O que é cultura?

Definir cultura não é uma tarefa fácil. Ricardo Gondim, em seu livro “É Proibido” (Mundo Cristão, 1998) indica que os antropólogos já criaram mais de trezentas definições. Você, possivelmente, já ouviu ou falou a expressão: “isso faz parte do contexto cultural”? Ou, com certeza, você já ouviu palestras sobre “missões transculturais”. Mas como poderíamos definir esse conceito? Nos dois sentidos empregados acima, cultura se refere ao conjunto de características peculiares que identificam uma sociedade, em uma determinada época. Mas, em outro sentido, cultura é mais do que isso. A palavra em si vem do latim e significa “trabalhar o solo” ou “cultivar”. No seu sentido mais amplo, representa o resultado da aplicação do conhecimento humano no desenvolvimento de obras e atividades que possuem mérito e qualidade, bem como, o envolvimento de outros na apreciação e apreensão dessas. Neste artigo, gostaríamos de

discutir um dilema freqüente: aquele que coloca a fé cristã em antagonismo com a cultura, levando o crente a um isolamento social ou a uma aceitação indiscriminada de todos os aspectos da sociedade em que vive.

Um dos problemas que confrontamos é que a visão da sociedade secular tende a classificar como “cultura” tudo o que caracteriza uma sociedade, considerando essas formas de expressão como moralmente neutras. Ou seja, tudo que um povo produz é considerado “cultura”, seja ela erudita ou popular. Não existe o certo ou o errado, quando se trata de cultura, é apenas uma questão de usos e costumes. Essa compreensão não é bíblica. O crente tem que ter sempre o discernimento moral para separar formas comportamentais que não condizem com a Palavra de Deus, independentemente se são classificadas como “cultura”, popular ou não. Muitos líderes evangélicos têm também aceito esse conceito e procuram uma adaptabilidade total da fé cristã. Qualquer tentativa de correção de aspectos culturais é rotulada de “ocidentalização do evangelho”, ou violência cultural. Chega-se ao ponto de se dizer que temos que ter “teologias regionais”, ou seja – uma teologia sul-americana, uma outra africana, e assim por diante – como se os princípios descritivos revelados de Deus não tivessem uma fonte única e imutável – a Sua Palavra.

Não podemos, portanto, simplesmente aceitar uma civilização como ela é sem termos a visão clara do que ela tem contrário à palavra de Deus. O apóstolo Paulo, o maior “missionário transcultural”, não hesitou em fazer observações que, nos dias de hoje seriam consideradas “politicamente incorretas” sobre os habitantes da Ilha de Creta – cultura na qual estava inserido o jovem pastor, Tito. Paulo, citando um próprio poeta daquele povo (Epimênides) diz em Tito 1:

“Porque existem muitos insubordinados, palradores frívolos, e enganadores, especialmente os da circuncisão. É preciso fazê-los calar, porque andam pervertendo casas inteiras, ensinando o que não devem, por torpe ganância. Foi mesmo dentre eles, um seu profeta que disse: Cretenses, sempre mentirosos, feras terríveis, ventres preguiçosos. Tal testemunho é exato. Portanto repreende-os severamente, para que sejam sadios na fé.” (v. 10-13)

Paulo reconhece, então, que existiam comportamentos genéricos que caracterizavam aquela cultura e vários desses eram desvios do comportamento que Deus espera dos seus servos. Tito, em seus esforços para edificar aquela igreja, tinha que reconhecer que muito dessa “cultura” havia sido trazida para dentro (1.5). Ele tinha que rejeitá-la e “repreender severamente” (v. 13) e “com toda autoridade” (2.15) os que refletiam tal “comportamento cultural típico dos cretenses” dentro da igreja.

Nossa responsabilidade de transmitir e viver adequadamente o evangelho em qualquer cultura, não nos libera de estarmos alertas aos aspectos antibíblicos exibidos na formação dos povos. Por exemplo, por mais cultural que seja e por mais que faça parte de nossa formação, do ponto de vista bíblico nada existe de recomendável para o famoso “jeitinho brasileiro”. O livro já mencionado de Ricardo Gondim, que é polêmico e desafia o nosso pensamento, e, em muitos sentidos, é muito bom, falha ao aceitar a opinião de E. A. Nida, que um cordão para cobrir o corpo de uma mulher é uma questão cultural, dentro da visão indígena, nada tendo de imoral (p.31). Mas será que “cultura” é algo tão supremo e destituído de valor moral, assim? Não foi o próprio Deus que vestiu o homem caído em pecado (Gn 3.21)? Não seria a exigüidade de roupas dos índios, junto com seus costumes de explorar as mulheres no trabalho e até de assassinar as primeiras crianças, quando são do sexo feminino, uma evidência de uma sociedade distanciada dos princípios de Deus, carente do evangelho salvador de Cristo? Será que os missionários terão que preservar todos os aspectos daquela sociedade – porque se constituem em “cultura”, ou deverão procurar reformá-la e transformá-la à luz da Palavra? E nós, que faremos em meio à nossa sociedade? Vamos aceitar também “as danças sensuais” como uma expressão cultural inocente, ou vamos reconhecê-la como a banalização da imoralidade que é?

2. O que tem o crente a ver com a cultura?

Por outro lado, existe a cultura verdadeira. O resultado do conhecimento aplicado no caldeirão das peculiaridades e diversidades operadas por Deus em todos os povos. Enquanto muitos crentes não exercitam discernimento e aceitam tudo que é classificado como “cultura” sem se preocupar com a adequação moral e bíblica do que é apresentado, outros têm a compreensão que qualquer coisa produzida fora da igreja, sendo do campo “secular” não deveria ser apreciada. Qual deve ser a abordagem equilibrada desta questão? O que tem a Palavra de Deus a nos ensinar? O Salmo 24 nos diz, “Do Senhor é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam.” A verdade é que a visão bíblica não faz uma separação entre o secular e o sagrado. Todas as coisas pertencem a Deus. O Diabo tem atuado temporariamente na terra, mas ele é um usurpador–ele não é o rei por direito. Sabemos que um dos sinais da vitória final de Jesus Cristo é que Deus o exalta, “... para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho dos que estão nos céus, e na terra, e debaixo da terra”(Fl 2.13). As demandas de Deus caem sobre

todos os homens, crentes e descrentes. Seus mandamentos são válidos em todas as ocasiões e situações. Deus é a fonte de tudo que verdadeiramente tem valor e de todo o desenvolvimento veraz do conhecimento humano.

3. Cultura não é “coisa do mundo”?

Temos nos acostumado a identificar o mundo como sendo uma expressão que indica apenas algo material que podemos ver e tocar. Este tipo de compreensão coloca as coisas materiais como sendo a esfera de domínio de Satanás. Mas a Palavra de Deus nos instrui qual o verdadeiro conceito do “mundo”. Em Gl 5.19-22 temos bem clara a antítese que deve ser alvo de nossa preocupação—qual a diferença entre o mundo e o Reino de Deus:

1. O Mundo, está descrito nos versículos 19-21. Ele é o domínio daquilo que se constitui nas obras da carne.
2. O Reino de Deus, está nos versículos 22 a 26 e se constitui no Fruto do Espírito.

A separação que existe entre o bem e o mal é ético-religiosa, não é uma questão de matéria versus espírito. As coisas que constituem o bem são concretas, e são também espirituais. Por outro lado, as coisas que constituem o mal também são de natureza espiritual (Ef 6.12), isto é, não estão identificadas apenas com coisas e questões materiais.

Em outra passagem, de 1 Timóteo 4.3-4, Paulo fala contra os que proíbem “...o casamento, e ordenando a abstinência de alimentos que Deus criou para serem recebidos com ações de graças pelos que são fiéis e que conhecem bem a verdade; pois todas as coisas criadas por Deus são boas, e nada deve ser rejeitado se é recebido com ações de graças”. Isto esclarece que a verdadeira religião não é ascética. Ascetismo é a separação artificial entre o mundo material (físico), supostamente inferior, e o mundo espiritual (metafísico), supostamente superior. Como já vimos em Gálatas 5, não podemos identificar maldade com matéria e bondade com espírito. Tudo procede de Deus. Tanto as coisas materiais como as espirituais são desvirtuadas pelo pecado e pelo diabo, subvertendo a ordem da criação. A idéia de que matéria é algo ruim é um conceito do monasticismo católico, dos escritos de Tomás de Aquino e do pensamento das religiões orientais, como por exemplo o Budismo e o Hare Krishna, mas não é uma visão bíblica da realidade.

Verificamos que criamos, na igreja, uma dissociação artificial entre o sagrado e o profano. Falhamos em reconhecer que todas as coisas provêm de Deus. Estamos em uma criação caída, sob o pecado, mas cabe a nós, servos fiéis, exercermos o domínio que nos foi outorgado por Deus, para a sua glória. Isso quer dizer procurarmos adquirir o melhor conhecimento e desenvolver a apreciação pelas coisas belas da criação e aquelas que Deus permitiu às pessoas desenvolverem. Ao mesmo tempo, devemos ter discernimento cristão para rejeitar as distorções malignas da cultura verdadeira.

4. Cultura e o domínio da Criação

O homem é a coroa da criação, feito de uma forma toda especial à imagem e semelhança de Deus (Gn1.27). Tanto o homem quanto a mulher foram criação especial de Deus. Este tema é retomado e explicado em mais detalhes no capítulo 3 de Gênesis.

A maioria dos teólogos fiéis identificam a questão da “imagem de Deus” no fato de que o homem foi criado com a possibilidade de refletir certos aspectos das características de Deus (os chamados atributos comunicáveis), como por exemplo conhecimento, justiça, santidade, amor (algumas características da divindade nunca foram compartilhadas ao homem – os atributos incomunicáveis por exemplo, a eternidade, a absoluta perfeição e a imensidão de Deus). Em outras palavras, a imagem de Deus no homem torna este uma criatura moral. Esta imagem foi afetada pela Queda, pelo pecado, mas permanece como um diferencial do homem e será restaurada em sua plenitude na nossa glorificação (Rm 8.29; 2 Co 3.18). Calvino disse: “a imagem de Deus se estende a tudo aquilo que, na natureza do homem, excede o que existe nos animais” (Institutas, I, 15). A permanência de aspectos essenciais da imagem de Deus no ser humano, mesmo depois da queda, é comprovada, em adição, pela referência de Gn 9.6.

O ser humano, com estas características, é, portanto, o receptor capaz da delegação de domínio sobre a Criação recebida em Gn1.28. Os versos 28 a 30 apresentam os primeiros mandamentos dados ao homem. Eles estabelecem a situação de primazia, comando e administração da criação, recebida diretamente de Deus. O homem não é um acidente na criação. Ele foi especialmente nela colocado, para servir a Deus, e a criação subsiste como base para servi-lo em seu propósito maior.

O capítulo 1º de Gênesis encerra-se com a declaração de adequação da criação, só que desta vez, em seu fecho, o texto sagrado apresenta um qualificativo a mais e registra que tudo quanto Deus fizera “era muito bom”! Gênesis 1.28 nos ensina, portanto, que Deus criou o homem e o comandou a “dominar a terra e a sujeitá-la”. Por esta razão, colocou os outros seres viventes ao seu serviço e sob sua administração. Este mesmo comissionamento foi repetido em Gn 9.1-3, depois da queda e depois do Dilúvio. O exercício do domínio é impossível sem o conhecimento, logo isso tem muito a ver com cultura:

1. Significa que Deus dá legitimidade a todas as áreas do conhecimento e das atividades humanas (exceto, é óbvio, aquelas que representam envolvimento em práticas contrárias à Lei Moral de Deus) e que comandam as pessoas a desenvolverem o conhecimento verdadeiro sobre a sua criação. Todo o estudo das questões e matérias, à luz da Palavra de Deus, está dentro da legítima atuação do servo de Deus. Senão, como vamos “dominar a criação”?

2. 1 Cor 10.31 nos indica como deve ser este envolvimento. Tudo que fazemos na vida, até as coisas mais mecânicas e instintivas, como o comer e o beber, deve ser feito com a plena conscientização da glorificação a Deus.

Esta era a visão de vida dos reformadores. Para eles o Cristianismo era vida e não apenas uma filosofia idealista compartimentalizada. Temos que ter cuidado para não apresentarmos a fé Cristã ao mundo como sendo um conceito distanciado que não interage no dia-a-dia das pessoas.

6. Cultura e beleza foram utilizadas por Deus no Tabernáculo e no Templo

O Tabernáculo: Em Ex 25.1-9, temos uma descrição de diversos tipos de matérias primas, trabalhos e artes utilizados sob o direcionamento e prescrição direta de Deus. Isso não somente legitima as diferentes profissões como também a arte e cultura contida em cada um dos artefatos descritos. Um artigo de uma autora cristã nos chama a atenção para o fato que “Deus permitiu que os israelitas recebessem jóias e roupas do povo do Egito e aceitou com agrado a contribuição voluntária de uma parte dessas para serem transformadas em utensílios e enfeites para o tabernáculo, o lugar em que Ele seria adorado. Moisés transmitiu a mensagem: “Tomai, do que tendes, uma oferta para o Senhor; cada um, de coração disposto, voluntariamente a trará por oferta ao Senhor: ouro, prata, bronze, estofos azul, púrpura, carmesim, linho fino, pêlos..., peles..., pedras de ônix e pedras de engaste...” (Ex 35.5-9). Êxodo 35 a 39 descreve a beleza desse tabernáculo e os detalhes das vestes dos sacerdotes, tudo do melhor e do mais bonito. Ouro, linho, pedras preciosas, anéis, argolas, coroa... Quando os israelitas tiraram o espólio do povo de Canaã, na medida em que Deus permitiu, ele nunca deu ordens para que deixassem de lado as jóias e roupas bonitas que estariam entre as riquezas que poderiam levar, nem que as aproveitassem de outra maneira.” Portanto, nas diretrizes bíblicas sobre a construção do tabernáculo vemos a aprovação divina de várias expressões de cultura e, o que é interessante, a apreciação de objetos de mérito procedentes de descrentes:

O Templo – Em 1 Reis 6.7 lemos sobre planejamento, arquitetura, engenharia. Em 7.14, sobre metalurgia e o trabalho específico em cobre. Sabemos que estas atividades não podiam ser executadas sem conhecimento e cultura. Academicamente falando, seria necessário o saber das ciências exatas – matemática, física, química, além de habilidades artísticas reconhecidamente superiores. O Templo, que foi erguido como um símbolo (1 Reis 8.27) e um testemunho (1 Reis 8.41), é um selo de aprovação da parte de Deus na apreciação naquilo que o homem pode produzir de belo, e no conhecimento básico das diversas profissões, quando isso é encaminhado para a Sua glória.

7. A Cultura Real tem Mérito e Qualidade.

Já nos referimos à tendência de definir tão abrangentemente o conceito de cultura, que todas as formas comportamentais são aceitas como valiosas. Essa mesma tendência se estende a outras áreas de realizações humanas, como por exemplo às artes plásticas e à música. Somos ensinados, por algumas pessoas, que tudo que provém espontaneamente de um povo deve ser aceito e até trazido para a igreja. É tudo uma questão de estilo, nos dizem. Será que é mesmo assim (Fl 4.8-9)?

Até os descrentes estão começando a abrir os olhos para um julgamento mais adequado do que é considerado “arte” e “cultura”. O caderno regional de uma revista semanal de circulação nacional publicou um ensaio no qual o articulista descrevia a sua visita à Bienal de São Paulo (Veja, SP, 2.12.98, p.122), feita em companhia de um amigo, conhecedor de “arte”. Em frente a uma tela branca, o seu amigo conhecedor exclamava, entusiasmado: “É um marco!”. Intrigado com várias outras obras estranhas que recebiam a admiração do amigo, entre elas uma pedra cheia de chicletes pregados nela, ele indicou que não estava entendendo nada. O amigo entendido “explicou” ao apreciador perplexo: “A arte não lida com

a beleza, mas com transgressão”. Certamente esse não é o critério de Deus. Por mais difícil que seja discernirmos os critérios de julgamento, nossa apreciação da cultura e das artes nunca pode desprezar a pergunta: “mas isso possui realmente qualidade e mérito?” Vimos que Deus, na criação, avaliou o que fez, passo a passo, e viu que era “bom”, ou seja – a criação possuía valor intrínseco. Semelhantemente Ele escolheu formas de artes que eram “belas” para os locais de adoração. Vamos, portanto, ser apreciadores da cultura real (popular ou erudita), que tem mérito e qualidade.

Conclusão

Muitas perguntas pairam sobre nossas cabeças e deveríamos nos esforçar para responder, bíblicamente, a cada uma delas: Será que temos absorvido aspectos da nossa sociedade como “cultura” sendo que estes, na realidade, contrariam preceitos da Palavra de Deus? Que devemos dizer da “cultura de negócios” encontrada em nossa sociedade, aquela, que leva vantagem em tudo, será que ela agrada a Deus? Estamos nos destacando pelo nosso testemunho de contraste, ou pelo envolvimento inconseqüente com as manifestações “culturais” de nossa sociedade? Ou será que temos nos isolado indevidamente e falhado em reconhecer as bênçãos de Deus, providenciadas por sua graça comum, quando permite que o homem escreva, componha ou produza algo que é belo e agradável?

E as igrejas? Estarão elas absorvendo aspectos de uma cultura que contraria a Palavra de Deus. Ou será que têm reagido de forma extremada, proibindo o que Deus não proíbe? E qual tem sido o impacto da cultura, ao longo da história, na liturgia da igreja? Qual deve ser o papel da igreja na transformação da cultura de um povo? Recentemente temos visto muitos artistas que se declaram convertidos, mas que não discernem nenhuma maldade ou imoralidade na forma de expressão que marcou suas carreiras, por exemplo: uma dançarina, meio cantora, famosa por suas músicas entremeadas de grunhidos e suspiros, pelas roupas sumárias que usa e por sua dança erótica de segundas implicações, continua a se apresentar e divulgar essa forma de “cultura” ao mesmo tempo em que se identifica com a igreja evangélica. Será que isso está certo e agrada a Deus? Oramos para que Ele possa nos conceder o discernimento necessário a vivermos vidas cristãs autênticas que O honrem em todos os aspectos de nossas vidas.

Leitura adicional:

1. Michael S. Horton, O Cristão e a Cultura (S. Paulo: Editora Cultura Cristã, 1998).
2. Don Richardson, O Fator Melquisedeque (S. Paulo: Edições Vida Nova, 1986).
3. Ricardo Gondim, É Proibido (S. Paulo: Mundo Cristão, 1998).
4. John Fisher, What on the World Are we Doing? (Ann Arbor: Vine Books, 1996).

Textos Bíblicos Relevantes:

Gn 1.24-31 – A cultura é o produto do domínio da criação.

Ex 25.1-16 – Deus utiliza o produto da cultura no seu tabernáculo.

1 Pe 3.10-18 – O crente consciente e integrado na sociedade, faz o bem.

Cl 1.9-18 – Cristo deve ter a preeminência em tudo em todas as culturas.

Cl 1.19-28 – Cristo é a pleniude de Deus para todas as culturas.

Jo 14.1-4 e 17.14-23 – Cidadãos dos céus, mas unidos no mundo para transformar.

1 Co 10.26-31 – Tudo deve ser feito para a glória de Deus.

Autor: Presb. F. Solano Portela Neto

Fonte: http://www.monergismo.com/textos/cultura/fe_cultura_solano.htm

Solano Portela é Presbítero da Igreja Presbiteriana do Brasil, membro da Igreja Presbiteriana de Santo Amaro, em São Paulo, graduado em Ciências Exatas, fez o mestrado no Biblical Theological Seminary (EUA, 1974). Além de suas atividades no campo empresarial, em São Paulo, é escritor, tradutor e conferencista. Outros artigos de sua autoria podem ser encontrados em <http://www.solanoportela.net/>.

Evangelização e Missões

A necessidade da Evangelização

Ser bíblico é ser evangelista porque o evangelho é a mensagem central da Bíblia. Do início ao fim ela indica o Salvador que deveria vir, veio, e virá novamente. O único meio de tornar-se aceitável para o Pai é por meio da fé nele. Uma vez que as pessoas não podem crer nele a não ser que saibam sobre ele, alguém deve contar-lhes (Rm 10.14). Isso exige evangelização. É por isso que o apóstolo Paulo, evangelista e missionário por excelência, insistia que, se não fizesse nada mais, ele pregaria Cristo crucificado (1 Co 1.17; 2.22). João Calvino dizia "nós devemos tanto quanto possível nos esforçarmos para levar todos os homens da terra para Deus" (Comentário sobre Deuteronomio 33.18,19), acrescentando que nada poderia ser mais inconsistente com a natureza de nossa fé do que sonegar a verdade sobre Deus para os outros (Is 2.3).

Deus deseja que todas as pessoas em todos os lugares ouçam o evangelho. Há e sempre houve uma dimensão multinacional definida para o seu plano de redenção. Quando fez seu pacto com Abrão, prometeu abençoar todas as famílias da terra por meio de Abraão (Gn 12.1-3). Israel era a nação escolhida por Deus, mas era também usada por Deus para atrair outras pessoas a ele, tais como Rute, a moabita, Naamã, o sírio e o povo de Nínive. Deus prometeu enviar o Messias no tempo próprio como uma luz para as nações que viviam na escuridão (IS 60.1-3). O Messias se transformaria no sacrifício perfeito para o pecado humano, trazendo purificação às nações de forma que a salvação de Deus seria levada aos confins da terra (IS 53.10,15). O próprio templo era uma casa de oração e adoração para todas as nações (Mc 11.17,18).

A Grande Comissão para fazer discípulos de todas as nações tem raízes na aliança Abraâmica. Em Pentecostes o impulso multinacional do evangelho apareceu quando o Espírito Santo fez os crentes testemunhar na Judáia, em Samaria e nos confins da terra (At 1.8;2.5-15,17,21). Todas as nações serão representadas no céu (Ap 5.9; 7.9; 21.22-26). Portanto, os cristãos têm uma permanente obrigação de comunicar o evangelho a todas as pessoas em toda parte do mundo. Isto exige pregação a todos os povos.

A responsabilidade de todo crente

O clero e os líderes cristãos não são os agentes exclusivos do evangelismo, mas todo cristão deve ser uma testemunha de Cristo, conforme surge a oportunidade no fluxo e refluxo da vida diária, confessando-o em palavras e ações. A evangelização inevitavelmente acompanha a presença do Espírito Santo porque ele é o Espírito da Verdade e testemunha de Jesus (Jo 15.26,27). O livro de Atos descreve crentes comuns evangelizando ativamente como resultado natural de suas conversões e circunstâncias (At 8.1-4; 11.9,20).

Além do mais, a vida transformada do crente é em si e por si, insuficiente para trazer à alguém a compreensão do evangelho. Ela pode testificar de modo atraente a graça de Deus, mas é incompleta se não for expressa em palavras. É necessário viver a vida cristã, de modo que outros possam ver a diferença que ela faz, mas isso não satisfaz a responsabilidade de evangelizar. Assim como a revelação geral é inadequada para revelar Cristo aos incrédulos, exigindo a especial revelação de Deus na Bíblia para explicar quem ele é e por que ele veio, assim também o comportamento cristão deve ser enriquecido por uma explanação do evangelho.

O que o evangelho?

Não há uma ordem particular na qual a mensagem evangélica deva ser apresentada, e as palavras para explicá-la não estão prescritas nas Escrituras, mas há um núcleo legítimo arrependimento, o desejo sincero de abandonar o pecado. A salvação é pela graça por meio da fé (Ef 2.8,9). Quando alguém confia em Cristo como Salvador, Deus perdoa e aceita essa pessoa como coberta completamente pela justiça do Cristo. O crente torna-se um filho de Deus e tem assegurada a vida eterna (Jo 3.16).

A Soberania de Deus e a evangelização

Como o povo do Senhor obedece a sua ordem de levar o evangelho para o mundo todo, eles assim com confiança de que seus esforços serão frutíferos e que a sua palavra não retornará vazia (Is 55.11) O sucesso da evangelização não depende do esforço humano, mas do trabalho regenerador do Espírito Santo. Em testemunho, os cristãos são humildes e devotadamente dependentes da supervisão de Deus. Um cristão deve ser paciente, aguardando o tempo de Deus, percebendo que o mais importante é ser fiel e diligente na execução da ordem de Deus. Quando alguém é convertido e confessa a Cristo, os cristãos, assim como apóstolo Paulo, se regozijam no Senhor e o glorificam (1 Co 1.31; 2.5).

Autor: Luder G. Whitlock
 Fonte: Bíblia de Estudo de Genebra

Texto reduzido por: Gladston Pereira da Cunha, rev. Palavra Viva, título: Tanto... Como, pg. 27.

5. Cinco Solas: Cinco Solas da Reforma - Sola Scriptura – Somente as Escrituras, Solus Christus – Somente Cristo, Sola Gratia – Somente a Graça, Sola Fide – Somente pela Fé, Soli Deo Gloria – Somente glória a Deus.

Igreja na Reforma e a Reforma

Introdução

Durante muito, os primeiros cristão foram perseguidos e até mortos por causa de Cristo. A situação mudou quando o imperador romano Constantino, 313 d.C., institui uma série de benefícios ao Cristianismo, tais como: isenção de impostos, terras, pagamento dos bispos e ajuda na construção de templos. Poder e dinheiro passaram a influenciar a vida da Igreja, que, em 392 d.C., se fundiu com o Estado, tornando-se a mesma coisa.

Com isso, muitos passaram a fazer parte da “nova religião”, não por convicção e fé, mas por favores e benefícios. Aquela vida comunitária, aquele amor cristão, o partir o pão de casa em casa e o socorrer aos necessitados viraram práticas do passado. O Cristianismo começou a decair moralmente, e seus fiéis não corresponderem à Palavra e à vontade de Deus.

Na Idade Média, quem mandava na Igreja era o Papa. Naquela época, ele tinha plenos poderes para instituir e derrubar reis e reinos: A igreja passou de perseguida a perseguidora, e muitos sofreram nas mãos dessa “Igreja Cristã”. Foi criado o “clero”, que era uma liderança muito mais política que espiritual, e mantinha uma distância enorme do povo. O clero não parecia de forma alguma com o grupo dos apóstolos, que viviam em meio ao povo.

Veja alguns erros que a Igreja neste período:

- 380 d.C. – Oração pelos mortos
- 535 d.C. – Instituição das procissões
- 538 d.C. – Celebração da missa de costa para o povo
- 757 d.C. – Adoração de imagens
- 884 d.C. – Canonização de santos
- 885 d.C. – Adoração da “Virgem Maria”
- 1022 d.C. – Legalização da penitência por dinheiro
- 1059 d.C. – Aceitação da transubstanciação dos elementos da Ceia (acreditar que o pão e o vinho se transformam verdadeiramente no corpo e sangue de Cristo, de forma tal, que embora pareça pão e vinho, o que você esta comendo e bebendo é o próprio e real corpo e sangue de Jesus).
- 1215 d.C. – Adoção da confissão auricular
- 1470 d.C. – Invenção do rosário

Diante de tantas coisas erradas e corrompidas uma Reforma era urgente.

Quando falamos em reforma logo pensamos em algo que será melhorado. Você não começaria uma reforma em sua casa para que ela ficasse em um estado pior. Foi isso o que aconteceu com a Igreja no período da Reforma Protestante – buscou-se consertar o que estava errado, voltar à Palavra de Deus. A igreja precisava ser restaurada no reto caminho e abandonar os desvios que havia tomado.

Veremos um pouco do que aconteceu naquele período e, principalmente, os importantes ensinamentos bíblicos resgatados pelos reformadores.

1 – Reforma na Igreja

É preciso entender a Reforma Protestante, não como alguns sugerem, apenas um ato político, em que príncipes e nobres puderam rebelar-se contra o poder dominante da Igreja Católica. A Reforma envolveu, principalmente, a vida espiritual da época. Martinho Lutero era um monge católico que, a partir do estudo das Escrituras, descobriu a verdade de que o justo deveria viver pela fé (Rm 1.17). Transformado por essa verdade da Palavra de Deus, Lutero desejava agora corrigir os erros que encontrava na Igreja Católica.

No dia 31 de outubro de 1517, véspera do “Dia de todos os Santos”, ele afixou suas 95 teses à porta da Igreja do castelo, na cidade alemã de Wittemberg, combatendo principalmente a venda de indulgência

praticada pela Igreja. As indulgências eram documentos que, quando comprados, concediam perdão pelos pecados, tanto para vivos, quanto para parentes já mortos.

A igreja Romana reagiu duramente a esse ato de Lutero, mas iniciava-se ali o movimento da Reforma Protestante. Lutero foi excomungado e perseguido pela Igreja Católica, mas contou com o apoio do povo alemão. A verdade da justificação pela fé estava apenas começando a percorrer a Europa.

Sucederam a Lutero outros grandes reformadores, com João Calvino, Melancton, Zwínglio e Knox. João Calvino pode ser considerado o grande sistematizador da teologia da Reforma com a sua obra: “As institutas da Religião Cristã” (a instituição da religião cristã) -Veja seção deste site **Institutas**

Deus conduziu homens para que a Igreja voltasse à verdade da sua Palavra. Os discípulos de Cristo do período da Reforma deixaram marcas profundas na sociedade e na Igreja. Podemos entender melhor essas marcas estudando as “bandeiras” levantadas pelos reformadores – os Sola’s da reforma.

2 – Os Sola’s da Reforma

A palavra latina Solas significa “somente”. Os reformadores definiram cinco lemas usando essas palavras e suas variações. Vejamos.

A. Sola Scriptura – Somente as Escrituras

A Bíblia era conhecida somente pelos estudiosos da Igreja Católica que a utilizavam como bem entendiam. A Igreja defendia práticas totalmente estranhas à Palavra de Deus ensinado “doutrinas que são preceitos de homens” (Mc 7.7). O movimento da Reforma disse “não” a esse procedimento da Igreja Romana e afirmou Sola Scriptura, ou seja, somente cremos e praticamos o que a Bíblia ensina, somente a Bíblia deve ser a nossa regra de fé e prática.

Os reformadores se empenharam em traduzir a Bíblia para que todas as pessoas tivessem acesso a ela e pudessem julgar os ensinamentos da Igreja por meio do próprio estudo da Palavra. Muitas vezes não damos o devido valor ao fato de hoje termos a facilidade da Palavra de Deus impressa em nossa própria língua e não a estudamos tanto quanto deveríamos. Lembre-se: devemos ser guiados somente pela Escrituras.

B. Solus Christus – Somente Cristo

Cremos que a Bíblia é a nossa única regra de fé e prática e, estudando-a, verificamos que Cristo é o tema central das Escrituras. Quando a Palavra de Deus é tomada como regra de vida, obrigatoriamente temos Cristo como centro de nosso viver.

Jesus mesmo afirmou que as Escrituras testificam dele (Jo 5.39). Ao caminhar com os discípulos de Emaús, após ter ressuscitado, Cristo falou sobre o fato de que toda a Escritura testificava dele e que aquelas coisas deveriam acontecer (Lc 24.25-27).

A teologia não pode estar centrada no homem, mas em Cristo. A igreja Romana, jeitosamente, colocava o homem no centro. Eram as necessidades do homem que precisavam ser atendidas e não a vontade de Deus expressa em sua Palavra. Devemos nos lembrar das palavras do apóstolo Paulo aos gálatas: “Porventura, procuro eu, agora, o favor dos homens ou o de Deus? Ou procuro agradar a homens? Se agradasse ainda a homens, não seria servo de Cristo” (Gl 1.10). Somos servos de Cristo e não de homens. Portanto, somente Cristo.

C. Sola Gratia – Somente a Graça

A Igreja Romana ensinava que a graça de Deus era concedida ao crente à medida em que ele cooperava com ela. Os reformadores se levantaram contra isso afirmando a verdade bíblica de que a graça é imerecida. Em momento algum, mesmo que realizando um ato de extrema bondade aos olhos dos homens, somos dignos de qualquer merecimento da parte de Deus. Afirmar que o homem coopera com a graça de Deus é buscar uma pregação centrada nos homens e não em Deus, “porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2.13). Lembramos, ainda, das palavras de Paulo aos Romanos: “Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia” (Rm 9.16).

Mesmo no meio evangélico, por vezes, há o equívoco de se pregar uma graça divina submissa à vontade do homem. Dizem os pregadores que, pedindo com insistência, fazendo jejuns, “correntes”, e coisas parecidas, Deus vai responder ao que se está pedindo. Dificilmente se fala sobre a condição miserável do homem em sua natureza pecaminosa e sua necessidade total da maravilhosa graça de Deus. Precisamos urgentemente reafirmar: somente a graça!

D. Sola Fide – Somente pela Fé

A Igreja Romana não negou a necessidade da fé para a salvação. Porém, eles referiam-se a uma fé que, na verdade, era um mero consentimento ao ensino da igreja. Não é essa a fé da qual fala bíblia. Os reformadores demonstraram que a fé que traz a salvação é a confiança na promessa de Deus e Cristo de salvar pecadores.

Somos tornados justo pelo sacrifício perfeito de Cristo, pois somente ele é perfeitamente justo. A justiça de Cristo é imputada a nós pela fé. Não se trata de uma fé, que também seria “cooperativa”, mas da fé que nos é concedida por Deus: “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus” (Ef 2.8).

Devemos ter fé, mas é preciso esforço, empenho, pois podemos “cair da graça”, é o que dizem muitas pregações. A palavra de Deus nos ensina: somente pela fé!

E. Soli Deo Gloria – Somente glória a Deus

“Prega a Escritura é pregar a Cristo; pregar a Cristo é pregar a cruz; pregar a cruz é pregar a graça; pregar a graça é pregar a justificação; pregar a justificação é atribuir o todo da salvação à glória de Deus e responder a essa Boa Nova em grata obediência por meio de nossa vocação no mundo.” (Michael Horton, “Os Sola’s da Reforma” in Reforma Hoje, Editora Cultura Cristã, 1999, pág. 124). Essa frase de Michael Horton resume bem o que representam os sola’s da Reforma. Tudo resulta na glória de Deus. Todas a glória é devida ao seu nome. Deus revelou-se através das Escrituras; enviou seu Filho para morrer no lugar de seus escolhidos; concedendo, somente por sua graça, a salvação pela fé. Os alcançados pela graça divina rendem louvores em espírito e em verdade ao Deus Todo-Poderoso.

Devemos nos perguntar se reconhecemos de fato que somente Deus é digno de adoração. É isso que transparece em nossos cultos? Neles, exalta-se o nome de Deus, ou o “grande” pregador, o pastor que cura, o conjunto musical? Os pregadores, em seus púlpitos, estão preocupados em render glória a Deus por meio de sua pregação ou somente em fornecer mensagens “confortadora” para o rebanho, que sirvam como um momento de “relaxamento” e “descontração”? Devemos ter em mente que toda glória deve ser dada somente a Deus.

Conclusão

A Reforma Protestante foi marcada por homens que decidiram seguir a Jesus, que fizeram de sua vida um testemunho do que Deus pode fazer na vida de qualquer um de nós. Devemos estar dispostos a, assim como aqueles homens, defender as doutrinas principais da bíblia e proclamá-la em alto e bom som. Que Deus nos conceda ousadia e coragem para anunciarmos a verdade de sua palavra àqueles que estão em caminhos tortuosos.

Autor: Fernando de Almeida

Fonte: Palavra viva - revista – Criação e Redenção, Lição 7,8, pg 25,29-31, editora Cep.

As doutrinas dos cinco solas da Reforma: Sola Scriptura, Solus Christus, Sola Gratia, Sola Fide e Soli Deo Gloria

No dia 31 de Outubro de 1517, na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, na Alemanha, Lutero afixou as suas 95 teses que acabaram provocando o grande movimento religioso, conhecido como a Reforma do Século XVI. Nelas Lutero convidava os interessados a debater a questão das indulgências (que eram vendidas para a construção da Basílica de S. Pedro, em troca de perdão de pecados) e os males que esse tráfico religioso podia acarretar. Era costume na época afixar em lugares públicos temas ou teses para debate e convidar os interessados para discuti-los. Embora ninguém tivesse comparecido para o debate, em pouco tempo toda a Alemanha conhecia as teses de Lutero, que lhe custaram a bula de excomunhão, mas que representaram também o começo da obra de purificação da Igreja e seu retorno à verdade.

Em suas teses, Lutero questionava o poder (ou mesmo a intenção) do Papa de perdoar pecados ou de isentar alguém de penas, a não ser aquelas por ele mesmo impostas. Negava que esse perdão (de penas ou penitências) pudesse se estender aos que já haviam morrido e que, porventura, estivessem no purgatório. Para ele, só o arrependimento, seguido de atos de amor e penitência, com ou sem carta de perdão (indulgência) podia realmente perdoar pecados. Destacava o valor da Palavra de Deus, a qual não deveria ser silenciada em benefício da pregação das indulgências. A intenção do Papa, dizia, deve ser esta: se a concessão dos perdões - que é matéria de pouca importância - é celebrada pelo toque de um sino, com uma procissão e com uma cerimônia, então o Evangelho - que é a coisa mais importante - deve ser pregado com o acompanhamento de cem sinos, de cem procissões e de cem cerimônias (tese 55) e, ainda, o verdadeiro tesouro da Igreja é o sacrossanto Evangelho da glória e da graça de Deus (tese 62). Negava que a cruz adornada com as armas papais (que era carregada pelos vendedores de indulgências) tivesse o

mesmo efeito que a cruz de Cristo (tese 79). Muitas outras questões foram levantadas nas teses, as quais acabavam batendo na própria autoridade do Papa e na lisura de suas intenções. Lutero afirmava: Essa licenciosa pregação dos perdões torna difícil, mesmo a pessoas estudadas, defender a honra do Papa contra calúnia, ou pelo menos contra as perguntas capciosas dos leigos. Esses perguntam: Por que o Papa não esvazia o purgatório por um santíssimo ato de amor e das grandes necessidades das almas; isto não seria a mais justa das causas, visto que ele resgata um número infinito de almas por causa do sórdido dinheiro dado para a edificação de uma basílica que é uma causa bem trivial? ... Que misericórdia de Deus e do Papa é essa de conceder a uma pessoa ímpia e hostil a certeza, por pagamento de dinheiro, de uma alma pia em amizade com Deus, enquanto não resgata por amor espontâneo uma alma que é pia e amada, estando ela em necessidade?... As riquezas do Papa hoje em dia excedem muito à dos mais ricos Crassos; não pode ele então construir uma basílica de S. Pedro com seu próprio dinheiro, em vez de fazê-lo com o dinheiro dos fiéis? ... Abafar esses estudados argumentos dos fiéis apelando simplesmente para a autoridade papal em vez de esclarecê-los mediante uma resposta racional, é expor a Igreja e o Papa ao ridículo dos inimigos e tornar os cristãos infelizes (teses 81, 82, 84, 86 e 90).

[Click aqui para leitura completa das 95 teses de Lutero](#)

Com essas e outras proposições Lutero alcançou mais do que podia imaginar. Atingiu o ponto crucial do problema: a situação de distanciamento do Evangelho em que se encontrava a Igreja. Os males da Igreja não eram apenas os seus desvios morais, econômicos e políticos, que a colocavam em descrédito perante o povo. Seu problema principal, responsável também por estes, era o afastamento das doutrinas fundamentais da Palavra de Deus. A Reforma trouxe a Igreja de volta às Escrituras e ao Evangelho pregado pelos apóstolos. O próprio Lutero, de início, não estava totalmente livre dos erros pregados por sua Igreja, como muito bem atesta sua crença no purgatório (teses 10, 11, 15, 16, 17, 22, etc), e no valor da penitência (sofrimento) e do perdão do Papa para certos pecados (teses 6, 7, 8, 12, 34, 38, 40, etc.). Foi o estudo da Bíblia que revelou quão longe a Igreja estava afastada da verdade e a trouxe de volta à pureza de sua crença primitiva. A Reforma restituiu à Igreja a crença em doutrinas-chaves, que se tornaram essenciais para a sua pregação e para distingui-la dos erros que continuaram e ainda são mantidos pela Igreja Romana até os nossos dias. É a importância dessas doutrinas, conhecidas por sua designação latina *Sola Scriptura*, *Solus Christus*, *Sola Gratia*, *Sola Fide* e *Soli Deo Gloria*, que queremos apresentar, ainda que de forma breve, neste estudo.

1. *Sola Scriptura* - "Somente a Escritura", ou a autoridade e suficiência das Escrituras.

2.

Para os reformadores, somente a Escritura Sagrada tem a palavra final em matéria de fé e prática. É o que ficou consubstanciado nas Confissões de Fé de origem reformada. A Confissão de Fé de Westminster, que adotamos, afirma: *Sob o nome de Escritura Sagrada, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamento, ... todos dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e de prática... A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus... O Velho Testamento em Hebraico... e o Novo Testamento em Grego..., sendo inspirados imediatamente por Deus e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos, são por isso autênticos e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar para eles como para um supremo tribunal... O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.*(I, 2,4,8,10). [\(Leia a CFW\)](#)

A Igreja Católica Romana também aceita as Escrituras como Palavra de Deus, mas não só as Escrituras. Ela acredita que as decisões da Igreja através dos seus concílios e do Papa, quando fala oficialmente (ex cathedra) em matéria de fé e de moral, são igualmente a palavra de Deus, infalível. É o que se chama de Tradição da Igreja. Sobre a autoridade da Igreja e do Papa, assim diz um autor católico: "Cristo deu à Igreja a tarefa de proclamar sua Boa-Nova (Mt 28, 19-20). Prometeu-nos também seu Espírito, que nos guia "para a verdade" (Jo 16,13). Este mandato e esta promessa garantem que nós, a Igreja, jamais apostataremos do ensinamento de Cristo. Esta incapacidade da Igreja em seu conjunto de extraviar-se no erro com relação aos temas básicos da doutrina de Cristo chama-se infalibilidade... A infalibilidade sacramental da Igreja é preservada pelo seu principal instrumento de infalibilidade, o Papa. A infalibilidade que toda a Igreja possui, pertence ao Papa dum modo especial. O Espírito de verdade garante que quando o Papa declara que ele está ensinando infalivelmente como representante de Cristo e cabeça visível da Igreja sobre assuntos fundamentais de fé ou de moral, ele não pode induzir a Igreja a erro. Esse dom do Espírito se chama infalibilidade papal. Falando da infalibilidade da igreja, do Papa e dos Bispos, o Concílio Vaticano II diz: "Esta infalibilidade, da qual quis o Divino Redentor estivesse sua Igreja dotada... é a infalibilidade de que goza o Romano Pontífice, o Chefe do Colégio dos Bispos, em

virtude de seu cargo... A infalibilidade prometida à Igreja reside também no Corpo Episcopal, quando, como o Sucessor de Pedro, exerce o supremo magistério" (Lúmen Gentium, nº 25)[1]

Sobre a relação entre as Sagradas Escrituras e a Tradição, diz esse mesmo autor: O Concílio Vaticano II descreve a Sagrada Tradição e as Sagradas Escrituras como sendo "semelhante a um espelho em que a Igreja peregrinante na terra contempla a Deus" (Constituição Dogmática Dei Verbum, sobre a Revelação Divina, nº 7). A palavra revelada de Deus chega até você mediante palavras faladas e escritas por seres humanos. A Escritura Sagrada é a Palavra de Deus "enquanto é redigida sob a moção do Espírito Santo" (Dei Verbum, nº 9). A Sagrada Tradição é a transmissão da Palavra de Deus pelos sucessores dos apóstolos. Juntas, a Tradição e a Escritura constituem um só sagrado depósito da palavra de Deus, confiado à Igreja"(Dei Verbum, nº 10). E mais adiante acrescenta: A Sagrada Tradição é a transmissão da Palavra de Deus. Esta transmissão é feita oficialmente pelos sucessores dos apóstolos, e não oficialmente por todos os que cultuam, ensinam e vivem a fé, tal como a Igreja a entende. (Ibidem).

No dias de Lutero a Igreja Romana já pensava assim e assim pensa até hoje. Na prática, a Tradição está acima da Bíblia para o catolicismo. Já que cabe à Igreja transmitir e interpretar a Bíblia, com igual autoridade e infalibilidade, é a palavra da Igreja, em última instância, que tem valor. O escritor católico, acima referido, diz: O Vaticano II fez o que a Igreja docente sempre tem feito: expressou o conteúdo imutável da revelação, traduzindo-o para formas de pensamento do povo de acordo com a cultura de hoje. Mas esta "tradução do conteúdo imutável" não é como que vestir notícias velhas com linguagem nova. Como afirmou o Vaticano II: "Esta Tradição, oriunda dos Apóstolos, progride na Igreja sob a assistência do Espírito Santo. Cresce, com efeito, a compreensão tanto das coisas como das palavras transmitidas... no decorrer dos séculos, a Igreja tende continuamente para a plenitude da verdade divina, até que se cumpram nela as palavras de Deus". (Dei Verbum, nº 8).

Pelo Vaticano II a Igreja deu ouvidos ao Espírito, empenhou-se na sua "tarefa de perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho" (Constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no Mundo Moderno, nº 4). Nem sempre é claro aonde o Espírito está nos conduzindo. Mas o terreno no qual nós, a Igreja, caminhamos adiante da nossa peregrinação é firme: o Evangelho de Cristo. Nesta etapa da nossa história, um de nossos instrumentos básicos de Tradição - de transmissão da fé - são os documentos do Vaticano II (Ibidem).

Por este texto percebe-se que a Igreja Romana arroga a si não só a autoridade de interpretar e contextualizar a Bíblia, de modo infalível, mas a de continuar a sua revelação. Por isso a leitura da Bíblia pelos leigos não é vista como necessária; e, em alguns casos, é tida até como perigosa. A Reforma ensinou o livre exame das Escrituras. Qualquer pessoa tem o direito e até o dever de examinar, por si mesma, se o ensino da Igreja está de acordo com as Escrituras. Foi o que fizeram os crentes de Beréia, pelo que foram elogiados (At 17:11). A Igreja pode errar e tem errado. A infalibilidade deve ser atribuída apenas ao texto bíblico, não aos que o interpretam. Em nenhum lugar da Bíblia lemos que a promessa, dada aos apóstolos, de que o Espírito os conduziria a toda a verdade se estenderia aos demais líderes da Igreja, em todos os tempos. Jesus prometeu-lhes que o Espírito não só os guiaria a toda verdade (Jo 16:13), mas lhes ensinaria todas as coisas e os faria lembrar de tudo o que lhes tinha dito (Jo 14:26). Isto só poderia aplicar-se a eles, os apóstolos. Só eles ouviram o que Jesus disse para poder lembrar-se depois, não os bispos nem os papas. A infalibilidade do Papa (e, por extensão, da Igreja) só foi declarada como dogma em 1870, no Concílio Vaticano I. Tal dogma, naturalmente, serviu ao propósito de dar "legitimidade" aos inúmeros ensinamentos contrários às Escrituras, tanto os já anteriormente estabelecidos como outros que viriam depois, como a oração pelos mortos (310), a instituição da missa substituindo o culto (394), o culto a Maria (431), a invenção do purgatório (503), a veneração de imagens (783), a canonização dos santos (933), o celibato clerical (1074), o perdão através da venda de indulgências (1190), a hóstia substituindo a Ceia (1200), a adoração da hóstia (1208), a transubstanciação (1215), a confissão auricular (1216), os livros apócrifos como parte do cânon (1546), o dogma da Imaculada Conceição de Maria (1854) e o dogma da Assunção de Maria (1950), dentre outros.

Lutero se opôs naturalmente a esse ensino da Igreja. Já nas suas teses proclamava que comete-se uma injustiça para com a palavra de Deus se no mesmo sermão se concede tempo igual, ou mais longo, às indulgências do que à palavra de Deus (tese 54) e que o verdadeiro tesouro da Igreja é o sacrossanto Evangelho da glória e da graça de Deus (tese 62). Comparava o Evangelho como "redes com que, desde a antiguidade, se pescam homens de bem" enquanto que as indulgências eram "redes com que agora se pescam os bens dos homens" (teses 65 e 66). Mas foi na Dieta de Worms, em 1521, que demonstrou estar totalmente convencido de que as Escrituras eram a sua única autoridade reconhecida. Quando perguntado se estava disposto a se retratar das afirmações que fizera, negando autoridade a certas decisões de alguns concílios, sua resposta foi: É impossível retratação, a não ser que me provem que estou laborando em erro, pelo testemunho das Escrituras ou por uma razão evidente; não posso confiar nas decisões dos concílios e dos Papas, pois é evidente que eles não somente têm errado, mas se têm

contradito uns aos outros. Minha consciência está alicerçada na Palavra de Deus, e não é seguro nem honesto agir-se contra a consciência de alguém. Assim Deus me ajude. Amém.

Tanto a autoridade única como também a suficiência das Escrituras têm sido doutrinas preciosas para as igrejas reformadas. Só a Escritura e toda a Escritura! Não precisamos de outra fonte para saber o que devemos crer e como devemos agir. Hoje há uma tendência para se colocar a experiência humana e supostas revelações do Espírito no mesmo nível de autoridade das Escrituras, por parte de alguns grupos evangélicos. Na prática, às vezes essas experiências acabam se tornando mais desejadas e tidas como mais valiosas do que o próprio ensino das Escrituras. Tomam hoje o lugar que, no passado, tomava a Tradição. É preciso que voltemos ao princípio da Sola Scriptura, se queremos ser realmente reformados em nossas convicções e práticas. A Escritura, e não a nossa experiência subjetiva, deve ser o nosso critério de verdade. Nossa pregação não deve visar o que agrada aos homens, mas o que agrada a Deus. Já dizia Lutero que os tesouros das indulgências eram muito mais populares dos que os tesouros do Evangelho (teses 63 e 64), e isso, certamente, porque faziam as pessoas se sentirem bem, aliviadas do sentimento de culpa, pela promessa, ainda que falsa, de perdão de pecados. Só a pregação da Lei associada ao Evangelho pode realmente trazer o homem ao arrependimento e ao perdão divino. As Escrituras são a espada do Espírito. É por elas, e não independente delas, que o Espírito age. Nossas experiências espirituais só têm valor se forem produzidas pela persuasão da Palavra.

2. Solus Christus - "Somente Cristo", ou a suficiência e exclusividade de Cristo.

O Catolicismo Romano afastou-se do Evangelho e instituiu o culto a Maria, já em 431, o culto às imagens, em 787, e a canonização dos santos, em 933. Instituiu também a figura do sacerdote como vigário de Cristo, a quem devem ser confessados os pecados e a quem supostamente foi conferido poder para perdoo-los, mediante a prescrição de penitências. Um dos pontos centrais das teses de Lutero tinha a ver exatamente com o poder do Papa e dos sacerdotes de perdoar pecados, que ele questionava, pelo menos no que diz respeito aos mortos. Dizia ele: O Papa não tem o desejo nem o poder de perdoar quaisquer penas, exceto aquelas que ele impôs por sua própria vontade ou segundo a vontade dos cânones. O Papa não tem o poder de perdoar a culpa a não ser declarando ou confirmando que ela foi perdoada por Deus; ou, certamente, perdando os casos que lhe são reservados. Se ele deixasse de observar essas limitações a culpa permaneceria. Os cânones da penitência são impostos unicamente sobre os vivos e nada deveria ser imposto aos mortos segundo eles (teses 5, 6 e 8). Mas admitia o sacerdote como vigário de Deus, perante quem Deus podia perdoar a culpa, mediante humilhação do penitente (tese 7). Só mais tarde Lutero se libertou totalmente de alguns desses ranços de sua formação católica. Nem poderia ser diferente. Quando ele escreveu as teses, era ainda um monge católico romano.

O que o catolicismo ensina a respeito de Cristo não é diferente daquilo que professamos em nossos credos. A encarnação, nascimento virginal, divindade, morte vicária e ressurreição são cridos e ensinados. O problema é que a Igreja Romana não crê na suficiência e exclusividade da obra de Cristo para a salvação. Maria é erigida à posição de intercessora e até co-redentora (não oficialmente, ainda) e os santos entram também com os méritos de sua intercessão para a obra salvífica. O autor católico, acima citado, assim se refere a Maria: No seu livro "Maria em Sua Vida Diária", o teólogo Bernardo Häring observa: "O Concílio Vaticano II coroou a Constituição Dogmática sobre a Igreja com um belo capítulo sobre Maria, como protótipo e modelo da Igreja. A Igreja não pode chegar a entender plenamente a união com Cristo e o serviço a seu Evangelho, sem um amor e um conhecimento profundos de Maria, Mãe de Nosso Senhor e nossa Mãe". Com uma visão penetrante na natureza profundamente pessoal da salvação, o Vaticano II abordou o influxo de Maria em nossas vidas.

Por ser mãe de Jesus, Maria é a Mãe de Deus. É o que afirma o Vaticano II: "Na Anunciação do Anjo, a Virgem Maria recebeu o Verbo de Deus no coração e no corpo, e trouxe ao mundo a Vida. Por isso, é reconhecida e honrada como verdadeira Mãe de Deus e do Redentor"(Lumen Gentium, nº 53).

Como Mãe do Senhor, Maria é uma pessoa inteiramente singular. Como seu Filho, ela foi concebida como ser humano (e viveu toda a sua vida) isenta de qualquer vestígio do pecado original, isto se chama sua Imaculada Conceição. Antes, durante e após o nascimento de seu filho Jesus, Maria permaneceu fisicamente virgem. No final da sua vida Maria foi assunta - isto é, elevada - ao céu, de corpo e alma; a isso chamamos sua Assunção.

Na qualidade de Mãe de Cristo, cuja vida vivemos, Maria é também a mãe de toda a Igreja. Ela é membro da Igreja, mas um membro totalmente singular. O Vaticano II exprime sua relação conosco como a de um membro supereminente e de todo singular da Igreja, como seu modelo... na fé e na caridade. "E a Igreja católica, instruída pelo Espírito Santo, honra-a com afeto de piedade filial como mãe amantíssima"(Lumen Gentium, nº 53).

Como uma mãe que aguarda a volta dos seus filhos adultos para casa, Maria nunca cessa de influenciar o curso de nossas vidas. Diz o Vaticano II: "Ela concebeu, gerou, nutriu a Cristo, apresentou-o ao Pai no

templo, compadeceu com seu Filho que morria na cruz... Por tal motivo ela se tornou para nós Mãe, na ordem da graça"(Lumen Gentium, nº 61). "por sua maternal caridade cuida dos irmãos de seu Filho, que ainda peregrinam na terra rodeados de perigos e dificuldades, até que sejam conduzidos à feliz pátria"(Lumen Gentium, nº 62).

Essa Mãe, que viu seu próprio Filho feito homem morrer pelo resto de seus filhos, está esperando e preparando seu lugar para você. Ela é, nas palavras do Vaticano II, seu "sinal da esperança segura e do conforto" (Lumen Gentium, nº 68) (Ibidem)

Com relação aos santos, diz esse autor: A igreja venera também os outros santos que já estão com o Senhor no céu. São pessoas que serviram a Deus e ao próximo dum modo tão notável, que foram canonizados, isto é, a Igreja declarou oficialmente heróicos, e nos exorta a rezarmos a eles, pedindo sua intercessão por todos nós junto a Deus. E ainda, A Comunhão dos santos é uma rua de mão dupla:.. o Vaticano II afirma que, assim como você na terra pode ajudar aqueles que sofrem o purgatório, assim os que estão no céu podem ajudá-lo na sua peregrinação, intercedendo por você junto de Deus (Ibidem).

Embora a Igreja Católica não tenha ainda proclamado oficialmente o dogma de Maria como co-redentora, o que vem sendo buscado por muitos de seus cultuadores (até agosto de 1997 o atual papa já havia recebido 4.340.429 assinaturas de 157 países solicitando que ele exercesse o poder da sua infalibilidade para proclamar o dogma de que "a Virgem Maria é co-redentora, mediadora de todas as graças e advogada do povo de Deus", cf. <http://www.msantunes.com.br/juizo/odesvirt.htm>), na prática ela é assim considerada e com o apoio e ensino explícito do clero. No boletim diocesano da cidade de Itabuna (BA), assim se expressa Dom Ceslau Stanula, bispo da diocese: "Maria Co-Redentora - Mês de maio, um dos mais lindos do ano, a humanidade dedicou a Nossa Senhora. Quase em todas as igrejas e capelas diariamente neste mês, o povo se reúne para cantar ladainhas e louvores a nossa Senhora. Nossa Senhora é invocada, venerada e cultuada pelas razões muito profundas e bíblicas. Maria é a Mãe de Jesus que é Deus, Filho de Deus nosso Salvador, e portanto ela é a Co-Redentora da humanidade". E para consubstanciar sua declaração cita documento do Concílio Vaticano II que diz: "Assim de modo inteiramente singular, pela obediência, fé, esperança e caridade, ela cooperou na obra do Salvador para a restauração da vida sobrenatural das almas. Por tal motivo ela se tornou para nós mãe na ordem da graça". (LG 61) (<http://www.snow.icestorm.net/siteverde/boletim1.htm>)

Certamente este não é o ensino da Bíblia. Ela nos diz que "há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem" (1Tm 2:5), que, "por isso, também pode salvar totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles" (Hb 7:25) e que "não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos" (At 4:12). Não precisamos de intercessão de Maria ou dos santos, nem têm eles qualquer poder para tal. Quem disse "na casa de meu Pai há muitas moradas... vou preparar-vos lugar", foi Jesus e não Maria (Jo 14:2). A obra de Cristo é suficiente para a nossa salvação. Maria e todos os demais crentes só puderam ser salvos pela graça e mediação eficaz de Cristo. Assim cantou ela: "A minha alma engrandece ao Senhor, e o meu espírito se alegrou em Deus, meu Salvador, porque contemplou na humildade da sua serva. Pois, desde agora, todas as gerações me considerarão bem-aventurada, porque o Poderoso me fez grandes coisas. Santo é o seu nome" (Lc 1:46-49). Quando o povo de Listra quis adorar a Paulo e Barnabé, sua resposta foi a seguinte: Senhores, por que fazeis isto? Nós também somos homens como vós, sujeitos aos mesmos sentimentos, e vos anunciamos o evangelho para que destas coisas vãs vos convertais ao Deus vivo, que fez o céu, a terra, o mar e tudo o que há neles (At 14:15). Os verdadeiros santos nunca reivindicaram qualquer poder, glória ou honra para si mesmos. Certamente é falsa esta aspiração atribuída a Maria: "Até que eu seja reconhecida no lugar em que a Santíssima Trindade desejou que eu estivesse, eu não poderei exercer meu poder totalmente, no trabalho materno de co-redenção e de mediação universal das graças... (Nossa Senhora a Padre Gobbi, 14/06/80)" [2]

Uma outra conseqüência do princípio do Solus Christus foi a doutrina que ficou conhecida como a do "Sacerdócio Universal dos Crentes". Não necessitamos de outro sacerdote ou mediador entre nós e Deus que não seja o Senhor Jesus Cristo. Cada um pode chegar-se a Ele diretamente, sem intermediários humanos. Como diz o autor aos Hebreus: "Tendo, pois, a Jesus, o Filho de Deus, como grande sumo sacerdote que penetrou os céus, conservemos firmes a nossa confissão. Porque não temos sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; antes, foi ele tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado. Acheguemo-nos, portanto, confiadamente, junto ao trono da graça, a fim de recebermos misericórdia e acharmos graça para socorro em ocasião oportuna" (Hb 4:14-16).

A Reforma trouxe à Igreja o Evangelho simples dos apóstolos, centrado na suficiência e exclusividade da obra de Cristo para a salvação. A velha confissão de Paulo foi de novo a confissão dos reformadores: "Porque decidi nada saber entre vós, senão a Jesus Cristo e este crucificado" (1Co 2:2)

3. Sola Gratia - "Somente a Graça", ou a única causa eficiente da salvação

Intimamente ligado ao princípio do Solus Christus está o da Sola Gratia. A Bíblia ensina que o homem é totalmente incapaz de fazer qualquer coisa para a sua salvação. Está espiritualmente morto em delitos e pecados. Um morto nada pode fazer sem que antes seja vivificado. Paulo ensina como se operou a nossa salvação: "Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados ... e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo, - pela graça sois salvos" (Ef 2:1,5). Foi "pela graça", diz Paulo, que fomos vivificados, estando nós mortos. A doutrina da inabilidade total do homem para salvar-se foi um dos marcos da Reforma. No seu livro *De Servo Arbitrio* ("A Escravidão da Vontade"), Lutero nega que o homem tenha livre arbítrio, ou seja, a capacidade de escolher entre o bem e o mal, depois da queda. Vendido ao pecado, o homem não tem mais a habilidade para escolher o bem, pois sua vontade está presa ou escravizada pelo pecado. Só pode e só quer escolher o pecado. A salvação é, portanto, exclusivamente ato da livre e soberana graça de Deus. Não só Calvino, como geralmente se pensa, mas também Lutero e os demais reformadores deram grande ênfase na necessidade da graça soberana de Deus para a salvação do homem. É por isso que a eleição divina é incondicional.

Todavia, não era isso que a Igreja ensinava nos dias da Reforma. O catolicismo, seguindo o pensamento de Pelágio e, principalmente, de Tomás de Aquino, acreditava e ainda acredita que o homem não está totalmente corrompido em sua vontade e natureza. Ele precisa da graça de Deus, mas não no sentido regenerador, como cremos. Segundo a teologia romana o homem pode conhecer a Deus através de sua razão, conhecimento que é chamado de Teologia Natural. O documento 1806 (Denzinger) do Concílio Vaticano I (1869-1870) diz: "(Contra os que negam a teologia natural) - Qualquer que disser que o Deus verdadeiro, nosso Criador e nosso Senhor, não pode ser conhecido com verdadeira exatidão pelas coisas que foram feitas, pela luz natural da razão humana, seja anátema (cf. 1785) (Cf. Denzinger 1810, 1812, 1816) (cf F.H. Klooster, *Introduction to Systematic Theology* (Grand Rapids: Calvin Theological Seminary, 1985, pp. 182-183).

No artigo católico que temos citado, encontramos como eles entendem o pecado original: Com exceção de Jesus Cristo e de sua Mãe Maria, todo ser humano nascido neste mundo está contaminado pelo pecado original. Como São Paulo declara em Rom, 5, 12: "Por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e pelo pecado a morte, e assim a morte passou a todos os homens porque todos pecaram".

Embora continue a mostrar que há o mal neste mundo, a Igreja não está sugerindo que a natureza humana esteja corrompida. Ao contrário, a humanidade é capaz de fazer muito bem. Não obstante sintamos uma "tendência para baixo", ainda mantemos o controle essencial sobre nossas decisões. Permanece a vontade livre. E - o que é mais importante - Cristo, nosso Redentor, venceu o pecado e a morte pela sua morte e Ressurreição. Essa vitória cancelou não apenas nossos pecados pessoais, mas também o pecado original e seus propalados efeitos. A doutrina do pecado original, portanto, entende-se melhor como um escuro pano de fundo contra o qual pode ser aplicada, fazendo contraste, a brilhante redenção adquirida para nós por Cristo, nosso Senhor. [3]

Assim, o catolicismo estabeleceu os sacramentos da Igreja (que para eles são sete e não dois) como meios pelos quais o problema do pecado pode ser tratado e a graça recebida. A Igreja torna-se medianeira ou mediadora da graça de Deus. Daí o ensino de que "fora da Igreja não pode haver salvação", entendida "Igreja" aqui não como o número total dos eleitos (sentido espiritual) mas como a organização (visível) que, supostamente, detém o poder de distribuir e administrar a graça de Deus. No século XVI o cardeal Roberto Belarmino assim descreveu a Igreja Romana: "A única e verdadeira Igreja é a comunidade de homens reunidos pela profissão da mesma fé cristã e pela comunhão dos mesmos sacramentos, sob o governo dos legítimos pastores e especialmente do vigário de Cristo na terra, o Romano Pontífice" (Ibidem). Mas vem de longa data esse ensino. Assim se expressaram alguns dos papas do passado: Papa São Gregório I (590-604): "Agora a Santa Igreja Universal proclama que apenas dentro dela Deus pode ser realmente adorado, e que fora dela ninguém pode ser salvo." Papa Inocêncio III (1198-1216): "Realmente, existe apenas uma Igreja Universal dos fiéis, fora da qual ninguém é salvo. (...) Cremos com nossos corações e confessamos com nossos lábios que existe apenas uma Igreja, não a dos hereges, mas a Santa Igreja Católica e Apostólica Romana, fora da qual acreditamos que ninguém pode ser salvo." Papa Bonifácio VIII (1294-1303): "Nós declaramos, dizemos, definimos e proclamamos que é absolutamente necessário para a salvação de toda a criatura humana estar sujeita ao Pontífice Romano." Papa Eugênio IV (1431-1439): "A Santa Igreja Romana acredita, professa e prega que todo aquele que permanece fora da Igreja Católica, não apenas os pagãos, mas também judeus, heréticos e cismáticos, não tomarão parte da vida eterna, mas irão para o fogo perpétuo, que foi preparado para o diabo e seus anjos, a não ser que antes da morte eles se unam à Igreja. É de tal modo importante a união com o corpo da Igreja, que seus sacramentos são úteis para a salvação apenas para aqueles que permanecem dentro dela, e jejuns, esmolas e outros trabalhos piedosos, assim como a prática da guerra cristã, só proporcionarão recompensas eternas a eles tão-somente." Papa Leão X (1512-1517): "Onde a necessidade de salvação se

referir a todos os fiéis de Cristo, deverá estar sujeita ao Pontífice Romano, como nos foi ensinado pelas Sagradas Escrituras, pelo testemunho dos santos padres e pela constituição do nosso predecessor de feliz memória, Bonifácio VIII." [4]

E não pensemos que a Igreja Romana mudou. Recentemente o cardeal Joseph Ratzinger, da Congregação para a Doutrina da Fé, o novo nome da velha "Congregatio Propaganda Fide", mais conhecida como Inquisição, "causou escândalo" por afirmar na declaração Dominus Iesus, aprovada pelo papa, que "a Igreja Católica é o verdadeiro caminho para a salvação" (Folha de S. Paulo, de 27/09/2000, p. E8). Os mais ingênuos, que acreditam na sinceridade do diálogo do Vaticano com as outras religiões (ecumenismo), consideraram isso um retrocesso. Nada mais óbvio para a Igreja Católica, que jamais abdicará desta posição, sob pena de admitir seus erros e reconhecer-se falível.

É por essa razão que a Igreja se julgava no direito de distribuir o perdão de pecados através da venda das indulgências, pela prescrição de penitências e outros atos de contrição. Foi a Reforma que trouxe à luz a verdade da Sola Gratia, ensinada nas Escrituras. Onde a total inabilidade do homem for negada e os pretensos méritos humanos forem cridos, não haverá verdade bíblica. O homem nem mesmo pode cooperar com a graça regeneradora do Espírito. A salvação não é, em nenhum sentido, obra humana. Não são os métodos ou técnicas humanas que operam a salvação, mas tão somente a graça regeneradora do Espírito. A fé não pode ser produzida por uma natureza decaída e morta. "Pois nós também, outrora, éramos néscios, desobedientes, desgarrados, escravos de toda sorte de paixões e prazeres, vivendo em malícia e inveja, odiosos e odiando-nos uns aos outros. Quando, porém, se manifestou a benignidade de Deus, nosso Salvador, e o seu amor para com todos, não por obras de justiça praticadas por nós, mas segundo sua misericórdia, ele nos salvou mediante o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo, que ele derramou sobre nós ricamente, por meio de Jesus Cristo, nosso Salvador" (Tt 3:3-5)

4. Sola Fide - "Somente a Fé", ou a exclusividade da Fé como meio de Justificação.

Falando da eleição, Paulo argumenta: E, se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça (Rm 11:6). A graça exclui totalmente as obras. O homem nada pode e nada tem para oferecer a Deus por sua salvação. A única coisa que lhe cabe fazer é aceitar o dom da salvação, pela fé, quando esta lhe é concedida. Fé na obra suficiente de Cristo, que lhe é imputada (creditada em sua conta) gratuitamente. Essa obra consiste na sua vida de perfeita obediência à lei de Deus, em lugar do homem, obediência que nem Adão nem qualquer de sua descendência pôde prestar, dada a sua condição de morte espiritual. Por isso Cristo é chamado de o segundo ou o último Adão (1Co 15:45). Ela consiste também, e principalmente, de sua morte sacrificial em lugar do pecador eleito, através da qual é pago o preço exigido pela justiça de Deus para a justificação. A justiça de Deus exige punição do pecado. Ele é aquele que "não inocenta o culpado" (Ex 34:7). Exige justiça perfeita. Para que Deus pudesse punir o pecador, mas ao mesmo tempo declará-lo justo (que é o significado bíblico de justificar), foi preciso que alguém, sem culpa e com méritos divinos, assumisse o seu lugar. Foi o que o próprio Deus fez através de Cristo. Assumiu a culpa do pecador eleito e morreu em seu lugar, satisfazendo assim a justiça de Deus, ofendida pelo pecado. Nada menos do que isso foi suficiente para justificar o pecador. É o que se chama na teologia de "expição". Desta forma, Paulo pôde falar em Deus como "aquele que justifica o ímpio" (Rm 4:5) e da morte de Cristo como a manifestação da sua justiça, para que ele pudesse ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus. Diz ele: "sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos; tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente, para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus" (Rm 3: 24-26). É por isso também que os reformadores chamavam o crente de simul justus et peccator - ao mesmo tempo justo e pecador.

Esta foi a doutrina central da Reforma. Lutero, de início, não podia compreender como a "justiça de Deus se revela no evangelho" ("visto que a justiça de Deus se revela no evangelho, de fé em fé, como está escrito: O justo viverá por fé". Rm 1:17). Para ele, a justiça de Deus só poderia condenar o homem, não salvá-lo. Tal justiça não seria "boas novas" (evangelho). Só quando compreendeu que a justiça de que Paulo fala nesse texto não é o atributo pelo qual Deus retribui a cada um conforme os seus méritos (o que implicaria em condenação para o homem), mas o modo como Ele justifica o homem em Cristo, é que a luz raiou em seu coração e a verdade aflorou em sua mente. Tornou-se, então, um homem livre, confiante e certo do perdão dos seus pecados. Compreendeu o evangelho! O Evangelho é a manifestação dessa justiça de Deus, que é recebida somente pela fé. Não é produzida pelas obras, pois o homem não as tem. ("Visto que ninguém será justificado diante dele por obras da lei, em razão de que pela lei vem o pleno conhecimento do pecado"... "concluimos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei" Rm 3:20,28).

É pela fé que o justo viverá. Quando Paulo cita esta passagem de Habacuque, ele a usa para ensinar que é através da fé, e não das obras, que alguém é declarado justo em Cristo. Isto está mais claro na outra citação em Gl 3:11, quando ele diz: "E é evidente que, pela lei, ninguém é justificado diante de Deus, porque o justo viverá pela fé". Cristo é a justiça de Deus ("mas vós sois dele, em Cristo Jesus, o qual se nos tornou, da parte de Deus, sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção" - 1Co 1:30) e pela fé nele nós também somos feitos "justiça de Deus" ("Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus" (2Co 5:21). A fé, todavia, é apenas o meio, dado pelo próprio Deus, pelo qual essa justiça é imputada ao pecador, não a sua causa ou motivo. Do contrário, a própria fé seria "obra humana". Per fidem propter Christum - "pela fé, por causa de Cristo", como deixou claro a Reforma. A fé não é a base nem a causa meritória da justificação, mas o meio pelo qual ela é comunicada.

Quão longe estava a Igreja dessa verdade simples do Evangelho quando ensinava que o perdão podia ser comprado com dinheiro e a salvação adquirida com o mérito dos santos. Tetzl, o vendedor das indulgências do Papa Leão X na Alemanha, dizia que "ao som de cada moeda que cai neste cofre, uma alma se desprende do purgatório e voa até o paraíso", refrão que seus ridicularizadores rimaram no que em português equivaleria a "no que a moeda na caixa cai, uma alma do purgatório sai" ("sobald das Geld im Kasten Klingt, di Seele aus dem fegfeuer springt") [5]

Mas não pensemos que a Igreja Católica mudou. Ainda agora, neste ano considerado o do Jubileu 2000, o Vaticano criou novas indulgências para reduzir ou anular as penas dos pecados. Um "Manual de Indulgência", de 115 páginas, apresenta algumas das obras que podem aliviar a punição dos pecadores no purgatório, dentre as quais estão um dia sem fumar, rezar com o Papa em frente à televisão, ajudar refugiados, orar mentalmente com surdos-mudos, não comer carne, etc, (cf. artigo "Igreja Católica cria novas indulgências", Folha de S. Paulo de 19/09/2000), além das que são permanentemente concedidas como visitar o Vaticano e peregrinar por lugares sagrados. Isto na mesma época em que a Igreja assinou, juntamente com luteranos da Federação Luterana Mundial, um acordo em que os dois grupos professam que : " a salvação decorre da graça de Deus e não das boas obras; só se chega à salvação pela fé; e, embora não levem à salvação, as boas obras são consequência natural da fé" (cf. artigo "Católicos e luteranos se reconciliam", da mesma edição da Folha de S. Paulo, já citada). O acordo não é levado a sério pelos que conhecem o catolicismo e o modo como age, e recebeu críticas inclusive da parte de igrejas luteranas fiéis à sua origem. É visto apenas como uma manobra para promover o ecumenismo e, principalmente, para combater o mercantilismo das igrejas neo-pentecostais, que vêm tirando adeptos das igrejas tradicionais, principalmente do catolicismo, com sua pregação da "teologia da prosperidade" (cf. artigo "Acordo visa combater 'mercantilismo'", da referida edição da Folha).

A ênfase na doutrina da justificação somente pela fé é tão oportuna e necessária agora quanto nos dias de Lutero, e não só porque o catolicismo não mudou, mas porque o protestantismo mudou. São poucos os evangélicos hoje que ainda dão ênfase ao aspecto objetivo da justificação unicamente pela fé. Experiências subjetivas, avivamentos emocionais, respostas a apelos e outras práticas estão tomando o lugar da pregação dos temas-chaves da Reforma. As doutrinas do pecado original, da expiação vicária, da eleição incondicional e da justificação somente pela fé estão sendo negadas hoje por muitos evangélicos que buscam uma acomodação à cultura da modernidade.

5. Soli Deo Gloria - "A Deus somente, a glória", ou a exclusividade do serviço e da adoração a Deus.

Coroando estes temas que a Reforma nos legou está o da "glória somente a Deus". Dar glória somente a Deus significa que ninguém, nem homens nem anjos, deve ocupar o lugar que pertence a Ele, no mundo e em nossa vida, porque somente Ele é o Senhor. É o que exige o 1º mandamento: "Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim" (Ex 20:1-2). A história do homem é uma história de quebra desse mandamento. Depois do pecado, o homem tem constituído deuses para si em lugar do Deus verdadeiro. Geralmente, esse deus é ele próprio. Quando decide o que deve ou não crer, o que pode ou não ser verdadeiro, está dizendo que ele é o seu próprio deus. Sua razão (distorcida pelo pecado) é o seu critério de verdade. Quando a Igreja se coloca na posição de julgar o que deve ou não aceitar da Bíblia, e se arvora em sua intérprete infalível, está assumindo para si o lugar de Deus. Quando ela prega a devoção a Maria e aos santos (ainda que diga que venera mas não adora), está usurpando a Deus da prerrogativa de sua glória exclusiva ("Eu sou o SENHOR, este é o meu nome; a minha glória, pois, não a darei a outrem, nem a minha honra, às imagens de escultura"; Isa 42:8). A doutrina católica, com sua ênfase nos méritos e obras humanos, rouba a Deus de sua glória exclusiva.

A glória de Deus é o fim para o qual Ele criou todas as coisas. Não é só o fim principal do homem (conforme o nosso Breve Catecismo), mas o fim de todas as coisas. É o fim do próprio Deus, como crê John Piper, porque Ele é o bem supremo (cf. *Desiring God*, Leicester: Inter-Varsity Press, 1990, p. 13). Todas as coisas, e isso inclui a salvação, visam a glória de Deus, não o bem estar dos homens (Ef 1:6,12,14). Por isso Deus é glorificado também nos que se perdem. É o que chamamos de "teocentrismo".

Michael Horton afirma que Lutero lutou para distinguir sua obra de 'reformas' anteriores. Semelhantes a muitos dos movimentos frenéticos de reforma, renovação e avivamento dos nossos dias, as outras reformas se preocupavam com moralidade, vida da igreja e mudanças estruturais, mas Lutero disse: 'Nós visamos a doutrina'. Não que fossem sem importância essas outras áreas, mas seriam secundárias. Contudo, com sua 'Revolução Copernicana', nasceu um movimento teocêntrico que teve enormes efeitos sobre a cultura mais ampla. A orientação da vida e do pensamento centrados em Deus começou no culto, em que o enfoque era na ação de Deus em sua Palavra e sacramento, em vez de estar em deslumbrar e entreter as pessoas com pompa e aparato. Quando os crentes estavam centrados em volta de Deus e sua obra salvífica em Cristo, seus cultos ajustavam sua visão a outro grau: deixavam de servir como pessoas mundanas para verem-se como pecadores redimidos, cuja vida só poderia ter um propósito: glorificar a Deus e gozá-lo para sempre" (Reforma Hoje, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1999, p.124).

E foi devido a esse conceito de que vivemos para Deus e de que para ele devemos fazer o melhor que a Reforma contribuiu para uma grande revolução não só no campo religioso, mas no mundo das artes, da ciência e da cultura em geral. Soli Deo Gloria passou a ser o lema não só de reformadores, mas de músicos (como Bach), pintores (como Rembrandt) e escritores (como Milton), que apunham às suas obras esta expressiva dedicatória (Ibidem)

Esta visão teocêntrica a Reforma encontrou na Bíblia. Depois de tratar das doutrinas da salvação, Paulo declara: "Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém!" (Rm 11:36) e, ao concluir sua epístola aos Romanos, louva ao Senhor com estas palavras: "ao Deus único e sábio seja dada glória, por meio de Jesus Cristo, pelos séculos dos séculos. Amém! (16:27). A glória de Deus também foi o tema do cântico dos anjos ao redor do trono, dos seres viventes e dos anciãos, e de todas as criaturas que João ouviu em suas visões, os quais diziam: "Digno é o Cordeiro que foi morto de receber o poder, e riqueza, e sabedoria, e força, e honra, e glória, e louvor" (Ap 5:12) e "Aquele que está sentado no trono e ao Cordeiro, seja o louvor, e a honra, e a glória, e o domínio pelos séculos dos séculos" (Ap 5:13) e ainda "Ao nosso Deus, que se assenta no trono, e ao Cordeiro, pertence a salvação...O louvor, e a glória, e a sabedoria, e as ações de graças, e a honra, e o poder, e a força sejam ao nosso Deus, pelos séculos dos séculos. Amém!" Ap 7:10-12.

Quero concluir citando a esse respeito as palavras de James M. Boice, ex-pastor da 10ª Igreja Presbiteriana da Filadélfia, recentemente falecido. Ele diz: Meu argumento é que o motivo pelo qual a igreja evangélica atual está tão fraca e o porquê de não experimentarmos renovação, embora falemos sobre nossa necessidade de renovação, é que a glória de Deus foi, em grande, parte esquecida pela igreja. Não é muito provável vermos avivamento de novo enquanto não recuperarmos as verdades que exaltam e glorificam a Deus na salvação. Como podemos esperar que Deus se mova entre nós, enquanto não pudermos dizer de novo, com verdade: "Só a Deus seja a glória"? O mundo não pode dizer isso. Ao contrário, está preocupado com sua própria glória. Como Nabucodonozor, ele diz: Veja essa grande Babilônia que construí pelo meu poder e para minha glória". Os arminianos não podem dizê-lo. Podem dizer "a Deus seja a glória", mas não podem dizer "só a Deus seja a glória", porque a teologia arminiana tira um pouco da glória de Deus na salvação e a dá para o indivíduo, que tem a palavra final em dizer se vai ou não ser salvo. Mesmo aquelas pessoas do campo reformado não podem dizê-lo, se o principal que estão tentando fazer nos seus ministérios é edificar seus próprios reinos e tornar-se importantes no cenário religioso. Nunca vamos experimentar a renovação na doutrina, no culto e na vida enquanto não pudermos dizer honestamente: "só a Deus seja a glória" (Reforma Hoje, pp. 192-193).

A Reforma nos legou esses grandes temas, que são doutrinas preciosas da Bíblia. Cabe a nós hoje, seus legatários, dizer se somos ou não dignos herdeiros dessa herança e continuadores dessa obra. O que cremos e o que pregamos representa nossa resposta. [6]

Nota:

[1] <http://www.geocities.com/Augusta/3540/doutrina.htm>

[2] <http://www.geocities.com/Athens/Delphi/3665/milesp2.html>

[3] <http://www.geocities.com/Augusta/3540/doutrina.htm>

[4] <http://www.msantunes.com.br/juizo/odesvirt.htm>.

[5] <http://www.infohouse.com.br/usuarios/zhilton/Luteranismo.html>

[6] é Reformada - Biblioteca Reformada <http://www.geocities.com/arpav/biblioteca/>

Autor: Rev.João Alves dos Santos

Fonte: <http://www.scribd.com/doc/44466/As-Doutrinas-da-Reforma>

Rev.João Alves dos Santos É Professor Assistente de Teologia Exegética (NT) do [CPAJ](#).

É graduado em teologia pelo Seminário Presbiteriano Conservador (B.Th., 1963); mestre em Divindade e em Teologia do AT pelo Faith Theological Seminary (M.Div., 1973, e Th.M., 1974) e mestre em Teologia do NT pelo Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição (Th.M., 1985). É também graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru, SP (1969) e em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras Prof. José A. Vieira, em Machado, MG (1981). Foi professor de Grego e Exegese do NT no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição (1980-2004) e professor de Teologia Sistemática no Seminário Presbiteriano Conservador (1974 -2004). Foi também professor de Grego e Exegese do NT no Seminário Presbiteriano do Sul (1980 a 1986) e o primeiro coordenador do CPAJ (1991). É ministro da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil e membro do corpo editorial da revista Fides Reformata.

6. A Reforma e os Reformadores

A Igreja Antes da Reforma e a Reforma

A Igreja da Idade Média - Uma igreja Falsa

Introdução

Começamos o estudo do nosso trimestre analisando a situação da Igreja Católica Apostólica Romana no final da Idade Média.

Esse período, chamado “Baixa Idade Media”, Séculos 14 e 15, foi marcado pelo desanimo intelectual, imoralidade e corrupção da Igreja Romana. Se não fosse por estes dois séculos, hoje a Idade Media não seria lembrada de modo tão negativo. Antes destes séculos, houve muita produção escrita, com o pensamento de Agostinho e Tomas de Aquino; o Cristianismo espalhou-se por todo o mundo e surgiram as Universidades. Mas estes dois séculos que vieram antes da Reforma protestante de Martinho Lutero e João Calvino foram marcados pelo erro. Neste período o povo vivia com medo da Igreja, com fome e explorados economicamente pelos impostos papais. Além disso, o povo não conhecia a Deus, pois não tinha qualquer acesso à sua Palavra. A Bíblia era um livro fechado e os sacerdotes se julgavam donos da revelação de Deus.

Na idade Média o objetivo da Igreja era estabelecer um império de proporções mundiais, tendo a tradição oral e a palavra do papa como únicas autoridades sobre as áreas da vida humana. Um só idioma, deveria ser falado, de forma que a liturgia do culto fosse idêntica em todas as igrejas. O historiador David Schaff diz que, nesta época, exaltava-se o sacerdócio e desprezava-se os direitos dos homens comuns. Enquanto o papa possuía poderes de Imperador, seus sacerdotes e outros clérigos recebiam o status de reis e nobres. Qualquer reação que ameaçasse diminuir a autoridade da Igreja era duramente combatida com excomunhão e censuras[1].

Vejam os quais os principais elementos de total desvio da Palavra de Deus neste período.

1 - A Falsa Autoridade da Igreja

A supremacia papal dizia que o pontífice romano, o papa, era a representação de Deus na terra ou o vigário de Cristo (aquele que assume o lugar de Cristo). Sendo assim, as decisões papais feitas através de decretos ou bulas tinham autoridade maior do que a Escritura.

Salvação naquela época era o mesmo que obediência ao papa. Sendo ele o soberano representante de Deus, não só a Igreja estava sob seu comando, mas também toda a lei civil. O papa Gregório VII defendeu a idéia de que o papa “é o único que deveria ter os pés beijados pelos príncipes”, depor imperadores e absolver ou não os súditos dos impérios de suas obrigações feudais [2]. O chefe da Igreja comandava também a vida comum e a propriedade dos cidadãos de todo o império [3]. A bula papal, anunciada pelo papa Bonifácio VII em 1302, chamada de “Unam Sanctam” dizia que, assim “como houve um única arca, guiada por apenas um timoneiro, assim também havia uma única santa, católica e apostólica igreja, presidida por um supremo poder espiritual, o papa, que podia ser julgado apenas por Deus, não pelos homens. Desta forma ele concluiu: “Declararmos, estabelecemos, definimos e pronunciamos que, para a salvação, é necessário que toda criatura humana esteja sujeita ao Pontífice Romana [4]”.

O sistema sacramental era outra grande estratégia da Igreja daquele tempo. Através desse sistema, os sacerdotes recebiam poderes incríveis como, por exemplo, perdoar os pecados do povo e também de conceder ou retirar a vida eterna.

Dessa forma, a Igreja Católica Romana caiu em grande erro. Quando alguém se afasta da Bíblia, pensa que é Deus. Autoridade da Igreja é Jesus Cristo e não há quem possa substituí-lo. Ele, e só ele, é o cabeça da igreja (Ef 1.22; Ef 5.23).

2 - O Falso Poder da Igreja

O papa Inocêncio III organizou a força policial da Igreja. Esta foi a mais terrível estratégia da Igreja. Qualquer divergência contra ela era tratada como se fosse crime, cuja punição não estava reservada apenas neste mundo, com prisões, tortura e morte, mas também no mundo vindouro, onde o insubmisso queimaria no inferno. Esta policia chamava-se Inquisição. O papa poderia também fazer uso do interdito,

uma espécie de intervenção da igreja nos reinados do Império, quando o chefe da Igreja assumia o lugar do rei, como aconteceu com o Rei John da Inglaterra em 1213.

Foram muitos os abusos e perseguições nesta época. Seres humanos sem direitos, sem liberdade e sendo terrivelmente explorados e censurados quando á sua liberdade de consciência. A Igreja se afastava da sã doutrina e colocava em seu lugar um falso poder, uma autoridade mágica passa longe dos princípios eternos das Sagradas Escrituras.

Este poder era totalmente falso porque, nas Escrituras, o poder da igreja vem de Cristo e é subordinado à sua autoridade (Mt 28.18). Este poder, de modo algum, pode ser exercido com tirania, mas sim de acordo com a Palavra de Deus e sob a direção do Espírito Santo.

3 – A Falsa Santidade da Igreja

Nas últimas décadas antes da reforma de Martinho Lutero e do Renascimento houve uma aberta demonstração da imoralidade entre os líderes da Igreja. Aqueles que se diziam ocupar o lugar de Deus na terra mergulharam de uma vez por todas na corrupção e na prostituição. Houve quem comparasse os papas desta época aos terríveis imperadores romanos que viveram próximos ao início da era cristã e foram reconhecidos pela sensualidade e imoralidade.

Corrompido dessa forma, o poder foi usado para favorecer os oficiais da Igreja e seus parentes. Papas nomeavam sobrinhos e familiares próximos, alguns deles na idade de adolescência, para assumirem bispados e arcebispados por todo o império. Ser líder da Igreja era um grande negócio. Schaff fala um pouco mais sobre a moralidade do clero naquele tempo: “Os cardeais que residiam em Roma não procuravam resguardar as amantes das vistas do público. A paixão do jogo os envolvia na perda e no ganho de somas enormes, em uma só noite. Os papas assistiam a sujas comédias, representadas no Vaticano. Seus filhos se casavam nas próprias câmaras do Vaticano e os cardeais se misturavam às senhoras que acorriam, como convidadas, às brilhantes diversões que os papas arranjavam” [5].

4 – Uma Igreja Enfraquecida

Todos esses atos de dominação, corrupção e imoralidade acabaram enfraquecendo a igreja. O papa acabou perdendo o respeito e o prestígio das ordens leigas da igreja que estavam submetidas a ele. Em 1309 o centro ou sede da Igreja deixou Roma para se estabelecer em Avignon na França. Durante 68 anos a Cúpula da Igreja foi francesa. Depois, com Gregório XI, a Igreja voltou a Roma. Mas alguns cardeais franceses não se conformaram com a sede do papado em Roma e elegeram um papa para si, que governou a Igreja novamente de Avignon.

Este foi um período da história que contou com a existência de dois papas. Um em Roma, Clemente VII e outro em Avignon, Urbano VI, na França. Ambos se diziam sucessores do apóstolo Pedro. De acordo com o historiador E.E.Cairns, o norte da Itália, grande parte da Alemanha (Alemanha), a Escandinávia e a Inglaterra seguiram o papa romano. França, Espanha, Escócia e sul da Itália seguiram o papa francês. Esta divisão continuou até o século seguinte [6].

Esse poder dividido contribuiu para o desgaste daquela autoridade pretendida pela Igreja Romana. Com o declínio da autoridade, a Influência da Igreja no mundo começa a diminuir. Começam a surgir as cidades-estados que se opõem contra a pretensa soberania mundial do papa. As nações começaram a se seara do Santo império Romano e passaram a ser comandadas por um rei, que com seu exército, protegia seus súditos contra a exploração da Igreja. A Inglaterra e a Boêmia foram as primeiras regiões da Europa a se manifestarem contra o domínio papal. Surgiram a partir de então movimentos internos que clamavam por reforma. Dentre esse destacamos os personagens de John Wycliff, na Inglaterra e Jonh Huss na Boêmia.

Esses acontecimentos sucessivos demonstram a presença de Deus na história, abrindo espaço para Reforma de Martinho Lutero, João Calvino e Ulrich Zwinglio. O caminho para renascimento das artes, da ciência e da religião começa a ser trilhado.

Conclusão

Os dois últimos séculos antes da Reforma formaram um verdadeiro período de trevas. Deus, então, preparou homens e mulheres para uma grande transformação de proporções mundiais, cujos efeitos chegam até nós hoje. Tanta imoralidade e perversão acabaram por propiciar a entrada deste novo movimento. O mundo necessitava de Deus, da sua Palavra e de uma transformação que abrangesse não só a sua vida espiritual, mas também a restauração da dignidade humana. Tudo isso veio com a Reforma do século 16.

Hoje o homem continua necessitando de Deus. É o momento de avaliarmos a missão da Igreja de Cristo e começarmos a produzir frutos que promovam a glória de Deus e resgatem a dignidade humana que está mergulhada no pecado, na corrupção e na violência do mundo atual.

Aplicação

De acordo com [esta lição], que paralelos você vê entre os séculos 14 e 15 e os de nossos dias?

Nota

[1] - D.S.SCHAFF Nossa Crença e a de nossos Pais São Paulo: Imprensa Metodista, 1964. P.48.

[2] – Timothy GEORGE Teologia dos Reformadores São Paulo: Vida Nova, 1994. P.35

[3] – Nossa Crença e a de Nossos Pais, p. 49.

[4] – Teologia dos Reformadores, p. 35.

[5] – Nossa Crença e a de Nossos Pais, pp. 58-59.

[6] – E.E.CAIRNS O Cristianismo Através dos Séculos São Paulo: Vida Nova, 1992. P.201.

Autor: Dráusio Piratininga Gonçalves

Fonte: Revista Palavra Viva, lição 01, pg 2-4, Editora Cultura Cristã.

Da igreja primitiva aos pré-reformadores: *Antes mesmo dos pré-reformadores e reformadores, nosso Deus havia conduzido homens à sã doutrina.*

Agostinho de Hipona

Possivelmente você pode estar pensando o seguinte: Agostinho não era um “santo católico”? Nos vamos estudar a vida de santos agora? Não. Fique tranqüilo. Porém, há que se perceber que, antes de Lutero afixar as 95 teses contra a venda de indulgências, muita gente morreu por não aceitar os erros da Igreja Católica Apostólica Romana.

Agostinho não morreu martirizado, porém, desenvolveu a Doutrina da Graça de modo tão Bíblico que Calvino o abraçou.

Sendo assim, vamos estudar a vida deste servo de Deus e, como os reformadores fizeram, aproveitar de seus ensinamentos o que tem respaldo bíblico.

A origem

Agostinho nasceu em 13 de novembro de 354, em Tagasta, na África (hoje Argélia) e faleceu em 28 de agosto de 430 em Hipona. Foi um dos maiores pensadores da Igreja. Era filho de Patrício, homem de recursos, pagão, mundano, mas que se converteu nos últimos anos de sua vida e de Mônica, cristã que sempre manteve esperanças em relação ao filho, embora Agostinho tenha vivido sensual e desregradadamente até os 32 anos, quando ocorreu sua conversão. Fez os estudos secundários em Madauro e estudou retórica em Cartago.

Agostinho foi um aluno brilhante e capaz em Literatura, línguas e retórica (a arte do bem falar). Aos 17 anos ingressou na fase da imoralidade, teve uma amante, e com ela um filho chamado Deodato. Foi muito imoral e mulherengo. Nesta época, ao orar dizia: “Senhor dá-me continência e castidade, mas não hoje”.

A busca pelo conhecimento

A leitura do Hortensius, de Cícero, o despertou para a filosofia. Por esta época aderiu ao Maniqueísmo, do qual falaremos adiante.

Em 383, desiludido com o Maniqueísmo, aproximou-se temporariamente do Ceticismo. Depois de ter ensinado retórica em Cartago e Roma, em 384 foi nomeado professor em Milão, onde, entrou em contato com Ambrósio, bispo desta cidade.

A conversão

Conta-se que, certo dia, no final do verão de 386, num jardim, numa casa de campo em Milão, na Itália, se encontrava Agostinho assentado num banco. Ao seu lado estava um exemplar das epístolas de Paulo. Mas, ele parecia não estar interessado, pois experimentava uma intensa luta espiritual, uma violenta agitação de coração e mente. Levantando-se do banco, foi para baixo de uma figueira. Ali ouviu a voz de uma criança que dizia “toma e lê, toma e lê”. Quando voltou ao banco e abriu a Bíblia, encontrou a passagem de Rm 13.14,15. Leu e se converteu ao Cristianismo.

Em 387 foi batizado por Ambrósio e, na volta para Tagasta, perdeu sua mãe, Mônica. Este fato lhe causou grande tristeza.

Renunciou, então, a todos os prazeres, depois de grande luta interior, e retirou-se para Cassiacium, perto de Milão, para meditar.

Atraído pelo ideal de recolhimento e ascese, resolveu fundar um Mosteiro em Tagasta. De sua cidade natal dirigiu-se para Hipona, no início de 391, onde foi ordenado sacerdote, e quatro anos mais tarde, bispo-coadjutor, passando a titular com a morte do bispo diocesano Valério.

Mesmo assim, não abriu mão do ideal de vida monástica, fundado nas dependências de sua catedral uma comunidade que foi modelo para muitas outras e um centro de irradiação religiosa.

O mundo em que viveu

Agostinho viveu num momento crucial da história- a decadência do Império Romano e o fim da Antiguidade Clássica. A poderosa estrutura que, durante séculos, dominou o mundo, desabou pela desintegração do proletariado interno e pelo ataque externo das tribos bárbaras.

Em 410 foi testemunha da tomada de Roma pelos visigodos de Alarico. E, ao morrer, em 430, presenciou o sítio de Hipona por Gensérico, rei dos vândalos, e a destruição do poderio romano na África do norte. Foi nesse mundo convulsionado por lutas internas que Agostinho exerceu o magistério sacerdotal e escreveu sua obra, de tão decisiva importância na história do pensamento cristão.

O pensamento

Escreveu contra os maniqueus, defendeu as autoridades das escrituras, explicou sobre a criação, abordou a origem do mal, debateu sobre a questão do livre-arbítrio, quando então, se tornou um grande defensor da predestinação.

A maior de suas lutas foi contra o pelagianismo; estes negavam o pecado original e aceitavam o livre-arbítrio afirmando que o homem tem o poder de vencer o pecado. Afirmavam que o homem podia pecar ou não pecar, logo, tinha vontade livre. Agostinho por sua própria experiência, percebeu o erro disso.

As obras

Além dos inúmeros sermões e cartas, das volumosas interpretações da Bíblia, além de obras didáticas, de catequese e de polemicas contra várias heresias de seu tempo (maniqueísmo, donatismo, pelagianismo), deve-se mencionar, entre as mais importantes de Agostinho:

As confissões de Agostinho (400), uma autobiografia espiritual em que faz ato de penitência e celebra a glória de Deus; relata nela sua piedade; “Tu nos fizeste para ti e nosso coração está inquieto enquanto não encontrar em ti descanso”.

De Trinitate (400-416), um tratado filosófico e teológico;

Civitas Dei ou cidade de Deus (413-426), uma justificação de fé cristã e teologia histórica, da qual é considerado o fundador. É uma síntese do pensamento filosófico – teológico e político de Agostinho. É considerada pelos críticos como uma filosofia racional da história.

Escreveu-a quando os bárbaros invadiam a Europa e Roma estava sitiada pelos infiéis.

Posições de Agostinho

Agostinho defendeu a imutabilidade de Deus, o princípio da livre criação, isto é, Deus não criou nada por imposição. Sustentou também, ao contrário dos que criam os maniqueístas, que o diabo não era igual em força de Deus. Deus é o único criador, e superior a qualquer força contrária.

Agostinho combateu com grande capacidade as heresias de seu tempo e exerceu decisiva influência sobre o desenvolvimento cultural do mundo ocidental. É chamado de “Doutor da Graça”, pois, como ninguém, soube compreender os seus efeitos. Na sua grande obra “cidade de Deus”, que gastou 13 anos para escrever, afirma: “Dois amores fundaram, pois, duas cidades, a saber: o amor próprio, levado ao desprezo de si próprio, a celestial”.

Isto resume a sua obra. Como disse alguém, “seu símbolo é um coração”. Em chamas e o olhar voltado para as alturas”.

Agostinho foi um pregador incansável (400 sermões autênticos). Grande estudioso e teólogo, seu pensamento estava centrado em dois pontos essenciais: Deus e destino do homem.

Conclusão

Agostinho foi exemplo de alguém que saiu de uma vida confusa e desregrada, para uma vida de total consagração a Deus. O texto de Romanos 13.13,14, transformou sua vida cheia de pecados e se revestiu de Cristo, na alimentando a carne. Que essa consagração sirva de exemplo para nós.

Autor: Sérgio Paulo de Lima,

Fonte: Revista Palavra Viva - Boas-Novas de Alegria, Editora Cultura Cristã. Compre esta excelente e trimestral revista em www.cep.org.br

Homens antecessores aos Reformadores - Apresentamos aqui os principais precursores da Reforma. Muito tempo depois de Agostinho, há aproximadamente 100 anos antes de Lutero inaugurar a Reforma, Deus levantou homens para denunciar os erros da Igreja. Homens como John Wycliffe, John Huss e Girolamo Savonarola que denunciaram o enfraquecimento econômico e moral da Igreja, desejando reformá-la, porém não conseguiram. Por isso estes Homens são denominamos “Pré-reformadores”.

John Wycliff

A luz começa a brilhar

Introdução

“Ao anoitecer, pode vir o choro, mas a alegria vem pela manhã” (Sl 30.5). Depois das trevas, do medo e da perseguição, chega o alívio com os primeiros raios de luz. A Bíblia, escondida na era das trevas, começa agora a aparecer. A bem sucedida participação na história da reforma de homens como Martinho Lutero e João Calvino, parece apagar um pouco da importante contribuição de John Wycliff e John Huss. Mas estes foram os precursores do movimento reformado. São chamados de pré-reformadores. Depois de uma época de descontentamento contra os abusos da Igreja Romana por toda a Europa, Deus, pela sua misericórdia, começa a levantar homens para fazer a Igreja de Cristo, a noiva, voltar a ser pura, santa e sem mancha. John Wycliff é chamado de a “Estrela d’alva da Reforma” por ser o primeiro instrumento usado por Deus a enfrentar o sistema papal antibíblico e as injustiças da Igreja Católica. Foi ele quem deu o “ponta-pé inicial” na emocionante história da volta da Igreja às Escrituras Sagradas. A presente lição pretende mostrar o valor do ensino Bíblico para a Igreja de Cristo e a importância de servos que se colocam como verdadeiras ferramentas na mãos do Senhor.

1. John Wycliff

A. Um grande erudito

O que marcou a vida deste homem foi sua erudição e dedicação ao estudo da teologia. Nasceu em Hipswell, Yorkshire na Inglaterra, em **1329**. Foi estudar em Oxford e logo se notabilizou por sua inteligência e erudição. Dominou a filosofia e os ensinamentos de Agostinho (ensinamentos que mais tarde influenciariam homens com Lutero e Calvino). Por ser um grande teólogo, tornou-se capelão do Rei da Inglaterra, Ricardo II. Nesta posição pôde fazer muito pela reforma de sua Igreja.

B. A presença de Deus na História

Deus é o Senhor da História. Nela ele mostra o seu amor e cuidado pela Igreja. Estando numa posição de grande destaque, Wycliff pôde ter acesso ao Parlamento e traduzir a Vulgata (Bíblia em Latim) para o Inglês. Essa tradução foi de fundamental importância, tanto para a vida espiritual do povo, como também para o próprio inglês.

Como fez com a rainha Ester, Deus ainda hoje eleva homens e mulheres para posições de grande destaque, conforme seus soberanos propósitos, para o engrandecimento do seu nome e crescimento de sua Igreja. Vemos aqui a distinção entre o homem de Deus e o homem sem Deus – Wycliff usou sua autoridade para a glória de Deus, enquanto que o papa perdeu sua autoridade diante de Deus pois a usava para si próprio.

2. Ensinamentos Voltados para a Bíblia

Wycliff defendeu as seguintes idéias para obter a reforma da sua igreja:

A. Sobre a Bíblia

Wycliff ensinava que os concílios e a liderança da Igreja deveriam ser provados pelas Escrituras Sagradas. A palavra do papa e a tradição da igreja não poderiam ter uma autoridade de maior do que a da Bíblia. Para o reformador Inglês, a Bíblia é a única regra de fé e prática. Ela é suficiente pra suprir as necessidades da alma humana, sem que sejam necessárias as intervenções da Igreja e as mágicas de seus sacerdotes. Wycliff entendia também que as Sagradas Escrituras deveriam ser colocadas na mão do povo e não ficarem limitadas ao clero (liderança da Igreja).

B. Sobre o Papa e seus sacerdotes

Wycliff ensinava que os papas eram homens sujeitos ao erro e ao engano. Assim como dentro da Igreja de Cristo havia joio e o trigo, ser líder da igreja não era garantia de salvação, muito menos de perfeição. Ensinava que o ofício do papado era invenção do homem e não de Deus e que o papa seria o anticristo se não seguisse fielmente os ensinamentos de Cristo. Censurou monges quanto à preguiça e ignorância deles no que dizia respeito ao estudo das Escrituras.

C. Sobre a Ceia

Segundo a Igreja Católica Romana, no momento da ceia o pão e o vinho se transformam no corpo e no sangue de Cristo. Este dogma é chamado de transubstanciação. Wycliff declarou que esta doutrina era antibíblica, pois Cristo está presente nos elementos de forma espiritual e não física.

O historiador E.E.Cairns diz que “se a idéia de Wycliff fosse adotada, significaria que o sacerdote não mais reteria a salvação de alguém por ter em suas mãos o corpo e o sangue de Cristo na comunhão”¹

Com sua inteligência e posição dadas por Deus, a pregação de Wycliff começava a ser ouvida nos mais distantes cantões da Inglaterra, chegando a atravessar o mar em direção ao continente. Muitas pessoas devem ter recebido seus ensinamentos ou ganhado uma Bíblia na sua própria língua conhecendo assim a vontade de Deus para suas vidas.

3. Influência que Atravessou Fronteiras

A. Os lolardos

Para que o ensino bíblico fosse transmitido por toda Inglaterra, Wycliff fundou um grupo de pregadores leigos, os quais receberam o nome de Lolardos. O trabalho de expansão deu certo, mas o papa não gostou. Em um decreto², a Igreja condenou os Lobardos à pena de morte. Apesar disto, Deus não permitiu que nenhum desses pregadores fossem mortos.

B. Os boêmios

Estudantes da região da Boêmia, no centro da Europa, foram para Oxford e lá tiveram contato com os escritos de Wycliff e com alguns dos Lolardos. Ao regressarem para a sua terra, os boêmios levaram as novas informações e ensinamentos que acabaram influenciando aquele que seria um outro grande reformador, John Huss.

Ao tomar os primeiros contatos com os escritos de Wycliff, Huss escreve na margem de seus papéis: “*Wycliff, Wycliff, você vai virar muitas cabeças*”. Anos mais tarde, Huss teria sido acusado pela Igreja de Wicliffismo.

A história nos mostra que Deus vai espalhando sua semente. Assim como na Igreja Primitiva, crentes foram influenciando pessoas, autoridades e até reis, a ponto de ocupar todo o mundo. Temos a Bíblia em nossas mãos hoje porque servos e servas de Deus se dedicaram para isto. A mensagem continua viva. Será que a Igreja tem influenciado? O Evangelho de Cristo tem de fato sido pregado?

4. Condenado Depois de Morto

Próximo aos 55 anos de idade, Wycliff sofreu um derrame e morreu. Passados 30 anos, o Concílio de Constança, convocado pelo papa João XXIII, reuniu-se em 1415 e, sob a condenação de heresia, decidiu exumar o corpo de Wycliff e queimá-lo em praça pública.

Como pode-se observar, o poder arbitrário tomou conta da Igreja. Absurdos como a punição de um homem depois de morto e outros mais preencheram a sua história.

Mas tudo isso não foi suficiente para calar a voz do Evangelho. O clero não percebeu que estava lutando contra o próprio Deus.

Conclusão

Vimos que a escuridão da Idade Média começa a ser vencida pelos primeiros raios de luz de manhã. Deus prepara um homem, coloca-o numa posição de influência e autoridade e começa a trazer a Igreja de volta para o seu noivo.

John Wycliff envolve-se numa batalha de fé pela Verdade das Escrituras, coloca a Bíblia na mão do povo, ensina-a e tenta tirar este povo das mãos daqueles que exploravam suas vidas. Morre, mas deixa uma mensagem viva, um exemplo de luta pelo Evangelho.

Certo autor escreveu que a luta dos pré-reformadores terminou com insucesso. Entretanto, devemos crer que a perseguição e morte de homens com Wycliff e Huss não foram empreendimentos frustrados, e sim o plano soberano de Deus abrindo caminho para acontecimentos maiores. Anos mais tarde os reformadores levantaram a bandeira da “Sola Scriptura”, em favor da suficiência e autoridade exclusiva da Palavra de Deus sobre qualquer dogma ou direção humana. A semente do ensino de Wycliff e Huss estava lá e, até hoje, dá os seus frutos.

A presente lição serve como um alerta para a Igreja de hoje. Os crentes devem viver uma vida santa e, ao mesmo tempo, devem estar prontos para reformar a igreja sempre que ela se afastar do ensino bíblico. Agindo assim seremos encontrados por Deus fiéis.

Quão disposto você está a sacrificar sua vida por amor ao Evangelho?

Nota

¹ CAIRNS O Cristianismo Através dos Séculos, p. 206.

² Conhecimento como “De Haeretico Comburendo”.

Autor: Dráusio Piratininga Gonçalves

Fonte: revista Palavra Viva – Graça e Fé, pg 5-8, Editora Cultura Cristã. Compre esta trimestral e excelente revista dominical em www.cep.org.br.

John Huss - Semente da Reforma

Introdução

Dizem que política, futebol e religião são temas que “não se discutem”, depende da opinião de cada um, afinal, “cada cabeça, uma sentença”. As pessoas preferem acreditar em muitas “verdades” do que numa verdade absoluta. Dessa forma, o conceito de “certo” e “errado” vai desaparecendo da sociedade. Contraindo-se a este ensino temos as palavras de Jesus “... a tua palavra é a verdade” (Jo 17.17). E foi a essa Verdade a que John Huss se submeteu. Em sua época, havia uma “verdade” oficial e inquestionável – a verdade da Igreja Católica Apostólica Romana. No entanto, John Huss, conhecendo a legítima Verdade não se calou e fez com que muitos homens e mulheres tivessem acesso à verdadeira libertação dada por Jesus.

1. Um Homem Comum, Mas Sonhador

A. Infância Pobre

John Huss (1369-1415) foi um homem de origem simples. Nasceu no vilarejo de Hussinecz, sul da Boêmia. Seus pais eram camponeses. Sua mãe, muito religiosa, quis que o filho fosse sacerdote. Mais tarde, Huss admitiu ter iniciado a carreira religiosa pelo dinheiro e prestígio que ela dava, mas seu interesse por Deus veio quando ele começou a estudar mais profundamente.

B. Aluno Médio

Huss não foi um aluno brilhante, mas parecia determinado a estudar e crescer. Assim, formou-se na universidade, tornou-se Mestre e dirigente da Capela de Belém, em Praga, cidade importante em seu país. Nesta Igreja, Huss pregava na língua do povo. Nas outras, o serviço religioso era feito em latim.

C. Pastor Preocupado

Huss foi um pastor dedicado. Sua preocupação era agradar a Deus com uma vida santa e prover sólida alimentação espiritual ao povo. Criticava duramente os líderes da Igreja por usarem seus ofícios em benefício próprio, vivendo no conforto e na imoralidade. Para Huss, a autoridade de um líder religioso vinha do seu caráter e não da sua posição.

Huss insistia que o povo deveria viver em total dependência de Deus, numa vida simples e consagrada ao trabalho.

Deus sempre levanta homens simples que sonham em ver a verdade de Deus como luz e guia dos homens. Muitos jovens, homens e mulheres de hoje buscam realizar seu sonho pessoal ou projeto de vida, mas poucos estão dispostos a abraçar o projeto de Deus e lutar contra o erro e o engano. É sobre isso que tratamos no próximo ponto.

2. Um Homem que Enfrentou a Oposição em Nome da Verdade

A. Deus Agindo na História

Deus é soberano. Ele é Senhor da história. Age na história e a dirige segundo a sua vontade. Aquele filho de camponeses foi ferramenta importante. Pela providência de Deus, Huss fora colocado como o dirigente da Capela de Belém, na importante cidade de Praga. A rainha Zofie costumava freqüentar aquela igreja. Ela era esposa do rei Václav da Boêmia. Zofie influenciou o rei para que facilitasse as reformas pretendidas por Huss. Com isso, a reforma cresceu, tendo Huss como líder e o Rei como escudo contra as investidas do papa.

B. Coragem para Estabelecer a Verdade

Apesar da cobertura do Rei, surge no cenário o Arcebispo de Praga, chamado Zbynek, um ex-militar e agora superior de Huss. Um estrategista, que usou de seus recursos financeiros e políticos para obter este poderoso cargo no arcebispo de Praga. Zbynek não teve qualquer preparo teológico ou formação eclesiástica. A missão dele era a de erradicar a heresia de Wycliff naquela região e com isso ganhar favores do papa. Zbynek tornou-se grande inimigo da causa reformista de Huss.

C. Radicalismo ou Fidelidade a Deus?

Huss, influenciado pelos escritores de John Wycliff, tornava-se cada vez mais um apaixonado pela reforma da Igreja de Jesus Cristo. Começa então a andar em terreno perigoso. Em 1405 declara que a suposta aparição do sangue de Cristo nos elementos da comunhão não passava de embuste. Em seus sermões, condenava o pecado dos padres, bispos e arcebispos. Declarava que os crentes tinham o mesmo direito que os sacerdotes de participarem do cálice na ceia, e não somente do pão. Ridicularizava o pretensão poder dos sacerdotes de concederem o Espírito Santo a uma pessoa ou mandarem-na para o inferno.

Foram muitas e duras as críticas expostas por Huss do púlpito de sua igreja e da tina de sua pena. Huss via a Igreja de Cristo em uma situação de clamidade e não pôde se conter diante de tantas irregularidades.

Conseqüentemente a liderança da Igreja começou a reagir. Zbynek ficou enfurecido ao saber que muitos pregadores, seguidores de Huss, acusavam Zbynek de simonia (venda de milagres) e imoralidade. Zbynek resolveu calá-los prendendo-os. Entretanto, Huss respondeu: *“Como pode haver sacerdotes imorais e criminosos andando pelas ruas livremente, enquanto que os humildes homens de Deus estão enjaulados como hereges e sofrendo privações por causa da proclamação do Evangelho?”*¹

O arcebispo Zbynek passou a enviar espias à igreja de Huss para ouvirem seus sermões. Huss sabia disso, mas não se intimidava.

Com a força do Espírito de Deus Huss tornou-se um gigante em plena Idade Média. Huss enfrentou o poder corrupto dentro de sua própria igreja e não temeu. Seu único temor era reservado àquele que é Senhor da Igreja e da História. Ao constatarmos isso podemos perceber quão omissos somos nós hoje!. Diante de corrupção, da violência e injustiça que verificamos em nossos dias, a coragem e audácia de John Huss não deveria nos mover em favor do reino de Deus?

3. Um Homem que Perdeu a Batalha, Não a Guerra

A. Uma Cilada para John Huss

Huss recebeu ordens do próprio papa para se calar, mas não se calou. Em 1412, o papa João XXIII proclamou uma cruzada contra o rei Nápoles, que tornara-se rebelde. Para levantar fundos contra a guerra, o papa instituiu a venda de indulgências (perdão) em larga escala por todo o império. Huss ficou horrorizado com isso e declarou: “mesmo que o fogo para queimar o meu corpo seja colocado diante dos meus olhos, eu não obedecerei”. E ainda, diante de grande pressão, declarou: “Ficarei em silêncio? Deus não permita! Ai de mim, se me calar. É melhor morrer, do que não me opor diante desta impiedade, o que me faria participante da culpa e do inferno.” Excomungado já quatro vezes, Huss resolveu exilar-se voluntariamente, para que sua igreja não privada das ministrações. Foi para o sul da Boêmia, onde escreveu livro e pregou em alguns vilarejos. Dois anos depois, o papa convocou um concílio em Constança e convidou Huss. Depois de receber garantias do imperador da Boêmia, Sigismund, meio irmão do rei Václav, que prometeu conceder-lhe salvo conduto enquanto estivesse em Constança, Huss aceitou o convite. Na segunda semana que estava em Constança, Huss foi preso e ficou nesta condição vários meses enquanto o Concílio prosseguia.

B. Uma Triste Ironia

Huss sofria amargamente numa prisão onde hoje se encontra um luxuoso hotel. As condições na cela eram tão precárias que Huss ficou seriamente enfermo e quase morreu. Nenhuma oportunidade de defesa lhe foi dada.

C. A Morte de Huss

Finalmente Huss foi chamado ao Concílio. Advertiram: “Reconsidere seus escritos, ou morre”. Huss não voltou atrás. Então, rasgaram suas vestes e colocaram em sua cabeça uma mitra de papel com 3 demônios desenhados e escrito “Eis um herege”. Acompanhado por uma multidão, Huss, amarrado e puxado pela ruas de Constança foi ao local de sua morte.

Na presença de homens, mulheres, velhos e crianças, Huss foi amarrado numa estaca e lhe deram mais um oportunidade para rever seu ensino. Mas em um grito respondeu: “Deus é minha testemunha de que a principal intenção foi tão somente libertar os homens de seus pecados e baseado na verdade do Evangelho que preguei e ensinei, estou realmente feliz em morrer hoje.” Com estas palavras um sinal foi dado ao executor que acendeu a fogueira. Por entre chamas e fumaças Huss entoou uma melodia “Jesus, Filho do Deus vivo, tem misericórdia de mim.” Huss morreu cantando.

Huss enfrentou pressões terríveis. Poderia viver uma vida confortável, desfrutando de seu status de mestre e líder religioso, mas, com Moisés, “preferiu ser maltratado... a usufruir os prazeres transitórios de pecado; porquanto considerou o opróbrio de Cristo por maiores riquezas do que os tesouros do Egito, porque contemplava o galardão” (Hb 11.25,26).

Conclusão

Apesar de morto, John Huss não foi derrotado. Deixou um legado para a causa da Reforma Protestante que surgiria décadas depois, com Martinho Lutero. Tanto Wycliff como Huss foram sementes semeadas a seu tempo, que brotaram anos mais tarde, cujos frutos colhemos ainda hoje.

Que possamos, como verdadeiros cristão, defender a verdade do Evangelho e, se preciso for, assim como John Huss, morrer por ela.

Nota

¹ Revista Church History, p. 13.

Autor: Dráusio Piratininga Gonçalves

Fonte: revista Palavra Viva – Graça e Fé, pg 9-12, Editora Cultura Cristã. Compre esta trimestral e excelente revista dominical em www.cep.org.br.

Girolamo Savonarola - Também conhecido como Jerônimo Savonarola

Reformador Teológico ou Contestador Político?

A vida do monge italiano Jerônimo Savonarola (1452-1498) [também conhecido como Girolamo Savonarola] geralmente apresentado como um dos precursores da Reforma do século XVI, abrangeu vários campos da atividade humana na cidade italiana de Florença. Existe, portanto, dificuldade em categorizá-lo. Teria sido ele um reformador, um político, um filósofo ou talvez um legislador?

I. Campo de Pesquisa e Propósito

A maior parte do que se escreveu sobre Savonarola aparece na forma de artigos, em enciclopédias ou em trechos de livros que narram a história do período. Livros exclusivos sobre ele, ou com partes extensas dedicadas à sua vida e atuação, são menos abundantes. Uma pesquisa em uma base de dados de 4.200.000 livros,¹ revela apenas 49 livros² que trazem Savonarola como o assunto principal ou como um dos assuntos principais. Como contraste, uma pesquisa na mesma base sobre o assunto "Martinho Lutero" apresenta o resultado de 748 volumes. Pesquisa semelhante em algumas bibliotecas brasileiras mostrou a disponibilidade de apenas 10 volumes escritos sobre Savonarola, quase que a totalidade de procedência italiana, nenhum de autor brasileiro, e apenas um desses traduzido para o português.³

A dificuldade, entretanto, de se classificar e entender Savonarola não advém em função de poucas fontes de consulta. Poderíamos até dizer que a quantidade de obras escritas sobre Savonarola é razoável. Entretanto, as mais extensas biografias são do período romântico e tendem a extrapolar o mero registro dos fatos e introjetar uma visão idealizada ao biografado. Como já indicamos, as múltiplas atividades e ações atribuídas a Savonarola possibilitam que autores o apresentem à luz dos seus interesses específicos, dificultando uma visão isenta de sua obra e vida. O livro mais importante sobre a sua vida é, possivelmente, *La Storia de Girolamo Savonarola e de' Suoi Tempi, Narrata da Pasquale Villari Con L'aiuto di Nuovi Documenti* (1850). Este livro, escrito pelo Prof. Pasquale Villari, está também disponível na língua inglesa⁴ e é um documento histórico precioso. A obra de Villari demonstra o cuidado e a incansável pesquisa que caracterizam eruditos dedicados. O seu trabalho é bastante abrangente cobrindo todos os pontos da vida de Savonarola. O livro fornece considerável informação sobre o pano de fundo histórico dos eventos e contém comentários valiosos sobre a filosofia, teologia e prática homilética de Savonarola. A sua precisão se estende a minuciosos detalhes. O livro de Villari é utilizado quase sem exceção por todos os livros posteriores escritos sobre a vida de Savonarola, firmando-se como um padrão e palavra de autoridade final, e foi o livro de utilização mais ampla neste ensaio.

Dois autores alemães são mencionados por Villari como importantes biógrafos de Savonarola: Rudelboch (Hamburgo, 1835) e Meier (Berlim, 1836).⁵ O primeiro, nos indica Villari, tenta se concentrar na doutrina de Savonarola, enquanto que o segundo na parte histórica dos eventos. No seu prefácio, Villari critica estes biógrafos alemães de Savonarola, indicando que eles exageram as tendências protestantes do frade. Esse é realmente um ponto nevrálgico de vários biógrafos corretamente identificado por Villari, principalmente quando o relato provém do campo protestante. Sobre esta questão pretendemos, posteriormente, traçar alguns comentários.

William Crawford escreveu um livro que se colocaria como o segundo em importância, em nossa avaliação.⁶ Ele utiliza o livro de Villari como diretriz, mas evidencia ser um estudioso independente de Savonarola, apresentando algumas pesquisas próprias. Ralph Roeder é outro autor que escreveu uma biografia de fácil leitura, mas de profundidade histórica menos intensa.⁷ Alguns outros livros escritos

especialmente sobre Savonarola são de menor importância e com altos e baixos de qualidade.⁸ Extensa informação pode também ser encontrada em bons livros de história que cubram o período.⁹

Finalmente, existem alguns documentos originais que foram compilados e publicados. De autoria do próprio Savonarola, temos partes da Bíblia que utilizava, com alguns comentários,¹⁰ algumas cartas e tratados apoloéticos,¹¹ bem como um trabalho sobre o livro de Apocalipse,¹² um tema favorito de Savonarola em suas pregações.

O propósito deste artigo, além de apresentar o campo disponível para pesquisas sobre o monge dominicano e as fontes utilizadas, é traçar um breve perfil histórico de Jerônimo Savonarola, concentrado nos seus anos de maior atuação e influência em Florença, e examinar o posicionamento de algumas de suas idéias, traçando um paralelo destas com a visão de Lutero e Calvino, numa tentativa de discernir se poderíamos classificá-lo como um pré-reformador teológico, como tem sido a tendência nos círculos protestantes.

II. Infância e Formação

Jerônimo Savonarola nasceu em 21 de setembro¹³ de 1452 em uma das mais importantes cidades da Itália—Ferrara, na época uma das cortes mais importantes do país, com cerca de 100.000 habitantes. Filho de Niccolo e de Elena Savonarola, Jerônimo foi o terceiro dos sete filhos do casal. Alguns biógrafos o apresentam como uma criança precoce, possuída por uma inteligência superior, mas os trabalhos mais sérios contestam esta visão. "A única marca característica de sua juventude era a sua seriedade", diz Crawford.¹⁴ Aparentemente ele não era uma criança atraente, "... pois não era nem bonito nem brincalhão, mas sempre sisudo e controlado".¹⁵

Os Savonarolas possuíam profundas raízes na história italiana. Alguns dos ancestrais de Jerônimo estavam registrados nas crônicas, como personagens importantes da história local. O mais importante Savonarola, além de Jerônimo, foi seu avô Michele, conhecido por seu trabalho médico e pelo amor devotado ao neto que se tornaria famoso. A reputação médica de Michele Savonarola levou-o a uma "... cadeira na Universidade de Ferrara e à sua indicação como médico particular de Niccolo d'Este".¹⁶ Por influência de seu avô, Jerônimo foi levado à sua casa e ali estudou medicina até os dezesseis anos. Aplicando-se aos estudos, desenvolveu, em paralelo, um forte senso de devoção que o levaria, no cômputo final, à vida monástica. Roeder assim descreve esta situação:

... seu avô estava gratificado; ele previu o desenvolvimento de um médico metafísico que excederia a sua própria pessoa, mas ainda não estava satisfeito. Encorajado pelo seu sucesso, e sendo ele próprio uma pessoa de intensa devoção, procurou melhorá-lo derramando toda a sua piedade naquela jovem mente. Ali ele encontrou uma resposta ainda mais profunda.¹⁷

Após a morte de seu avô, Jerônimo foi educado por seu pai por dois anos adicionais antes de ser enviado à universidade, onde estudou cinco anos. A vida na universidade foi o seu primeiro contato com o mundo e ali ele se conscientizou dos grandes males da sociedade ao seu redor. A iniquidade do homem, a corrupção da sociedade, a grande miséria do mundo, eram todas coisas completamente adversas à sua formação. Ele deixou de ver necessidade ou de ter o desejo de dar continuidade aos estudos médicos, mas começou a ansiar por uma dedicação de sua pessoa às coisas de Deus e ao lado espiritual de sua vida. "Desgostoso com o mundo, decepcionado em suas esperanças pessoais, cansado dos constantes erros que observava e para os quais não possuía as soluções, ele decidiu temporariamente dedicar-se à vida no mosteiro..."¹⁸

Jerônimo, como médico, era a esperança do seu avô e dos seus pais. Estes não admitiam que nada viesse a desviar o jovem da brilhante carreira à frente e se decepcionaram com a decisão tomada. Esta decepção e amargura está refletida no conteúdo das cartas trocadas entre Savonarola e seu pai logo após a sua entrada na vida monástica. Isso ocorreu no festival de S. Jorge. Os seus pais estavam, com o restante da cidade de Ferrara, participando das festividades, quando Savonarola fugiu de casa indo para Bolonha.¹⁹ O seu pai escreveu depois, em profunda tristeza:

Lembro-me como no dia 24 de abril, dia de S. Jorge, em 1475, Jerônimo, meu filho, estudante das artes, saiu de seu lar dirigindo-se a Bolonha, juntando-se aos irmãos de São Dominic, com o intuito de tornar-se também um irmão. Ele deixou-me, Niccolo delle Savonarola, seu pai, palavras de consolo e exortação, para minha satisfação.²⁰

Savonarola passou sete anos no mosteiro dominicano de Bolonha. Começou a estudar intensamente a Bíblia e as doutrinas da Igreja. Durante a sua vida no mosteiro, encontrava conforto na oração e no jejum. Logo foi comissionado a instruir os noviços.

Enquanto estudava a Bíblia, Savonarola começou a verificar, em paralelo, os males e a corrupção reinantes na Igreja. Descobrimo a verdade sobre o que ocorria por trás das paredes do mosteiro, Savonarola teve o seu coração

...tomado por intenso pesar e movido por uma indignação irreprimível, ao verificar a deterioração e corrupção da igreja cristã... O estado do mundo e da Igreja o preencheram com um pesar cheio de horror que só era aliviado através do estudo e da oração.²¹

Savonarola foi se achegando mais e mais à Bíblia ao ponto em que ela se tornou o seu guia inseparável.

Em 1481 foi enviado a Ferrara, para pregar. Ali o ditado citado por Jesus de Nazaré (Lc 4.24) foi ratificado e "... ele parece que causou pouca impressão em sua cidade natal".²² O seu ministério em Ferrara foi interrompido por uma guerra civil. Isso fez com que se deslocasse até Florença alojando-se no mosteiro de S. Marcos. Durante os próximos anos permaneceria em Florença sem despertar atenção maior. Em 1482 ele foi o orador de uma reunião de Dominicanos. Entre os seus ouvintes estava um leigo ilustre: Giovanni Pico, conde de Mirandola (*Pico della Mirandola*).

O assombroso conhecimento que fez de Pico a maravilha de sua geração e uma autoridade, mesmo em sua adolescência, em praticamente qualquer assunto que viesse a tratar, deu um peso todo especial aos seus elogios. Naquela augusta assembléia, estes elogios foram derramados sobre um de seus membros mais obscuros. Naquele delegado de S. Marcos ele reconheceu aquela qualidade que lhe faltava, e aquela que ele mais invejava—convicção.²³

Este foi o momento em que a carreira de Jerônimo Savonarola começou a trilhar o caminho ascendente que o colocaria em destaque junto às outras figuras internacionais do seu tempo.

III. O Cenário Histórico dos dias de Savonarola

A. A Ascensão das Cidades

No crepúsculo da Idade Média e no limiar da Europa moderna a história foi caracterizada por uma ascensão gradativa da classe média. Progredindo do feudalismo às novas monarquias, a classe média foi adquirindo cada vez mais influência. "Sob o feudalismo ninguém era soberano. O rei e o povo, os senhores e os servos, estavam unidos por um tipo de contrato. Cada um desses devia algo ao outro".²⁴ Por outro lado temos os reis que surgiram em meados do século XV, conhecidos como os Novos Monarcas. Eles estabeleceram um sistema social completamente diferente, no qual as guerras entre os nobres eram suprimidas, a unidade nacional enfatizada e a lei e a ordem eram o objetivo principal. "Estes arrolaram como ponto de apoio os integrantes da classe média, nas cidades, que estavam cansados das guerras privadas e dos hábitos extravagantes dos nobres feudais".²⁵

O feudalismo e as novas monarquias ocorreram em paralelo durante algum tempo, mas existe um outro importante aspecto nas condições sociais daquela época que aconteceu nesse período de sobreposição. Referimo-nos à ascensão das cidades, situação na qual a classe média teve importante papel.

Nos séculos IX e X as antigas cidades haviam se deteriorado. Os grandes centros comerciais haviam desaparecido e com eles a classe mercantil. Com o desenvolvimento do comércio a longas distâncias os comerciantes iniciaram a formação de bases permanentes. As cidades começaram a emergir, em tamanho e em importância como novos centros comerciais, baseadas em razões econômicas e com o apoio da classe média. Como uma consequência natural da base econômica dessas novas cidades, os comerciantes começaram a se envolver na política. O desejo era na direção de um auto-governo e de efetivar a quebra de todos os laços políticos e do poder dos bispos e dos nobres. "No século XIII várias cidades na Europa haviam adquirido o direito de decidir o seu próprio destino".²⁶ Muitas dessas cidades tornaram-se completamente independentes, especialmente na Itália, onde prevalecia a falta de unidade política. Algumas delas migraram para uma forma republicana de governo, tornando-se, em essência, repúblicas independentes.

B. Florença e os Médici

A cidade de Florença está inclusa nessa categoria das repúblicas independentes.²⁷ A forma de governo daquele período, apresentada na República de Florença, abrangia provisões de ampla representatividade de todas as classes, especialmente da classe média. Foi em Florença que Jerônimo Savonarola passou a maior parte de sua vida. A cidade vivia primariamente de sua indústria.²⁸ A energia dos florentinos estava focalizada especialmente na indústria e na política. "Algumas vezes parecia que revolução era o principal esporte ao ar livre, de Florença, e legislação constitucional o principal esporte praticado nos espaços internos".²⁹

Em 1434 um novo partido rico, liderado por um banqueiro local, Cosimo de Medici, chegou ao poder.

Durante quase sessenta anos após 1434, Cosimo e o seu neto Lorenzo, o Magnífico (m. 1492) administraram a cidade manipulando a sua constituição republicana. Cosimo era um banqueiro sugado pela política por seus interesses financeiros e que nela foi forçado a permanecer para salvar a sua própria pele.³⁰

Lorenzo, por outro lado, estava menos interessado nos negócios bancários. Ele era na realidade um déspota típico que devotou a sua energia, dinheiro e visão estética à tarefa de expandir e embelezar a cidade.

C. A Situação Geral da Europa

Fora da Itália, "...as novas monarquias estavam criando órgãos administrativos centralizados de governo, os quais, quando comparados aos antigos métodos feudais, apresentavam um gerenciamento político eficaz e mais poder de ação para o estado".³¹ Estes estados cresceram em poder em proporção direta aos seus interesses políticos e territoriais. Começaram a se equipar com o que havia de mais moderno em armas de fogo, artilharia e na organização de suas forças armadas. Em 1494 Carlos VIII, da França, invadiu a Itália que estava muito dividida para expelir os invasores franceses. Várias outras invasões se seguiram a estas e a Itália se tornou "... o campo de batalha para as forças que lutavam pela regência da península".³²

D. A Igreja

No final do século XIII, a Igreja atingiu o seu ápice administrativo, em riqueza e em poder. Após essa situação, podemos observar um rápido declínio na Igreja Católica Romana, tanto de poder como de moralidade. O declínio de poder foi provocado por um confronto com as forças existentes, externas ao papado. Estas haviam existido por gerações antes do século XIII, mas após esta era tornaram-se fortes demais para permanecerem isoladas nos antigos limites. "Algumas destas forças, em especial, eram as novas monarquias nacionais e as classes comerciais nas cidades".³³

Uma causa importante que contribuiu para o declínio moral da Igreja foi a idéia comum que atingiu a administração e que levará a ruína qualquer organização pública — "...a de que a instituição existe para o benefício daqueles que conduzem os seus rumos".³⁴ O declínio na moralidade começou com a instituição do papado e rapidamente atingiu todos os ramos e aspectos da Igreja Católica. Assim era a situação da Igreja durante a vida de Savonarola.

IV. O Período de Popularidade de Savonarola

A. Savonarola e os Medici

"Savonarola começou a adquirir a sua reputação como um profeta de julgamento, chamando os homens ao arrependimento".³⁵ Sua fama como pregador estava crescendo e, pela intervenção de Pico della Mirandola em 1490 foi chamado por Lorenzo de Médici. A Savonarola foi oferecida a prelazia do Mosteiro Dominicano de São Marcos. Após assumir estas responsabilidades o sucesso de Savonarola foi imediato.

O costume do mosteiro era o de que o novo reitor fosse prestar uma homenagem e demonstrar os seus respeitos e gratidão a Lorenzo, o Magnífico. Savonarola, demonstrando a coragem e determinação que o caracterizariam nos anos seguintes, recusou-se a cumprir com esta prática e disse: "Considero que devo minha eleição somente a Deus e a ele, somente, jurarei obediência".³⁶ Lorenzo ficou profundamente ofendido com este fato. Ele estava esperançoso de contar com a amizade e apoio do frade que despontava como um poderoso pregador e que crescia em popularidade dia após dia. Lorenzo disse: "Vocês viram? Um estranho veio até a minha casa e mesmo assim ele não separa um tempo para me visitar".³⁷

Logo Savonarola começou a exercer grande influência entre o povo comum de Florença. Seus sermões proféticos asseguravam-lhe grande popularidade. Seus sermões de condenação dos males da Igreja fizeram com que fosse odiado por uns mas admirados por outros. Ele era severo no julgamento do caráter das pessoas e pregava seus sermões com ousadia, sempre expressando o pensamento de que não temia homem algum. Cedo começou a sentir aversão por Lorenzo, o Magnífico, como nos indicam estas duas citações:

Sabedor dos danos causados à moral pública pelo príncipe, [Savonarola] não tinha qualquer desejo de aproximar-se de um tirano que ele considerava não apenas um adversário e destruidor da liberdade, como também o principal obstáculo na restauração da vida cristã entre as pessoas.³⁸

Rapidamente Lorenzo começou a ressentir-se da influência exercida por aquele monge descompromissado, o qual não se contentando em limitar-se às suas exortações morais, pregava com confiança a vinda de um conquistador estrangeiro, a queda do Magnífico, a precariedade do papa e a ruína do rei de Nápoles.³⁹

O papa, na ocasião, era Inocêncio VIII, que ficou conhecido por ser um dos expoentes da corrupção do papado. Ele havia sucedido a Sixto IV e possuía um íntimo relacionamento com os Medici de Florença. Um filho natural de Inocêncio havia casado com uma filha de Lorenzo. Em contrapartida, ele havia nomeado um filho de Lorenzo (um adolescente com apenas treze anos) cardeal! Savonarola com frequência denunciava esta aberração.

Lorenzo de Medici faleceu em 1492, mas antes de morrer havia chamado Savonarola para com ele se confessar. Como uma condição para a absolvição dos seus pecados, Savonarola exigiu que Lorenzo restaurasse a Florença as suas antigas liberdades.⁴⁰ Lorenzo não concordou com a condição imposta e Savonarola retirou-se sem absolvê-lo.⁴¹ Nesse mesmo ano ocorreu a morte de Inocêncio VIII sendo ele sucedido pelo Papa Alexandre VI.

O sucessor de Lorenzo foi Piero de Medici e Savonarola revelou ser o homem mais poderoso daquela república. Nessa condição ele começou a profetizar a queda dos Medici e foi bem sucedido em direcionar uma grande parte da população de Florença contra eles.

B. Os Franceses

Savonarola havia predito que alguém cruzaria os Alpes e descarregaria a vingança de Deus por sobre a Itália. Nessa ocasião ocupava o trono da França o rei Carlos VIII, descrito como "... um jovem de vinte e dois anos, cheio de uma estranha paixão pela aventura".⁴² Carlos VIII tinha pretensões ao trono napolitano, mas o seu objetivo era a conquista de toda a Itália. Esse seria o primeiro passo de uma grande cruzada contra os turcos, com a qual ele pensava em immortalizar o seu nome. No dia 22 de agosto de 1494 ele cruzou os Alpes iniciando uma bem-sucedida marcha francesa contra os italianos.

Os franceses foram auxiliados pela incapacidade de Piero de Medici e assim ganharam várias batalhas e asseguraram o controle do território toscano, que pertencia a Florença. A população ficou decepcionada e indignada, ao ponto de fazer com que Piero de Medici, sentindo a gravidade da situação, viesse a deixar a cidade.

No dia 4 de novembro os cidadãos mais velhos convocaram uma reunião especial do conselho dos setenta, para poderem decidir as providências que deveriam ser tomadas. Todos os membros apoiavam ou haviam sido nomeados pelos Medici, mas estavam tão enraivecidos pela rendição covarde das fortalezas que a reunião foi tomada pela atmosfera de uma assembléia republicana.⁴³

Como resultado, Piero foi declarado "... incapaz de reger o estado".⁴⁴ Decidiu-se também que seriam enviados embaixadores para encontrar os franceses e informá-los de que a cidade estava predisposta a recebê-los. O padre Jerônimo Savonarola foi um dos embaixadores escolhidos "...porque havia conquistado o apreço de todo o povo".⁴⁵

Na realidade o povo passou a olhar os franceses como os cumpridores das profecias de Savonarola. Os embaixadores liderados por Savonarola conseguiram expressar ao rei invasor os mesmos sentimentos presentes na população de Florença — que o rei era um instrumento nas mãos de Deus para que efetivasse o castigo da nação, pelos seus crimes. Savonarola ganhou o respeito do rei e o acordo de que ele apenas passaria pela cidade sem causar-lhe dano.

A invasão dos franceses é um ponto de grande importância, pois resultou na queda dos Medici e no estabelecimento de uma nova forma de governo para a cidade de Florença.

C. Savonarola no Poder

No momento em que os franceses deixaram a cidade de Florença, a república viu-se dividida entre três partidos diferentes. O primeiro, dirigido por Savonarola, era o dos *Piagnoni*, e tinha como principal demanda a formulação de uma constituição democrática. O segundo partido era formado por pessoas que haviam compartilhado o poder com os Medici, mas que haviam se distanciado deles e eram chamados os *Arbbiati*. O terceiro partido era composto dos seguidores fiéis dos Medici, chamados os *Bigi*.

Esses três partidos se igualavam em poder. Um governo eficaz, sob o antigo sistema florentino, parecia uma impossibilidade real. Savonarola apresentou a necessidade de formação de um grande concílio no qual todos os cidadãos de Florença estivessem representados.

Esse concílio foi formado e declarado soberano em 1º de julho de 1495. O partido do povo se achava, agora, em pleno controle da situação e a vontade do povo era regida por Savonarola. Tudo parecia conspirar para o aumento da popularidade do pregador e para o acréscimo do seu poder.⁴⁶

Savonarola permaneceria no poder durante os próximos quatro anos. Sua atuação foi marcada por reformas morais, que se seguiram às reformas políticas, já efetivadas. Ele proclamou, em Florença, o "Reino de Cristo" e continuou suas denúncias contra os vícios e a luxúria. Prosseguindo na tradição medieval de pregação, já bem estabelecida, ele apresentava e condenava os males da sociedade florentina. Sua pregação influenciava tanto os ricos como os pobres. Um dos biógrafos, possivelmente utilizando a palavra *converter* fora do estrito sentido bíblico do termo, escreveu: "Ele converteu a muitos da classe artística. Michelangelo, Botticelli, Cronacor, Lorenzo di Credi; dois da família della Robia e Bartolommeo della Porta se achegaram à catedral de São Marcos."⁴⁷

O resultado das pregações de Savonarola foi sentido nas atitudes dos florentinos. Os incidentes conhecidos como as "fogueiras das vaidades," em 1497 e em 1498, refletem a receptividade dos habitantes

de Florença às orientações de Savonarola: "grupos de jovens foram organizados para percorrerem a cidade coletando os símbolos da vaidade e do mal para serem destruídos."⁴⁸ Esses objetos eram queimados em uma grande fogueira erguida na praça central da cidade.

Muito tem sido escrito sobre estas fogueiras. Alguns livros chegam a apresentar Savonarola como sendo um inimigo reacionário das artes em função do que grandes artistas fizeram, como Botticelli, que "queimou muitas de suas telas".⁴⁹ Mas a maioria dos seus biógrafos apresenta Savonarola como um estudioso de amplo entendimento, sendo ele próprio um amante das artes, que não poderia ser culpado dos excessos cometidos nas "fogueiras das vaidades".

D. A Queda

Era inevitável que esse movimento independente por reformas, apesar de poderoso, viesse a colidir com os interesses e com a política do papado. O Papa Alexandre denunciou Savonarola como herege e interditou suas atividades como pregador. Inicialmente Savonarola obedeceu a determinação, mas finalmente disse que Deus lhe havia revelado que não deveria se submeter a um tribunal corrupto, e continuou a pregar. Começava a surgir, também, a oposição do ponto de vista político fazendo com que o frade viesse a perder grande parte do seu antigo apoio popular. "Nesse meio tempo a rivalidade existente entre as ordens monásticas, encorajadas pela corte de Roma, produziu a demanda, ao Papa, de um líder que viesse combater a Savonarola".⁵⁰

Um frade dominicano — Francisco de Apulia — desafiou Savonarola a passar pela fogueira junto com ele para ver qual dos dois contava com a aprovação de Deus. Savonarola recusou o desafio, mas um amigo devoto, Frade Domenic Buonvicino, disse que passaria pela prova em seu lugar. Toda a população de Florença recebeu a notícia com expectativa e alegria. No dia 17 de abril de 1498 uma plataforma foi erguida na praça pública de Florença. Nela foram colocadas grandes pilhas de madeira, separadas por um espaço estreito, o qual deveria ser atravessado pelos frades, enquanto o fogo consumia as fogueiras.

Uma grande discussão ocorreu quando os dois frades chegaram ao local. Os oponentes de Savonarola não queriam permitir que o frade Buonvicino entrasse no corredor de fogo carregando uma cruz. Insistiam que ele deveria percorrer o trajeto sem qualquer forma de proteção divina. A disputa foi ficando acalorada. As horas que se seguiram são descritas da seguinte forma por Jean C. L. Sismond: Várias horas haviam se passado. A multidão, que havia suportado a longa espera, começou a sentir-se faminta, sedenta e a perder a paciência. Repentinamente uma chuva torrencial caiu sobre a cidade vertendo um fluxo considerável de água dos telhados sobre os presentes. As pilhas de madeira ficaram tão encharcadas que não podiam ser colocadas em fogo. A multidão decepcionada, que havia aguardado com tanta impaciência a manifestação de um milagre, começou a dispersar-se com a noção de que havia sido manipulada. Savonarola perdeu todo o seu crédito e passou a ser considerado, daí para frente, como um impostor.⁵¹

Nos dias que se seguiram, o mosteiro foi tomado pelos *Arabbiati*, que se aproveitaram da inconstância da multidão. Savonarola foi preso, juntamente com dois amigos. Juízes foram enviados de Roma por Alexandre VI com a ordem de efetivar a condenação de Savonarola à morte. Iniciou-se um julgamento no qual a utilização de tortura foi freqüente. No dia 23 de maio de 1498, no mesmo local onde seis semanas antes fogueiras haviam sido erguidas antevendo um triunfo, os três monges foram queimados vivos.⁵²

V. Análise da Mensagem e Idéias de Savonarola

A. As Profecias de Savonarola

Muitas pregações de Jerônimo Savonarola chamam a atenção pelo seu caráter "profético". Com isso queremos dizer que elas não se constituíam apenas em exposições dos textos bíblicos e aplicação às condições dos seus ouvintes e do seu tempo. A maioria delas vão mais além e representam verdadeiras predições detalhadas de eventos futuros, principalmente aqueles relacionados com Florença — seus dirigentes e seus invasores — e com a instituição do papado. O fascínio da Savonarola com o futuro começou com o seu estudo do livro de Apocalipse e com as pregações sequenciadas realizadas com base nesse livro da Bíblia.⁵³ Sua pregação nem sempre teve essa característica profética. No início ela era concentrada nas denúncias dos males e na necessidade de arrependimento. "Arrependei-vos!" "O julgamento de Deus não tarda!" "Uma espada está suspensa sobre vossas cabeças!" Todos esses eram temas freqüentes de suas pregações que revelavam intensa sinceridade de coração. Os seus ouvintes, entretanto, começaram a vislumbrar inferências proféticas. As ilustrações e abundantes alegorias passaram a ser rotuladas como sendo "visões", pelos florentinos, que as conectavam com os fatos que haveriam de ocorrer.

Savonarola passou a ser identificado como um "profeta" ao ponto de Pico della Mirandola dizer: "Savonarola pode ler o futuro tão claramente quanto uma pessoa qualquer pode identificar que um pedaço é menor do que a totalidade de uma coisa".⁵⁴ Simplificando um pouco o complicado raciocínio medieval de Mirandola, ele está afirmando que, para Savonarola, a previsão do futuro era tão simples e natural como a mais básica percepção da pessoa comum. Neste estágio inicial, provavelmente Savonarola

apenas apresentou um poder de análise acima da média e uma aguçada conscientização do mal, ou como diz um autor, ele "... viu com maior clareza do que as outras pessoas aquilo que era inevitável".⁵⁵

Com o passar do tempo, entretanto, começou a julgar-se um profeta no sentido de um recebedor de revelações diretas de Deus. Não obstante estar pregando sobre o livro de Apocalipse, Savonarola não foi alertado para a suficiência, tanto do próprio livro,⁵⁶ como da própria Palavra de Deus,⁵⁷ e começou a dar crédito às afirmações populares de que era um visionário, passando até a propagar que possuía tais qualificações. Em seus últimos anos ele profetizou de forma incontrolável, acreditava que tinha visões e demonstrou um comportamento mais característico do fanatismo do que aquele que procede de um cérebro equilibrado.⁵⁸

Esse lado "profético" do ministério e vida de Savonarola foi excessivamente enfatizado tanto pela população, como por ele próprio, em seus últimos anos. O mesmo ocorre com vários de seus biógrafos, que o apresentam como tendo essa característica em toda a sua vida de pregador. Realmente a ênfase nas "visões" não representa o aspecto mais saudável da vida de Savonarola, mas concentração nesse aspecto místico desvia o enfoque daquilo que foi o maior mérito do frade: a denúncia dos males da Igreja Católica e as suas reformas políticas moralizadoras locais.

B. Savonarola e Lutero—Reformadores Similares?

Um ponto aparentemente pacífico, mas que clama por uma reflexão, é a classificação de Savonarola como um reformador ou pré-reformador. Savonarola foi um reformador no sentido de que ele batalhou por pureza moral e lutou contra os males sociais de seu tempo. Com relação à igreja, ele conclamava a uma mudança de *costumes e práticas*. Na esfera política e legal, ele também foi um reformador pois teve o papel principal no estabelecimento de uma nova forma de governo na cidade de Florença, consideravelmente distinta da anterior.

Savonarola, entretanto, *não pode* ser considerado um pré-reformador ou mesmo um reformador eclesiástico no sentido em que o termo tem sido aplicado a Huss, Lutero ou Calvino. No estrito senso da palavra, um reformador deveria ter contribuído de alguma maneira para o restabelecimento das doutrinas bíblicas, ter tido parte ativa na remoção do entulho das tradições humanas que soterraram as verdades da Palavra de Deus. A questão de restauração doutrinária excede à demonstração de um mero zelo moral e sociológico que se apresentam como as características principais de Savonarola. Ela excede até a expressão de intensa sinceridade pessoal, que ele aparentemente possuía.

É verdade que o frade de Florença é freqüentemente apresentado por seus biógrafos como sendo exatamente um reformador. Uma enciclopédia biográfica o descreve como "... um reformador antes da Reforma".⁵⁹ Um historiador da Reforma do Século XVI chama Savonarola de "precursor da Reforma".⁶⁰ O exame mais apurado de suas pregações, entretanto, revela realmente o desejo de uma reforma *moral*, mas não *doutrinária*. Nesse sentido ele não tem paralelo aos reais reformadores.

Ele não assumiu para si o direito de examinar doutrinas mas limitou seus esforços à restauração da disciplina, à reforma da moralidade do clero, a chamar os padres, bem como os demais cidadãos, à prática dos princípios do evangelho.⁶¹

Lutero, comparativamente, também mostrou preocupação quanto aos males morais, mas foi à raiz dos problemas e realizou uma reforma doutrinária que afetou a estrutura completa da Igreja Católica. Na visão de Lutero, a Igreja deveria retornar à pureza doutrinária dos dias dos apóstolos. As reformas morais foram uma conseqüência inevitável dessa ênfase, mas não subsistem como causa perene de mudanças. A própria Igreja Católica teve em seus quadros homens de intensa sinceridade e desejo de reforma moral, mas que conviveram pacificamente com os erros doutrinários, como Erasmo de Roterdã.

Savonarola prendeu-se à prática de certos sacramentos da Igreja, tais como a absolvição sacerdotal de pecados.⁶² Para fazer justiça à sua memória, devemos registrar que no final de sua vida ele escreveu um folheto sobre o Salmo 51 no qual se aproxima consideravelmente da doutrina bíblica (e protestante) da justificação pela fé, mas aí ele já não exercia tanta influência e no máximo o trabalho registra a sua postura pessoal perante essas verdades. Lutero publicou este folheto com um prefácio elogioso.⁶³

Mesmo sem ter iniciado ou tentado iniciar uma reforma doutrinária, os méritos de Savonarola são consideráveis:

- Ele se dissociou completamente da estrutura hierárquica da Igreja Católica Romana e levou consigo aqueles que se colocaram sob sua influência.
- Separando-se da Igreja, naquele época e situação, ele se preservou da contaminação gerada pela corrupção e males morais presentes na organização.
- Por utilizar a Bíblia como fonte primária de suas pregações, em vez da tradição da Igreja, ele transmitiu muitos ensinamentos da Palavra aos florentinos, desenvolvendo uma forma eficaz de comunicação e exortação a uma vida moral.

C. Savonarola e Calvino—Legisladores e Pensadores Semelhantes?

Savonarola regeu Florença durante quatro anos. Depois que os franceses se retiraram da cidade e na véspera das grandes reformas políticas que haveriam de ocorrer, Savonarola dirigiu-se ao povo dizendo: "se vocês querem um bom governo, ele tem que ser derivado de Deus".⁶⁴ Depois de assumir o poder na prática, Savonarola procurou conservar em mente o que havia declarado. Durante esses quatro anos,

...sem abandonar seus próprios assuntos sagrados, sem por um momento abrir mão de sua elevada posição como um profeta e mensageiro de Deus, este homem extraordinário estabeleceu o seu sistema de impostos, sua proposta de anistia geral, e, talvez em sua mais importante ação, o seu plano para formação de uma corte jurídica de apelo contra as sentenças do *Otto*, o corpo de magistrados florentinos que se constituíam nos supremos juizes de todos os casos.⁶⁵

Savonarola foi um legislador competente e intencionou criar em Florença a sua versão moderna de uma teocracia. Por essa razão, ele é freqüentemente comparado com Calvino. Diz um historiador: "Sua posição [em Florença] se assemelhava àquela que Calvino ocupou por um longo tempo em Genebra".⁶⁶ A semelhança, entretanto, se restringe à sua capacidade e realizações como legislador.

Doutrinariamente, Savonarola e Calvino diferem consideravelmente. Na melhor tradição de Tomás de Aquino, Savonarola insistia tanto filosófica como teologicamente, na eficácia e necessidade das boas obras e na irrestrita liberdade do arbítrio humano. Sobre essa questão, Villari traz a seguinte citação de Savonarola: "É o livre arbítrio que distingue o homem dos animais".⁶⁷ Calvino não concordava com essa visão simplista de diferenciação. Na realidade ele ensinou que o livre arbítrio, no sentido de execução de escolhas, não representa essa distinção, uma vez que os próprios animais escolhem o que é necessário ao seu bem-estar. Comentando o próprio pensamento de Tomás de Aquino,⁶⁸ Calvino diz que os da escola de Aquino:

... admitem que o livre arbítrio está ativo somente quando a razão considera possibilidades alternativas. Eles querem dizer, com isso, que o objeto do apetite deve ser influenciado pela escolha e que a deliberação deve preceder o caminho da escolha. Na realidade, se alguém considera esta característica do desejo natural do homem [como livre arbítrio] encontrará que ele tem isso em comum com os animais. Estes também desejam o seu próprio bem-estar e quando confrontam algo bom que apela aos seus sentidos eles o perseguem. Mas o homem não escolhe pela razão e persegue com zelo aquilo que é essencialmente bom para si, de acordo com a excelência de sua natureza imortal...⁶⁹

Em uma outra declaração Savonarola diz:

Nossa vontade não pode ser movida por nenhuma força externa, nem pelas estrelas, nem pelas paixões, nem mesmo por Deus. O Criador não destrói mas preserva, movendo o mundo e todas as coisas criadas de conformidade com as leis de suas próprias naturezas. ⁷⁰

Essa afirmação de Savonarola também contrasta com o ensinamento de Calvino, que, refletindo Paulo e Agostinho, mantém a visão bíblica de que o arbítrio do homem está aprisionado pelo pecado⁷¹ e somente a soberana graça de Deus atinge aqueles que ele escolheu para a redenção. Sobre essa pretensa autonomia humana, defendida por Savonarola, escreve Calvino:

A exaltação do homem em si mesmo é o trabalho do diabo. Não devemos dar lugar a esses pensamentos a não ser que queiramos ouvir os conselhos do inimigo. É um doce pensamento imaginar que temos tanto poder interno que podemos confiar em nós mesmos! Mas não sejamos enganados por essa confiança vazia; sejamos impedidos pelos trechos numerosos e relevantes, das Escrituras, que totalmente nos humilham.⁷²

Existe, portanto, muita necessidade de qualificarmos qualquer paralelo traçado entre Savonarola e Calvino, pois certamente as divergências doutrinárias são fundamentais e não secundárias.

Conclusão

Savonarola foi um reformador político e moral que viveu uma intensa e fascinante controvérsia num período crucial da história. Suas reformas legislativas não sobreviveram a sua própria existência. Seus chamados a uma moralidade de vida sem a base de vidas regeneradas pelo evangelho da graça de Cristo, foram rapidamente sufocados pela pecaminosidade latente dos que o apoiavam, rapidamente transformados em impacientes perseguidores. Sua rejeição da estrutura hierárquica de Roma, por considerações morais, não o levaram a uma reconsideração das doutrinas e desvios de ensino daquela Igreja, tão distanciados das verdades bíblicas.

Savonarola tem o seu lugar de destaque na história, mas sua classificação como pré-reformador ou até como um legítimo reformador ocorre apenas se forçarmos ou romancearmos os registros da história. De modo algum pode ser colocado em paridade com Lutero ou Calvino, que clarificaram as principais doutrinas da Igreja, tornando visíveis e permanentes as distinções que separam os protestantes da tradição Católica Romana.

Podemos até mesmo dizer que Savonarola reconheceu problemas na Igreja e os identificou corretamente, mas não providenciou as respostas, que só poderiam ser extraídas das Escrituras. Lutero e Calvino, por outro lado, fizeram exatamente isso.

English Abstract

Girolamo Savonarola — Doctrinal Reformer or Political Activist?

In this article F. Solano Portela presents an overview of Girolamo Savonarola's life (1452-1498) and message. His main thesis is that his status as a pre-reformer has been exaggerated, especially by his Protestant biographers. After presenting the source material available to the researcher of Savonarola and of his work in Florence, he describes the key points in Savonarola's life and the historical setting in medieval Italy. Continuing, Portela comments on Savonarola's preaching, message, and work by comparing these with Luther and Calvin's. He concludes showing that, in this comparison, there are significant and important differences of approach and doctrine that should prevent the classification of Savonarola as a reformer or pre-reformer, in the strict sense of the term. Portela writes that Savonarola should be recognized as someone that properly identified and courageously confronted the evils of his time. Nevertheless, his attempt at moral and political reforms did not address the real issue. This issue, correctly discerned by Luther and Calvin, was the need for a return to the preaching and doctrines of the Bible as the means to a divine transformation of hearts. According to Portela, spiritual regeneration is what made possible the long lasting changes in life style, church structure and political order achieved through the work of the real reformers.

Notas

1 Base de dados (livros) da Biblioteca do Congresso Norte-americano (*Library of Congress*). O formulário de pesquisa é acessável pela *Internet*, no endereço: <http://lcweb.loc.gov/z3950/mums.html>.

2 Após uma análise e triagem preliminar de duplicidade.

3 Marsilio de Padua, *Savonarola—Defensor Menor*, trad. de Luís Alberto de Boni (Petrópolis: Vozes, 1991). Este livro foi publicado como parte da coleção *Clássicos do Pensamento Político* (Vol 10) e apresenta principalmente a faceta política e legislativa de Savonarola.

4 Pasquale Villari, *Life and Times of Girolamo Savonarola*, trad. do italiano por Linda Villari (London: T. Fisher Unwin, 1888 e N. York: Haskell House Publishers, 1969).

5 Esses livros não estão disponíveis na Biblioteca do Congresso (*Library of Congress*) e não conseguimos dados bibliográficos mais completos sobre os trabalhos.

6 William Henry Crawford, *Girolamo Savonarola, A Prophet of Righteousness*, 2ª ed. (New York: The Abingdon Press, 1907).

7 Ralph Roeder, *Savonarola, A Study in Conscience* (New York: Brentano's, 1930).

8 Mary Putnam Denny, *The Prophet of Florence* (Boston: Richard G. Bodger, 1911), é um trabalho medíocre, de linguagem romântica. Traz algumas citações válidas, mas não é muito preciso do ponto de vista histórico nem interessante como romance. Por outro lado, Margaret Oliphant, *The Makers of Florence* (New York: A. L. Burt, 1989) traz um registro interessante da vida e da influência de Savonarola na cidade de Florença.

9 Entre os livros que trazem boas informações, destacamos: John Symonds, *Renaissance in Italy*, Vol I (New York: Benett A. Cerf, Donald S. Klopfer, 1935); Myron Piper Gilmore, *The World of Humanism* (New York: Harper & Brothers, 1952); e John B. Wolf, *The Emergence of European Civilization* (New York: Harper & Row, 1962).

10 Mario Ferrara, *La Biblia Savonaroliana di S. Maria degli Angeli* (Firenze: L. S. Olschki, 1961).

11 Jerônimo Savonarola, *Lettere e Scritti Apologetici* (Roma: A. Belardetti, 1984).

12 Jerônimo Savonarola, *Compendio di Revelatione Dello Inutile Servo de Iesu Christo Frate Hieronymo da Ferrara Dellordine de Frati Predicatori* (Firenze: Ser Piero Pacini da Pescia, 1496). Esta é a tradução, em italiano, do livro originalmente escrito em Latim

13 Encontramos diferentes datas de nascimento registradas. A maioria das biografias, como a de Villari, apresentam 21 de setembro, mas outros apontam o dia 12 de outubro como a data de seu nascimento. Pelo critério histórico e aprofundado demonstrado no livro *Life and Times of Girolamo Savonarola*, de Pasquale Villari, preferimos extrair dele os principais dados biográficos do frade, para este artigo.

14 Crawford, *Girolamo Savonarola*, 20, 21.

15 Villari, *Life and Times*, 3.

16 Roeder, *Savonarola*, 5.

17 Ibid.

18 Denny, *Prophet of Florence*, 31.

19 Villari, *Life and Times*, 17.

20 Denny, *Prophet of Florence*, 31.

21 Villari, *Life and Times*, 24.

22 Kenneth Scott Latourette, *A History of Christianity* (N. York: Harper & Brothers, 1953) 672.

23 Roeder, *Savonarola*, 39.

24 R. R. Palmer e Joel Colton, *A History of the Modern World* (N. York: Alfred A. Knopf, 1950) 24.

25 Ibid., 61.

26 John B. Wolf, *The Emergence of European Civilization* (N. York: Harper & Row, 1962) 45.

27 *Firenze*, em italiano, fica a 233 km a noroeste de Roma. A cidade ficou conhecida por ser um entreposto comercial e abriga o segundo maior tesouro de arte da Itália, sendo superada só por Roma. (*Encyclopaedia Britannica — "Florence"*)

28 Estatuetas, artefatos de arte e tecidos (seda e lã) — Ibid.

- 29 Joseph R. Strayer, Hans W. Gatzke e E. Harris Harbison, *The Course of Civilization*, Vol. I (N. York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1961) 495.
- 30 Ibid.
- 31 Henry S. Lucas, *The Renaissance and Reformation* (N. York: Harper & Row, 1960) 9.
- 32 Ibid., 11.
- 33 Palmer e Colton, *A History of the Modern World*, 49.
- 34 Ibid., 44.
- 35 Myron Piper Gilmore, *The World of Humanism* (N. York: Harper & Brothers, 1952) 178.
- 36 Citado por Villari, *Life and Times*, 130.
- 37 Ibid.
- 38 Ibid.
- 39 John Addington Symonds, *Renaissance in Italy*, Vol. I (N. York: Bennett Cerf, Donaly Klopfer, 1935) 262.
- 40 Frederic Seebohm, *The Era of the Protestant Revolution* (N. York: Scribner's, 1890) 73.
- 41 Symonds, *Renaissance in Italy*, 265.
- 42 Villari, *Life and Times*, 189.
- 43 The National Alumni, *The Great Events by Famous Historians*, Vol. VIII (N. York: The National Alumni, 1905) 268.
- 44 Ibid., 269.
- 45 Ibid.
- 46 Crawford, *Girolamo Savonarola*, 149.
- 47 Roeder, *Savonarola*, 180.
- 48 Myron Piper Gilmore, *The World of Humanism* (N. York: Harper & Brothers, 1952) 180.
- 49 John B. Wolf, *The Emergence of European Civilization* (N. York: Harper & Row, 1962) 136.
- 50 The National Alumni, *Great Events*, 279.
- 51 The National Alumni, *Great Events*, 281.
- 52 Ibid.
- 53 Vide Savonarola, *Compendio di Revelatione*, mencionado na nota de rodapé nº 10. Um outro livro de compilações diversas que contém citações e comentários dos sermões de Savonarola sobre o Apocalipse é *Imagine e Parola* (Pistoia: Centro Riviste della Provincia Romana, 1989), com 498 pp.
- 54 Citado por John Addington Symonds, *Renaissance in Italy*, 257.
- 55 Ibid.
- 56 Apocalipse 1.19 transmite a idéia de complementação e abrangência do livro bíblico e da própria Palavra: nada parece ser esperado de uma "revelação posterior" — "Escreve pois as coisas que viste [passado], e as que são [presente], e as que não de acontecer depois destas [futuro]".
- 57 No final do próprio livro de Apocalipse (22.18) temos uma condenação das "revelações adicionais" que caracterizaram as mensagens de Savonarola e que são tão comuns nos dias de hoje — "Eu, a todo aquele que ouve as palavras da profecia deste livro, testifico: se alguém lhes fizer qualquer acréscimo, Deus lhe acrescentará os flagelos escritos neste livro".
- 58 Essa compreensão da evolução do pensamento de Savonarola é bem exposta por Frederich Seebohm, *The Era of the Protestant Revolution* (N. York: Charles Scribner's Sons, 1890) 74.
- 59 "Savonarola, Girolamo", em *Appleton's Cyclopaedia of Biography* (N. York: D. Appleton and Co., 1856) 1058.
- 60 George Park Fisher, *The Reformation* (N. York: Charles Scribner's Sons, 1916) 53.
- 61 The National Alumni, *Great Events*, 279.
- 62 Symonds, *Renaissance in Italy*, 265. Vide a descrição do incidente relacionado com a morte de Lorenzo de Medici, no final do ponto IV-A, deste ensaio.
- 63 Fisher, *The Reformation*, 53.
- 64 Margaret Oliphant, *The Makers of Florence* (N. York: Charles Scribner's Sons, 1916) 53.
- 65 Ibid.
- 66 Fisher, *The Reformation*, 53.
- 67 Villari, *Life and Times*, 102.
- 68 *Summa Theologica*, I, LXXXIII, 3.
- 69 João Calvino, *Institutas*, Lv. II, Cap. II, 26 (tradução do autor da versão inglesa de Ford Lewis Battles, *Institutes of the Christian Religion*, ed. John T. McNeill, Vol. II (Philadelphia: Westminster Press, 1960) 286.
- 70 Citado mais uma vez por Villari, *Life and Times*, 102.
- 71 "O arbítrio do homem está aprisionado pelas correntes do pecado," escreve Calvino nas *Institutas*, Lv. II, Cap. II, 7 (McNeill, *Ibid.*, 264).
- 72 Calvino, *Institutas*, Lv. II, Cap. II, 10 (McNeill, *Ibid.*, 268). Sobre a dependência de Deus para o conhecimento espiritual do homem, vide também seções 18-20, no mesmo livro e capítulo das *Institutas*.

Autor: Solano Portela,

Presbítero da Igreja Presbiteriana do Brasil, membro da Igreja Presbiteriana de Santo Amaro, em São Paulo, graduado em Ciências Exatas, fez o mestrado no Biblical Theological Seminary (EUA, 1974). Solano Portela, além de suas atividades no campo empresarial, em São Paulo, é escritor, tradutor e conferencista. Tem tratado de temas da atualidade à luz da Teologia Reformada do século XVI, com fidelidade à Palavra de Deus. É brasileiro, casado com Elizabeth Zekveld Portela (Betty), desde 1973, e tem 3 filhos (David, Daniel e Darius) e uma filha (Grace). Acesse seu excelente site pessoal: www.solanoportela.net

Fonte: <http://www.solanoportela.net/artigos/savonarola.htm>

Os Reformadores

João Calvino



Jean Cauvin, mais conhecido por nós como João Calvino, nasceu em Noyon, França, em 10 de Julho de 1509. Aos 14 anos foi estudar em Paris preparando-se para entrar na universidade. Estudou gramática, retórica, lógica, aritmética, geometria, astronomia e música. Em 1523 foi estudar no famoso Colégio Montaigu.

Em 1528, com 19 anos, iniciou seus estudos em Direito e, depois, em Literatura. Em 1532 escreveu seu primeiro livro, um comentário à obra De Clementia de Sêneca. Em 1533, na reabertura da Universidade de Paris, escreveu um discurso atacando a teologia dos escolásticos e foi perseguido. Possivelmente foi neste período 1533-34 que Calvino foi convertido pelo Senhor, por influência de seu primo Robert Olivétan.

Em 1536, a caminho de Estrasburgo, encontrou uma estrada obstruída, o que o fez passar a noite em Genebra. Como sua fama já o precedia, Farel o encontrou e o convenceu a permanecer em Genebra para implantarem a Reforma

Protestante naquela cidade. Começou a escrever a obra magna da Reforma – As Institutas da Religião Cristã. Em 1538 foi expulso de Genebra e viajou para Estrasburgo, onde trabalhou como pastor e professor. Casou-se com uma viúva anabatista chamada Idelette de Bure. Em 1541 foi convidado a voltar a Genebra. Em 1559 escreveu a edição final das Institutas e, no decorrer de seus poucos anos de vida, escreveu tratados, centenas de cartas, e comentários sobre quase todos os livros da Bíblia.

Em 27 de Maio de 1564, com 55 anos de idade, foi ao encontro do Senhor. O grande Teólogo da Reforma, usado por Deus, influenciou o mundo com seus escritos. Sua piedade e dedicação ao estudo da Palavra são inspiradores. [www.seminariojmc.br]

Ele viveu cinqüenta e quatro anos, dez meses, e dezessete dias, e dedicou metade de sua vida ao sagrado ministério. Ele tinha estatura mediana; a aparência sombria e pálida; os olhos eram brilhante até mesmo na morte, expressando a agudez da sua compreensão.

Theodore Beza

Eu poderia feliz e proveitosamente assentar-me e passar o resto de minha vida somente com Calvino.
Carta de Karl Barth ao amigo Eduard Thurneysen, escrita em 8 de junho de 1922.

Calvino, falando das diversas calúnias que levantavam contra ele, partindo, inclusive, de falsos irmãos, diz:

Só porque afirmo e mantenho que o mundo é dirigido e governado pela secreta providência de Deus, uma multidão de homens presunçosos se ergue contra mim alegando que apresento Deus como sendo o autor do pecado. [...] Outros tudo fazem para destruir o eterno propósito divino da predestinação, pelo qual Deus distingue entre os réprobos e os eleitos.

O que nos chama a atenção na aproximação bíblica de Calvino é, primeiramente, o seu amplo e em geral preciso conhecimento dos clássicos da exegese bíblica, os quais cita com abundância, especialmente Crisóstomo, Agostinho e Bernardo de Claraval. Outro aspecto é o domínio de algumas das principais obras dos teólogos protestantes contemporâneos, tais como Melancton – a quem considerava um homem de “incomparável conhecimento nos mais elevados ramos da literatura, profunda piedade e outros dons [e que por isso] merece ser recordado por todas as épocas” –, Bucer e Bullinger. Contudo, o mais fascinante é o fato de que ele, mesmo se valendo dos clássicos – o que, aliás, nunca escondeu –, conseguiu seguir um caminho por vezes diferente, buscando na própria Escritura o sentido específico do texto: a Escritura interpretando-se a si mesma.¹

Autor: Hermisten Costa

Fonte: Coleção Pensadores cristãos - Calvino de A a Z, Editora Vida, Compre este Livro em <http://www.editoravida.com.br>

Não nos é possível precisar as circunstâncias e data da “súbita conversão” de Calvino.

No que se refere à sua conversão, em 1539 diz:

“Contrariado com a novidade, eu ouvia com muita má vontade e, no início, confesso, resisti com energia e irritação; porque (tal é a firmeza ou descaramento com os quais é natural aos homens resistir no caminho

que outrora tomaram) foi com a maior dificuldade que fui induzido a confessar que, por minha vida, eu estivera na ignorância e no erro” [a].

Na Introdução do seu comentário de Salmos (1557), diz que: “Inicialmente, visto eu me achar tão obstinadamente devoto às superstições do papado, para que pudesse desvencilhar-me com facilidade de tão profundo abismo de lama, Deus, por um ato súbito de conversão, subjuguou e trouxe minha mente a uma disposição suscetível, a qual era mais empedernida em tais matérias do que se poderia esperar de mim naquele primeiro período de minha vida”[b].

Nota:

[a] Juan Calvino, Respuesta al Cardeal Sadoletto, 4ª ed. Barcelona, Fundación Editorial de Literatura Reformada, 1990, p. 63.

[b] João Calvino, O livro de Salmo, São Paulo, Parakletos, 1999, Vol 1, p. 38.

Autor: Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa

Fonte: Nota 1 da página 11, Vol I, As Institutas da Religião Cristã, edição especial, ed. Cultura Cristã, tradução Odayr Olivetti.

Síntese biográfica do reformador João Calvino

João Calvino nasceu em Noyon, nordeste da França, no dia 10 de julho de 1509. Seu pai, Gérard Calvin, era advogado dos religiosos e secretário do bispo local. Aos 12 anos, Calvino recebeu um benefício eclesiástico cuja renda serviu-lhe de bolsa de estudos.

- Em 1523, foi residir em Paris, onde estudou latim e humanidades (Collège de la Marche) e teologia (Collège de Montaigu). Em 1528, iniciou seus estudos jurídicos, primeiro em Orléans e depois em Bourges, onde também estudou grego com o erudito luterano Melchior Wolmar. Com a morte do pai em 1531, retornou a Paris e dedicou-se ao seu interesse predileto - a literatura clássica. No ano seguinte publicou um comentário sobre o tratado de Sêneca De Clementia.
- Calvino converteu-se à fé evangélica por volta de 1533, provavelmente sob a influência do seu primo Robert Olivétan. No final daquele ano, teve de fugir de Paris sob acusação de ser o co-autor de um discurso simpático aos protestantes, proferido por Nicholas Cop, o reitor da universidade. No ano seguinte, voltou a Noyon e renunciou ao benefício eclesiástico. Escreveu o prefácio do Novo Testamento traduzido para o francês por Olivétan (1535).
- Em 1536 veio a lume primeira edição da sua grande obra, As Institutas ou Tratado da Religião Cristã, introduzidas por uma carta ao rei Francisco I da França contendo um apelo em favor dos evangélicos perseguidos. Alguns meses mais tarde, o reformador suíço Guilherme Farel o convenceu a ajudá-lo na cidade de Genebra, que acabara de abraçar a Reforma. Logo, os dois líderes entraram em conflito com as autoridades civis sobre questões eclesiásticas, sendo expulsos em 1538.
- Calvino foi para Estrasburgo, onde residia o reformador Martin Bucer. Atuou como pastor, professor, participante de conferências e escritor. Produziu uma nova edição das Institutas (1539), o Comentário da Epístola aos Romanos, a Resposta a Sadoletto (uma apologia da fé reformada) e outras obras. Casou-se com a viúva Idelette de Bure (falecida em 1549).
- Em 1541, Calvino retornou a Genebra por insistência dos governantes da cidade. Assumiu o pastorado da igreja reformada e escreveu para a mesma as célebres Ordenanças Eclesiásticas. Por catorze anos, enfrentou grandes lutas com as autoridades civis e algumas famílias influentes (os "libertinos"). Apesar de estar constantemente enfermo, desenvolveu intensa atividade como pastor, pregador, administrador, professor e escritor. Produziu comentários sobre quase toda a Bíblia.
- Em 1555, os partidários de Calvino finalmente derrotaram os "libertinos." Os conselhos municipais passaram a ser constituídos de homens que o apoiavam. A Academia de Genebra, embrião da futura universidade, foi inaugurada em 1559. Nesse mesmo ano, Calvino publicou a última edição das Institutas. O reformador faleceu aos 55 anos em 27 de maio de 1564.

Autor: Rev. Alderi Souza de Matos

Fonte: http://www.ipb.org.br/artigos/artigo_inteligente.php?id=21

Acesse seção das Institutas no site www.teologiacalvinista.com

A Reforma Protestante e os Reformadores: Lutero, Úlrico Zwinglio, Guilherme Farel, João Calvino e John Knox.

A partir do ano 1300, o mundo ocidental experimentou um sentimento crescente de nacionalismo. Os povos não queriam sujeitar-se a Roma. Aspiravam ver surgir uma igreja nacional. Esse clima favoreceu o surgimento dos Precursores da Reforma. Eram homens cultos, de vida exemplar, que tinham prazer na leitura e na exposição da Bíblia Sagrada. São chamados precursores porque antecederam aos reformadores e, principalmente, porque não conseguiram superar o legalismo religioso – não descobriram a graça salvadora. Queriam fazer alguma coisa para alcançar a salvação, quando a Bíblia afirma: “Pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie” (Efésios 2.8,9).

Os principais precursores da Reforma foram: João Wyclif (1328?-1384), professor na Universidade de Oxford, na Inglaterra; João Huss (1373?-1415), professor na Universidade de Praga, que foi queimado por causa de sua fé; e Girolano Savonarola (1452-1498), monge dominicano, que foi enforcado e queimado por ordem do Papa Alexandre VI, em Florença, na Itália.

Além dos movimentos liderados pelos Precursores da Reforma, ocorreram outras tentativas de reformar a igreja, mas sem êxito. No século XVI a situação era bastante propícia a uma reforma da igreja. A Europa estava no limiar de uma nova época política e social. Gutemberg revolucionara o processo de impressão de livro; Colombo descobrira a América... E o descontentamento com a igreja persistia. Tudo isso preparava o terreno para a reforma. E Lutero foi o homem que Deus levantou para desencadear o movimento que resultou na Reforma Religiosa do Século XVI.

MARTINHO LUTERO (1483-1546)



Martinho Lutero nasceu no dia 10 de novembro de 1483. Sua família era pobre e ele lutou com muita dificuldade para estudar. Preparava-se para ingressar no curso de Direito, quando resolveu tornar-se monge. Entrou para o mosteiro agostiniano de Erfurt, em 1505, antes de completar 22 anos de idade. Dois anos depois foi ordenado sacerdote. No ano seguinte foi para Wittenberg preparar-se para ser professor na recém-criada universidade daquela cidade. Foi lá que Lutero dedicou-se ao estudo das Escrituras. E ao estudar a Epístola aos Romanos, descobriu que “O justo viverá por fé” (Romanos 1.17). Ele já havia feito tudo que a igreja indicava para alcançar a paz com Deus. Mas sua situação interior só piorava. Ao descobrir a graça redentora, entregou-se a Jesus Cristo, pela fé, e encontrou a paz e a segurança de salvação.

No dia 31 de outubro de 1517, Martinho Lutero afixou, na porta da capela de Wittenberg, as suas 95 teses. Era o início da Reforma.

Lutero tentou reformar a igreja, mas Roma não quis se reformar. Antes o perseguiu violentamente. Em 1521 ele foi excomungado. Neste mesmo ano teve que se esconder durante 10 meses no castelo de Wartburgo, perto de Eisenach, para não ser morto. Depois voltou para Wittenberg, de onde comandou a expansão do movimento de reforma.

Lutero faleceu em Eisleben, no dia 18 de fevereiro de 1546.

ÚLRICO ZWÍNGLIO (1484-1531)



Paralela à reforma de Lutero, surgiu na Suíça um reformador chamado Úlrico Zwinglio. Era mais novo do que Lutero apenas 50 dias, mas tinha formação e idéias diferentes do reformador alemão.

Úlrico Zwinglio nasceu na Suíça, no dia 1º de janeiro de 1484. Seu pai era magistrado provincial. Sua família tinha uma boa posição social e financeira, o que lhe permitiu estudar em importantes escolas daquela época. Estudou na Universidade de Viena, de Basileia e de Berna. Graduou-se Bacharel em Artes, em 1504, e Mestre dois anos depois.

Em 1506 Zwinglio tornou-se padre, embora o seu interesse pela religião fosse mais intelectual do que espiritual. Em 1520 Zwinglio passou por uma profunda experiência espiritual, causada pela morte de um irmão querido. Dois anos depois iniciou um trabalho de pregação do evangelho, baseando-se tão somente na Escritura Sagrada. O Papa Adriano VI proibiu-o de pregar. Poucos meses depois, o governo de Zurique, na Suíça, resolveu apoiar Zwinglio e ordenou que ele continuasse pregando.

Em 1525 Zwinglio casou-se com uma viúva chamada Ana Reinhard. Nesse mesmo ano Zurique tornou-se, oficialmente, protestante. Outros cantões (estados) suíços também aderiram ao protestantismo. As divergências entre estes cantões e os que permaneceram fiéis a Roma iam-se aprofundando.

Em 1531 estourou a guerra entre os cantões católicos e os protestantes, liderados por Zurique. Zwinglio, homem de gênio forte, também foi para o campo de batalha, onde morreu no dia 11 de outubro de 1531.

Zwinglio morreu, mas o movimento iniciado por ele não morreu. Outros líderes deram continuidade ao seu trabalho. Suas idéias foram reestudadas e aperfeiçoadas. As igrejas que surgiram como resultado do

movimento iniciado por Zwinglio são chamadas de igrejas reformadas em alguns países, e igrejas presbiterianas em outros. Dentre os líderes que levaram avante o movimento iniciado por Zwinglio destacam-se Guilherme Farel e João Calvino.

GUILHERME FAREL (1489-1565)



Guilherme Farel nasceu em Gap, província francesa do Delfinado, no ano de 1489. Os seus biógrafos o descrevem como um pregador valente e ousado. Embora sua família fosse aristocrática, ele era rude e tosco. Sua eloquência era como uma tempestade.

Farel converteu-se em Paris. O homem que o levou a Jesus Cristo era seu professor na universidade e se chamava Jacques LeFèvre. Parece que Farel inicialmente não pretendia deixar a Igreja Católica, pois em 1521 ele iniciou um trabalho de pregação sob a proteção do bispo de Meaux, Guilherme Briçonnet. Mas logo depois foi proibido de pregar e expulso da

França, acusado de estar divulgando idéias protestantes.

Em 1524 estava em Basiléia fazendo as suas pregações. Mas a sua impetuosidade o levou a ser expulso da cidade.

Em 1526 Farel iniciou o seu trabalho de pregação na Suíça de fala francesa. Ligou-se aos seguidores de Zwinglio. Conseguiu implantar o protestantismo em vários cantões (estados) suíços. E em 1532 entrou em Genebra pela primeira vez. Sua pregação causou tumulto na cidade. Teve que se retirar... Mas voltou logo depois. E no dia 21 de maio de 1536, a Assembléia Geral declarou a cidade oficialmente protestante.

Mas Genebra aceitara o protestantismo mais por razões políticas que espirituais. E agora Farel tinha uma grande tarefa pela frente: reorganizar a vida religiosa da cidade.

Guilherme Farel era um homem talhado para conquistar uma cidade para o protestantismo. Mas se perdia completamente no trabalho que vinha a seguir. Não sabia planejar, nem organizar, nem liderar, nem pastorear. Mas, felizmente, conhecia suas limitações e convidou João Calvino para reorganizar a vida religiosa de Genebra.

No dia 23 de abril de 1538, Farel e Calvino foram expulsos da cidade. Calvino foi para Estrasburgo, onde pastoreou uma igreja formada por refugiados franceses. Farel foi para Neuchâtel, uma cidade que havia sido conquistada por ele para o Evangelho. Calvino voltou para Genebra em 1541. Farel permaneceu em Neuchâtel, onde faleceu em 1565, com 76 anos de idade.

JOÃO CALVINO (1509-1564)



O homem responsável pela sistematização doutrinária e pela expansão do protestantismo reformado foi João Calvino. O “pai do protestantismo reformado” é Zwinglio. Mas o homem que moldou o pensamento reformado foi João Calvino. Por isso, o sistema de doutrinas adotado pelas Igrejas Reformadas ou Presbiterianas chama-se calvinismo.

João Calvino nasceu em Noyon, Picardia, França, no dia 10 de julho de 1509. Seu pai, Geraldo Calvino, era advogado e secretário do bispado de Noyon. Sua mãe, Jeanne le Franc, faleceu quando ele tinha três anos de idade.

A família Calvino tinha amizade com pessoas importantes. E a convivência com essas famílias levou João Calvino a aprender as maneiras polidas da elite daquela época.

Geraldo Calvino usou o seu prestígio junto ao bispado para conseguir a nomeação de seus filhos para cargos eclesiásticos, conforme os costumes daquela época. Antes de completar doze anos, João Calvino foi nomeado capelão de Lá Gesine, próximo de Noyon. Não era padre, mas seu pai pagava um padre para fazer o trabalho de capelania e guardava os lucros para o filho. Mais tarde essa capelania foi trocada por outra mais rendosas.

Em agosto de 1523, logo depois de ter completado 14 anos, João Calvino ingressou na Universidade de Paris. Ali completou seus estudos de pré-graduação no começo de 1528. A seguir foi para a Universidade de Orléans onde formou-se em Direito.

Em maio de 1531 faleceu Geraldo Calvino. E João, que estudara Direito para satisfazer o pai, resolveu tornar-se pesquisador no campo de literatura e filosofia. Para isto, matriculou-se no Colégio de França, instituição humanista fundada pelo rei Francisco I. Estudou Grego, Latim e Hebraico. Tornou-se profundo conhecedor dessas línguas.

Em 1532 João Calvino lançou o seu primeiro livro: Comentários ao Tratado de Sêneca sobre a Clemência. Os intelectuais elogiaram muito a obra. Era um trabalho de grande erudição. Mas o público ignorou o lançamento – poucos compraram o livro.

João Calvino converteu-se a Jesus Cristo entre abril de 1532 e o início de 1534. Não se sabe detalhes da sua experiência. Mas a partir daí Deus passou a ocupar o primeiro lugar em sua vida.

No dia 1º de novembro de 1533 Nicolau Cop, amigo de Calvino, tomou posse como reitor da Universidade de Paris. O seu discurso de posse falava em reformas, usando linguagem semelhante às idéias de Lutero. E o comentário geral era que o discurso tinha sido escrito por Calvino. O rei Francisco I resolveu agir contra

os luteranos. Calvino e Nicolau Cop foram obrigados a fugir de Paris.

No dia 4 de maio de 1534 Calvino compareceu ao palácio do bispo de Noyon, a fim de renunciar ao cargo de capelão. Foi preso, embora por um período curto. Libertado logo depois, achou melhor fugir do país. E no final de 1535 chegava a Basileia cidade protestante, onde se sentiu seguro.

Em março de 1536 Calvino publicou a sua mais importante obra – Instituição da Religião Cristã. O prefácio da obra era uma carta dirigida ao rei da França, Francisco I, defendendo a posição protestante. Mas a Instituição era apenas uma apresentação ordenada e sistemática da doutrina e da vida cristã. A edição definitiva só foi publicada em 1559.

A Instituição da Religião Cristã, conhecida como Institutas de Calvino, é a mais completa e importante obra produzida no período da Reforma. [Veja a seção [As Institutas](#) do site Teologia Calvinista]

Em julho de 1536 Calvino chegou a Genebra. A cidade tinha se declarado oficialmente protestante no dia 21 de maio daquele ano. E Guilherme Farel lutava para reorganizar a vida religiosa da cidade.

Calvino estava hospedado em uma pensão, quando Farel soube que ele estava na cidade. Foi ao seu encontro e o convenceu a permanecer ali para ajudá-lo na reorganização da cidade.

Calvino era bem jovem – tinha apenas 27 anos. A publicação das Institutas fizera dele um dos mais importantes líderes da Reforma na França. Mas o seu início em Genebra foi muito modesto. Inicialmente ele era apenas um preletor de Bíblia. Um ano depois foi nomeado pregador. Mas enquanto isso elaborava as normas que pretendia implantar e fazer de Genebra uma comunidade modelo.

João Calvino teve muitos adversários e opositores em Genebra. À medida que ele ia apresentando as normas que pretendia implantar na cidade, a fim de torná-la uma comunidade modelo, a oposição ia crescendo. Finalmente a oposição venceu as eleições. E no dia 23 de abril de 1538, Calvino e Farel foram banidos de Genebra.

Calvino foi para Estrasburgo, onde pastoreou uma igreja constituída de refugiados franceses. Ali viveu os dias mais felizes de sua vida. Casou-se. A escolhida se chamava Idelette de Bure. Era holandesa. E viúva.

Genebra, enquanto isso, passava por várias mudanças. Os adversários de Calvino foram derrotados. E, no dia 13 de setembro de 1541, ele entrava novamente em Genebra. Voltava por insistência de seus amigos. Voltava fortalecido. E, enfim, pôde reorganizar a vida religiosa da cidade.

Calvino introduziu o estudo do seu catecismo, o uso de uma nova liturgia, um governo eclesiástico presbiterial, disciplinou a vida civil, estabeleceu normas para o funcionamento do comércio e fez de Genebra uma cidade modelo.

No dia 29 de março de 1549 Idelette faleceu. Mas Calvino continuou o seu trabalho. Pesquisava, escrevia comentários bíblicos e tratados teológicos, administrava, pastoreava, incentivava...

Em 1559 fundou a Academia Genebrina – a Universidade de Genebra. Jovens de vários países vieram estudar ali e levaram a semente do evangelho na volta à sua terra. Esses jovens se espalharam pela França, Países Baixos, Inglaterra, Escócia, Alemanha e Itália.

João Calvino faleceu em Genebra, no dia 27 de maio de 1564. Mas a sua obra permaneceu viva. [Veja a seção [João Calvino](#) e [As Institutas](#)]

JOHN KNOX (1505/15?-1587)



Os seguidores do movimento iniciado por Zwinglio e estruturado por Calvino se espalharam imediatamente por toda a Europa. Na França eles eram chamados de huguenotes; na Inglaterra, puritanos; na Suíça e Países Baixos, reformados; na Escócia, presbiterianos.

A Escócia é uma país muito importante na história do protestantismo reformado. Foi lá que surgiu o nome presbiteriano. Por isto, alguns livros de história afirmam que o presbiterianismo nasceu na Escócia.

O grande nome da reforma escocesa é John Knox. Pouco se sabe a respeito dos primeiros anos de sua vida. Supõe-se que tenha nascido entre os anos 1505 a 1515. Estudou teologia e foi ordenado sacerdote, possivelmente em 1536. Não se sabe quando e em que circunstâncias ocorreu a sua conversão. Em 1547 foi levado para a França, onde ficou preso dezoito meses, por causa de sua fé. Libertado, foi para a Inglaterra, onde exerceu o pastorado por dois anos. Em 1554 teve que fugir da Inglaterra, indo, inicialmente, para Frankfurt, e depois para Genebra, onde foi acolhido por Calvino. Em 1559 voltou para a Escócia, onde liderou o movimento de reforma religiosa. Sua influência extrapolou a área religiosa, atingindo também a vida política e social do país. Sob a sua influência, o parlamento escocês declarou o país oficialmente protestante, em dezembro de 1567. A igreja organizada por ele e seus auxiliares recebeu o nome de Igreja Presbiteriana. John Knox faleceu no dia 24 de novembro de 1587.

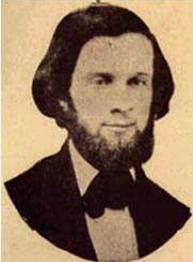
O presbiterianismo foi levado da Escócia para a Inglaterra; de lá, para os Estados Unidos da América.

Em 1726 teve início um grande despertar espiritual nos Estados Unidos. Este despertar levou os presbiterianos a se interessarem por missões estrangeiras. Missionários foram enviados para vários países, inclusive o Brasil. No dia 12 de agosto de 1859 chegou ao nosso país o primeiro missionário

presbiteriano: Ashbel Green Simonton. [Este foi fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil www.ipb.org.br .]

Autor: Rev. Adão Carlos Nascimento
Igreja Presbiteriana de Campinas, site <http://www.ipcamp.org.br>

ASHBEL GREEN SIMONTON Rev. (1833-1867) - Fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil



Ashbel Green Simonton (1833-1867), o fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil, nasceu em West Hanover, no sul da Pensilvânia, e passou a infância na fazenda da família, denominada Antigua. Eram seus pais o médico e político William Simonton e D. Martha Davis Snodgrass (1791-1862), filha de um pastor presbiteriano. Ashbel era o mais novo de nove irmãos. Os irmãos homens (William, John, James, Thomas e Ashbel) costumavam denominar-se os "quinque fratres" (cinco irmãos). Um deles, James Snodgrass Simonton, quatro anos mais velho que Ashbel, viveu por três anos no Brasil e foi professor na cidade de Vassouras, no Rio de Janeiro. Uma das quatro irmãs, Elizabeth Wiggins Simonton (1822-1879), conhecida como Lille, veio a casar-se com o Rev. Alexander Latimer Blackford, vindo com ele para o Brasil.

Em 1846, a família mudou-se para Harrisburg, a capital do estado, onde Ashbel concluiu os estudos secundários. Após formar-se no Colégio de Nova Jersey (a futura Universidade de Princeton), em 1852, o jovem passou cerca de um ano e meio no Mississipi, trabalhando como professor. Voltando para o seu estado, teve profunda experiência religiosa durante um avivamento em 1855 e ingressou no Seminário de Princeton, fundado em 1812. No primeiro semestre de estudos, ouviu na capela do seminário um sermão do Dr. Charles Hodge, um dos seus professores, que despertou o seu interesse pela obra missionária no exterior. Concluídos os estudos, foi ordenado em 1859 e chegou ao Brasil no dia 12 de agosto do mesmo ano.

Pouco depois de organizar a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro (12/01/1862), o jovem missionário seguiu em viagem de férias para os Estados Unidos, vindo a casar-se com Helen Murdoch, em Baltimore. Regressaram ao Brasil em julho de 1863. No final de junho do ano seguinte, Helen faleceu nove dias após o nascimento da sua filhinha, que recebeu o seu nome. Helen Murdoch Simonton, a filha única do Rev. Simonton, nunca se casou e faleceu aos 88 anos no dia 7 de janeiro de 1952. Com o passar dos anos, Simonton criou o jornal Imprensa Evangélica (1864), organizou o Presbitério do Rio de Janeiro (1865) e fundou o Seminário Primitivo (1867), este último localizado em um edifício de vários pavimentos junto ao Campo de Santana.

No final de 1867, sentindo-se adoentado, o missionário pioneiro seguiu para São Paulo, onde sua irmã e seu cunhado criavam a pequena Helen. Seu estado de saúde agravou-se e ele veio a falecer no dia 9 de dezembro, acometido de "febre biliosa", conforme consta do seu registro de sepultamento. Seu túmulo foi um dos primeiros do ainda recente Cemitério dos Protestantes, no bairro da Consolação. Anos depois, foram sepultados perto dele os ossos do ex-sacerdote Rev. José Manoel da Conceição (1822-1873), o primeiro pastor evangélico brasileiro. Simonton e Conceição, um americano e um brasileiro, foram os personagens mais notáveis dos primórdios do presbiterianismo no Brasil.

Autor e Fonte: Portal IPB - http://www.ipb.org.br/quem_somos/historia_ipb_fotos.php3

Credos Reformados

Os credos da Reforma

Importância e objetivo dos credos

Os credos da Reforma são as confissões de fé e os catecismos produzidos nesse período ou sob sua inspiração teológica.

Os séculos IV e V foram para a elaboração dos credos [[Credo de Nicéia](#), [Credo de Calcedônia](#)] o que os séculos XVI e XVII foram para a feitura das confissões e dos catecismos. A razão parece evidente: na Reforma, as igrejas logo sentiram a necessidade de formalizar a fé, apresentando sua interpretação sobre diversos assuntos que as distinguiam da Igreja Romana. Com o tempo, surgem outras denominações, que

discordavam entre si sobre alguns pontos, o que gerou a necessidade de estabelecer princípios doutrinários próprios.

Calvino afirmou que a fé deve ser "explícita", mas ressaltou que muito do que cremos permanecerá nesta vida de forma implícita por duas razões: a) nem tudo foi revelado por Deus; b) nossa ignorância e pequenez espiritual. Por isso, o ensino e estudo constantes da Palavra do Senhor são necessários, a fim de que cada homem, responsável diante de Deus, tenha condições de se posicionar diante do Criador de forma consciente. [15] A fé explícita é patenteada pela Igreja mediante o ensino da Palavra.

Essa necessidade determina o uso da razão, a fim de apresentar a doutrina de forma mais razoável possível e simples ao mesmo tempo. Amplitude e simplicidade são dois marcos do ensino ortodoxo. O ser humano é responsável diante de Deus, a quem dará contas de si mesmo; portanto, tendo oportunidade, ele precisa conhecer devidamente a Palavra do Senhor em toda a plenitude revelada.

Essas declarações de fé precisavam ser, até certo ponto, completas e simples, para que o cristão não iniciado nas questões teológicas pudesse entender o que estava sendo dito, confrontar esse ensinamento com as Escrituras e assim compreender bíblicamente sua fé. Esta não deveria ser apenas "implícita", [16] mas "explícita".

Os catecismos

Nesse contexto e com objetivos eminentemente didáticos surgem os catecismos (do gr. katekhéo = "ensinar", "instruir", "informar"; cf. Lc 1:4; At 18:25; 21:21,24; Rm 2:18; 1Co 14:19; Gl 6:6), constituídos, em boa parte, de perguntas e respostas. Até o século XVI, a palavra catecismo não fora usada nesse sentido. [17] Os catecismos visavam à instrução de crianças e adultos, e isso contribuiu decisivamente para sua proliferação, sendo que a maioria jamais passou da forma manuscrita, visto que muitos pastores os elaboravam apenas para a congregação local, objetivando atender necessidades doutrinárias.

A primeira obra a receber o título catecismo foi o de Andreas Althamer (c. 1500-1539) em 1528. [18] Os mais influentes no século XVI foram, porém, os de Lutero (1483-1546): o Catecismo maior (1529) e o Catecismo menor (1529), em cujo prefácio Lutero declara por que o redigiu e apresenta sugestões de como ensiná-lo à congregação. Ele quase sempre inicia os capítulos com este teor: "Como o chefe de família deve ensiná-lo com toda a simplicidade à sua casa", e outras expressões afins. A respeito de suas motivações, ele declarou: *A lamentável e mísera necessidade experimentada recentemente, quando também eu fui visitador, [19] é que me obrigou e impulsionou a preparar este catecismo ou doutrina cristã nesta forma breve, simples e singela. Meu Deus, quanta miséria não vi! O homem comum simplesmente não sabe nada da doutrina cristã, especialmente nas aldeias. E, infelizmente, muitos pastores são de todo incompetentes e incapazes para a obra do ensino. [...] Não sabem nem o Pai-Nosso, nem o Credo, nem os Dez Mandamentos.* [20]

Mais tarde, Calvino elaborou um catecismo intitulado Instrução e confissão de fé, segundo o uso da Igreja de Genebra (1536-1537). [21] Desde 1561, todo ministro da igreja deveria jurar fidelidade aos ensinamentos nele expressos e comprometer-se a ensiná-los.

As confissões

Basicamente, as confissões não foram feitas para a instrução na fé cristã (essa era a função dos catecismos). Elas poderiam ser produzidas individualmente para uso privado (A segunda confissão helvética); por um concílio de uma igreja em particular (Cânones de Dort); por um indivíduo que age como representante de sua igreja (Confissão de Augsburg); por um grupo de teólogos convocados pelo Estado (Confissão de Westminster); ou escrita como defesa de sua fé durante terrível perseguição (A confissão dos valdenses) etc.

Não havia regra para a elaboração de uma confissão; os contextos eram variados. Apesar de haver motivações comuns a todas elas, existiam circunstâncias especiais que conduziam a determinadas ênfases, especialmente no que se refere às questões relativas ao governo e à Igreja Romana.

Isso levanta o problema da unificação das confissões. Em 1530, Carlos V, imperador da Alemanha, convoca a Dieta de Augsburg, cujo objetivo era a unificação político-religiosa dos seus domínios. Nasceu então a Confissão de Augsburg, redigida por Melanchthon, com o consentimento de Lutero. O imperador não a aceitou e proibiu sua divulgação; mesmo assim, em pouco tempo, ela foi propagada em toda a Alemanha.

Calvino entende que a divergência em questões secundárias não deve servir de pretexto para a divisão da igreja; afinal, todos, sem exceção, estão envoltos de "alguma nuvenzinha de ignorância". [22] Após argumentar contra aqueles que chamavam os reformados de hereges, ele ressalta que a unidade cristã deve ser na Palavra, baseando-se em Efésios 4:5, Filipenses 2:1,5 e Romanos 15:5. [23]

Para os irmãos refugiados em Wezel (Alemanha), que sofriam diversas pressões dos luteranos e sobreviviam numa pequena igreja reformada, Calvino, em 1554, os consola mostrando que, apesar dos

grandes problemas pelos quais passavam o mundo, Deus lhes havia concedido um lugar onde poderiam adorar a Deus em liberdade. Também os desafia a não abandonarem a igreja por pequenas divergências nas práticas cerimoniais, sendo tolerantes a fim de preservar a unidade. Contudo, os exorta a jamais fazerem acordos em pontos doutrinários. [24] Mesmo desejando a paz e a concórdia, Calvino entendia que essa paz nunca poderia ser em detrimento da verdade, pois, se assim fosse, essa "paz" seria maldita. [25]

Respondendo a uma carta de Thomas Cranmer (1489-1556) [26] convidando-o para uma reunião com o objetivo de preparar um credo que fosse consensual para as igrejas reformadas, Calvino, mesmo não podendo ir, o encoraja a manter esse objetivo. [27] A certa altura diz: "... Estando os membros da Igreja divididos, o corpo sangra. Isso me preocupa tanto que, se pudesse fazer algo, eu não me recusaria a cruzar até dez mares, se necessário fosse, por essa causa". [28]

Já no século XVII, algum progresso nesse sentido é evidente, através de formulações doutrinárias mais completas e também após passar o primeiro ardor apaixonado e exclusivista, ainda que surgissem novos debates teológicos nos séculos XVII e XVIII, no período denominado "ortodoxia protestante". Mesmo assim, as diferenças permaneceram, mas não ferem pontos cruciais da Reforma, como: A Bíblia como autoridade final, a justificação pela graça mediante a fé, o sacerdócio universal dos santos, a suficiência do sacrifício de Cristo para nos salvar etc.

Assim, os credos da Reforma tinham três objetivos específicos:

01. Evidenciar os fundamentos bíblicos de seus ensinamentos.
02. Demonstrar que suas doutrinas estavam em acordo com os principais credos da Igreja (Apostólico, Niceno, Constantinopolitano).
03. Demarcar sua posição teológica em relação à teologia romana e às demais correntes provenientes da Reforma.

As confissões provenientes da Reforma (sécs. XVI e XVII) são divididas em dois grupos: luteranas e calvinistas (reformadas).

Principais catecismos e confissões: subsídios históricos

Confissão gaulesa (1559)

Foi escrita por Calvino e seu discípulo Antoine de la Roche Chandieu (De Chandieu) (1534-1591), provavelmente com a ajuda de Theodore Beza (1519-1605) e Pierre Viret (1511-1571). No Sínodo Geral de Paris (26-28/5/1559), reunido secretamente, ela foi revista e ampliada. Calcula-se que a França possuía 400 mil protestantes, [29] existindo em fins de 1561 mais de 670 igrejas calvinistas. [30]

Em 1571, realizou-se o Sétimo Sínodo Nacional de La Rochelle, no qual essa confissão foi revisada, reafirmada e solenemente sancionada por Henrique IV, passando a ser chamada também de Confissão de Rochelle. A Confissão gaulesa influenciou profundamente a Confissão belga (1561) e a Confissão dos valdenses (1655).

Confissão escocesa (1560)

Foi escrita sob a liderança de John Knox (1505-1572) e adotada pelo Parlamento escocês em 17/8/1560, sendo ratificada em 1567. Em 1572, todos os ministros tiveram de subscrevê-la. Ela permaneceu como confissão oficial da Igreja Reformada Escocesa até 1647, quando então a Igreja adotou a Confissão de Westminster.

Confissão belga (1561)

Inspirada na Confissão gaulesa, foi escrita em francês em 1561 por Guido (ou Guy, Wido) de Brès (1523-1567) e outros, sendo revisada e publicada em holandês em 1562, chegando a ocupar lugar de suma importância na Igreja Reformada Holandesa. [31] Foi aprovada no Sínodo de Antuérpia (1566), no de Ambères (1566; após revisão) e em Wessel (1568), e adotada pelo Sínodo Reformado de Emden (1571), pelo Sínodo Nacional de Dort (1574), Middelburg (1581) e pelo grande Sínodo de Dort (29/4/1619), que a sujeitou a minuciosa revisão, comparando a tradução holandesa com o texto francês e latino. Foi traduzida para o holandês (1562) e para o inglês (1768).

A Confissão belga e o Catecismo de Heidelberg (veja mais adiante) são os símbolos de fé das Igrejas Reformadas na Holanda e Bélgica, sendo também o padrão doutrinário da Igreja Reformada na América e na Igreja Evangélica Reformada Holandesa no Brasil.

Trinta e nove artigos da Igreja da Inglaterra (1563)

Em 1552, o arcebispo de Cantebury, Thomas Cranmer, elaborou com outros clérigos Quarenta e Dois Artigos da Religião; após minuciosa revisão, foram publicados em 1553 sob a autoridade do rei da

Inglaterra, Eduardo vi. Mais tarde, esses Artigos foram revistos e reduzidos a 39 pelo arcebispo de Cantebury, Matthew Parker (1504-1575), e outros bispos. Esse trabalho de revisão e redução foi ratificado pelas duas Casas de Convocação, sendo os Trinta e nove artigos publicados por autoridade do rei em 1563. Em 1571, tornou-se obrigatória a subscrição desses Artigos por todos os ministros ingleses.

Os Trinta e nove artigos e o Livro de oração comum (1549) são os símbolos de fé da Igreja da Inglaterra e, com algumas alterações, das demais igrejas da Comunhão Anglicana.

Catecismo de Heidelberg (1563)

Foi escrita por dois jovens teólogos: Caspar Olevianus (1536-c. 1587), professor de teologia na Universidade de Heidelberg, que recebeu influência de Melancton e de Peter Martyr Vermigli (1560-1562), e Zacharias Ursinus (1534-1583), ex-aluno de Melancton, em Wittenberg (1550-1557), e amigo de Calvino.

No prefácio da primeira edição, Frederico III, o "Piedoso" (1515-1576), estabeleceu três propósitos para esse catecismo: 1) instrução catequética; 2) guia para pregação; e 3) forma confessional de unidade. Ele foi o primeiro príncipe alemão a adotar um credo reformado distinto do luterano.

Adotado por um Sínodo de Heidelberg (19/1/1563), esse catecismo foi aceito também na Escócia, servindo de modo especial para o ensino das crianças. O Sínodo de Dort também o aprovou. Heidelberg é o símbolo das igrejas reformadas da Alemanha, da Holanda, dos Estados Unidos e do Brasil.

Os dois pontos fortes desse catecismo são o aspecto não polêmico (com exceção da pergunta 80) e o tom pastoral; suas respostas são uma declaração pessoal de fé, tendo as verdades teológicas aplicação bem direta às necessidades cotidianas do povo de Deus.

Por ter sido traduzido para todas as línguas européias e muitas asiáticas, P. Schaff (1819-1893) diz que Heidelberg "tem o dom pentecostal de línguas em raro grau". [32]

Segunda confissão helvética (1562-1566)

Foi primariamente elaborada em latim, em 1562, pelo amigo, discípulo e sucessor de Zuínglio (1484-1531), Henry Bullinger (1504-1575). Em 1564, quando a peste voltou a atacar em Zurique, Bullinger perdeu a esposa e as três filhas. Ele mesmo ficou doente, mas foi curado. Nesse ínterim, fez a revisão da confissão de 1562. Como espécie de testamento espiritual, anexou-a ao seu testamento, para ser entregue ao magistrado da cidade, caso falecesse. Essa confissão foi traduzida para vários idiomas (incluindo o árabe) e teve ampla aceitação em diversos países, sendo também adotada na Escócia (1566), Hungria (1567), França (1571) e Polônia (1578). Tornou-se "o elo [...] para as igrejas calvinistas espalhadas por toda a Europa". [33]

Cânones de Dort (1618-1619)

O Sínodo de Dort reuniu-se por autoridade dos Estados Gerais dos Países Baixos, em Dordrecht, Holanda, de 13/11/1618 a 9/5/1619. O Sínodo foi constituído de 35 pastores, um grupo de presbíteros das igrejas holandesas, 5 catedráticos de teologia dos Países Baixos, 18 deputados dos Estados Gerais e 27 estrangeiros, de diversos países da Europa, tais como Inglaterra, Alemanha, França e Suíça. Dort rejeitou os chamados "Cinco pontos do arminianismo". [34] Os Cânones de Dort foram aceitos por todas as igrejas reformadas como expressão correta do sistema calvinista.

Seguindo J. I. Packer, [35] podemos resumir o sistema arminiano e calvinista da seguinte forma:

Cinco pontos do arminianismo	Cinco pontos do calvinismo
1. O homem nunca é de tal modo corrompido pelo pecado que não possa crer salvaticamente no evangelho, uma vez que este lhe seja apresentado.	1. O homem decaído, em seu estado natural, não tem capacidade alguma para crer no evangelho, tal como lhe falta toda a capacidade para dar crédito à lei, a despeito de toda indução externa que sobre ele possa ser exercida.
2. O homem nunca é de tal modo controlado por Deus que não possa rejeitá-lo.	2. A eleição de Deus é uma escolha gratuita, soberana e incondicional de pecadores, como pecadores, para que venham a ser redimidos por Cristo, para que venham a receber fé e para que sejam conduzidos à glória.

3. A eleição divina dos que serão salvos alicerça-se sobre o fato da provisão divina de que eles haverão de crer, por sua própria deliberação.	3. A obra remidora de Cristo teve como sua finalidade e alvo a salvação dos eleitos.
4. A morte de Cristo não garantiu a salvação para ninguém, pois não garantiu o dom da fé para ninguém (e nem mesmo existe tal dom); o que ela fez foi criar a possibilidade de salvação para todo aquele que crê.	4. A obra do Espírito Santo, ao conduzir os homens à fé, nunca deixa de atingir o seu objetivo.
5. Depende inteiramente dos crentes manterem-se em um estado de graça, conservando a sua fé; os que falham nesse ponto desviam-se e se perdem.	5. Os crentes são guardados na fé na graça pelo poder inconquistável de Deus, até que eles cheguem à glória.

Acesse a seção de [Confissões/Catecismos](#) do site www.teologiacalvinista.com

Confissão de Westminster e catecismos (1647-1648)

A Confissão de Westminster, o Catecismo maior (1648) e o Catecismo menor (1647) foram redigidos na Inglaterra, na Abadia de Westminster, por convocação do Parlamento. A assembléia funcionou de 1º/7/1643 a 22/2/1649. O objetivo primário era a revisão dos Trinta e nove artigos. Trabalharam no texto da confissão 121 teólogos e 30 leigos nomeados pelo Parlamento (20 da Casa dos Comuns e 10 da Casa dos Lordes), 8 representantes escoceses, 4 pastores e 4 presbíteros, "os melhores e mais preclaros homens que possuía". [36]

Os principais debates não foram de ordem teológica (quase todos eram calvinistas), mas sobre o governo da Igreja. "Embora houvesse diversidade quanto à Eclesiologia, havia unidade quanto à Soteriologia". [37] Nesse ponto, havia quatro partidos: episcopais, presbiterianos, independentes (congregacionais) e erastianos. [38] Esses últimos entendiam que o trabalho do pastor era o de ensino; o pastor é o mestre. Prevaleceu, no entanto, o sistema presbiteriano de governo.

O Breve catecismo foi elaborado para instruir as crianças; o Catecismo maior, especialmente para a exposição no púlpito, mas não exclusivamente. Eles substituíram em grande parte os catecismos e as confissões mais antigos adotados pelas igrejas reformadas de fala inglesa. Apesar de a teologia dos catecismos e da Confissão de Westminster ser a mesma, sendo por isso sempre adotados os três, parece que os mais usados são o Catecismo menor e a Confissão.

Esses credos foram logo aprovados pela Assembléia Geral da Igreja da Escócia. Eles tiveram e têm grande influência no mundo de fala inglesa, máxime entre os presbiterianos embora também tenham sido adotados por diversas igrejas batistas e congregacionais. No Brasil, esses credos são adotados pela Igreja Presbiteriana do Brasil, Presbiteriana Independente e Presbiteriana Conservadora.

O uso de catecismos e confissões reformados

Limites

Os credos evangélicos no que se refere à formulação doutrinária são relevantes. Depreciá-los "é uma negação prática da direção que no passado deu o Espírito Santo à Igreja". [39] contrapartida, temos de entender aliás, como sempre foi entendido pelos reformados que os credos têm limite; eles são uma resposta do homem à Palavra de Deus e sumariam os artigos essenciais da fé cristã. Dessa forma, os credos pressupõem a fé, mas não a geram; esta é obra do Espírito Santo através da Palavra (Rm 10:17).

Os credos baseiam-se na Palavra, mas não são a Palavra nem isso foi cogitado por seus formuladores; eles não podem substituir a Bíblia; somente ela gera vida pelo poder de Deus (1Pe 1:23; Tg 1:18). Para os reformados, os credos têm autoridade decorrente das Escrituras; seu valor não é intrínseco, mas extrínseco: eles são recebidos e cridos enquanto permanecem fiéis à Bíblia; assim, a autoridade deles é relativa. Para que então os credos, se temos a Bíblia? O dr. A. A. Hodge (1823-1886) apresenta relevante observação: *Todos os que estudam a Bíblia fazem isso necessariamente no próprio processo de*

compreender e coordenar seu ensino; e pela linguagem de que os sérios estudantes da Bíblia se servem em suas orações e outros atos de culto, e na sua ordinária conversação religiosa, todos tornam manifesto que, de um ou outro modo, acharam nas Escrituras um sistema de fé tão completo como no caso de cada um deles lhe foi possível. Se os homens recusarem o auxílio oferecido pelas exposições de doutrinas elaboradas e definidas vagarosamente pela Igreja, cada um terá de elaborar o próprio credo, sem auxílio e confiando apenas na sua sabedoria. A questão real entre a Igreja e os impugnadores de credos humanos não é, como eles muitas vezes dizem, uma questão entre a Palavra de Deus e os credos dos homens, mas é questão entre a fé provada do corpo coletivo do povo de Deus e o juízo privado e a sabedoria não auxiliada do objeto individual. [40]

Os credos são somente aproximação e relativa exposição correta da verdade revelada. Eles podem ser modificados pelo progressivo conhecimento da Bíblia, que é infalível e inesgotável. Por isso, não devemos tomá-los como autoridade final para definir um ponto doutrinário: os limites da reflexão teológica estão na Palavra. Os credos não estabelecem o limite da fé, antes a norteiam. As Escrituras sempre serão mais ricas que qualquer pronunciamento eclesiástico, por mais bem elaborado e mais fiel que seja à Bíblia. A firmeza e vivacidade da teologia reformada estão justamente em basear seu sistema em todo o desígnio de Deus, submetendo-o ele, que fala através da sua Palavra. A Confissão de Westminster diz:

O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas, e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo, em cuja sentença nos devemos firmar, não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura. [41]

Valor e importância

A idéia de credos desagrada a muitas pessoas, que os imaginam como empobrecimento espiritual ou amordaçamento do Espírito etc. Nessa perspectiva, a doutrina tem pouco valor; o que importa é a "vida cristã". Daí as ênfases nas "experiências" que, via de regra, pretendem convalidar a Palavra ou num "evangelho" puramente ético-social. Todavia, ambos os comportamentos equivocados pecam por não compreender que a base da vida cristã autêntica é a sólida doutrina vivenciada (cf. 1Tm 4:16). Esse ponto foi salientado por D. M. Lloyd-Jones (1899-1981):

Toda a doutrina cristã visa levar, e foi destinada a levar a um bom resultado prático. [...] A doutrina visa levar-nos a Deus, e a isso foi destinada. Seu propósito é ser prática [...] a nossa vida cristã nunca será rica, se não conhecermos e não aprendermos a doutrina. [42]

Você não poderá ser santo se não conhecer bem a doutrina. Doutrina é a ligação direta que leva à santidade. É somente quando compreendemos estas verdades fundamentais que podemos atender ao apelo lógico para a conduta e o comportamento agradáveis a Deus. [43]

Os elementos a seguir atestam a importância e o valor dos credos:

1. Facilitam a confissão pública de nossa fé.
2. Oferecem de forma abreviada o resultado de um processo cumulativo da história, reunindo as melhores contribuições de servos de Deus na compreensão da verdade. A ciência não é privilégio de um povo ou de um indivíduo. Todo cientista usando a figura de João de Salisbury (c. 1110-1180) equivale a um anão nos ombros de gigantes, valendo-se das contribuições dos predecessores, a fim de poder enxergar um pouco além deles. Podemos aplicar essa figura à teologia e à tradição, como o fez J. I. Packer: "A tradição nos permite ficar sobre os ombros de muitos gigantes que pensaram sobre a Bíblia antes de nós. Podemos concluir pelo consenso do maior e mais amplo corpo de pensadores cristãos, desde os primeiros pais até o presente, como recurso valioso para compreender a Bíblia com responsabilidade. Contudo, tais interpretações (tradições) jamais serão finais; precisam sempre ser submetidas às Escrituras para mais revisão". [44]
3. São uma exigência natural da própria unidade da Igreja, que exige acordo doutrinário (Ef 4:11-14; Fp 1:27; 1Co 1:10; Jd 3; Tt 3:10; Gl 1:8-9; 1Tm 6:3-5).
4. Visto que o cristianismo é um modo de vida fundamentado na doutrina, os credos oferecem uma base sintetizada para o ensino das doutrinas bíblicas, facilitando sua compreensão, a fim de que os cristãos sejam habilitados para a obra de Deus. Spener (1635-1705), luterano e "fundador" do "Pietismo" que se opunha ao "escolasticismo protestante", insistia com os pastores em que ensinem às crianças e aos adultos, com as Escrituras, o Catecismo menor, de Lutero, visto ser fundamental para a sedimentação da fé. [45]
5. Preservam a doutrina bíblica das heresias surgidas no decorrer da história, revelando-se de grande utilidade, especialmente nas questões controversas, dando-nos uma exposição sistemática e norteadora a respeito do assunto.
6. No que se refere à compreensão bíblica, permitem distinguir nossas igrejas das demais.

7. Servem de elemento regulador do ensino ministrado na Igreja, bem como de seu governo, disciplina e liturgia. James Orr (1844-1913), na obra-prima *O progresso do dogma*, disse: "... A idade da Reforma se destacou por sua produtividade de credos. Faremos bem se não menosprezarmos o ganho que resulta para nós destas criações do espírito do século xvi. Cometeremos grave equívoco se, seguindo uma tendência prevalecente [1897], nos permitirmos crer que são curiosidades arqueológicas. Estes credos não são produtos ressecados como o pó, senão que surgiram de uma fé viva, e encerram verdades que nenhuma Igreja pode abandonar sem certo detrimento de sua própria vida. São produtos clássicos de uma época que se comprazia em formular credos, com o qual quero dizer, uma época que possuía uma fé que é capaz de definir-se de modo inteligente, e pela qual está disposta a sofrer se for necessário e que, portanto, não pode por menos que expressar-se em formas que não tenham validade permanente [...]. Estes credos se têm mantido erguidos como testemunhos, inclusive em período de decaimento, às grandes doutrinas sobre as quais foram estabelecidas as Igrejas; têm servido como baluartes contra os assaltos e a desintegração; têm formado um núcleo de reunião e reafirmação em tempos de avivamento; e talvez têm representado sempre com precisão substancial a fé viva da parte espiritual de seus membros...". Os credos da Reforma dão, e praticamente pela primeira vez, uma exposição conjunta de todos os grandes artigos da doutrina cristã.

8. Servem de desafio para que continuemos a caminhada na preservação da doutrina e na aplicação das verdades bíblicas aos novos desafios de nossa geração, integrando-nos à nobre sucessão dos que amam a Deus e sua Palavra e que buscam entendê-la e aplicá-la, em submissão ao Espírito, à vida da Igreja. Uma tradição saudável tem compromisso com o passado na geração do futuro. [46] Portanto, "o conservadorismo criativo utiliza-se da tradição, não como autoridade final ou absoluta, mas como recurso importante colocado à nossa disposição pela providência de Deus, a fim de nos ajudar a entender o que a Escritura está nos dizendo sobre quem é Deus, quem somos nós, o que é o mundo ao nosso redor e o que fomos chamados para fazer aqui e agora". [47]

O Antigo e o Novo Testamento usaram esse recurso para auxiliar os crentes na vida doutrinária e prática cristã, expressando também o que a Igreja cria. A teologia reformada honra a Bíblia e os credos da Igreja, enquanto estes permanecerem fiéis às Escrituras.

Nota

[15] Veja *As institutas*, III.I.3. Cf. tb. III.2.5s.

[16] Calvino combatera a "fé implícita", patente na teologia católica romana, chamando-a de "espectro papista" que "separa a fé da Palavra de Deus" (cf. *Exposição de Romanos*, p. 375).

[17] Veja D. F. Wright, "Catecismos", em Walter A. Elwell, *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja cristã*, vol. i, 249.

[18] *Idem*, p. 250.

[19] Lutero viajou pela Saxônia Eleitoral e por Meissen, entre 22/10/1528 e 9/1/1529.

[20] "Catecismo Menor", em *Os catecismos*, p. 363.

[21] Esse catecismo (em português: *Instrução na fé* [Goiânia: Logos, 2003]) é um resumo da primeira edição de *As institutas* (1536).

[22] *As institutas*, iv.1.12. Cf. tb. iv.1.15 e *O Livro dos Salmos*, vol. 2, p. 401.

[23] *As institutas*, iv.2.5. Calvino afirmou: "... onde os homens amam a disputa, estejamos plenamente certos de que Deus não está reinando ali" (*Exposição de 1Coríntios*, p. 436). Timothy George comenta: "Calvino não estava disposto a comprometer pontos essenciais em favor de uma paz falsa, mas ele tentou chamar a igreja de volta à verdadeira base de sua unidade em Jesus Cristo" (*Teologia dos reformadores*, p. 182-183).

[24] *To the Brethren of Wezel*, "Letter", *John Calvin Collection*, [cd-rom], n.º 346, p. 32-34.

[25] *Exposição de 1Coríntios*, p. 437.

[26] Arcebispo de Canterbury, que em 1549 havia elaborado o Livro de oração comum, no qual enfatizava o culto em inglês, a leitura da Palavra de Deus e o aspecto congregacional da adoração cristã.

[27] Todavia, num primeiro momento, era impossível qualquer tentativa nesse sentido, visto haver problemas geográficos, políticos, objetivos circunstanciais diferentes e mesmo problemas doutrinários.

[28] *Letters of John Calvin*, p. 132-133.

[29] Veja W. Walker, *História da Igreja cristã*, vol. ii, p. 111.

- [30] Veja Jean Delumeau, O nascimento e afirmação da Reforma, p. 149-150. Delumeau cita estatística de Coligny, constando a França, em 1562, de mais de 2.150 "comunidades" reformadas (A civilização do Renascimento, vol. i, p. 129).
- [31] Frans L. Schalkwijk, Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630-1654), vol. 25, p. 27.
- [32] The Creeds of Christendom, vol. i, p. 536.
- [33] O. G. Oliver Jr., "Bullinger", em Walter A. Elwell, Enciclopédia histórico-teológica da Igreja cristã, vol. i, p. 216.
- [34] Discípulos de James Arminius [Jacó Armínio] (1560-1609), antigo aluno do sucessor de Calvino em Genebra Theodore de Beza (1519-1605).
- [35] O "antigo" evangelho, p. 6.
- [36] Archibald A. Hodge, Confissão de Fé Westminster Comentada por A. A. Hodge, p. 41.
- [37] R. T. Kendall, "A modificação puritana da teologia de Calvino", em: W. Stanford Reid, Calvino e sua influência no mundo ocidental, p. 264.
- [38] Assim chamados por seguirem o pensamento de Thomas Erasto (1524-1583), médico de Heidelberg, que defendia a supremacia do Estado sobre a Igreja.
- [39] Louis Berkhof, Introduccion a la Teologia Sistemática, p. 22. John Stott arremata: "Desrespeitar a tradição e a teologia histórica é desrespeitar o Espírito Santo que tem ativamente iluminado a Igreja em todos os séculos" (A cruz de Cristo, p. 8).
- [40] Esboços de Theologia, p. 99.
- [41] Capítulo I, seção 10.
- [42] As insondáveis riquezas de Cristo, p. 85-86.
- [43] Idem, p. 254.
- [44] "O conforto do conservadorismo", em Michael Horton, Religião de poder, p. 235.
- [45] Veja Ph. J. Spener, Mudança para o futuro, p. 32-33, 57-58, 118.
- [46] "A tradição é o sangue da teologia. Separada da tradição, a teologia é como uma flor cortada sem suas raízes e sem o solo, logo murcha na mão. Uma sã teologia nunca nasce de novo. Ao honrar a sã tradição, se assegura a continuidade teológica com o passado. Ao mesmo tempo, a tradição cria a possibilidade de abrir novas portas para o futuro. Como diz o provérbio: 'A tradição é o prólogo do futuro.' Por isso, toda dogmática que se preze como tal deve definir sua posição em uma ou outra tradição confessional" (Gordon J. Spykman, Teologia reformacional, p. 5).
- [47] J. I. Packer, "O conforto do conservadorismo", em Michael Horton, Religião de poder, p. 241.

Autor: Hermisten Maia Pereira da Costa

Fonte: Fundamentos da teologia reformada, pg. 9-24, Editora Mundo Cristão. Compre este livro em www.mundocristao.com.br

Quem eram os puritanos?

O Puritanismo foi um movimento que surgiu dentro do protestantismo britânico no final do século 16. A Inglaterra estava separada da submissão papal, mas não da doutrina, liturgia, e ética católica. O rei inglês Henrique VIII por motivos pessoais, e não por convicção teológica liderou uma reforma política no Reino Unido (Inglaterra, Escócia, Irlanda e País de Gales) que defendia o rompimento com a Igreja Católica Romana, vindo a originar-se a Igreja Anglicana. O monarca inglês faleceu e o seu filho, Eduardo VI, tornou-se rei em seu lugar. O jovem regente inglês possuía conselheiros influenciados pela Reforma protestante. Alguns teólogos e professores foram convidados para liderar a Reforma na Inglaterra. Entretanto, este projeto não foi adiante, pois o novo rei veio a falecer prematuramente. A sua irmã mais velha, Maria Tudor, a sangüinária, assumiu o trono ordenando a morte de todos os protestantes, prendendo e expulsando muitos outros do Reino Unido.

Em 1559, Elizabeth sucedeu à sua meia-irmã Maria Tudor. A nova rainha da Inglaterra era simpatizante da Reforma. Ainda em 1559, solicitou a revisão do Livro Comum de Oração, e editou em 1562, os 39

Artigos de Fé[1] como padrão doutrinário da Igreja Anglicana.[2] Autorizou a volta dos reformadores ingleses exilados. Todavia, os que retornaram estavam insatisfeitos com a lenta e parcial Reforma eclesiástica que Elizabeth estava realizando. Justo L. González comenta que os que foram expulsos “trouxeram consigo fortes convicções calvinistas, de modo que o Calvinismo se estendeu por todo o país.”[3] Eles haviam contemplado o que os princípios da Reforma poderiam fazer em outros países, agora estavam comprometidos em aplicá-los em sua terra natal.

Os que defendiam que a Igreja Anglicana carecia duma completa Reforma foram apelidados jocosamente de "puritanos". De fato, os puritanos acreditavam que a igreja inglesa necessitava ser purificada dos resquícios do romanismo. Eles clamavam por pureza teológica, litúrgica, e moral! Henrique VIII embora discordasse da Igreja Católica acerca dos seus divórcios, ele morreu sustentando o título de Defensor da fé Católica. Mas, os puritanos também ansiavam por mudanças litúrgicas, pois, mesmo a Inglaterra se declarando protestante, a missa ainda era rezada em latim, eram usadas as vestimentas clericais, velas nos altares, e o calendário litúrgico e as imagens de santos eram preservadas. Era uma incoerente ofensa aos reformadores ingleses.

A começar pela liderança da Igreja, a prática do evangelho não estava sendo observada. Os puritanos exigiam não apenas mudanças externas, religiosas e políticas, mas mudança de valores, manifesto numa ética que agradasse a Deus, de conformidade com a Palavra de Deus. Foi por causa deste último ponto que o apelido puritano tornou-se mais conhecido. Eles eram considerados puros demais, porque queriam ter uma vida cristã coerente com a Escritura! Infelizmente, uma caricatura horrível é feita deste movimento. Não poucas vezes os puritanos são criticados e mencionados com desdenho; entretanto, isto apenas evidencia a ignorância acerca da grandiosidade da obra e esforço destes homens e mulheres. Muitos perderam a sua vida por serem zelosos com o estudo e ensino das Escrituras Sagradas, por viver consistentemente o puro evangelho de Cristo![4]

O presbiterianismo é herdeiro direto deste movimento. Os Padrões de Fé de Westminster são produto da melhor erudição e piedade puritana do século 17. Os presbiterianos que migraram para os EUA, eram todos puritanos. A oração fervorosa, o culto sóbrio e equilibrado, o estudo da Escritura e a pregação da Palavra de Deus, tanto pelo ensino como pela prática de uma vida simples, eram marcas que distinguiam estes homens, que influenciaram o Cristianismo europeu e norte-americano, e que chegou até ao Brasil, através do missionário Rev. Ashbel G. Simonton.

Notas:

[1] Este documento doutrinário é essencialmente calvinista. Os 39 Artigos de Fé serviram para preparar a abertura de um processo de divulgação do Calvinismo na Igreja Anglicana que culminaria na Assembléia de Westminster (1643-1648), que produziu a Confissão de Fé e os Catecismos Breve e Maior. B.B. Warfield, *Studies in Theology in: The Works of B.B. Warfield*, pp. 483-511.

[2] A maioria dos clérigos anglicanos relutam, ainda hoje, em adotar uma posição de consistência teologicamente calvinista. Em geral, os teólogos anglicanos adotam a Via Média, ou seja, eles tentam conciliar a teologia romana com a protestante, e formar um sistema doutrinário sincretista. Veja E.A. Litton, *Introduction to Dogmatic Theology* (London, James Clark & CO, LTD, 3ªed., 1960), pág. xi-xv. A liturgia anglicana ainda segue o *The Book of Common Prayer* (Livro Comum de Oração), embora dentro da Comunhão Anglicana cada Província é livre para alterar e adaptá-lo.

[3] Justo González, *Visão Panorâmica da História da Igreja* (São Paulo, Ed. Vida Nova, 1998), p. 70.

[4] Leitura indispensável sobre este movimento são as obras:

1. D.M. Lloyd-Jones, *Os Puritanos - suas origens e seus sucessores* (PES).
2. J.I. Packer, *Entre os Gigantes de Deus - uma visão puritana da vida cristã* (Editora Fiel).
3. Leland Ryken, *Santos no Mundo - os puritanos como realmente eram* (Editora Fiel).

Autor: Ewerton B. Tokashiki

Fonte: <http://www.tokashiki.blogspot.com/>

Confissão de Fé Westminster – História

Desde Julho de 1643 até Fevereiro de 1649, reuniu-se em uma das salas da Abadia de Westminster, na cidade de Londres, o Concílio conhecido na história pelo nome de Assembléia de Westminster. Este Concílio foi convocado pelo Parlamento Inglês, para preparar uma nova base de doutrina e forma de culto e governo eclesiástico que devia servir para a Igreja do Estado nos Três Reinos.

Em um sentido, a ocasião não foi propícia. Já começara a luta entre o Parlamento e o rei Carlos I, e durante as sessões do Concílio o país foi agitado pela revolução em que o rei perdeu a vida e Cromwell

tomou as rédeas do governo. Em outro sentido, a ocasião foi oportuna. Os teólogos mais eruditos daquele tempo tomaram parte nos trabalhos da Assembléia. A Confissão de Fé e os Catecismos foram discutidos ponto por ponto, aproveitando-se o que havia de melhor nas Confissões já formuladas, e o resultado foi a organização de um sistema de doutrina cristã baseado na Escritura e notável pela sua coerência em todas as suas partes.

O Parlamento não conseguiu o que almejava quando nomeou os membros do Concílio. A Confissão de Pé foi aprovada, mas apenas poucos meses a Igreja Presbiteriana foi nominalmente a Igreja do Estado na Inglaterra.

A Confissão de Westminster foi a última das confissões formuladas durante o período da Reforma. Até agora tem havido na história da Igreja somente dois períodos que se distinguiram pelo número de credos ou confissões que neles foram produzidos. O primeiro pertence aos séculos IV e V, que produziram os credos formulados pelos concílios ecumênicos de Nicéia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia; o segundo sincroniza com o período da Reforma. Os símbolos do primeiro período chamam-se "credos", os do segundo "confissões". Uma comparação entre o Credo dos Apóstolos, por exemplo, e a Confissão de Westminster mostrará a diferença. O Credo é a fórmula de uma fé pessoal e principia com a palavra "Creio". A Confissão de Fé de Westminster segue o plano adotado no tempo da Reforma, é mais elaborada e apresenta um pequeno sistema de teologia. Esse sistema é conhecido pelo nome de Calvinismo, por ser o que João Calvino ensinou, e foi aceito pelas Igrejas Reformadas, que diferiam das Luteranas.

A utilidade de uma Confissão de Fé evidenciou-se na história das Igrejas Reformadas ou Presbiterianas. Sendo a Confissão de Westminster a mais perfeita que elas têm podido formular, serve de laço de união e estreita as relações entre os presbiterianos de todo o mundo. Os Catecismos especialmente têm servido para doutrinar a mocidade nas puras verdades do Evangelho.

No tempo em que se reuniu a Assembléia, e por muito tempo antes, todos sustentavam a necessidade da união da Igreja e do Estado, e originalmente havia no Capítulo que trata do Magistrado Civil uma seção ensinando essa necessidade.

Ao formar-se a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América do Norte, em 1788, essa seção foi omitida, pois ali quase todos entendiam que a Igreja devia estar livre de toda união com o Estado, sendo ambos livres e independentes na esfera que lhes pertence.

Em 1887, ou quase cem anos mais tarde, a Igreja geralmente chamada Igreja do Norte eliminou a última parte da Seção IV do Capítulo XXIV, que dizia:

"O viúvo não pode desposar nenhuma parente carnal de sua mulher nos graus de parentesco em que não possa desposar uma das suas próprias parentes, nem a viúva poderá casar-se com um parente carnal de seu marido nos graus de parentesco em que não possa casar-se com um de seus próprios parentes".

O Sínodo do Brasil organizado em 1888, fez igual eliminação.

No ano 1903 a mesma Igreja do Norte dos Estados Unidos fez outras emendas mais importantes que, por serem de interesse geral, ficam aqui registradas. As duas Seções que foram modificadas, rezam do modo seguinte:

CAPÍTULO XVI. SECÇÃO VII

As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam quanto à matéria. coisas que Deus ordena e em si mesmas louváveis e úteis, e embora o negligenciá-las seja pecaminoso e ofensivo a Deus, não obstante, em razão, de não procederem de um coração purificado pela fé, elas não são feitas devidamente - segundo a Palavra - nem para um fim justo - a glória de Deus - ficam aquém do que Deus exige e não podem preparar homem algum para receber a graça de Deus.

CAPÍTULO XXV, SECÇÃO VI

Nosso Senhor Jesus Cristo é o único Cabeça da Igreja, e a pretensão de qualquer homem ser vigário de Cristo e cabeça da Igreja, é contrária à Escritura nem tem base alguma na História e é uma usurpação que desonra a nosso Senhor Jesus Cristo.

A AUTORIDADE DA CONFISSÃO DE FÉ E DOS CATECISMOS

Pessoas há que estranham adotar a Igreja Presbiteriana uma Confissão de Fé e Catecismo como regra de fé, quando sustenta sempre ser a Escritura Sagrada sua única regra de fé e de prática. A incoerência é apenas aparente. A Igreja Presbiteriana coloca a Bíblia em primeiro lugar. É ela só que deve obrigar a consciência.

É também princípio fundamental da Igreja Presbiteriana que toda autoridade eclesiástica é ministerial e declarativa; que todas as decisões dos concílios devem harmonizar-se com a revelação divina. A consciência não se deve sujeitar a essas decisões se forem contrárias à Palavra de Deus.

Ainda outro princípio da mesma Igreja é que os concílios, sendo compostos de homens falíveis, podem errar, e muitas vezes têm errado. Suas decisões, portanto, não podem ser recebidas como regra absoluta e primária de fé e prática; servem somente para ajudar na crença ou na conduta que se deve adotar. O supremo juiz de todas as controvérsias, em matéria religiosa, é o Espírito Santo falando na e pela Escritura. Por esta, pois, devem-se julgar toda e qualquer decisão dos concílios e toda e qualquer doutrina ensinada por homens.

Admitir-se a falibilidade dos concílios não é depreciar a autoridade da Confissão de Fé e dos Catecismos para aqueles que de livre vontade os aceitem. Admitindo tal, a Igreja somente declare que depende do Autor da Escritura, e recebe a direção do seu Espírito na interpretação da Palavra e nas fórmulas de aplicar suas doutrinas. A Igreja Presbiteriana sustenta que a Escritura é a suprema e infalível regra de fé e prática; e também que a Confissão de Fé e os Catecismos contêm o sistema de doutrina ensinado na Escritura, e dela deriva toda a sua autoridade e a ela tudo se subordina.

É justamente porque cremos que a Confissão de Fé e os Catecismos estão em harmonia com a Escritura, nossa regra infalível, que os aceitamos. Não existem, pois, na Igreja Presbiteriana, duas regras de fé, mas uma só, suprema e infalível. As outras fórmulas são subordinadas e falíveis, necessárias para a pureza, governo e disciplina da Igreja. Assim a experiência de muitos

Autoria e Fonte: IPB de Pinheiros -

http://www.ippinheiros.org.br/navega.php?secao_id=50&ver=1&submateria=1&materia_id=929

LEIA A CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER ACESSANDO:

http://www.ipb.org.br/quem_somos/pdf/confissao_fe.pdf

Catecismo Maior de Westminster

<http://www.teuministerio.com.br/BRSPIGBSDCMCMC/vsItemDisplay.dsp&lsid=BEoAFD24-29C9-4D25-A1BAE33436BAA809&objectID=BFDF9F72-CE35-4AC9-A7AEE0CB5DF52445&method=display...>

Breve Catecismo de Westminster

<http://www.teuministerio.com.br/BRSPIGBSDCMCMC/vsItemDisplay.dsp&lsid=BEoAFD24-29C9-4D25-A1BAE33436BAA809&objectID=8EFB26C6-AB5E-4AE3-AD296EA27AE2671F&method=display...>

7. Arminianismo - heresia combatente ao Calvinismo.

Breve Histórico das Origens do Arminianismo

Jacob van Harmazoon (1560-1609), ou como é conhecido por seu nome latinizado Jacobus Arminius, nasceu em Oudewater na Holanda. Primeiro estudou teologia na Universidade Marburg em Leyden (1575-1581), também estudou em Basileia (1582-1583), e posteriormente na Academia de Genebra na Suíça (1584-1586), onde recebeu aulas do próprio reformador Theodoro Beza, sucessor de João Calvino.

A Igreja Estatal Holandesa havia adotado a doutrina Reformada. Em 1618, endossou como seus Símbolos de Fé: a Confissão Belga [1] e o Catecismo de Heidelberg. [2] Inicialmente foram usados apenas como livros de instrução. Mas ao serem adotados como documentos representantes da fé do Estado Holandês,

trouxe muito desconforto para aqueles que advogavam manter a antiga fé Católica, ou, uma postura mais tolerante.

A Holanda por causa do seu desenvolvimento humanista advogava a liberdade de pensamento. Um dos maiores humanistas holandeses no início da Reforma era Desidérius Erasmus (1466-1536), mais conhecido como Erasmo de Rotterdam, que mesmo fazendo duras críticas a Igreja Católica Romana, morreu como seu submisso filho. [3]

Os Países Baixos ainda estavam sendo minados pelo Semipelagianismo. Mas, Arminius foi escolhido pelo Sínodo holandês em 1589, para defender a doutrina oficial da Igreja Reformada Holandesa. Dirk Coornhert que naquele período era o secretário geral dos Estados Gerais, não havia aderido às doutrinas da Reforma. Arminius que era um filho da Igreja Reformada Holandesa foi indicado para se opor aos ataques teológicos semipelagianos de Coornhert. Entretanto, Arminius não foi feliz em sua defesa. [4] A partir desse debate Arminius começou a questionar e nutrir dúvidas acerca do seu Calvinismo.

Durante o pastorado da Igreja Reformada de Amsterdã (1588-1603), Arminius realizou uma exposição na epístola de Romanos analisando os capítulos 7-9. Nestas palestras ele questionou a interpretação calvinista desta passagem, preferindo uma forma de Semipelagianismo modificada, o que veio a chamar-se *Arminianismo*.

Em 1603, Arminius foi nomeado professor de divindade (teologia sistemática) na Universidade de Leyden. Esta era a mais antiga universidade da Holanda. Sua nomeação ocorreu por basicamente três motivos; primeiro, por causa de sua família, que ocupava uma posição proeminente entre a aristocracia holandesa; segundo, possuía muitos amigos, inclusive membros da igreja de Amsterdã que lhe apoiavam; terceiro, o seu currículo acadêmico era inquestionável. Lecionou ali até a sua morte. Durante esse período letivo, Arminius sistematizou seu pensamento fazendo muitos discípulos e simpatizantes políticos.

Franciscus Gomarus que, primeiramente, foi professor de Arminius, tornou-se seu principal inimigo. Todos os que defendiam a posição calvinista, ficaram conhecidos, naquele período na Holanda, como gomaristas. Gomarus foi uma figura decisiva no Sínodo de Dort, em defesa da opinião calvinista.

A Igreja Oficial Holandesa era confessionalmente calvinista. Os teólogos e partidários de Arminius não admitiam a limitação confessional, e procuravam obter a revisão dos credos oficiais. Isso causou um transtorno de difícil resolução, pois ambos teólogos, tanto Gomarus como Arminius, possuíam influentes simpatizantes na política estatal holandesa.[5]

A República dos Estados Gerais [6] se encontrava perto de uma cisão. Quando a discussão saiu de dentro das salas da Universidade de Leyden, indo para os púlpitos e em seguida para o parlamento, o caso agravou-se. Ricardo Cerni comenta que

no sombrio marco desta questão ressuscitou um antigo problema sócio-político polarizado na rivalidade existente entre Maurício de Nassau (filho de William de Orange, e o protetor do proletariado), e Jan Barneveldt, um dos fundadores da república e líder da alta burguesia. Em geral, esta classe social era partidária da postura arminiana, e usando de sua evidente influência política conseguiram, através de Hugo Groot (Grotius, 1583-1645) a publicação de um Edito para que se proibisse nas igrejas a pregação de temas “controvertidos”, incluindo, obviamente, a questão da predestinação. Os calvinistas ortodoxos protestaram imediatamente estimando aquele que era um ato de verdadeira perseguição. [7]

Era um risco muito delicado para a Holanda, principalmente naquele momento, pois a guerra com a Espanha não havia terminado. Maurício de Orange, que era o Conde de Nassau, percebeu claramente o perigo da República Holandesa perder a sua unidade, e resolveu usar a sua influência como governador-geral, quebrando o poder das autoridades partidárias de Arminius. De forma decisiva em 1617, Maurício de Orange desarmou as tropas dos magistrados arminianos, e no mesmo ano decidiu convocar um sínodo.

O problema teológico de Arminius tinha as suas raízes em sua teontologia [8]. As suas conclusões acerca da salvação, não eram resultados apenas de um conceito errado de livre arbítrio, ou do *modus operandi* da livre graça de Deus, e sim, do seu conceito acerca da Trindade. Arminius falando do seu conceito da divindade de Cristo e do Espírito, afirma que “esta maneira de falar é nova, herética e sabeliana, e em si, é blasfemo dizer que o Filho de Deus é *homoousios* (da mesma essência) porque somente o Pai é verdadeiro Deus, o Filho e o Espírito não o são.” [9] Além de demonstrar certa deficiência na área de teologia histórica, a sua teontologia resulta conseqüentemente num Unitarismo. [10]

A conseqüência dessa teologia em tom unitarista, unida a um conceito errôneo de livre arbítrio é que a sua Soteriologia [11] e todas as demais divisões da dogmática, coerentemente, sofreram modificações bastante significativas. Não é de se estranhar que os discípulos de Arminius distanciaram-se do seu tom protestante original. Os nomes de teólogos arminianos como “Episcopius, Grocius, Curcellaeus, Limborch, e sua elaboração de imponentes volumes, do material dogmático, não conseguem esconder o achatamento de todas as grandes doutrinas, e suas tendências crescentes em direção a Ario, a Pelágio e a Socínio”. [12]

O próprio Arminius era inconsistente em sua teologia. Embora negava os quatro primeiros pontos do Calvinismo, ele incoerentemente aceitava o quinto. Numa obra chamada *Declaração dos Sentimentos* (1608) ele defende que Deus possui quatro tipos de decretos, sendo que o quarto “Deus decretou a salvação de certos indivíduos específicos – porque Ele anteviu que eles creriam e perseverariam até o fim”. [13]

Com o propósito de tornar sua teologia mais coerente os remonstrantes também negaram em seu quinto ponto a doutrina da Perseverança Final, conforme exposta pelo Calvinismo. Em sua avaliação sobre o assunto, Wright afirma que

ele [Arminius] continuou até a crer na segurança eterna dos santos, embora este último aspecto do calvinismo tenha sido abandonado pelos seus seguidores entre os Remonstrantes, poucos anos após a sua morte, enquanto procuravam desenvolver uma teologia mais consistente sobre a graça universal.[14]

Após a morte de Arminius (1609) os seus seguidores, aproximadamente 46 teólogos, se reuniram na cidade de Gouda. Apresentaram um documento chamado *Articuli Arminiani sive Remonstrantia* (1610). Neste documento demonstravam que tipo de teologia esposavam em protesto à religião oficial do Estado.

Após este incidente a Igreja foi obrigada a se declarar com maior clareza acerca destes novos pontos doutrinários através dos Cânones de Dort em reação aos arminianos. O sínodo reuniu-se na cidade de Dordrecht, em 13 de novembro 1618, até 9 de Maio de 1619. Era formado de teólogos não somente holandeses, mas também procedentes de outras partes da Europa. [15] Havia trinta e cinco teólogos, um grupo de presbíteros das igrejas holandesas e participantes provindos da Grã Bretanha, Eleitorado do Palatinado, Helvécia, República de Genebra, Bremen, Bélgica, Zutânia, Austrália, Nova Zelândia, Frísia, Transilvânia, Groningen, Drentia, Gálica-Belga, Hesse, Suíça, Bradenburg, Utrecht e Balcanquall.

Os remonstrantes também foram convocados para estarem no Sínodo. Estavam presentes Simon Episcopius professor de teologia em Leyden, o sucessor de Arminius, e mais doze teólogos arminianos. Contudo para eles o sínodo

não passava de uma conferência e eles negavam competência para agir como um tribunal em questões de doutrina. Eles não queriam ser tratados como réus. A tática do grupo arminiano era a de obstruir as reuniões do sínodo com debates formais. O Sínodo queria discutir os artigos da “Remonstrância”, mas o grupo arminiano se recusava a expor claramente sua posição doutrinária. Após quatro semanas de debates inúteis, o presidente do sínodo dispensou o grupo de arminianos. Com isto o sínodo passou a julgar a doutrina arminiana com base em seus escritos. Os cinco artigos dos arminianos foram discutidos e uma comissão preparou o texto dos “cânones” ou regras de doutrina em que se condenava a doutrina arminiana e se expunha a doutrina reformada. [16]

O Sínodo holandês ratificou a sua fé Reformada (calvinista). Os remonstrantes insatisfeitos reagiram com um manifesto contra a decisão do Sínodo. O resultado desse manifesto foi a expulsão dos ministros arminianos das igrejas Reformadas e a morte de muitos deles.

NOTAS:

[1] - Escrito por Guy de Brés, em 1561.

[2] - Escrito por Caspar Olevianus e Zacharias Ursinus, em 1563.

[3] - Justo L. Gonzalez, *Uma História do Pensamento Cristão: Da Reforma ao Século 20* (São Paulo, Ed. Cultura Cristã, 2004), p. 27.

[4] - Ricardo Cerni, *Historia Del Protestantismo* (Edinburgh, El Estandarte de la Verdad, 1992), p. 127

[5] - Lembrando que a Igreja Reformada e o Estado se encontravam entrelaçadas desde o início da Reforma, e uma heresia, não era simplesmente um erro, ou discordância doutrinária, mas também um crime político contra o Estado.

[6] - Esse era o nome que designava os Países Baixos.

[7] - Ricardo Cerni, *História del Protestantismo*, , pp. 127-128.

[8] - Estudo do Ser, Atributos e Obras de Deus.

[9] - James Arminius, *The Works of James Arminius*, vol. 1, p. 335 citado por Paul K. Jewett, *Elección y Predestinación* (Jenison, TELL, 1992), p. 29.

[10] - Sistema doutrinário que nega a Trindade, afirmando que Deus é apenas um Ser e uma só Pessoa.

[11] - Doutrina da salvação.

[12] - James Orr, *El Progreso del Dogma* (Terrassa, CLIE, 1988), p. 239.

[13] - Tony Lane, *Pensamento Cristão* (São Paulo, Abba Press, 1999) p. 24.

[14] - R.K. Mc Gregor Wright, *A Soberania Banida* (São Paulo, Ed. Cultura Cristã), p. 31.

[15] - Albert H. Newman, *A Manual of Church History*, vol. II, p. 347

[16] - Os Cânones de Dort (São Paulo, Ed. Cultura Cristã, 1998), p. 11.

Autor: Rev. Ewerton B. Tokashiki

tokashiki@ronnet.com.br

Blog: <http://www.tokashiki.blogspot.com/>

Pastor da Igreja Presbiteriana de Cerejeiras – RO

Prof. de Teologia Sistemática do STBC – Extensão Ji-Paraná

http://www.monergismo.com/textos/arminianismo/breve_historico_arminianismo_tokashiki.htm

João Calvino e “Os Cinco Pontos do Calvinismo”

É muito comum se ouvir falar sobre “Os Cinco Pontos do Calvinismo”. Eu mesmo, quando me tornei aluno da classe de catecúmenos, com a finalidade de ser membro da Igreja Presbiteriana do Brasil, lembro-me de ouvir por várias vezes falar sobre esse assunto. Contudo, meu raciocínio não era outro, senão, o de achar que o autor destes pontos era de fato o próprio reformador do século XVI: João Calvino. Mas somente no Seminário pude ter um contato mais próximo com obras literárias que falavam sobre o assunto, e, desta forma, creio ter sido esclarecido sobre o que realmente vem a ser “Os Cinco Pontos do Calvinismo”.

Portanto, o objetivo deste pequeno artigo é esclarecer de forma simples quem de fato escreveu os chamados “Cinco Pontos do Calvinismo”, por qual razão e porque eles são “cinco pontos” ao invés de sete ou dez. Além disso, procuraremos destacar a sua relevância para a nossa teologia.

1. Autoria

Ao contrário do que muitos pensam, não foi João Calvino quem escreveu “Os Cinco Pontos do Calvinismo”. Talvez algumas pessoas ficarão impressionadas com esta afirmação. No entanto, a magna pergunta que se faz é: Se não foi Calvino, quem foi então? “Estes cinco pontos foram formulados pelo Sínodo de Dort, Sínodo este convocado pelos estados Gerais (da Holanda) e composto por um grupo de 84 Teólogos e 18 representantes seculares, entre esses estavam 27 delegados da Alemanha, Suíça, Inglaterra e outros países da Europa reunidos em 154 Sessões, desde 13 de novembro de 1618 até maio de 1619”. [1] Portanto, peca por ignorância quem afirma ser João Calvino o autor destes cinco pontos, porque na verdade, a afirmação correta é que estes “pontos” foram fundamentados tão somente nas doutrinas ensinadas por ele. Aliás, este sistema doutrinário, se assim podemos chamá-lo, foi elaborado somente 54 anos após a morte do grande reformador (1509-1564).

2. Razão de sua Escrita

Os Cinco Pontos do Calvinismo foram formulados em resposta a um “documento que ficou conhecido na história como ‘Remonstrance’ ou o mesmo que ‘Protesto’”, [2]apresentado ao Estado da Holanda pelos “discípulos do professor de um seminário holandês chamado Jacob Hermann, cujo sobrenome latino era *Arminius* (1560-1600). Mesmo estando inserido na tradição reformada, Arminius tinha sérias dúvidas quanto à graça soberana de Deus, visto que era simpático aos ensinamentos de Pelágio e Erasmo, no que se refere à *livre vontade* do homem”. [3] Este documento formulado pelos discípulos de *Arminius* tinha como objetivo mudar os símbolos oficiais de doutrinas das Igrejas da Holanda (*Confissão Belga e Catecismo de Heidelberg*), substituindo pelos ensinamentos do seu mestre. Desta forma, a única razão pela qual Os Cinco Pontos do Calvinismo foram elaborados era a de responder ao documento apresentado pelos discípulos de Arminius.

3. Porque Cinco Pontos?

Este documento formulado pelos alunos de Jacob Arminius tinha como teor cinco principais pontos, conhecidos como “Os Cinco Pontos do Arminianismo”. E como já dissemos logo acima, em resposta a este

Cinco Pontos do Arminianismo, o Sínodo de Dort elaborou também o que conhecemos como “*Os Cinco Pontos do Calvinismo*” ao invés de sete ou dez. Estes pontos do calvinismo são conhecidos mundialmente pela palavra **TULIP**, um acróstico popular que na língua inglesa significa:

T otal Depravity	Total Depravação
U nconditional Election	Eleição Incondicional
L imited Atonement	Expição Limitada
I rresistible Grace	Graça Irresistível
P erseverance of Saints	Perseverança dos Santos

4. Os Cinco Pontos do Arminianismo Versus Os Cinco Pontos do Calvinismo [4]

ARMINIANISMO X CALVINISMO		
Categoria	Arminianismo	Calvinismo
	1. Livre-Arbitrio ou Capacidade Humana	1. Incapacidade Total ou Depravação Total
Depravação Total	Embora a queda de Adão tenha afetado seriamente a natureza humana, as pessoas não ficaram num estado de total incapacidade espiritual. Todo pecador pode arrepender-se e crer, por livre-arbitrio, cujo uso determinará seu destino eterno. O pecador precisa da ajuda do Espírito, e só é regenerado depois de crer, porque o exercício da fé é a participação humana no novo nascimento. (Is 55:7; Mt 25:41-46; Mc 9:47-48; Rm 14:10-12; 2Co 5:10)	O homem natural não pode sequer apreciar as coisas de Deus. Menos ainda salvar-se. Ele é cego, surdo, mudo, impotente, leproso espiritual, morto em seu pecado, insensível à graça comum. Se Deus não tomar a iniciativa, infundindo-lhe a fé salvadora, e fazendo-o ressuscitar espiritualmente, o homem natural continuará morto eternamente. (Sl 51:5; Jr 13:23; Rm 3:10-12; 7:18; 1Co 2:14; Ef 1:3-12; Cl 2:11-13)
	2. Eleição Condicional	2. Eleição Incondicional
Eleição Incondicional	Deus escolheu as pessoas para a salvação, antes da fundação do mundo, baseado em Sua presciência. Ele previu quem aceitaria livremente a salvação e predestinou os salvos. A salvação ocorre quando o pecador escolhe a Cristo; não é Deus quem escolhe o pecador. O pecador deve exercer sua própria fé, para crer em Cristo e ser salvo. Os que se perdem, perdem-se por livre escolha: não quiseram crer em Cristo, rejeitaram a graça auxiliadora de Deus. (Dt 30:19; Jo 5:40; 8:24; Ef 1:5-6, 12; 2:10; Tg 1:14; 1Pe 1:2; Ap 3:20; 22:17)	Deus elegeu alguns para a salvação em Cristo, reprovando os demais. Aos eleitos Deus manifesta a Sua misericórdia e aos reprovados a Sua justiça. Deus não tem a obrigação de salvar ninguém, nem homens nem anjos decaídos. Resolveu soberanamente salvar alguns homens (reprovando todos os demais) e torná-los filhos adotivos quando eram filhos das trevas. Teve misericórdia de algumas criaturas, e deixou as demais (inclusive os demônios) entregues às suas próprias paixões pecaminosas. A salvação é efetuada totalmente por Deus. A fé, como a salvação, é dom de Deus ao homem, não do homem a Deus. (Ml 1:2-3; Jo 6:65; 13:18; 15:6; 17:9; At 13:48; Rm 8:29, 30-33; 9:16; 11:5-7; Ef 1:4-5; 2:8-10; 2Ts 2:13; 1Pe 2:8-9; Jd 1:4)
	3. Redenção Universal ou Expição Geral	3. Redenção Particular ou Expição Limitada
Expição Limitada	O sacrifício de Cristo torna possível a toda e qualquer pessoa salvar-se pela fé, mas não assegura a salvação de	Segundo Agostinho, a graça de Deus é "suficiente para todos, eficiente para os eleitos". Cristo foi sacrificado para redimir

	ninguém. Só os que crêem nEle, e todos os que crêem, serão salvos. (Jo 3:16; 12:32; 17:21; 1Jo 2:2; 1Co 15:22; 1Tm 2:3-4; Hb 2:9; 2Pe 3:9; 1Jo 2:2)	Seu povo, não para tentar redimi-lo. Ele abriu a porta da salvação para todos, porém, só os eleitos querem entrar, e efetivamente entram. (Jo 17:6,9,10; At 20:28; Ef 5:15; Tt 3:5)
	4. Pode-se Efetivamente Resistir ao Espírito Santo	4. A Vocação Eficaz do Espírito ou Graça Irresistível
Graça Irresistível	Deus faz tudo o que pode para salvar os pecadores. Estes, porém, sendo livres, podem resistir aos apelos da graça. Se o pecador não reagir positivamente, o Espírito não pode conceder vida. Portanto, a graça de Deus não � infalível nem irresistível. O homem pode frustrar a vontade de Deus para sua salvação. (Lc 18:23; 19:41-42; Ef 4:30; 1Ts 5:19)	Embora os homens possam resistir à graça de Deus, ela é, todavia, infalível: acaba convencendo o pecador de seu estado depravado, convertendo-o, dando-lhe nova vida, e santificando-o. O Espírito Santo realiza isto sem coaça�o. � como um rapaz apaixonado que ganha o amor de sua eleita e ela acaba casando-se com ele, livremente. Deus age e o crente reage, livremente. Quem se perde tem consciência de que está livremente rejeitando a salvação. Alguns escarnecem de Deus, outros se enfurecem, outros adiam a decisão, outros demonstram total indiferença para as coisas sagradas. Todos, porém, agem livremente. (Jr 3:3; 5:24; 24:7; Ez 11:19; 20; 36:26-27; 1Co 4:7; 2Co 5:17; Ef 1:19-20; Cl 2:13; Hb 12:2)
	5. Decair da Graça	5. Perseverança dos Santos
Perseverança dos Santos	Embora o pecador tenha exercido f�e, crido em Cristo e nascido de novo para crescer na santificação, ele poderá cair da graça. São quem perseverar até o fim � que será salvo. (Lc 21:36; Gl 5:4; Hb 6:6; 10:26-27; 2Pe 2:20-22)	Alguns preferem dizer "perseverança do Salvador". Nada há no homem que o habilite a perseverar na obediência e fidelidade ao Senhor. O Espírito é quem persevera pacientemente, exercendo misericórdia e disciplina, na condução do crente. Quando ímpio, estava morto em pecado, e ressuscitou: Cristo lhe aplicou Seu sangue remidor, e a graça salvífica de Deus infundiu-lhe f�e em para crer em Cristo e obedecer a Deus. Se todo o processo de salvação � obra de Deus, o homem não pode perdê-la! Segundo a Bíblia, � impossível que o crente regenerado venha a perder sua salvação. Poderá até pecar e morrer fisicamente (1Co 5:1-5). Os apóstatas nunca nasceram de novo, jamais se converteram. (Is 54:10; Jo 6:51; Rm 5:8-10; 8:28-32, 34-39; 11:29; Fp 1:6; 2Ts 3:3; Hb 7:25)
	Rejeitado pelo Sínodo de Dort Este foi o sistema de pensamento contido na "Remonstr�ncia" (embora originalmente os cinco pontos não estivessem dispostos nessa ordem). Esse sistema foi apresentado pelo arminianos � Igreja na Holanda em 1610, mas foi rejeitado pelo Sínodo de Dort em 1619 sob a justificativa de que era anti-bíblico.	Reafirmado pelo Sínodo de Dort Este sistema de teologia foi reafirmado pelo Sínodo de Dort em 1619 como sendo a doutrina da salvação contida nas Escrituras Sagradas. Naquela ocasião, o sistema foi formulado em "cinco pontos" (em resposta aos cinco pontos apresentados pelos arminianos) e desde então tem sido conhecido como "os cinco pontos do calvinismo".

A base Filosófica do Arminianismo^{xi}

Conforme expõe J.I.Packer (O “Antigo” Evangelho, pp. 5, 6) a teologia contida nessa “Remonstrance” (ou Representação) “originou-se de dois princípios filosóficos: primeiro, que a soberania de Deus é incompatível com a liberdade humana, e, portanto, também com a responsabilidade humana; em segundo lugar, que habilidade é algo que limita a obrigação... Com bases nesses princípios, os arminianos extraíram duas deduções: primeira, visto que a Bíblia considera a fé como um ato humano livre e responsável, ela não pode ser causada por Deus, mas é exercida independentemente dEle; segunda, visto que a Bíblia considera a fé como obrigatória da parte de todos quantos ouvem o Evangelho, a capacidade de crer deve ser universal. Portanto, eles afirmam, as Escrituras devem ser interpretadas como ensinando as seguintes posições:

1. O homem nunca é de tal modo corrompido pelo pecado que não possa crer salvaticamente (salvificamente) no Evangelho, uma vez que este lhe seja apresentado;
2. O homem nunca é de tal modo controlado por Deus que não possa rejeitá-lo;
3. A eleição divina daqueles que serão salvos alicerça-se sobre o fato da previsão divina de que eles haverão de crer, por sua própria deliberação;
4. A morte de Cristo não garantiu a salvação para ninguém, pois não garantiu o dom da fé para ninguém (e nem mesmo existe tal dom); o que ela fez foi criar a possibilidade de salvação para todo aquele que crê;
5. Depende inteiramente dos crentes manterem-se em um estado de graça, conservando a sua fé; aqueles que falham nesse ponto, desviam-se e se perdem.

Dessa maneira, o arminianismo faz a salvação do indivíduo depender, em última análise, do próprio homem, pois a fé salvadora é encarada, do princípio ao fim, como obra do homem, pertencente ao homem e nunca a Deus”.

5. Considerações Finais

Para inteirar o leitor do todo da história, Spencer nos diz que após o Sínodo de Dort se reunir em 154 Sessões num “completo exame das doutrinas de Arminius e comparar cuidadosamente seus ensinamentos com os ensinamentos das Escrituras Sagradas, chegaram à conclusão que os ensinamentos de Arminius eram heréticos”. [5] “E não somente isto, mas o Concílio impôs censura eclesiástica aos ‘remonstrantes’ depondo-os dos seus cargos, e a autoridade civil (governo) os baniu do país por cerca de seis anos”. [6]

Diante disso, creio que a diferença crucial entre o Arminianismo e o Calvinismo se resume na palavra Soberania. Enquanto os calvinistas entendem que Deus opera a salvação na vida do ser-humano conforme a sua livre e soberana vontade, os arminianos salientam que o homem é capaz de por si só querer ou não ser salvo. Se partirmos da premissa que o homem está completamente morto diante de Deus como nos ensina Efésios 2:1, entenderemos porque a salvação depende tão somente da graça e da misericórdia do SENHOR, pois “*não depende de quem quer ou quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia*” (Rm 9:16). Portanto, creio que os objetivos deste artigo foram de fato alcançados, demonstrando assim a verdadeira história dos “*Cinco Pontos do Calvinismo*”. Que assim, queira o Senhor nosso Deus nos abençoar e nos dar sempre a graça de sermos verdadeiros propagadores da história reformada.

NOTAS:

[1] - Tradução livre e adaptada do livro *The Five Points of Calvinism*, www.unifil.br/teologia/arquivos/cincopontoscalvinoesboco.pdf

[2] - *The Five Points of Calvinism*, p. 1, ob.cit.

[3] - Duane E. Spencer, *TULIP, Os Cinco Pontos do Calvinismo à Luz das Escrituras*, p. 111-112, Parakletos, 2ª Edição – São Paulo – 2000.

[4] - Esta síntese foi retirada do livro *TULIP*, p. 15-19.

[5] - *TULIP*, p. 112.

[6] - *The Five Points of Calvinism*, p. 6.

Autor: André do Carmo Silvério

Pastor da Igreja Presbiteriana do Jardim Girassol – Guarulhos,

Professor de Teologia Sistemática no Instituto Bíblico Presbiteriano Rev. Boanerges Ribeiro e Secretário

de Mocidade da Confederação Norte Paulistano *Este artigo é parte integrante do portal*
<http://www.monergismo.com/>.

Bibliografia:

1. **R. C. Sproul**, Verdades Essenciais da Fé Cristã,. Editora Cultura Cristã, Caderno 1ª, 2ª e 3ª. (compre www.cep.org.br)
 2. **J. I. Packer**, Teologia Concisa, Ed. Cultura Cristã. (compre www.cep.org.br)
 3. **Wayne Grudem**, Teologia Sistemática, Ed. Vida Nova (compre www.vidanova.com.br)
 4. **André do Carmo Silvério**, <http://www.monergismo.com/> ,
http://www.ipb.org.br/artigos/artigo_inteligente.php?id=21
 5. **Thomas Paul Simmons, D.Th**,
http://www.monergismo.com/textos/pecado_tentacao/doutrina_pecado.htm
 6. **Louis Berkhof**, Teologia Sistemática, Ed. Cultura Cristã. (compre www.cep.org.br)
 7. **Robert L. Reymond**, A New Systematic Theology of the Christian Faith (Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1998), Apêndice E. [**Ver nota i**].
 9. **James Montgomery Boice**, Bíblia de Estudo de Genebra, Teologia reformada, pg. 1555, Ed. CEP & SBB, Usamos deste estudo à base para esta apostila.
 10. **Mauro Meister**, http://www.monergismo.com/textos/cultura/filhos_deus_cultura_meister.htm
 11. **Luder G. Whitlock**, Bíblia de Estudo de Genebra, Texto reduzido por: Gladston Pereira da Cunha, rev. Palavra Viva, título: Tanto... Como, pg. 27.
 12. **F. Solano Portela Neto**, <http://www.solanoportela.net/>
 13. **Ewerton Barcelos Tokashiki**, <http://www.tokashiki.blogspot.com/>
 14. **João Calvino**, As Institutas edição especial, ed. Cep.
 15. **Alderi Souza de Matos**,
 16. **Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa**,
 17. **Rev. Adão Carlos Nascimento**, <http://www.ipcamp.org.br>
 18. **William Hendriksen**, Comentário Novo Testamento, pg. 72-73, editora Cultura Cristão. Compre este excelente livro em www.cep.org.br
 19. **Rev. Paulo Anglada** – <http://www.knoxpublicacoes.com.br>
 20. Acervo do site Monergismo www.monergismo.com.br
 21. Acervo do site Teologia Calvinista www.teologiacalvinista.com
-

Indicações: ver seção de link do site www.teologiacalvinista.com

Teologia Calvinista

www.teologiacalvinista.com

Monergismo

www.monergismo.com.br

Solano Portela

<http://www.solanoportela.net/>

Escritos de João Calvino

<http://escritosdejoaocalvino.blogspot.com/>

Doutrina Calvinista

<http://www.doutrinacalvinista.blogspot.com/>

Texto Calvinista

<http://www.textocalvinista.blogspot.com/>

Tokashiki

www.tokashiki.blogspot.com

O Tempora, O Mores!

<http://tempora-mores.blogspot.com/>

IPB

www.ipb.org.br

Editoras e livraria que indicamos

Editora Cultura Cristã

www.cep.org.br

Editora LPC

www.lpc.org.br

Os Puritanos – Editora e Livraria Reformada

<http://www.puritanos.com.br/>

Knox Publicações

<http://www.knoxpublicacoes.net/loja/>

Vida Nova

<http://www.vidanova.com.br/>

Editora Fiel

<http://www.editorafiel.com.br/>

Editora PES

<http://www.editorapes.com.br>

Editora Vida

<http://www.editoravida.com.br/>

Editora Parakletos

<http://www.puritanos.com.br/sistema/loja/lojavirtual.asp?cod=7&nivel=1>

Esta editora não possui site. Por isso segue acima vendas de seus livros pela livraria Puritanos.

SOCEP

<http://www.socep.com.br>

*Esta série abaixo de sermões em áudio sobre Calvinismo são maravilhosos e iluminados sermões do Rev. Joel R. Beeke com traduções simultâneas. Apresentamos com altamente recomendável e indispensável. Ouça agora mesmo. Para ouvi-los entre na seção ► **Sermões em Áudio/Vídeo** do site www.teologiacalvinista.com.*

Sermão em Áudio: Serie sobre Calvinismo

► **Calvinismo Doutrinário**

O Calvinismo apresenta a grandeza e a glória de Deus. O Dr. Beeke demonstra isso através dos cinco solas da Reforma.

Autor(a): Joel R. Beeke

► **Calvinismo Evangelístico**

Evangelismo e Calvinismo, com uma análise da visão e prática do próprio João Calvino.

Autor(a): Joel R. Beeke

► **Calvinismo Experimental**

O que é a pregação reformada experimental? Por que esse tipo de pregação é necessária? Quais são as suas características? O que podemos aprender dela?

Autor(a): Joel R. Beeke

► **Calvinismo Histórico**

A diferença entre o Calvinismo e o Catolicismo Romano e o Luteranismo.

Autor(a): Joel R. Beeke

► **Calvinismo Polêmico**

Uma análise da doutrina da "Depravação Total", com base em Romanos 3, e como ela nos conduz necessariamente aos outros quatro pontos do Calvinismo.

Autor(a): Joel R. Beeke

► **Calvinismo Prático**

Uma análise do Calvinismo prático, em especial a doutrina da santificação, nos Puritanos.

Autor(a): Joel R. Beeke

Notas:

ⁱ James Montgomery Boice, Bíblia de Estudo de Genebra, pg. 1555, Ed. CEP & SBB,

ⁱⁱ Ibid

ⁱⁱⁱ Ibid

^{iv} Ibid

^v Ibid

^{vi} Robert L. Reymond, A New Systematic Theology of the Christian Faith (Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1998), Apêndice E., Traduzido por: Rev. Ewerton Barcelos Tokashi, Cerejeiras-RO, 04 de Agosto de 2004,

http://www.monergismo.com/textos/calvinismo/cinco_pontos_calvinismo_reymond.htm.

^{vii} James Montgomery Boice, Bíblia de Estudo de Genebra, pg. 1555, Ed. CEP & SBB

^{viii} James Montgomery Boice, Bíblia de Estudo de Genebra, pg. 1555, Ed. CEP & SBB

^{ix} James Montgomery Boice, Bíblia de Estudo de Genebra, pg. 1555, Ed. CEP & SBB

^{x x} L. Reymond, A New Systematic Theology of the Christian Faith (Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1998), Apêndice E., Traduzido por: Rev. Ewerton Barcelos Tokashi, Cerejeiras-RO, 04 de Agosto de 2004,

http://www.monergismo.com/textos/calvinismo/cinco_pontos_calvinismo_reymond.htm

^{xi} Tradução livre e adaptada do livro The Five Points of Calvinism - Defined, Defended, Documented, de David N. Steele e Curtis C. Thomas, Partes I e II, [Presbyterian & Reformed Publishing Co, Phillipsburg, NJ, USA.], feita por João Alves dos Santos.

1ª semestre de 2008

Capa

N. Mascolli F.

Formatação e montagem

N. Mascolli F.

www.teologiacalvinista.com

Querido leitor, indicamos estes excelentes livros abaixo. Eles mais o Espírito Santo lhe ajudará a crescer na "graça e no conhecimento de nosso Senhor Jesus Cristo" (2Pe 3:18).

**Fundamentos da teologia reformada**

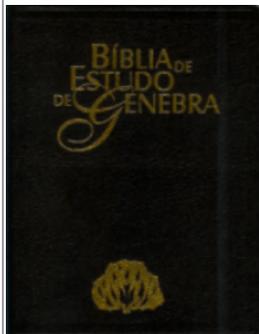
Autor: Hermisten Maia Pereira da Costa

Editora: Mundo Cristão

Valor: R\$ 15,90

Este livro de nosso querido Rev. Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa apresentamos como altamente recomendável. Ele faz muito bem o que tentamos fazer neste site: apresentar a fé reformada. Em linguagem descomplicada e objetiva, ele discorre sobre processos históricos e teológicos que geraram os fundamentos da teologia reformada, que ele também expõe e analisa com brilhantismo.

Compre este livro em www.mundocristao.com.br



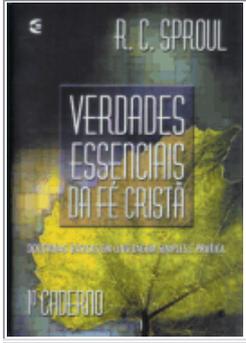
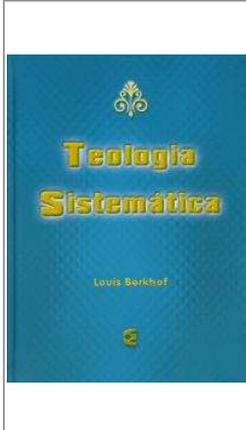
A Bíblia de Genebra é a primeira bíblia de estudos da era moderna com uma exposição genuinamente reformada. Essa grande obra, já há quase cinco anos na língua inglesa, segue a tradição de Genebra original, que serviu à formação de várias gerações de cristãos nos séculos XVI e seguintes.

Contendo vários recursos didáticos modernos, essa bíblia tem como editor geral R.C. Sproul. Ela é sem dúvida um presente ao público evangélico e sem dúvida um grande instrumento de estudo.

Tradução: João Ferreira de Almeida

- Orientação Reformada
- 19403 notas de estudo
- 61 mapas ilustrativos
- 47 gráficos explicativos
- 96 notas teológicas
- Concordância com 3838 verbetes
- 17 mapas coloridos
- Referências cruzadas
- Introduções aos livros e seções

Compre este livro na **Cultura Crista** www.cep.org.br

	<p>Teologia Sistemática, Wayne Grudem</p> <p>Obra incrivelmente atual e pertinente. Responde às perguntas que se fazem hoje (ordenação de pastoras; batalha espiritual, anjos, criação/evolução, dons do Espírito) além de tratar de todas as outras doutrinas clássicas do cristianismo. Este livro de 1024 páginas é maravilhoso. Altamente recomendado.</p> <p>Compre este livro na Ed. Vida Nova. www.vidanova.com.br</p>
	<p>R. C. Sproul</p> <p>Em três cadernos R. C. Sproul expõe as Verdades Essências da fé Cristã de forma clara e simples. Este livro é para os que querem se aprofundar na fé sem o obstáculo da linguagem complicada</p> <p>Compre este livro na Cultura Crista www.cep.org.br</p>
	<p>A Teologia Sistemática, Louis Berkhof</p> <p>Após tantas edições seguidas, a Teologia Sistemática de Louis Berkhof continua a servir os sérios estudantes de Teologia, numa delaração eloqüente a respeito do seu extraordinário valor. Na verdade, outras publicações têm surgido na mesma área, mas nenhuma mostrou as qualidades que fizeram desta a Teologia Sistemática mais usada em nosso país. É por isso com grande satisfação que a apresentamos aos seus leitores e pesquisadores, com a certeza de que novas gerações de estudiosos das Escrituras serão formados sob sua benéfica influência. Ela é Indispensável. No entanto, indicamos este livro somente para os que já possui um conhecimento “avançado” de Teologia. Aos iniciantes, recomendamos que estude antes a Teologia Sistemática de Wayne Grudem exposta acima.</p> <p>Compre este livro na Cultura Crista www.cep.org.br</p>

As Institutas - Edição especial com notas para estudo e pesquisa

As Institutas de 1539 Calvino traduziu para o francês (1541), da qual editora Cultura Cristã traduziu para o português.



Tradução: Dr. Odayr Olivetti

Formato: 16 x 23 cm

- Coleção em 4 volumes, capa dura colorida;
- Total de 1072 páginas em papel Chamois;
- Notas para estudo e pesquisa elaboradas pelo Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa;
- Harmonia temática com a Edição Clássica traduzida do latim;
- Linguagem contemporânea e acessível.

Compre este livro na Cultura Crista <http://www.cep.org.br>

As Institutas - Edição Clássica

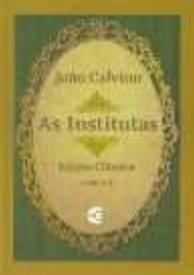
As Institutas de 1559 a editor Cultura Cristã traduziu do latim para o português.

Tradução: Dr. Waldyr Carvalho Luz

Formato: 16 x 23 cm

- Coleção em 4 volumes, capa dura colorida;
- Total de 1528 páginas em papel Chamois;
- Tradução do Dr. Waldyr Carvalho Luz, a partir da edição final e completa em latim, de 1559, com consultas à Edição Francesa, texto atualizado de Pierre Marcel e Jean Cadier, de 1955, à respeitada tradução para o inglês de Ford Lewis Battles (edição de 1961), à tradução de John Allen, 7ª edição americana, de 1936, à versão alemã de Karl Muller, edição de 1928 e à espanhola de Cipriano de Valera (revisão de 1967);
- Harmonia temática com a Edição Especial com Notas para Estudo e Pesquisa, traduzida do francês;
- Índice remissivo de textos bíblicos, de autores e de assuntos;
- Linguagem atualizada e simplificada.

Compre este livro na Cultura Cristã <http://www.cep.org.br>



A Vida e a Morte de João Calvino

Esta primorosa biografia de João Calvino (1509-1564) reveste-se de iniludível importância histórica, sendo, pois, um documento de profunda relevância. Primeiro, porque é a primeira obra do gênero, predecessora de dezenas de outras até nossos dias. Segundo, porque foi escrita apenas um decênio após a morte do Reformador, ainda no século XVI, por pessoa que conhecia de perto os fatos registrados, dada a sua longa convivência com o biografado, além de sua intimidade e relacionamento com o Teólogo de Genebra. É obra de leitura imprescindível a quantos queiram conhecer de perto a vida e a obra do insigne patriarca da fé reformada.

Artista/Autor: Theodoro de Beza

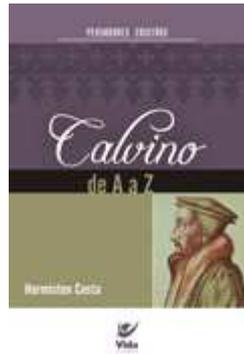
Editora: Luz Para o Caminho

Distribuidora: LPC

Número de Páginas: 136 páginas

Formato: 14 x 21

Compre este livro na LPC: ► www.lpc.org.br/loja



Calvino de A a Z

Coleção Pensadores cristãos

Autor: Hermisten Costa

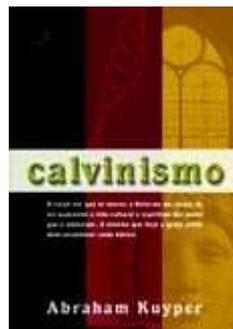
Dimensões: 344 Páginas / 14x21 cm

Cod. do Produto: 85-7367-922

Muitas obras trazem comentários e alusões sobre a vida e os escritos de vários teólogos. No entanto, certamente é ainda mais enriquecedor recorrer à própria fonte que tem inspirado esses registros.

Esse é o objetivo de Calvino - de A a Z, obra cuidadosamente elaborada para todos os interessados em conhecer melhor o pensamento do grande reformador. Você terá acesso a cerca de 1 400 citações do próprio Calvino, distribuídas em mais de 200 verbetes, formando uma coletânea riquíssima de conceitos que fizeram e ainda fazem a história da Igreja.

Compre este livro na Editora Vida ► www.editoravida.com.br



Calvinismo

Autor: Abraham Kuyper

Formato: 16 x 23 cm

208 páginas

O canal em que se moveu a reforma do séc. 16, enriquecendo a vida cultural e espiritual dos povos que o adotaram. O sistema que hoje a igreja deve reconhecer como bíblico. A palavra calvinismo tem vários sentidos. Em seu significado mais amplo, como se vê neste livro, o calvinismo se refere a um sistema que alcança todos os aspectos da vida humana. Como muitos "ismos" conhecidos, o calvinismo apresenta à humanidade um conjunto de alternativas com respeito às três questões básicas da vida:

1. Como uma pessoa se relaciona com Deus;
2. Como uma pessoa se relaciona com as outras pessoas;
3. Como uma pessoa se relaciona com o mundo.

Nesta edição é apresentada a relação do Calvinismo com Religião, Política, Ciência e Arte.

Compre este livro na Cultura Crista ► www.cep.org.br

www.teologiacalvinista.com